

Pesquisa a serviço da sociedade

Programa de Pesquisa
em Políticas Públicas

Pesquisa a serviço da sociedade

Programa de Pesquisa
em Políticas Públicas



2012

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Celso Lafer

Presidente

Eduardo Moacyr Krieger

Vice-presidente

CONSELHO SUPERIOR

Celso Lafer

Eduardo Moacyr Krieger

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Horacio Lafer Piva

José de Souza Martins

José Tadeu Jorge

Luiz Gonzaga Belluzzo

Maria José Soares Mendes Giannini

Sedi Hirano

Suely Vilela Sampaio

Vahan Agopyan

Yoshiaki Nakano

CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

José Arana Varela

Diretor-presidente

Carlos Henrique de Brito Cruz

Diretor científico

Joaquim José de Camargo Engler

Diretor administrativo

PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa de Pesquisa em Políticas Públicas (PPP) busca aproximar o sistema de ciência e tecnologia e a sociedade, financiando pesquisas pautadas por necessidades sociais concretas e voltadas para a formulação ou aperfeiçoamento de políticas públicas socialmente relevantes.

Lançado em agosto de 1998, o Programa reúne, de um lado, institutos de pesquisa e universidades, e, de outro, organismos do setor público – empresas estatais, ministérios, secretarias estaduais e municipais e prefeituras – e do terceiro setor – cooperativas, fundações e organizações não governamentais (ONGs).

A FAPESP financia as atividades de pesquisa do projeto, desenhado e executado conjuntamente pelos pesquisadores da instituição de pesquisa e da instituição parceira, sendo esta última a responsável pela implementação efetiva dos resultados. O compromisso dessa implementação é fator determinante para a aprovação dos projetos.

Os objetivos do programa

Os principais objetivos do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas são:

- Elaborar metodologias de avaliação de políticas públicas;
- Identificar problemas e propor soluções para a ação social do poder público, federal, estadual ou municipal, de modo a permitir a formulação ou o aperfeiçoamento de políticas que respondam às necessidades do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- Avaliar, sistematizar e disseminar trabalhos acadêmicos que acumularam conhecimento nas áreas pertinentes às políticas públicas;
- Apoiar pesquisas interdisciplinares, divulgar experiências bem-sucedidas, e produzir análises que subsidiem a formulação de novas políticas públicas, criativas e viáveis;
- Formar e capacitar gestores do setor público e do terceiro setor.

A apresentação das propostas

As propostas de pesquisa para o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas são recebidas pela FAPESP em fluxo contínuo durante o ano todo. O prazo médio esperado para a análise da FAPESP é de aproximadamente 75 dias.

A proposta deve ser encaminhada à FAPESP pelo Pesquisador Responsável, que precisa ter título de doutor ou equivalente e vínculo formal com instituição de pesquisa do Estado de São Paulo.

Etapas dos projetos e aporte financeiro da FAPESP

Os projetos submetidos ao PPP devem prever duas fases:

- Pesquisa propriamente dita e eventual teste de resultados em escala piloto, com duração máxima de 24 meses, e aporte financeiro de R\$ 350 mil por parte da FAPESP (em casos excepcionais, e depois de análise específica, a Fundação poderá considerar um valor superior ao limite previsto);
- Aplicação e multiplicação dos resultados alcançados na fase anterior, com sustentação financeira provida pela instituição parceira.

Embora a demanda individual possa ser acolhida, o Programa prioriza projetos cooperativos, que reúnam grupos de especialistas, de modo a garantir a melhor coordenação das pesquisas e o maior alcance na implementação dos resultados.

Informações detalhadas sobre a formatação dos projetos, o apoio financeiro, a prestação de contas e temas correlatos estão disponíveis no portal da FAPESP, em <http://www.fapesp.br/politicaspUBLICAS>

Programa de Pesquisa para o SUS

No âmbito do apoio prestado pela FAPESP aos projetos voltados para as políticas públicas, o Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS) constitui uma iniciativa à parte, com regras próprias.

O PPSUS busca sustentar pesquisas com foco nos problemas prioritários de saúde pública e no fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde. Participam do PPSUS o Ministério da Saúde, a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a FAPESP. O convênio foi assinado em 27 de novembro de 2004 e vem sendo renovado a cada dois anos.

As chamadas para apresentação de propostas são feitas por meio de editais públicos. E, até a data da edição deste livro, foram realizadas três chamadas para apresentação de propostas, em 2005, 2006/2007 e 2009.

Informações detalhadas sobre o PPSUS estão disponíveis em <http://www.fapesp.br/4819>

O conteúdo deste livro

Este livro apresenta todos os 397 projetos de pesquisa em políticas públicas apoiados pela FAPESP desde o lançamento do Programa até dezembro de 2010. Foram contempladas propostas nas áreas de Ciências Agrárias e Veterinárias (31 projetos), Ciências Biológicas (7), Ciências Exatas (20), Ciências Humanas e Sociais (96), Engenharias (27) e Saúde (65). Além destas, há 59 propostas, aprovadas em 1998, que são classificadas como “Interdisciplinares”, pois este era o termo utilizado para designar os projetos acolhidos pelo PPP na época de sua criação.

Receberam destaque, compondo um capítulo especial, os 92 projetos voltados para o Sistema Único de Saúde, que integram o Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS). Estes se distribuem do seguinte modo: Ciências Biológicas (3), Ciências Exatas (1), Ciências Humanas e Sociais (6), Engenharias (2) e Saúde (80).

Em um país como o Brasil, de formação histórica relativamente recente, e no qual uma vigorosa economia emergente coexiste com enormes desigualdades sociais, um programa como o PPP reveste-se de especial importância, possibilitando que parte da inteligência e do conhecimento acumulados nas universidades e institutos de pesquisa se volte para o atendimento das reais necessidades da população, contribuindo para a correção das distorções do presente e a construção de um futuro melhor.

A FAPESP

Criada em 18 de outubro de 1960 e instituída em 1962, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica no Brasil. Com um espectro diversificado de programas e um orçamento que alcançou, em 2010, o montante de R\$ 734,54 milhões (87,5% provenientes do repasse de 1% do total da receita tributária do Estado), a Fundação financia pesquisa em todas as áreas do conhecimento, intercâmbio e divulgação da pesquisa científica e tecnológica.

O fomento praticado pela FAPESP atende a três objetivos claramente definidos: formação de recursos humanos, apoio à pesquisa acadêmica e apoio à pesquisa voltada a aplicações. As propostas para obtenção de bolsas e auxílios são avaliadas exclusivamente com base em seu mérito científico ou tecnológico, mediante análises feitas por assessores *ad hoc* (cientistas, tecnólogos ou especialistas, brasileiros ou estrangeiros, na área de conhecimento de cada projeto).

Ao longo de quase meio século de atividades, a FAPESP já financiou cerca de 90 mil auxílios à pesquisa e 100 mil bolsas, contribuindo decisivamente para a formação de cientistas e tecnólogos e o desenvolvimento de São Paulo e do Brasil.

Sumário

Ciências Agrárias e Veterinárias, 21

AGRONOMIA

- 1 Sustentabilidade na produção de oleaginosas como inclusão social, 23
- 2 Procap/VR – Programa de capacitação e difusão de tecnologias orientadas para uso e manejo sustentado dos recursos do solo, água e planta do Vale do Ribeira, 23
- 3 Horta orgânica para o desenvolvimento local sustentável, 23
- 4 Programa de revitalização e capacitação da produção de cachaça de alambique paulista, 24
- 5 Formulação de fungos nematófagos à base de bagaço de cana e mensuração de sua eficácia em campo no manejo de nematoides em sistema de produção de quiabo, outras hortícolas e plantas ornamentais, 24
- 6 Caracterização, quantificação e prevenção de injúrias pós-colheita na cadeia de comercialização do morango, 24
- 7 Manuseio, embalagem e conservação de caqui com aplicação de APPCC (análise de perigos e pontos críticos de controle) visando à segurança do alimento para o consumidor, 24
- 8 Avaliação de áreas verdes e arborização urbana utilizando videografia aérea multiespectral e tomografia na cidade de Piracicaba, SP, e no Parque do Ibirapuera, SP, 25
- 9 Avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais do controle químico da fauna sinantrópica no município de São Paulo; desenvolvimento de propostas para redução desses impactos, 25
- 10 Avaliação das terras do Estado de São Paulo visando ao apoio de decisões ligadas à agricultura familiar, 26

- 11 Desenvolvimento sustentável em horticultura para agricultura familiar e assentamentos na região de Bauru, SP, 26
- 12 Quantificação de perdas em pós-colheita de frutos e difusão de tecnologia para identificação de suas causas e seu controle, 26
- 13 Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de baixo impacto ambiental com mandioca no litoral norte do Estado de São Paulo no âmbito de um programa de políticas públicas de apoio às comunidades rurais, 27
- 14 Modelos de repovoamento vegetal para a proteção de sistemas hídricos em áreas degradadas dos diversos biomas do Estado de São Paulo, 27

ENGENHARIA AGRÍCOLA

- 15 Produção de biodiesel a partir de óleos vegetais residuais, promovendo a inclusão social e a preservação do meio ambiente, 28

MEDICINA VETERINÁRIA

- 16 Programa de inseminação artificial em bovinos para os pequenos produtores da região de Piracicaba, 28
- 17 Determinação da condição sanitária dos rebanhos de caprinos e ovinos do Estado de São Paulo, 28
- 18 Estudo epidemiológico das neoplasias em cães e gatos e sua possível utilização como sentinela de contaminações ambientais, 29
- 19 Avaliação-piloto da poluição antrópica dos recursos na bacia hidrográfica do córrego Rico, Jaboticabal, SP, 29
- 20 Encefalites dos bovinos: sistematização do diagnóstico diferencial, 30
- 21 Informatização das informações de base geradas pelo serviço de defesa sanitária animal do Estado de São Paulo, 30
- 22 Produção de suínos saudáveis: uma alternativa para a agricultura familiar, 30

RECURSOS FLORESTAIS E ENGENHARIA FLORESTAL

- 23 Certificação em silvicultura urbana como instrumento de política pública, 31
- 24 Inventário florestal do reflorestamento (*Pinus* e *Eucalyptus*) do Estado de São Paulo, 31
- 25 Bases sociológicas e ecológicas para a construção e aprimoramento de políticas públicas voltadas à restauração de matas ciliares, 31
- 26 Certificação em silvicultura urbana como instrumento de política pública, 31
- 27 Disponibilidade da madeira da seringueira (*Hevea brasiliensis*) como matéria-prima para a confecção de mobiliário no Estado de São Paulo, 32

RECURSOS PESQUEIROS E ENGENHARIA DE PESCA

- 28 Caracterização higiênico-sanitária da cadeia produtiva do pescado marinho da Baixada Santista, 32

ZOOTECNIA

- 29 Suporte para políticas públicas: pesquisa, desenvolvimento e expansão da ovinocaprinocultura do sudoeste paulista, 32
- 30 Diagnóstico de situação, geração e disponibilização de práticas gerenciais e produtivas no âmbito da avicultura familiar, bovinocultura de leite e ovinocultura no município de Votuporanga, SP, 33
- 31 A cadeia de negócios da ovinocultura de corte paulista: diagnóstico de pontos críticos e proposta de estruturação técnica e mercadológica, 33

Ciências Biológicas, 35**BOTÂNICA**

- 32 Diagnóstico sobre extração, produção, comercialização e uso de plantas medicinais, aromáticas e condimentares na região do Vale do Paraíba, SP, 37
- 33 Recuperação ambiental: participação e Poder Público: uma experiência em Campinas, SP, 37

ECOLOGIA

- 34 Estabelecimento de parâmetros de avaliação e monitoramento para reflorestamento induzido visando ao licenciamento ambiental, 37
- 35 Parque estadual da Ilha Anchieta: proposta de revitalização de duas unidades do complexo

histórico-arquitetônico local, como núcleo cultural, de lazer educativo e histórico-científico, 38

- 36 Avaliação da qualidade da água da sub-bacia do rio Corumbataí por meio de bioensaios, 38
- 37 Caracterização e quantificação da matéria-prima florestal (*Pinus* e *Eucalyptus*) no Estado de São Paulo, 39

GENÉTICA

- 38 Aconselhamento genético para câncer de mama: uma rotina necessária em serviços especializados no atendimento a pacientes com câncer de mama?, 39

Ciências Exatas, 41**CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

- 39 Computação e multidisciplinaridade: ações e estratégias de integração para a próxima década, 43
- 40 Memória virtual de São Carlos, 43

FÍSICA

- 41 Avaliação da efetiva contribuição socioeconômica de empresas incubadas no Estado de São Paulo, 43

GEOCIÊNCIAS

- 42 Diretrizes para a regeneração socioambiental de áreas degradadas por mineração de saibro (caixas de empréstimo), Ubatuba, SP, 44
- 43 Implementação de modelo de qualidade do ar para a Região Metropolitana de São Paulo, 44
- 44 Formulação de modelo de gestão para administração dos recursos minerais e desenvolvimento da mineração no Estado de São Paulo, 45
- 45 Diagnóstico ambiental para o manejo sustentável do núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira e áreas vizinhas do município de Guarulhos, SP, 45
- 46 Caracterização da qualidade do ar em São José dos Campos, SP, 45
- 47 Gestão de recursos hídricos das bacias da vertente atlântica do Vale do Paraíba paulista – aplicação da abordagem geobio-hidrológica e do conceito de ecologia da paisagem, 46
- 48 Movimentos de massa em encostas devido à liquefação de argilas: avaliação ambiental e obras de contenção no município de Taubaté, SP, 46

PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA

- 49 Índice de desenvolvimento municipal: alternativa metodológica para avaliação intraurbana, 47
- 50 Proposta de sistema computacional de apoio a coleta, registro e análise de dados de mortes violentas em município de médio porte como ferramenta de apoio a políticas de controle social, 47

QUÍMICA

- 51 Produção de padrões analíticos e desenvolvimento de métodos para o monitoramento de microcistinas para atendimento da Portaria nº 518 do Ministério da Saúde, 48
- 52 Supermoléculas de lantanídeos: buscando sua aplicação como ferramenta do diagnóstico, 48
- 53 Melhoria da qualidade da aguardente e preposição de padrão de qualidade, 48
- 54 Diagnóstico ambiental do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar) para o gerenciamento integrado e participativo relacionado ao desenvolvimento regional sustentado e à proteção ambiental, 49
- 55 A educação ambiental como instrumento para o gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares. Uma proposta de ação comunitária para o município de São Carlos, SP, 49
- 56 Análise crítica do padrão de potabilidade das águas destinadas ao abastecimento público: avaliação da qualidade das águas destinadas ao abastecimento público em áreas de captação do Estado de São Paulo, 50
- 57 Impressão digital química: um novo instrumento na implementação de políticas públicas na área de segurança, 50

Ciências Humanas e Sociais, 53**ADMINISTRAÇÃO**

- 58 Cenários de negociação ambiental para o estuário de Santos e São Vicente, 55
- 59 Parlamento transparente: sistema de avaliação de desempenho do Parlamento, 55
- 60 Caracterização de um modelo de parque tecnológico em zonas intensamente urbanizadas como instrumento do desenvolvimento regional metropolitano, na sociedade da informação e do conhecimento, 55

- 61 Estudo da representatividade da base de dados sobre indicadores empresariais de inovação tecnológica, 56
- 62 Estudo para implantação do observatório da qualidade de vida de Santo André. Uma ferramenta para a construção de uma cidade saudável, 56

ANTROPOLOGIA

- 63 Política cultural no município de Presidente Prudente, SP: o museu histórico e seu papel educacional e turístico, 57

ARQUITETURA E URBANISMO

- 64 Territórios híbridos: meios digitais, comunidades e ações culturais, 57
- 65 Patrimônio histórico em São Paulo: sua relação com o entorno e com a cidade, 57
- 66 Inventário das vilas operárias de Campinas (1930-1960), 58
- 67 Arquivo histórico municipal Washington Luís – a cidade de São Paulo e sua arquitetura, 58
- 68 Inventário como ferramenta para a prática de preservação do patrimônio cultural, 58
- 69 O papel dos leitos, pátios e conjuntos edificados ligados às ferrovias na estruturação urbanística e de políticas para a cidade, o município e a Região Metropolitana de Campinas, SP, 58
- 70 Comunidades *on-line*: domesticidade e sociabilidade em políticas públicas para inclusão digital, 59
- 71 Diretrizes e procedimentos para a recuperação de patrimônio habitacional de madeira na vila histórica de Paranapiacaba, 59
- 72 Territorialidades da globalização em São Paulo, 60

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

- 73 Desenvolvimento e disseminação de ferramentas de apoio à documentação de arte, 60
- 74 Unesp em parceria com as administrações públicas: município de Echaporã, SP, 60

CIÊNCIA POLÍTICA

- 75 O Estado de São Paulo, negociações internacionais e instrumentos de política comercial: riscos e oportunidades, 61

- 76 Desenvolvimento de modelo de governança para ambientes inovadores inseridos no contexto de políticas públicas locais – o caso do parque tecnológico da cidade de São Paulo, 61
- 77 Desenvolvimento de um modelo conceitual de ambiente de inovação para o município de Guarulhos, SP, 61
- 78 Política pública integrada, o novo direito à cidade: o estudo de caso das escolas Cora Coralina e Clarice Lispector a partir dos três anos de experiência com a metodologia Nepso, 61
- 79 Avaliação do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Campinas, SP, visando ao desenvolvimento de redes de atenção à saúde, 62
- 80 Observatório de cidadania, justiça e violência – rede de instituições, profissionais e atores sociais na região de Assis, 62
- 81 Avaliação estratégica do processo de implementação das políticas de desenvolvimento e meio ambiente no município de Santo André, SP, 62
- 82 Avaliação e implementação de políticas municipais de segurança pública no município de Guarulhos, SP, 62
- 83 Diretrizes de políticas públicas para a pesquisa científica e tecnológica em bioenergia no Estado de São Paulo, 63
- 84 Avaliação da gestão de políticas públicas integradas e participativas na subprefeitura de Capela do Socorro – município de São Paulo, 63
- 85 Metodologia de avaliação de programas de transferência de renda: estudo-piloto e capacitação de técnicos para municípios selecionados nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas, 63
- 86 Educação inclusiva: o desafio de ampliar o atendimento com qualidade e a formação docente, 64
- 87 Políticas públicas e violência contra crianças e adolescentes em Araraquara, SP, 64
- 88 A internet como instrumento de otimização da prestação de serviços em bibliotecas públicas municipais, 65
- 89 Projeto de educação em direitos humanos e para a cidadania: avaliação da atuação do governo do Estado de São Paulo na aplicação do plano estadual de direitos humanos e proposição de novas práticas, 65

COMUNICAÇÃO

- 90 Projeto de desenvolvimento turístico e de gestão integrada para o município de São Carlos, SP, e região, 66

DEMOGRAFIA

- 91 Caprinocultura: pesquisas aplicadas ao desenvolvimento rural familiar da região de Itapetininga, SP, 66
- 92 Avaliação do impacto da mediação familiar como método de intervenção em situações de violência intrafamiliar, 67

DIREITO

- 93 Políticas públicas locais e inserção internacional – o caso da Secretaria de Relações Internacionais no município de São Paulo, 67

ECONOMIA

- 94 Empreendedorismo relacionado a CT&I – estruturação de uma base de conhecimento no contexto do modelo pré-incubação de projetos da Inova Unicamp, 68
- 95 Gestão compartilhada de bacias hidrográficas: proposta para adequação tecnológica da atividade agrícola nas cabeceiras do alto Tietê e médio Tietê – Agroágua, 68
- 96 Proposição de diretrizes para políticas públicas em economia solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo, São Carlos, SP, 68
- 97 Uma avaliação dos impactos do programa de visitas médicas às escolas do município de São Paulo sobre a saúde do aluno e o seu desempenho escolar, 68
- 98 Revitalização da cadeia vitivinícola paulista: competitividade, governança e sustentabilidade, 69
- 99 Planejamento estratégico aplicado ao município de Bauru: projeto Bauru + 10, 69
- 100 Desenvolvimento de modelo institucional para o fortalecimento da estrutura da pesquisa pública do agronegócio do Estado de São Paulo, 69
- 101 Inovação tecnológica e incubação de empresas no agronegócio: diagnósticos de pontos críticos e proposta de estruturação de base regional no município de Pirassununga, SP, 69
- 102 Políticas de desenvolvimento de atividades tecnológicas em filiais brasileiras de multinacionais, 70

- 103 Políticas públicas e desenvolvimento regional: identificação e avaliação de impactos regionais resultantes das principais transformações na estrutura produtiva na região Araraquara-São Carlos, SP, 70
- 104 Construção comunitária de um projeto para adequação ambiental e sustentabilidade da produção agropecuária da microbacia do ribeirão Piracicamirim, 70
- 105 Políticas públicas territoriais e autossustentabilidade: avaliação e propostas para a bacia hidrográfica do Mogi-Mirim, 71
- 106 O gasto em saúde no Estado de São Paulo: métodos e tendências, 71
- 107 O orçamento participativo – estudo de caso do município de Santo André, 72
- 108 Economia regional e os problemas do emprego: o caso de São Paulo, 72

EDUCAÇÃO

- 109 O caráter educativo da laicidade do Estado para a esfera pública: alcance da ação do MP em defesa da cidadania e da democracia, 73
- 110 Os guarani-mbya e as políticas públicas de educação escolar indígena: elaboração de materiais pedagógicos – produção de conhecimentos e propostas de educação escolar entre os guarani, 73
- 111 A literatura na escola: espaços e contextos – a realidade brasileira e portuguesa, 73
- 112 Participação popular: estudo e monitoria de ações e iniciativas voltadas para o fortalecimento das parcerias escola-sociedade civil nas regiões de Mogi das Cruzes, Salesópolis e Biritiba Mirim, SP, 73
- 113 Formação de conselheiros municipais de educação, de conselheiros do Fundef e de quadros técnicos das secretarias municipais de Educação e produção de material de formação e divulgação sobre o financiamento, 74
- 114 Pesquisa aplicada ao desenvolvimento de metodologia de planejamento do atendimento da demanda por educação básica (educação infantil e ensino fundamental) em Campinas, SP, 74
- 115 Recuperação de fontes seriais para a historiografia da criança institucionalizada, 75
- 116 O direito por educação básica: estudo da demanda social e do atendimento público em uma microrregião urbana, 75

- 117 Potencialização da autonomia da gestão escolar municipal, 76
- 118 Atendimento interdisciplinar ao aluno surdo: grupo de apoio a pais e ensino de Libras, 76
- 119 Organização dos sistemas municipais de educação no Estado de São Paulo: novas possibilidades na gestão das políticas públicas no município de Bauru, 76
- 120 Diagnóstico das creches municipais de São Carlos, SP, 77

GEOGRAFIA

- 121 Dinâmica do lugar e cultura do café, centro internacional de informação da cultura do café, 77
- 122 Educação ambiental e o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em Presidente Prudente, SP: desenvolvimento de metodologias para coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho, 78
- 123 Gestão pública e cadastro técnico: a informação diante das novas competências municipais, 78
- 124 A geografia do crime de Marília, SP: diagnósticos para uma ação social comunitária, 78

HISTÓRIA

- 125 Usos sociais do patrimônio ambiental e cultural: cidadania e desenvolvimento institucional em municípios de pequeno porte: região de Assis, SP (1988-2008), 79
- 126 Patrimônio cultural rural paulista: espaço privilegiado para a pesquisa, ensino e turismo, 79
- 127 Registros da morte – registro da vida: a informatização dos registros de sepultamentos realizados no município de São Paulo no período de 1858 a 1940, 79
- 128 Núcleo de história social da cidade: as transformações urbanas e sociais da cidade de São Paulo de 1963 a 1999, 80

MUSEOLOGIA

- 129 A criação de um centro cultural municipal em Álvares Machado, SP, e sua ação educativa e turística, 80

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

- 130 Gerenciamento de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paranapanema: subsídios para planejamento ambiental e desenvolvimento de políticas públicas pelos comitês de bacias hidrográficas, 80

- 131 Diagnóstico e classificação patrimonial da orla ferroviária na rede de cidades paulistas e projetos estratégicos municipais de desenvolvimento urbano regional, 81
- 132 Circuitos da exclusão social e da pobreza urbana em Álvares Machado e Rancharia, SP, 81
- 133 Urbanização e preço da terra nas franjas urbanas em municípios do Estado de São Paulo, 81
- 134 Sete cidades – uma leitura perceptiva do grande ABC: contribuição metodológica para conhecer, reconhecer e intervir no espaço urbano, 81
- 135 Reparação de danos e ajustamento de conduta em matéria urbanística, 82

PSICOLOGIA

- 136 Desenvolvimento de indicadores sociais e sistematização de sua manutenção: um estudo para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em São José do Rio Preto, SP, 82
- 137 Avaliação de internações psiquiátricas na região de Ribeirão Preto, SP, entre 1998 e 2004, e suas relações com a rede extra-hospitalar de saúde mental, 83
- 138 Transição da educação para o trabalho e construção de projetos profissionais na comunidade escolar: parâmetros para a elaboração de um modelo de política pública em orientação profissional no ensino médio, 83
- 139 Subsídios para a implantação da rede de atenção integral ao adolescente, 83
- 140 O impacto da inclusão das variáveis raça e gênero nas políticas sociais redistributivas e emancipatórias da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do município de São Paulo, 84
- 141 Políticas públicas para a geração de trabalho e renda de trabalhadores da construção civil, 84
- 142 Projeto indicadores (Proindi): mapeamento de provedores de informação e levantamento de indicadores existentes para a organização de banco de dados sociais (saúde, educação, ação social e meio ambiente) como subsídios para políticas públicas no município de São Carlos, 85
- 144 Criação e implementação de uma rede nacional de cooperação e intercâmbio técnico-científico entre associações de portadores de lesões labiopalatais no Brasil, 85
- 145 Dinâmica social, qualidade ambiental e espaços intraurbanos em São Paulo: uma análise socioespacial, 86

SOCIOLOGIA

- 146 Aperfeiçoamento da política pública de assistência jurídica aos indivíduos presos provisoriamente, 86
- 147 Consórcio de Informações Sociais (CIS), 86
- 148 Diagnóstico socioambiental, aprendizagem social e modelos multiagentes na definição de políticas públicas para a gestão integrada dos recursos hídricos e uso e ocupação do solo, 87
- 149 Parcerias ambientais – diagnóstico turístico e propostas de educação ambiental em Vargem, SP, 87
- 150 Avaliação técnica, econômica e socioambiental da atividade artesanal no quilombo de Ivaporunduva, Vale do Ribeira, SP, 87
- 151 Educação de adultos trabalhadores: metodologias de ensino, aprendizagem, itinerários formativos e capacitação de professores, 88
- 152 Desenvolvimento local e políticas públicas: análise e propostas para o novo rural de São Carlos, SP, 88
- 153 Perfil socioeconômico da mulher paulista, 88
- 154 Consolidação de um sistema estadual de análise e produção de dados e constituição de um modelo de tratamento de informações que subsidie políticas públicas em justiça e segurança, em especial o Centro de Análise Criminal, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 89

Engenharias, 91

CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

- 155 Políticas públicas para a capacitação familiar e inovação tecnológica de produtos hortícolas *in natura*, minimamente processados e processados no município de Itatinga, SP, 93
- 156 Especificação de embalagens para produtos da merenda escolar, 93
- 157 Implantação do programa de verticalização da agricultura familiar na cadeia produtiva do milho

SERVIÇO SOCIAL

- 143 Metodologia de avaliação da implementação do Suas e capacitação de agentes sociais para o monitoramento e avaliação da política pública de assistência social no município de São Paulo, 85

verde no município de Piracicaba, SP , 93

- 158 Determinação das características sensoriais das aguardentes de cana produzidas na região central do Estado de São Paulo, 93
- 159 Diagnóstico e intervenções emergentes para viabilizar a comercialização e o beneficiamento do pescado e derivados de mexilhões no litoral norte de São Paulo, 94
- 160 Implantação de sistema de controle de qualidade a ser utilizado como padrão na cadeia de comercialização de frutas, 94
- 161 Latas amassadas: dimensionamento do índice de rejeição e avaliação da possibilidade de consumo em programas de suprimento de alimentos para populações carentes, 95
- 162 Produtos lácticos clandestinos: dimensionamento real do problema no Estado de São Paulo como parâmetro para a elaboração de políticas públicas que visem ao seu combate, 95

ENGENHARIA CIVIL

- 163 Instrumento de gestão de políticas públicas voltado ao processo de construção habitacional e transferência de tecnologia, 95
- 164 Aprimoramento do sistema de coleta e análise de dados de atividades de bombeiros para melhoria do serviço de atendimento emergencial à população, 96

ENGENHARIA DE MATERIAIS E METALÚRGICA

- 165 Contribuição tecnológica para o fortalecimento de clusters do Estado de São Paulo, 96
- 166 A gestão da cadeia de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos domiciliares: contribuição para a formulação de políticas públicas, 97
- 167 Programa de pesquisa em políticas públicas visando à implantação de pequenas unidades transformadoras de resíduos para a produção de matérias-primas recicladas, 97
- 168 Desenvolvimento de metodologia para a gestão em serviços de fornecimento e distribuição de águas para consumo humano, 98

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

- 169 Desenvolvimento, padronização e democratização de metodologias e ações integradas para a capacitação de micros, pequenas e médias empresas industriais em gestão da qualidade e do meio ambiente no município de São Carlos, 98

ENGENHARIA DE TRANSPORTES

- 170 Acessibilidade e mobilidade dos moradores da zona rural do município de São Carlos, SP, 99

ENGENHARIA ELÉTRICA

- 171 Novos instrumentos de planejamento energético regional visando ao desenvolvimento sustentável, 99

ENGENHARIA MECÂNICA

- 172 Desenvolvimento e otimização de sistemas de produção de hidrogênio para acionamento de células de combustível, 99
- 173 Desenvolvimento de metodologia para implantação de cooperativas de agentes ambientais, visando à coleta seletiva de lixo doméstico, 100

ENGENHARIA SANITÁRIA

- 174 A inserção da variável ambiental nos processos de tomada de decisão em âmbito municipal, 100
- 175 Modelagem espaço-temporal da qualidade da água utilizando análise geográfica computadorizada, 100
- 176 Mapa, atlas ambiental e socioeconômico da Baixada Santista, SP, 100
- 177 Programa de monitoramento e manejo de macrófitas aquáticas nos reservatórios do Estado de São Paulo: subsídio a políticas públicas, 101
- 178 Projeto piloto de recarga artificial de aquíferos na bacia hidrográfica do rio Una, em Taubaté, SP, 101
- 179 Gerenciamento do lodos de ETAs. Influência do lançamento do lodo de ETA no processo de tratamento de esgotos por lagoas de estabilização em cidades de pequeno porte, 101
- 180 Ação integrada para o desenvolvimento do sistema de suporte à decisão para o gerenciamento dos recursos hídricos na bacia do rio Piracicaba, 102
- 181 Campo experimental de tratamento e reúso de esgoto e aproveitamento de biossólidos, biomassa e energia, 102

Saúde, 105

EDUCAÇÃO FÍSICA

- 182 A construção de elementos metodológicos para a implementação de ações transversais nas políticas públicas de lazer em âmbito municipal, 107

ENFERMAGEM

- 183 Limites e possibilidades dos sistemas de saúde locais no reconhecimento e enfrentamento das necessidades de saúde da população – o PSF no município de São Paulo, 107
- 184 Jovens, valores e consumo de drogas: políticas públicas na perspectiva da saúde coletiva, 107
- 185 Política de atenção ao adulto: prevenção, identificação e controle da hipertensão arterial Distrito Saúde Escola do Butantã, 108
- 186 Escolas promotoras da saúde: prevenção da morbidade por causas externas no município de Embu, SP, 108
- 187 Avaliação do serviço de urgência e emergência como suporte para a reorganização do modelo assistencial de saúde de Bauru, em consonância com os princípios do SUS, 108
- 188 Estratégias de avaliação e de diagnóstico da qualidade de práticas de controle de infecção hospitalar em estabelecimentos de assistência à saúde do Estado de São Paulo, 109
- 189 Saúde da família – avaliação da nova estratégia assistencial no cenário das políticas públicas, 109

FARMÁCIA

- 190 Implementação e consolidação do serviço ambulatorial de tratamento de câncer de pele junto à Unifesp, 110
- 191 Algas presentes em florações: isolamento e padronização de métodos analíticos para a quantificação de toxinas, 110

FARMACOLOGIA

- 192 Detecção do uso de drogas e avaliação do impacto de uma intervenção breve em serviços de atenção primária à saúde, 110

FISIOLOGIA

- 193 Diagnóstico da piscicultura no Estado de São Paulo, 111

FONOAUDIOLOGIA

- 194 Indicadores e proposta de avaliação da qualidade dos serviços de audiologia do Sistema Único de Saúde, 111
- 195 Modelo de saúde auditiva no recém-nascido, 111

MEDICINA

- 196 Integração tecnológica e inovação para identificação e prevenção do desaparecimento de crianças e adolescentes com deficiência, 112
- 197 Campanha antitabagista na formação da criança e do adolescente. Avaliação de programa a ser aplicado ao público usuário do museu de anatomia humana Professor Alfonso Bovero, 112
- 198 Programa de ações integradas para prevenção e atenção ao uso de álcool e drogas/organização mundial da saúde-implementação de estratégias de diagnóstico e intervenções breves para problemas relacionados ao álcool, 113
- 199 Estudo do impacto de diferentes métodos de terapia renal substitutiva na leptospirose grave na UTI do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, 113
- 200 A organização de políticas públicas relacionadas ao uso do tabaco, 113
- 201 Plano de prevenção do comportamento suicida, 113
- 202 Prevenção de quedas e “desabilidades” em idosos no âmbito da estratégia de saúde da família, 114
- 203 Acesso, adesão e evolução de mulheres usuárias e/ou dependentes de álcool e outras drogas na implementação de programas especializados para mulheres em serviços de saúde da prefeitura do município de São Paulo, 114
- 204 Avaliação do impacto da implementação de diretrizes clínicas na qualidade do atendimento nas emergências psiquiátricas de São Paulo, 115
- 205 Realização de um ensaio comunitário na cidade de Paulínia com o objetivo de reduzir o consumo global de álcool e tabaco, 115
- 206 Avaliação da efetividade de treinamentos em saúde mental para equipes do programa de saúde da família do município de São Paulo, 116
- 207 Programa de prevenção de recaídas do transtorno afetivo bipolar (TAB), 116
- 208 Avaliação da excreção urinária de iodo e grau de iodatação do sal consumido pela população do Estado de São Paulo, 117
- 209 Construção de indicadores sobre grupos populacionais em situação de risco como subsídios para a construção de políticas públicas, por meio da utilização do sistema Prorastre, 117
- 210 Avaliação da dosagem alcoólica em amostras

de sangue obtidas durante exames necroscópicos realizados no centro de medicina legal da FMRP/USP, 117

- 211 Prevenção da cegueira na comunidade, 118
- 212 Centro de formação de multiplicadores e cuidadores da saúde do Estado de São Paulo, 118
- 213 Centro de estudos demográficos e do perfil sócioeconômico dos usuários do sistema de saúde do estado de São Paulo, 118
- 214 Desenvolvimento de proposta de política sobre drogas para universidades públicas estaduais de São Paulo, 119
- 215 Pré-projeto de avaliação de variáveis epidemiológicas e clínico-laboratoriais antes e após a implantação de um sistema de atendimento integrado do paciente diabético, 119
- 216 Avaliação técnica e gerencial dos serviços de hemoterapia da região de abrangência do hemocentro de Ribeirão Preto, 120

MICROBIOLOGIA

- 217 Utilização de métodos moleculares no rastreamento de fontes de contaminação fecal em águas superficiais no Estado de São Paulo, 120

NUTRIÇÃO

- 218 Programa de mudança de estilo de vida para prevenção e tratamento das doenças crônicas não-transmissíveis: capacitação profissional, gestão e pesquisa, 120

ODONTOLOGIA

- 219 Desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde odontológica em interface com saúde mental, 121
- 220 Saúde bucal da população rural: desenvolvimento de metodologia para implementação da atenção odontológica no Programa Saúde da Família, 121
- 221 Problemas gengivais e a saúde geral da população, 121
- 222 Desenvolvimento de estratégias para reciclagem e treinamento de profissionais da saúde no atendimento do paciente geriátrico, 122

PARASITOLOGIA

- 223 Programa educativo para alunos de escolas do ensino fundamental sobre um vetor e sua relação com o patógeno, tendo dengue como modelo, 122

SAÚDE COLETIVA

- 224 Elaboração de um modelo de acolhimento com classificação de risco para unidade não hospitalar de urgência e avaliação de sua influência na reordenação do acesso aos serviços da rede de saúde, 123
- 225 O uso de técnicas de geoprocessamento em estudos epidemiológicos do suicídio e tentativas de suicídio: subsídios para o planejamento, implementação e avaliação de programas de prevenção, 123
- 226 Pacto pela saúde e a questão regional no Estado de São Paulo: fatores intervenientes e reorientação da política da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, 123
- 227 Construção de políticas públicas na epilepsia, 123
- 228 Projeto de políticas públicas para plantas medicinais e fitoterapia na rede municipal de saúde de Pindamonhangaba, 123
- 229 Construindo uma matriz de vulnerabilidade para a identificação de grupos populacionais prioritários no Estado de São Paulo: etapa para implementação de política de prevenção para DST, HIV e Aids, 124
- 230 Caminhos da integralidade: levantamento e análise de tecnologias de cuidado integral a saúde em serviços de atenção primária em região metropolitana, 124
- 231 Ações interinstitucionais para o diagnóstico e prevenção de acidentes do trabalho: aprimoramento de uma proposta para a região de Piracicaba, 124
- 232 Intersetorialidade, programas sociais e atenção básica à saúde: diagnóstico e proposição de estratégias de difusão de informação no município de Piracicaba: um estudo de caso, 124
- 233 Cuidar e incluir: identificando necessidades de idosos de baixa renda no município de São Paulo, 125
- 234 Gestão e avaliação em atenção básica de saúde e do programa de saúde da família em um distrito de saúde (122 mil habitantes) no município de Ribeirão Preto, 125
- 235 Malária autoctone em áreas de Mata Atlântica do Estado de São Paulo: caracterização do problema e subsídios para seu controle, 125
- 236 Bases para a implantação de um serviço público do trabalhador no trabalho informal e em micro e pequenas empresas de comércio hortifrutigranjeiro no Estado de São Paulo, 126
- 237 Crianças em situação de risco social: limites e necessidades da atuação do profissional de saúde, 126

- 238 Avaliação do alcance das mudanças na política pública de saúde mental e da implantação dos centros de atenção psicossocial (portaria gm/ms n. 336), 127
- 239 Avaliação das notificações de receitas (a e b) prescritas nas unidades de saúde da secretaria municipal saúde São Paulo, 127
- 240 Controle integrado da dengue utilizando geoprocessamento, 127
- 241 Epidemiologia da violência criminal na cidade de São Paulo: uma abordagem em macro e microescalas, 128
- 242 Avaliação e construção de indicadores para o monitoramento da implantação do Programa Saúde da Família no município de São Paulo, 128
- 243 Contribuição do setor da saúde no atendimento das vítimas e na prevenção da violência, 129
- 244 Trabalho informal e acidentes do trabalho em Piracicaba, 129
- 245 Interação entre universidade, organização não governamental e administração pública para o desenvolvimento de programas de pesquisa-ação objetivando a transformação de um bairro carente em comunidade saudável, 129
- 246 Elaboração de instrumentos de avaliação de projetos municipais saudáveis, 130
- Projetos Interdisciplinares, 131**
- 247 Subsídios para a implementação de um centro de aperfeiçoamento e inovações pedagógicas, 133
- 248 Diversidade e exclusão: conhecendo melhor quem as vivencia e construindo alternativas de inclusão, 133
- 249 Projeto pedagógico para a reformulação do ensino médio (promedio), 133
- 250 Avaliação de processos participativos em programas de educação ambiental: subsídios para o delineamento de políticas públicas, 134
- 251 Desenvolvimento de um sistema de suporte à elaboração de plano diretor agrícola municipal, 134
- 252 Políticas públicas para inovação tecnológica na agricultura do Estado de São Paulo: métodos para avaliação de impactos e priorização da pesquisa, 135
- 253 Sistema integrador de informações geoambientais para o litoral do Estado de São Paulo com aplicação ao gerenciamento costeiro (Siigal), 135
- 254 Capacitação técnica de agentes, educação ambiental da população local e indicadores de saneamento e saúde pública: estratégias para a gestão integrada dos recursos hídricos das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM), do Sistema Cantareira, 136
- 255 Uso de índices biológicos no biomonitoramento de ambientes aquáticos continentais – riachos de corredeira, 136
- 256 Estudo dos fatores biológicos, sociais e ambientais de transmissão da dengue, para delinear mecanismos de controle e prevenção - epidemiologia quantitativa, 136
- 257 Estudo piloto para avaliação dos custos/benefícios associados ao tratamento integrado de água, esgotos e lixo pela Sabesp, 137
- 258 Diagnóstico agroambiental para gestão e monitoramento da bacia hidrográfica do rio Jundiá Mirim, 137
- 259 Programa de capacitação de agentes públicos e sociais para a formulação de políticas locais de regulação urbanística, 138
- 260 Políticas de gestão de documentos, institucionalização e implantação de arquivos municipais no Estado de São Paulo, 138
- 261 Conscientização para a diminuição do ruído nas escolas: uma preocupação do poder público com a saúde auditiva das crianças e a melhoria do rendimento escolar, 139
- 262 Proposição de políticas públicas a partir de modelos de avaliação e gestão de impactos socioambientais da visitação pública nas unidades de conservação do Estado de São Paulo, 139
- 263 Políticas públicas do município de Pirajú: o patrimônio ambiental e cultural como bens de uso comum do povo (diagnóstico, gestão e avaliação), 139
- 264 Desenvolvimento de tecnologia para previsão de ozônio na baixa atmosfera, 140
- 265 Políticas públicas e fortalecimento da cidadania – quatro experiências de busca de sustentabilidade socioambiental no nível da administração local, 140
- 266 A distribuição *in natura* no município de Rio Claro, SP: uma análise das mudanças no ambiente institucional, 140
- 267 Bairros periféricos: integração ou marginalidade? Tentativa de diagnóstico do universo de vida das camadas populares, 141

- 268 Incorporação dos princípios e indicadores da sustentabilidade na formulação de políticas urbanas em pequenos e médios municípios, 141
- 269 Gestão tributária e acompanhamento da execução orçamentária municipal, 141
- 270 Um sistema de gestão documental para o Estado de São Paulo, 142
- 271 Formulação de análises e políticas setoriais: empresas de base tecnológica, 142
- 272 Demanda de tecnologia no setor de saúde: subsídios para políticas públicas, 143
- 273 Habitação social em madeira de reflorestamento como alternativa econômica para usos múltiplos da floresta, 143
- 274 Avaliação do processo de municipalização dos serviços de saúde no Estado de São Paulo, 143
- 275 Inquérito de saúde no Estado de São Paulo: inquérito domiciliar de base populacional em municípios do Estado de São Paulo – 1999-2000, 144
- 276 Política de habitação e desenvolvimento urbano para o município de São Sebastião, 144
- 277 A prevenção da violência por meio da polícia comunitária, 144
- 278 Ocorrência de casos de violência doméstica e sexual nos serviços de saúde em São Paulo e desenvolvimento de tecnologia de atendimento para programas de saúde da mulher, 145
- 279 Gestão das políticas públicas de emprego e renda no Estado de São Paulo, 145
- 280 Musealização da arqueologia e a preservação dos lugares da memória como fator de revitalização urbana: o caso de São Caetano do Sul, SP, 146
- 281 Programa de apoio a agroindústria, abastecimento e alimentação de Piedade, São Paulo, 146
- 282 Gestão local, empregabilidade e equidade de gêneros e raça: uma experiência de política na região do ABC paulista, 146
- 283 Sistematização de experiências, diagnóstico local e formulação de modelo de gestão para viabilização das novas competências do sistema público de ensino municipal no Estado de São Paulo, 147
- 284 Avaliação do serviço de assistência domiciliar do HSPE-Iamspe e propostas para sua ampliação no âmbito do serviço público, 147
- 285 Educação ecológica na rede de ensino municipal de Campinas por meio da prática de cultivo e uso de plantas medicinais em um herbario, resgatando nas crianças e adolescentes o respeito à natureza, 148
- 286 Indicadores de qualidade para os programas de alimentação da Secretaria de Educação do município de Campinas, SP, 148
- 287 Políticas públicas municipais em Campinas: geração de base de dados multimídia, 148
- 288 Centro de atendimento ao traumatizado raquimedular, 149
- 289 Sistema de informação para a tomada de decisões municipais, 149
- 290 Gestão intersetorial das políticas sociais no município de São Lourenço da Serra, SP, 150
- 291 Programas de gestão integrada para o município de Franca, 150
- 292 Projeto de estabelecimento de uma política institucional de monitoramento da autogestão das cooperativas do Estado de São Paulo, 150
- 293 Organização das escolas estaduais de ensino fundamental da D.E. de Penápolis em ciclos: estudos e propostas, 151
- 294 Microcredito: experiências e potencialidades, 151
- 295 Desafios da gestão social pública: impacto social e estratégias de articulação municipal no âmbito do programa de renda mínima familiar cidadã da prefeitura de Santo André, 152
- 296 Consolidação da política de atendimento às vítimas da violência urbana, baseada na demanda real e na ação articulada entre os diversos setores do governo do Estado de São Paulo, 152
- 297 Sistema de diagnóstico e avaliação de projetos executados por municípios, órgãos estaduais e associações da sociedade civil no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, 152
- 298 Núcleo de ação educativa: a utilização de documentação histórica no ensino de história, 153
- 299 Metodologia de cursos de educação ambiental frente aos parâmetros curriculares nacionais nos vales do Paraíba e do Ribeira, SP, 153
- 300 Implementação de avaliação da incapacidade no paciente hemiplégico e a intervenção hospitalar, 154

- 301 Áreas especialmente protegidas no Estado de São Paulo: levantamento e definição de parâmetros para administração e manejo como subsídio a políticas públicas de gestão ambiental, 154
- 302 Implantação de rede de bibliotecas públicas: uma proposta de política educacional de promoção da leitura para moradores de bairros periféricos de Campinas, 154
- 303 Avaliação da qualidade na piscicultura paulista, 155
- 304 Desenvolvimento de métodos para avaliar resultados e gerar indicadores de desempenho das políticas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 155
- 305 Uso atual e uso potencial do solo no município de São Carlos, SP, base do planejamento urbano e rural, 155

PROGRAMA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SUS, 157

Ciências Biológicas, 159

BIOQUÍMICA

- 306 Detecção de genes de resistência produzidos por *Klebsiella pneumoniae* isolados de colonização e/ou infecção hospitalar, 159
- 307 Padronização da nested-PCR para detecção do *Pneumocystis jirovecii* em amostras de escarro, lavado broncoalveolar e sangue de pacientes com HIV/Aids, 159

GENÉTICA

- 308 Aplicação da citogenética molecular no diagnóstico de pacientes com anomalias congênitas para a redução da mortalidade infantil, 159

Ciências Exatas, 159

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

- 309 Uma arquitetura para sistemas de automatização hospitalar e integração à plataforma do Sistema Único de Saúde, 159

Ciências Humanas e Sociais, 160

CIÊNCIA POLÍTICA

- 310 A desigual capacidade de gasto das secretarias municipais de Saúde diante da priorização da atenção básica e da emenda constitucional nº 29, 160
- 311 Padrão de financiamento da atenção básica no Estado de São Paulo e avaliação de resultados nos municípios da Direção Regional de Saúde de Piracicaba, SP, 160

COMUNICAÇÃO

- 312 Percepção pública da saúde, 160

EDUCAÇÃO

- 313 Análise da metodologia construtivista no controle da hanseníase, 160
- 314 Avaliação dos programas de pós-graduação multiprofissional *lato sensu* da Faculdade de Medicina de Marília, 161

GEOGRAFIA

- 315 Saúde e território usado. Sistema Único de Saúde – fundamentos territoriais da razão prática, 161

Engenharias, 161

ENGENHARIA BIOMÉDICA

- 316 O uso de biomateriais em medicina com auxílio da prototipagem rápida, 161

ENGENHARIA ELÉTRICA

- 317 Um sistema de oximetria sem fios, 162

Saúde, 162

EDUCAÇÃO FÍSICA

- 318 As práticas corporais e a atenção primária em saúde: avaliando os cuidados com o corpo nas unidades básicas do distrito do Butantã em São Paulo, 162

ENFERMAGEM

- 319 Avaliação das dimensões organizacionais e de desempenho dos serviços de atenção básica no controle da tuberculose em municípios do Estado de São Paulo, 162

FARMÁCIA

- 320 Padronização do processo de produção de fitoterápico para uso tópico de inflorescências de *Calendula officinalis* L. (Asteraceae) utilizado na rede do Sistema Único de Saúde de Ribeirão Preto, SP, 163

FONOAUDIOLOGIA

- 321 Programa de saúde auditiva em neonatos que permaneceram na UTI e/ou cuidados intermediários do Caism/Unicamp, 163

IMUNOLOGIA

- 322 Desenvolvimento de teste sorológico Elisa com antígeno recombinante HSP83 de *L. infantum* para leishmaniose visceral canina, 163

MEDICINA

- 323 Estudo da fase 2 para avaliar o papel da associação de paclitaxel com metformin em pacientes com câncer de cabeça e pescoço recorrente ou estágio IV, 164
- 324 Asma na criança e no adolescente: conhecer mais para tratar melhor, 164
- 325 Estudo prospectivo de avaliação da resistência insulínica, metabolismo de lípedes e repercussão subclínica de doença cardiovascular em mulheres que iniciam o uso do contraceptivo injetável trimestral de acetato de medroxiprogesterona de depósito em segmento de 2 anos, 165
- 326 Avaliação econômica das residências terapêuticas da cidade de São Paulo, 165
- 327 Implante primário de lente intraocular para o tratamento da catarata congênita, 165
- 328 Estudo multicêntrico de pacientes com hipertensão arterial para identificação de pacientes resistentes e padronização de esquemas terapêuticos, 166
- 329 Acessibilidade e resolubilidade em assistência oftalmológica para o SUS, 166
- 330 Estudo multicêntrico sobre a prematuridade no Brasil, 166
- 331 Impacto da implementação de protocolo assistencial gerenciado na mortalidade por sepse em hospitais públicos do Estado de São Paulo, 166
- 332 Vínculo universidade e Sistema Único de Saúde: intervenção sistemática na assistência a pacientes com asma, 167

- 333 Contracepção hormonal em mulheres com o vírus da imunodeficiência humana: farmacocinética e segurança metabólica, 167
- 334 Importância da detecção de malária subclínica em doadores de sangue em zona não endêmica, 167
- 335 Avaliação da citologia em meio líquido versus convencional no Sistema Único de Saúde, 168
- 336 Morbidade, crescimento e desenvolvimento de escolares de 6 a 10 anos de idade nascidos com baixo peso – integralidade e intersetorialidade na atenção à criança no sistema local de saúde (Embu, SP), 168
- 337 Promoção da saúde mental na estratégia da saúde da família: intervenção precoce visando à prevenção dos transtornos mentais e seu impacto socioeconômico, 169
- 338 Avaliação de custos e efeitos incrementais da angiotomografia coronariana não invasiva usando tomografia computadorizada de 320 detectores (MDCT 320), 169
- 339 Avaliação do impacto da implementação de diretrizes clínicas baseadas em evidências na qualidade da assistência aos pacientes internados com diagnósticos de diabetes mellitus, insuficiência cardíaca congestiva e pneumonia adquirida na comunidade, 169
- 340 Avaliação dosimétrica do tratamento ambulatorial do carcinoma da tireoide com atividades de 100 a 150 mci de iodo-131, 169
- 341 Revisão e reestruturação do atendimento ao acidente vascular encefálico e às síndromes coronarianas agudas em Ribeirão Preto, SP, e região, 170
- 342 Projeto reflexo vermelho, 170
- 343 Intervenção não farmacológica na doença de Alzheimer: treino cognitivo-funcional, programa de orientação a cuidadores e capacitação de agentes multiplicadores, 170
- 344 Aplicação do CPAP nasal na sala de parto no recém-nascido de muito baixo peso e necessidade de assistência respiratória e principais morbidades neonatais, 170
- 345 Intervenções de estímulo ao estilo de vida saudável da mulher: estudo clínico aleatorizado e controlado, 171
- 346 Redução das internações evitáveis: a intervenção no cuidado de doenças crônicas com impacto na qualidade de atendimento, 171

MICROBIOLOGIA

- 347 *Mycobacterium tuberculosis*: genotipagem, perfil de resistência e análise de mutações de isolados clínicos, 171
- 348 Padronização e implantação da técnica de PCR em tempo real para o diagnóstico de hepatite B, 172

NUTRIÇÃO

- 349 Avaliação da implementação das ações de vigilância alimentar e nutricional no âmbito da atenção básica do Sistema Único de Saúde na região das bacias Piracicaba-Capivari, SP, 172

ODONTOLOGIA

- 350 Impacto do gerenciamento integrado de informações entre a clínica odontológica da Forp-USP e a Secretaria de Saúde de Ribeirão Preto nas estratégias de controle de qualidade, estudos de prevalência e gestão, 172
- 351 Impacto das ações de atenção básica na prática do aleitamento materno e na saúde bucal do binômio mãe-filho, 172
- 352 Avaliação das próteses totais elaboradas no centro de especialidades odontológicas da Forp-USP. Impacto e custo-benefício de sobredentaduras sobre implantes para o projeto Brasil Sorridente, 173

SAÚDE COLETIVA

- 353 Avaliação participativa do método de apoio Paideia na formação de trabalhadores em clínica ampliada e compartilhada, 173
- 354 O estudo do binômio mãe-filho: uma necessidade imperiosa para alcançar os objetivos do desenvolvimento do milênio, 174
- 355 Judicialização das políticas públicas de saúde: construção de um modelo de gestão das demandas judiciais envolvendo medicamentos, 174
- 356 Gestão da assistência farmacêutica: avaliação dos indicadores do uso de medicamentos em politerapia e ampliação de um sistema informatizado de gerenciamento da assistência farmacêutica no SUS do município de Campinas, 174
- 357 Efetividade da Estratégia Saúde da Família no âmbito do Sistema Único de Saúde - SP, 175
- 358 Projeto de educação permanente em saúde de fortalecimento da atenção básica do Departamento

Regional de Saúde – DRS III Araraquara: análise e perspectivas, 175

- 359 Avaliação do processo de dispensação de medicamentos para hepatite viral e crônica no Sistema Único de Saúde-SP, 176
- 360 Pesquisa avaliativa de saúde mental: indicadores para avaliação e monitoramento dos Caps III do Estado de São Paulo, 176
- 361 Avaliação de indicadores entomológicos de dengue em regiões do Estado de São Paulo, Brasil, 176
- 362 Descentralização e regionalização no Sistema Único de Saúde: o caso dos colegiados de gestão regional da Região Metropolitana de São Paulo, 177
- 363 As múltiplas lógicas de construção de redes de cuidado: muito além da regulação do acesso e utilização de serviços do Sistema Único de Saúde, 177
- 364 Ocorrência e atendimento de violência de gênero entre mulheres usuárias dos serviços de saúde da rede pública de Ribeirão Preto, 178
- 365 Os processos judiciais para acesso aos medicamentos: a saúde do paciente, a saúde do sistema único ou a saúde da indústria?, 178
- 366 Avaliação da tecnologia empregada no hemoglobímetro HB-010 e a possibilidade de aplicação pelo Sistema Único de Saúde convênio FAPESP-CNPq-SUS, 178
- 367 Avaliação sistematizada da demanda e capacidade instalada para atendimento em cardiologia e da regulação de fluxo de pacientes na região de Ribeirão Preto, SP, 178
- 368 Estudo da relação entre doenças respiratórias e cardiovasculares e poluição veicular nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo com a finalidade de subsidiar a estruturação das atividades do programa de vigilância em saúde e qualidade do ar, 179
- 369 Análise de morbidade e mortalidade associada à variação climática no município de São Paulo, 179
- 370 Procedimento de alta complexidade e ações judiciais relacionadas a medicamentos em Cacon no Estado de São Paulo e União, 179
- 371 Inovação e saúde: capacidade regulatória pública/privada em dois processos tecnológicos, 179
- 372 Homeopatia na FMUSP: uma proposta para

- implantação e avaliação da assistência homeopática na atenção básica, 180
- 373 Estudo avaliativo de arranjos e estratégias inovadoras na organização da atenção básica à saúde, 180
- 374 Estudo do impacto da implantação da clínica ampliada no Centro de Referência e Treinamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida de São Paulo (CRT-DST), 180
- 375 Hepatite B – novas medidas preventivas e terapêuticas, 180
- 376 População idosa e cuidados paliativos, 181
- 377 Implantação de novas tecnologias em atenção primária em saúde para grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social em áreas centrais de metrópoles, 181
- 378 Arquiteturas de sistemas abertos e distribuídos para o compartilhamento de informação e serviços de saúde, 181
- 379 Avaliação da gestão do trabalho como tecnologia em saúde na atenção básica do SUS no Estado de São Paulo, 181
- 380 Avaliação do teste de genotipagem do HIV e terapias de resgate no Estado de São Paulo, 182
- 381 Avaliação da qualidade da informação sobre mortalidade perinatal no município de São Paulo, 182
- 382 Implantação de centro multidisciplinar de dispensação de medicação de alto custo, 183
- 383 Ambiente para extração de informação epidemiológica a partir da mineração de dez anos de dados do sistema público de saúde, 183
- 384 Avaliação de tecnologias para melhoria da adesão do paciente à terapia antirretroviral para HIV/Aids, 183
- 385 Avaliação externa de desempenho dos testes sorológicos para imunodiagnóstico de infecção por HIV, vírus das hepatites B e C, HTLV/II, sífilis e doença de Chagas realizados pelos laboratórios componentes da rede estadual de laboratórios – SUS – do Estado de São Paulo, 183
- 386 Avaliação da qualidade da gestão da atenção básica nos municípios de quatro regionais da saúde do Estado de São Paulo, 184
- 387 Projeto de estudo para estruturação de sistema de referência regional para atenção hospitalar de média e alta complexidades no HCFMRP-USP, 184
- 388 Perspectivas e estratégias do programa de educação permanente em saúde na loco-região de Franca, SP, 185
- 389 O gestor estadual e os gestores municipais na construção do sistema loco-regional de saúde: desafios da gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde (SUS), 185
- 390 Compatibilizando universalidade e integralidade no Sistema Único de Saúde – São Paulo, 185
- 391 Sistema HiperDia como indicador de progresso de modelo de gestão aplicado a unidades básicas de saúde, 185
- 392 Avaliação das necessidades e ações em saúde nos sistemas locais, 186
- 393 Avaliação do teor de sensibilização por treinamento de profissionais da saúde para gestão participativa e humanizante de equipes e comunidades: Assist-SUS, atenção humana para a qualidade da vida, 186
- 394 Saúde, desenvolvimento, inovação tecnológica e cooperação regional, 186
- 395 Envelhecimento ativo e cidade amiga do idoso: estudo para a implantação do Bairro Amigo do Idoso da Vila Clementino do município de São Paulo, SP, 187
- 396 Análise e monitoramento das demandas judiciais para o tratamento da artrite reumatóide e psoríase – PSAR, 187
- 397 Comportamentos e práticas sexuais, acesso à prevenção, prevalência de HIV e outras infecções de transmissão sexual entre gays, travestis e homens que fazem sexo com homens (HSH) na região central de São Paulo, 187

Ciências Agrárias e Veterinárias



AGRONOMIA

001 Sustentabilidade na produção de oleaginosas como inclusão social

Aparecida Marques de Almeida
 Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
 Secretaria Estadual da Agricultura
 e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
 Processo 2007/55396-5
 Vigência: 1/10/2008 a 31/3/2009

Nas cadeias de produção de oleaginosas proporcionaram-se novas oportunidades econômicas para a região no cultivo do amendoim, girassol, mamona, visando à alimentação humana e animal e à produção de biocombustíveis. Essas culturas permitirão nova base para o desenvolvimento do agronegócio familiar regional, numa região carente de oportunidades. Destacam-se na agricultura familiar os resultados de pesquisa com transferência desses conhecimentos que incrementam as possibilidades de aumento de renda e de oportunidades de trabalho; bem como produtividade elevada e de qualidade superior e cabe à pesquisa, extensão, juntamente com a universidade, prefeitura municipal e ensino médio, cooperar com os produtores rurais.

002 Procap/VR – Programa de capacitação e difusão de tecnologias orientadas para uso e manejo sustentado dos recursos do solo, água e planta no Vale do Ribeira

Reginaldo Barboza da Silva
 Campus Experimental Registro
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 2007/55394-2
 Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

O projeto, em parceria com Sebrae, escritório regional Vale do Ribeira, propõe implementar e executar um Programa de Capacitação e Difusão de Tecnologias Orientadas para Uso e Manejo Sustentado dos Recursos do Solo, Água e Planta no Vale do Ribeira – Procap/VR. O programa está previsto para três fases (1, 2, 3) cujas atividades estão programadas para iniciarem em outubro de 2007. É esperada a realização, entre outros produtos, da confecção e edição de um boletim técnico-científico, formação, capacitação de uma equipe de multiplicadores e realização da primeira reunião do programa. O Procap/VR abrangerá os municípios da mesorregião de Registro e aqueles atendidos pelo Sebrae (instituição parceira).

003 Horta orgânica para o desenvolvimento local sustentável

Maria José de Marchi Garcia
 Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
 Secretaria Estadual da Agricultura
 e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
 Processo 2007/55310-3
 Vigência: 1/7/2008 a 31/12/2008

A horticultura orgânica pretende desenvolver uma paisagem cultivada sadia e em harmonia com a natureza, próspera e de produtividade permanente, em que a qualidade dos alimentos seja aprimorada a partir do cuidado com o solo, e traz ainda uma visão abrangente de um sistema agrícola integrado, o “organismo agrícola”, inserido harmoniosamente na paisagem local, considerando-se os seus princípios ecológicos, sociais, técnicos, culturais, econômicos e fenomenológicos. Desse modo, propõe-se a criação de uma equipe multidisciplinar de especialistas em diversas áreas do conhecimento, o que qualifica o projeto em toda a sua dimensão pioneira, demonstrando com esses recursos humanos qualificados uma grande força motivadora participativa e transformadora de mudanças sociais. Cabe à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, juntamente com a universidade e a Prefeitura Municipal de Bauru, cooperar com a comunidade e os produtores rurais, indicando os caminhos que mostrem como obter melhores resultados. Na fase 1, serão realizados cadastramento da comunidade local ou dos produtores interessados, confecção do viveiro de mudas, como executar a compostagem, apresentação das opções e definição das hortaliças e legumes de maior interesse dos produtores, orientação das escolhas, identificação de obstáculos e dificuldades na implantação da horta orgânica na região de Bauru. Para uma conscientização do público-alvo deste projeto, deverão ser realizadas palestras de sensibilização, mostrando o que é agricultura orgânica com suas diferentes expressões, o que é compostagem, organismo agrícola, sistemas agroflorestais e integrados de produção. Será montada uma horta demonstrativa (área-piloto), contando com a participação de pessoal interessado (público-alvo), sabendo que o trabalho da horta estará sob a sua responsabilidade e os produtos colhidos serão para o seu consumo e eventualmente para venda na sua própria comunidade, como uma possível fonte de renda e de manutenção da horta. Será organizada uma viagem técnica de visita a produtores orgânicos e biodinâmicos da região a ser definida, em Bauru, Botucatu, Avaré, Itatinga, Ibitinga, para que os interessados no trabalho de horta conheçam produtores estabelecidos, que fazem da agricultura sua alternativa produtiva, sadia

e agradável, sua fonte de renda e de vida! É necessária a consolidação de um sistema gerencial de articulação dos diversos órgãos públicos envolvidos na cadeia produtiva, na pesquisa, no desenvolvimento. O projeto prevê a continuação desses estudos, ampliando-se as linhas de pesquisa e campos de trabalho, bem como treinamento de técnicos das prefeituras municipais, para condução de áreas-pilotos. A proposta é transferir habilidades técnicas para o público-alvo de modo a oferecer autonomia à comunidade local para que possam tomar medidas locais de desenvolvimento. Os resultados serão apresentados na forma de relatórios, fotos, e os dados, analisados e interpretados para posterior implementação de seus resultados na fase 2. Se o projeto for bem-sucedido, os resultados serão aplicados com retornos sociais e econômicos. Dessa forma, a experiência poderá ser disponibilizada para outras regiões (locais), com o desenvolvimento de material de divulgação (cartilhas) para ser utilizado por produtores e técnicos.

004 Programa de revitalização e capacitação da produção de cachaça de alambique paulista

Celina Maria Henrique

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2007/55309-5
Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

Tendo em vista o significativo potencial de mercado da cachaça nos últimos cinco anos, principalmente a de alambique, e as dificuldades dos pequenos produtores, o objetivo deste projeto é levantar subsídios para políticas públicas na área de pequenos e médios produtores de cachaça das regiões de Piracicaba, Ribeirão Preto, Dois Córregos e Monte Alegre do Sul, para revitalizar e capacitar os produtores. A fase 1 do projeto pretende obter uma visão do problema, formando uma equipe multidisciplinar que estará envolvida no levantamento e interpretação de um diagnóstico das três regiões, buscando os gargalos e as oportunidades, tendo em vista os aspectos agrícolas, sociais, econômicos e ambientais.

005 Formulação de fungos nematófagos à base de bagaço de cana e mensuração de sua eficácia em campo no manejo de nematoides em sistema de produção de quiabo, outras hortícolas e plantas ornamentais

Jaime Maia dos Santos

Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2006/52291-5
Vigência: 1/12/2006 a 31/8/2009

Neste projeto, será viabilizada a formulação de fungos nematófagos, à base de bagaço de cana enriquecido com farelo de arroz, para ser utilizada no controle biológico dos nematoides de galha (*Meloidogyne spp.*), em cultivos protegidos e em agricultura familiar, tais como áreas de produção de quiabo, na região de Piacatu-SP. Com efeito, nesse pequeno município do oeste paulista é produzido 34,6% de todo o quiabo comercializado pela Companhia de Entroposto de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceasgsp), representando o sustento de mais de 450 famílias que vivem na região, conforme citação do jornal *Entroposto*. Entre os diversos problemas fitossanitários do quiabeiro, o limitante à produção são os nematoides de galha.

006 Caracterização, quantificação e prevenção de injúrias pós-colheita na cadeia de comercialização do morango

Marise Cagnin Martins Parisi

Instituto Biológico de Campinas
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2006/51739-2
Vigência: 1/6/2007 a 31/8/2010

Injúrias pós-colheita são comumente observadas durante a comercialização de produtos agrícolas, acarretando danos que podem variar de 10 a 50% da produção. Visando prevenir injúrias pós-colheita em morango, fruto altamente perecível, o presente projeto tem por objetivo caracterizar e quantificar as injúrias ocorridas no campo de produção e nos mercados atacadista e varejista. As entidades parceiras após serem treinadas serão responsáveis pela divulgação dos resultados obtidos aos produtores e atacadistas, para facilitar a escolha dos melhores métodos de controle dessas injúrias a serem adotados.

007 Manuseio, embalagem e conservação de caqui com aplicação de APPCC (análise de perigos e pontos críticos de controle) visando à segurança do alimento para o consumidor

Eliane Aparecida Benato Rodrigues da Silva

Instituto de Tecnologia de Alimentos
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2003/06445-2
Vigência: 1/3/2004 a 28/2/2007

O Estado de São Paulo é o maior produtor de caqui do país e o volume produzido vem crescendo substancialmente nos últimos anos, atendendo tanto ao mercado interno quanto à exportação. Atualmente, qualidade e segurança do alimento são as principais exigências dos consumi-

dores, o que motivou a criação da Instrução Normativa nº 20, Produção Integrada de Frutas (PIF), pelo Mapa, e, internacionalmente, as normas de qualidade Eurep-GAP, do *Codex Alimentarius* da FAO, além das já existentes barreiras fitossanitárias. Desse modo, este trabalho tem como proposta inicial (fase 1) efetuar um diagnóstico da situação atual do manuseio pós-colheita do caqui e aplicar a análise dos perigos e pontos críticos de controle (APPCC), visando a transferência de um pacote tecnológico à cadeia produtiva que permita a adequação do produto ao PIF, bem como o atendimento às exigências dos mercados conquistados no exterior e abertura de novos. Deverão ser realizados levantamentos, junto a produtores de diferentes arranjos no estado, atacadistas, varejistas e exportadores, sobre os procedimentos de colheita e manuseio, embalagem, sistemas de destanização, transporte e armazenamento. Análises microbiológicas do produto serão realizadas em diferentes etapas da pós-colheita. Avaliação qualitativa será elaborada para análise de perdas e riscos (APPCC) na logística da colheita ao consumidor. Serão efetuados levantamento e análise de trabalhos acadêmicos na área para dar suporte a um pacote tecnológico de boas práticas de manuseio.

008

Avaliação de áreas verdes e arborização urbana utilizando videografia aérea multiespectral e tomografia na cidade de Piracicaba, SP, e no Parque Ibirapuera, SP

Hilton Thadeu Zarate do Couto
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06438-6
Vigência: 1/4/2004 a 30/6/2009

As áreas verdes urbanas e a vegetação arbórea em vias públicas são elementos constituintes das áreas urbanas intimamente associadas à qualidade de vida das cidades. Essas áreas transmitem benefícios para os habitantes das cidades, como diminuição da amplitude térmica, melhorando o conforto ambiental, abrigo para avifauna, melhoria estética pela diminuição da diferença entre a escala dos edifícios e a escala humana, absorção de ruídos e poeira, diminuição da poluição e melhoria da umidade do ar. Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as áreas verdes e arborização urbanas e instrumentalizar a administração pública municipal para planejar e manejar a floresta urbana, este projeto pretende desenvolver novos métodos para avaliação quali-quantitativa das áreas verdes e arborização viária. Produzirá um diagnóstico das áreas verdes da cidade e de arborização urbana viária mediante o fornecimento de dados como áreas mais carentes de espaços verdes, quantificação do potencial de arborização de cada bairro, aumentando a eficiência do planejamento e manejo da floresta urbana em Piracicaba/SP e Parque Ibirapuera em São Paulo/SP.

009

Avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais do controle químico da fauna sinantrópica no município de São Paulo; desenvolvimento de propostas para redução desses impactos

Luiz Carlos Luchini
Instituto Biológico de São Paulo
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2003/06426-8
Vigência: 1/6/2004 a 31/10/2007

O controle da fauna sinantrópica na cidade de São Paulo tem sido feito mediante algumas ações de manejo das pragas e do ambiente. Porém, devido às dificuldades operacionais e de conscientização da população em relação a esse procedimento, há necessidade do emprego de produtos biocidas das mais diversas classes. A abordagem química que prioriza o combate químico tem relativo impacto no controle global desses animais e um impacto não monitorado no ambiente, na saúde dos cidadãos e dos trabalhadores expostos, todos afetados pelas frequentes aplicações de domissanitários. Assim, o modelo sustentado na utilização de produtos químicos, além de pouco eficaz, constitui uma ameaça generalizada de contaminação da população e do ambiente, e principalmente é indutora de não mudança de comportamento da população em relação à proliferação de sinantrópicos, uma vez que ela não modifica o hábitat desses animais. Os produtos aplicados periodicamente induzem à falsa ideia de que o problema estaria sendo resolvido pelo Poder Público, ficando minimizada a necessária conscientização dos atores sociais no controle de animais sinantrópicos. O uso seguro desses compostos envolve, portanto, a avaliação dos possíveis impactos sobre o operacional responsável pela aplicação, a população e o meio ambiente. Para minimizar esses impactos faz-se necessário: 1) treinamento do operacional para que a manipulação e a aplicação desses compostos sejam seguras; 2) acompanhamento dos operacionais para avaliação toxicológica quanto aos possíveis riscos de intoxicações agudas e crônicas; 3) cuidados a serem tomados para proteção da população exposta direta ou indiretamente a esses compostos; 4) armazenamento dos compostos em locais adequados; 5) destino correto das embalagens vazias; 6) monitoramento ambiental, avaliando-se o risco de contaminação do solo, da água e do ar; 7) métodos alternativos ao controle químico; e 8) elaboração de um programa de educação sanitária e ambiental para a conscientização da população quanto aos aspectos de saúde pública relacionados ao descarte inadequado de lixo urbano. O estágio atual do controle químico de sinantrópicos e a avaliação de suas implicações sociais, econômicas e ambientais serão levantados a partir de workshops, palestras, seminários, cursos e visi-

tas *in loco*; nas unidades do município de São Paulo que manipulam e aplicam esses compostos. Após esse levantamento, será elaborado projeto enfocando as principais medidas a serem abordadas para minimizar os impactos decorrentes do controle químico da fauna sinantrópica na cidade. As medidas propostas serão implantadas como um piloto no Centro de Controle de Zoonoses - SP e, então, disponibilizadas para as subprefeituras do município de São Paulo.

010 Avaliação das terras do Estado de São Paulo visando ao apoio de decisões ligadas à agricultura familiar

Gerd Sparovek

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/13143-7
Vigência: 1/1/2003 a 31/5/2006

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) desenvolveu, de 1999 a 2001, um projeto de cooperação com a Universidade de São Paulo (<http://www.mda.gov.br/incra/fao/default.htm> disponível sob Sist. de Informações) no qual foram desenvolvidos métodos de avaliação de terras específicas para agricultura familiar. A equipe proposta para o projeto aqui descrito é parte da mesma equipe que executou o projeto de cooperação citado anteriormente. O Sistema de Avaliação da Viabilidade de Terra para Agricultura Familiar (Siate), que resultou dessa cooperação, foi desenhado para a avaliação de imóveis rurais (fazendas) e está em fase de implantação no Incra. O projeto proposto tem como objetivo aplicar os conceitos utilizados no Siate em um banco de dados digital para o Estado de São Paulo. O resultado dessa ampliação de escala (imóvel rural para o estado) será uma melhor definição da aptidão das terras do estado para a agricultura familiar. Essas informações são importantes para a atividade de planejamento estratégico dos órgãos responsáveis pela reforma agrária no estado (Inera e Itesp), bem como para a definição de outras ações governamentais de incentivo da agricultura familiar (Pronaf, Proger-Rural, Banco da Terra). A melhor definição da aptidão das terras para a agricultura familiar será decorrente da incorporação no Siate de diversas variáveis conhecidas por influenciar o desenvolvimento da agricultura familiar, mas que não são consideradas atualmente nos métodos de avaliação de terras utilizados pelo Incra. As novas variáveis são uma ampliação dos atributos do meio físico e a incorporação de diversas variáveis regionais (vizinhança, entorno, mercado entre outras) avaliadas em sistemas de produção identificados como viáveis em sistemas de produção familiar. Além disso, pretende-se capacitar os técnicos

do Incra (SP) e Itesp na utilização e gerenciamento desse sistema, adicionando assim mais uma importante ferramenta ao processo de tomada de decisão destes órgãos públicos. As informações geradas também devem ficar disponíveis ao público através de um *site*.

011 Desenvolvimento sustentável em horticultura para agricultura familiar e assentamentos na região de Bauru, SP

Aparecida Marques de Almeida
Instituto Biológico de São Paulo
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2001/12940-0
Vigência: 1/9/2002 a 30/9/2005

Nas cadeias de produção de hortaliças e frutas, abriu-se uma nova oportunidade econômica para a região de Bauru no cultivo de abacaxi, alho, figo, maracujá e morango. Essas culturas permitirão nova base para o desenvolvimento do agronegócio familiar regional, numa região carente de oportunidades, em especial de cadeias de produção intensas no uso do solo como hortícolas. Visualizando a redução das disparidades, pelo impulso ao desenvolvimento do agronegócio familiar, várias pesquisas focaram diretamente esse público-alvo. Destacam-se na agricultura familiar os resultados de pesquisa com transferência desses conhecimentos que incrementam as possibilidades de aumento de renda e de oportunidades de trabalho; bem como produtividade elevada e de qualidade superior, e cabe à Secretaria de Agricultura e Abastecimento juntamente com a universidade e prefeitura municipal cooperar com os produtores rurais, indicando os caminhos que mostrem como obter melhores resultados. Os pequenos agricultores operam em um nicho de mercado, mas não têm o instrumental administrativo necessário para aproveitar todo o seu potencial. Este projeto objetiva a criação de módulos sustentáveis em termos ambientais e econômicos das culturas citadas anteriormente, visando à transferência de conhecimentos com inovações tecnológicas que reduzam os impactos ambientais e geração de tecnologias menos agressivas aos ecossistemas existentes, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população e à otimização do sistema de produção vegetal, procurando o desenvolvimento socioeconômico com qualidade ambiental. O projeto prevê a continuação desses estudos, ampliando-se, porém, as linhas de pesquisa e campos de trabalho.

012 Quantificação de perdas em pós-colheita de frutos e difusão de tecnologia para identificação de suas causas e seu controle

Lilian Amorim

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/12928-0
Vigência: 1/10/2002 a 31/3/2006

A Companhia de Entreposto de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceagesp) comercializa 12% da produção brasileira de frutas e hortaliças, provenientes de 1.300 municípios brasileiros. Uma fração de cada produto comercializado é perdida devido a danos de pós-colheita de origem biótica ou abiótica. O ônus desses danos recai sobre o produtor, o permissionário da Ceagesp, o revendedor final ou o consumidor, dependendo da época em que se exteriorizam. A causa dos danos é diversa, podendo estar relacionada ao manejo da cultura no campo ou a práticas inadequadas de embalagem, armazenamento e transporte. Não há nenhuma estimativa confiável desses danos para qualquer dos produtos comercializados na Ceagesp, mas sua quantificação e a identificação de suas causas contribuirão para indicar medidas de controle e para minimizar o problema. A Ceagesp já tem experiência na difusão de tecnologia a produtores e permissionários, iniciada com o lançamento de cartilhas ilustradas dentro do programa brasileiro para melhoria dos padrões comerciais e embalagens de hortigranjeiros, que estabelece critérios de classificação dos produtos. Cada cartilha aborda uma cultura frutífera ou hortícola e apresenta fotos de produtos classificados de acordo com tamanho e características morfológicas que servem para definir sua qualidade e, conseqüentemente, seu preço de revenda. É intenção deste projeto produzir cartilhas semelhantes, abordando exclusivamente os danos de pós-colheita de origem biótica ou abiótica de diversos produtos. O pré-projeto será realizado com a cultura do pêssego. Levantamentos semanais dos problemas de pós-colheita serão feitos nas dependências da Ceagesp, com amostras estratificadas em função da procedência do produto, variedade, tipo de transporte e armazenamento. As causas dos danos serão identificadas nos laboratórios da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), que ficará incumbida de quantificá-los, fotografá-los e indicar medidas de controle preventivas. As cartilhas serão elaboradas conjuntamente e sua difusão ficará a cargo da Ceagesp de São Paulo.

013

Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de baixo impacto ambiental com mandioca no litoral norte do Estado de São Paulo no âmbito de um programa de políticas públicas de apoio às comunidades rurais

Teresa Losada Valle

Instituto Agronômico de Campinas (IAC)
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2001/02367-1
Vigência: 1/6/2003 a 30/9/2005

A mandioca é uma espécie nativa e domesticada nas terras baixas da América há mais de 8 mil anos, cujo patrimônio está ameaçado de erosão genética e cultural. Logo após o descobrimento do Brasil, tornou-se a primeira atividade agrícola de nossa incipiente agricultura e um dos pilares dos hábitos e costumes de nossa alimentação. Com a tecnificação da agricultura paulista, somente as populações caiçaras junto ao litoral ainda praticam o ritual da agricultura indígena (derrubada da mata, queima, plantio, colheita e abandono da área por cerca de oito anos), incluindo a transformação das raízes em farinha por meios artesanais. Atualmente, sabe-se que esse complexo cultural é uma faceta da biodiversidade no sentido amplo e de grande importância para o melhor conhecimento dos recursos genéticos. Essas populações criam e manejam com extrema sabedoria uma grande diversidade genética intra e interespecífica de espécies cultivadas, com impacto ambiental mínimo. A competição, por si só, com produtos feitos em grande escala em outras regiões, já mostra reflexos negativos na qualidade de vida e compromete a autossustentabilidade dessas populações. A criação do Parque Estadual da Serra do Mar agravou essa situação ao estabelecer severas restrições legais a esses agricultores, com previsões de desaparecimento dos mesmos e conseqüente perda de seus ricos conhecimentos sobre biodiversidade utilitária. Há, todavia, fortes indícios de que a agricultura caiçara possa responder bem a pequenas alterações do sistema produtivo, com substanciais aumentos na produtividade e agregação de renda. Assim, de um lado, a importância da mandioca para os habitantes do parque e, de outro, a introdução de tecnologias de baixo impacto ambiental que resultem em valorização do produto e de seus derivados (farinha e mandioca congelada, principalmente) pela melhoria da qualidade, aumento da produtividade e aproveitamento de subprodutos que agreguem renda (ramas para plantio de alta qualidade), mostrem que é viável preservar essa cultura e melhorar a qualidade de vida dessa população.

014

Modelos de repovoamento vegetal para a proteção de sistemas hídricos em áreas degradadas dos diversos biomas do Estado de São Paulo

Luiz Mauro Barbosa

Instituto de Botânica
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
de São Paulo (SMASP)
Processo 2000/02020-9
Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2003

A interiorização das fronteiras agropecuárias foi seguida de intensa devastação da cobertura vegetal no Estado de São Paulo. Tal devastação incluiu áreas de ma-

tas ciliares que se constituem no elemento principal de proteção das nascentes e dos sistemas hídricos utilizados no suprimento de água para o ecossistema e a população humana. A implantação de uma política de recuperação das áreas de matas ciliares deterioradas pela ação antrópica constitui prioridade dentre as ações da Secretaria do Meio Ambiente programadas para o Estado de São Paulo. São seus objetivos a proteção e a preservação da flora e fauna do Estado de São Paulo, além da manutenção dos recursos hídricos em volume e condições de uso condizentes com as necessidades futuras da população humana. Algumas ações isoladas de proteção e recuperação de matas ciliares têm sido desenvolvidas recentemente no Estado de São Paulo, como, por exemplo, os trabalhos da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) nos seus reservatórios pelo Instituto Florestal em Cosmópolis, Assis e Paraguaçu Paulista e pelo Instituto de Botânica em Mogi Guaçu, Pirassununga, Santa Cruz das Palmeiras etc. Com base nesses resultados, estamos propondo identificar padrões de estrutura florestal em matas ciliares não alteradas e estabelecer grupos de vegetação obedecendo à dinâmica de cada grupo de espécies quanto à sucessão secundária e formação de associações de florestas mistas; identificar condições para produção e germinação de sementes de modo a incentivar a formação de viveiros e suprimento de mudas para atender ao repovoamento de áreas com diferentes intensidades de degradação; estudar técnicas silviculturais de revegetação, estabelecendo condições de reflorestamento e manejo adequado ao repovoamento vegetal nas áreas de entorno dos sistemas hídricos naturais; avaliar custos de implantação e manutenção dos modelos de reflorestamento, estabelecendo diretrizes básicas para a preservação de microbacias hidrográficas pelas comunidades locais; estabelecer, em conjunto com os órgãos especializados da SMA, isto é, CPRN e CPLA, e órgãos municipais, programas de capacitação e atualização do corpo técnico para orientação no uso do solo em áreas de entorno de recursos hídricos e desenvolvimento de programas de repovoamento de áreas de matas ciliares afetadas por ações antrópicas.

ENGENHARIA AGRÍCOLA

015

Produção de biodiesel a partir de óleos vegetais residuais, promovendo a inclusão social e a preservação do meio ambiente

Antônio José da Silva Maciel
Faculdade de Engenharia Agrícola
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2006/51908-9
Vigência: 1/12/2006 a 31/8/2007

Este projeto visa produzir biodiesel a partir de óleos descartados de fritura, oriundos de restaurantes e similares, cozinhas industriais e residenciais, pois se sabe que o uso prolongado ocasiona sérios problemas de saúde pública. Os óleos e gorduras residuais (OGR) são normalmente descartados na rede coletora de esgotos, causando graves danos ambientais. Para a produção de biodiesel será utilizada a tecnologia desenvolvida pela Unicamp (LOPES & MACIEL, 2005) e será utilizada a frota de veículos e caldeiras da Prefeitura Municipal de Indaiatuba. Nesta primeira fase, pretende-se concretizar as parcerias já iniciadas e implementar uma cooperativa de coletores de OGR com a parceria do Instituto Harpia Harpya.

MEDICINA VETERINÁRIA

016

Programa de inseminação artificial em bovinos para os pequenos produtores da região de Piracicaba

Rafael Herrera Alvarez
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2006/52092-2
Vigência: 1/12/2006 a 30/11/2009

A inseminação artificial (IA) possui excepcional capacidade de gerar transformações nos sistemas produtivos da pecuária, decorrentes não só da transferência aos rebanhos de caracteres genéticos superiores de elevada expressão econômica, mas também dos ganhos diretos e indiretos do melhor uso da terra. A primeira fase do projeto objetiva realizar um levantamento da infraestrutura e condição dos rebanhos da região de Piracicaba, inclusive um estudo epidemiológico dos problemas sanitários e reprodutivos dos mesmos a fim de avaliar sua relevância no desempenho produtivo. Esse diagnóstico constitui a primeira medida para avaliar a viabilidade de implementar um programa de IA na região de Piracicaba.

017

Determinação da condição sanitária dos rebanhos de caprinos e ovinos do Estado de São Paulo

Maristela Vasconcellos Cardoso
Instituto Biológico de São Paulo
Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2006/51689-5
Vigência: 1/1/2008 a 30/9/2010

A caprinovinocultura é um dos setores da pecuária nacional que mais têm despontado no agronegócio. A pro-

cura pela qualidade zootécnica dos animais tem estimulado os produtores a procurar técnicas de aprimoramento genético das raças e de manejo, fazendo com que as criações apontem para o surgimento de um cenário produtivo no Brasil. Com o objetivo de atender a essa demanda que está surgindo no mercado paulista, a determinação do estado sanitário dos rebanhos de caprinos e ovinos é a proposta deste estudo. Serão estudadas as principais doenças parasitárias, bacterianas e virais que acometem as espécies, com o intuito de atender à crescente demanda do setor, colaborando amplamente com a proposta do Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos.

018 Estudo epidemiológico das neoplasias em cães e gatos e sua possível utilização como sentinela de contaminações ambientais

Maria Lucia Zaidan Dagli
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/07177-1
Vigência: 1/2/2004 a 30/9/2004

A epidemiologia é o estudo da distribuição e dos determinantes da situação de saúde de populações específicas e a aplicação desse estudo para o controle dos mesmos problemas. A epidemiologia do câncer é o ramo dessa ciência que se preocupa com o câncer como doença populacional. A importância do estudo epidemiológico do câncer em animais de companhia pode ser vista de duas maneiras. A primeira seria a finalidade de se conhecer melhor o câncer nos animais, possibilitando que se implementem medidas de controle; a segunda refere-se a evidências de que os animais de companhia representam sentinelas para fatores ambientais aos quais o homem e os demais animais estariam expostos. Animais podem ser usados como indicadores de poluição ambiental. Dentre as espécies mais propícias a fornecerem informações referentes a contaminações ambientais encontram-se os pequenos animais, tais sejam os cães e os gatos, que por sua convivência doméstica e próxima ao homem podem indicar as alterações ambientais. O Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (Hovet) presta atendimento à comunidade realizando serviços médicos-cirúrgicos, ambulatoriais e hospitalares a pequenos e grandes animais (cerca de 20 mil casos novos por ano e 26 mil retornos). Casos de neoplasias em cães e gatos são atendidos indistintamente por vários serviços dentro do Hovet, tais sejam os serviços de cirurgia de pequenos animais, clínica médica de pequenos animais, dermatologia, obstetrícia e ginecologia, oftalmologia. Este projeto objetiva, inicialmente, coletar dados retrospectivos (três meses) junto

aos serviços de patologia animal, cirurgia, clínica médica, dermatologia, oftalmologia, odontologia e ginecologia e obstetrícia do Hovet, quanto ao atendimento de cães e gatos que foram trazidos aos respectivos serviços nesse período. Localizar a região de onde os animais são provenientes por meio do registro do CEP. Tais dados deverão ser obtidos manualmente junto aos prontuários do Hovet. Os casos de neoplasias serão mapeados de acordo com as regiões de São Paulo das quais os animais são provenientes. Os dados obtidos serão submetidos à análise de *cluster* espacial, procurando evidenciar, nesse estudo retrospectivo, se há regiões de São Paulo onde ocorre maior prevalência de animais com neoplasias.

019 Avaliação-piloto da poluição antrópica dos recursos na bacia hidrográfica do córrego Rico, Jaboticabal, SP

Luiz Augusto do Amaral
Faculdade de Ciências Agrárias
e Veterinárias de Jaboticabal
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2003/06427-4
Vigência: 1/10/2004 a 31/12/2007

O córrego Rico, afluente do rio Mogi-Guaçu, é responsável pela água que abastece 70% do município de Jaboticabal, SP, e tem apresentado indícios de impactos ambientais, na qualidade e quantidade dos recursos hídricos, decorrente da ocupação e exploração desordenada da bacia hidrográfica. Diante disso, este projeto tem como objetivo o monitoramento da qualidade e quantidade da água dos córregos Rico e Tijuco, sendo estes os principais corpos d'água desta bacia. No pré-projeto pretendesse realizar levantamento das substâncias que apresentam maior uso e são potenciais poluentes, tais como pesticidas e medicamentos veterinários, em pontos de venda como cooperativas agrícolas dos municípios de Jaboticabal, Monte Alto e Taquaritinga; também será avaliado o tipo de uso do solo na bacia à montante da captação de água por meio de visitas às propriedades. Levantamentos preliminares da qualidade e quantidade serão feitos através de medidas de nitrogênio amoniacal, fósforo, turbidez, cor aparente, salinidade, pH, temperatura e vazão na calha principal destes córregos nos pontos entre as nascentes e a captação de água que abastece Jaboticabal. Dada a continuidade do projeto (depois do pré-projeto), será efetuado o monitoramento das principais substâncias de uso agrícola vendidas nas cooperativas da região e de outras medidas que se mostrarem necessárias no pré-projeto. Com esse procedimento, espera-se ter elementos para identificar pontos, períodos críticos e usos inadequados que servirão de base para a elaboração de intervenções corretivas e proposição de um plano diretor rural.

020 Encefalites dos bovinos: sistematização do diagnóstico diferencial

Edviges Maristela Pituco

Instituto Biológico de São Paulo
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2001/13144-3
Vigência: 1/10/2002 a 31/8/2005

Doenças animais que usualmente são consideradas com risco potencial à saúde humana têm sido alvo frequente de campanhas governamentais. Além da extrema relevância em saúde pública, elas se constituem em um dos maiores gargalos para uma eficiente produção, com perdas econômicas nos países desenvolvidos. Com o mercado globalizado, aumento de viagens internacionais, mudanças climáticas, agricultura intensiva e redução da diversidade, aumenta o risco do surgimento e disseminação de doenças infecciosas. O acompanhamento e discriminação de enfermidades que afetam o sistema nervoso com sintomatologia clínica semelhante e, portanto, confundíveis é de fundamental importância para o conhecimento da ocorrência dessas doenças, possíveis falhas no uso e eficiência de vacinas empregadas e acompanhamento de reservatórios naturais. Com exceção do diagnóstico de raiva, o Estado de São Paulo atualmente não dispõe e nem gera essas informações de forma sistematizada, global e em escala. Dos materiais encaminhados ao Instituto Biológico para diagnóstico, provenientes de animais que apresentam sinal clínico de encefalite, aproximadamente 30% têm sido positivos para o vírus rábico. Em razão da necessidade que se tem de verificar a etiologia dos 70% restantes, os mesmos serão encaminhados para o diagnóstico diferencial para outras patologias que possam ser confundidas por afetarem diretamente o sistema nervoso. Entre estas estão as encefalites determinadas por herpesvírus bovino 5, febre catarral maligna, diarreia viral bovina, listeriose, botulismo, clamidiose, babesiose cerebral, neosporose, toxoplasmose, carências, intoxicações, neoplasias, encefalopatias transmissíveis. Ressalta-se a necessidade de treinamento de pessoal para colheita informações e de amostras, pois muitas vezes por falta destas os resultados não chegam a ser conclusivos.

021 Informatização das informações de base geradas pelo serviço de defesa sanitária animal do Estado de São Paulo

Fernando Ferreira

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/12929-7
Vigência: 1/9/2002 a 31/8/2005

Atualmente, as notificações de doenças na Coordenadoria de Defesa Animal (CDA) são feitas por meio de formulários manuscritos, preenchidos pelos escritórios regionais, que posteriormente são enviados ao escritório central, em Campinas, SP. Esse procedimento é moroso, dificulta sobremaneira a consolidação de dados em tempo real e, conseqüentemente, a tomada de decisão. O resultado é o acúmulo dessas informações na forma de arquivos, que ocupam grande espaço físico e afugentam iniciativas de análises científicas. A intenção do presente projeto é tornar esse sistema eficiente no relativo ao tempo de trânsito das informações até o órgão central e total disponibilização das mesmas para análises epidemiológicas que darão suporte a tomadas de decisão e produção de boletins analíticos periódicos. Isso será feito mediante o desenvolvimento de *software* amigável para o usuário de ponta (veterinários dos escritórios regionais), capaz de interagir com programas estatísticos de análises epidemiológicas.

022 Produção de suínos saudáveis: uma alternativa para a agricultura familiar

Margareth Elide Genovez

Instituto Biológico de São Paulo
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2001/12922-2
Vigência: 1/11/2002 a 31/3/2006

O Estado de São Paulo é responsável por 18,5% da carne suína produzida no Brasil, destacando-se esta entre os 15 principais produtos da agropecuária paulista, respondendo por R\$ 151,4 milhões/ano. A suinocultura no estado é uma atividade bastante desenvolvida, estando presente em 80 mil das 300 mil propriedades agrícolas, entretanto. Porém, 7.027 são economicamente ativas e as 72.973 restantes praticam a suinocultura de subsistência sendo responsáveis pela estagnação do setor. Essas criações possuem um efetivo menor que dez animais e os mais baixos índices zootécnicos. Esses criadores praticam uma suinocultura empírica, utilizam mão de obra familiar e têm na carne suína sua principal fonte de renda e proteína. Estima-se que, nessas propriedades, 139 mil suínos sejam abatidos anualmente, produzindo cerca de 9.700 toneladas de carne que é comercializada de modo informal. Além do produto não ser saudável para a população, carrega sobre si outras situações ilegais, entre as quais a evasão fiscal. O trabalho será desenvolvido em dez propriedades selecionadas, numa primeira fase de maneira aleatória e numa segunda fase por conveniência, da região da Grande São Paulo, usando como base dados do levantamento de Unidades Produtivas Agropecuárias (IEA-Cati-SAA, 1997). A fase randômica se dará

na localização geográfica (municipal) das propriedades. A amostragem buscará suinocultores que se enquadrem nas características da agricultura familiar, proprietários de rebanhos entre 10 e 30 suínos, dotados de infraestrutura mínima de criação e que tenham forte envolvimento com os objetivos econômicos e sanitários do projeto.

RECURSOS FLORESTAIS E ENGENHARIA FLORESTAL

023 Certificação em silvicultura urbana como instrumento de política pública

Demóstenes Ferreira da Silva Filho
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53931-6
Vigência: 1/9/2010 a 31/8/2012

O primeiro objetivo do presente trabalho é desenvolver pesquisas sobre a inequívoca quantificação de áreas com desequilíbrio térmico nas cidades do interior do Estado de São Paulo e quantificar suas coberturas urbanas em áreas de hipotética baixa qualidade ambiental por meio da aplicação das imagens aéreas termais e multiespectrais com sensor remoto para classificação e quantificação dos espaços livres de edificação e avaliação da floresta urbana. A segunda atividade será aplicar método para avaliação de indicadores para a certificação em arborização urbana promovido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, buscando melhores instrumentos para o manejo em silvicultura urbana pelas prefeituras. A instituição parceira será a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Essas duas atividades compreendem também o desenvolvimento de técnicas e capacitação do corpo técnico por meio do programa de certificação estadual chamado Município Verde. Dessa maneira, o projeto de políticas públicas estará promovendo no âmbito estadual novas tecnologias e indicadores para a melhoria da gestão do verde urbano.

024 Inventário florestal do reflorestamento (*Pinus* e *Eucalyptus*) do Estado de São Paulo

Ricardo Gaeta Montagna
Instituto Florestal
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
de São Paulo (SMASP)
Processo 2007/55473-0
Vigência: 1/7/2008 a 31/12/2008

O inventário florestal do reflorestamento (*Pinus* e *Eucalyptus*) do Estado de São Paulo constitui um instrumento de análise e planejamento que tem o objetivo de fornecer informações sobre as florestas plantadas, sua composição, distribuição espacial, extensão e seus estoques. As informa-

ções geradas se revestirão de grande importância na medida em que subsidiarão a tomada de decisões por parte do setor público, por meio de políticas públicas que visem garantir a produção sustentável dos recursos madeireiros. Devido à necessidade de atualização do atual inventário, as entidades executoras estruturaram parcerias com empresas setoriais, inicialmente para a região da bacia hidrográfica do Vale do Paraíba, na fase 1 do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas (PPP) e, posteriormente, na fase 2, abrangendo todo o Estado de São Paulo, com envolvimento de mais empresas, dentro de sua área de atuação. Como produto final, o inventário florestal, em formato digital e ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas), apresentará a quantificação e a qualificação das florestas plantadas com espécies exóticas de rápido crescimento (*Pinus* e *Eucalyptus*).

025 Bases sociológicas e ecológicas para a construção e aprimoramento de políticas públicas voltadas à restauração de matas ciliares

Paulo Yoshio Kageyama
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2007/55386-0
Vigência: 1/1/2009 a 30/6/2009

O presente projeto busca integrar as múltiplas dimensões dos aspectos políticos, científicos e técnicos para proteção, restauração e uso sustentável dos recursos naturais mediante a construção e aprimoramento de políticas públicas mediante a pesquisa aplicada. O tema aglutina-se em torno da discussão sobre implantação de matas ciliares no Estado de São Paulo, bem como suas inter-relações com a paisagem rural e demais áreas da propriedade agrícola, buscando sempre apoiar, analisar e contribuir com as estratégias de conservação já existentes, além de propor novos conceitos e formas de abordagem do desenvolvimento rural sustentável.

026 Certificação em silvicultura urbana como instrumento de política pública

Demostenes Ferreira da Silva Filho
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/52365-9
Vigência: 1/3/2007 a 31/7/2007

O primeiro objetivo do presente trabalho é desenvolver pesquisas sobre a quantificação de coberturas urbanas em áreas de hipotética baixa qualidade por meio da aplicação de videografia aérea multiespectral como sensor remoto para classificação e quantificação dos espaços livres

de edificação e avaliação da floresta urbana. A segunda atividade será capacitar e certificar técnicos em técnicas inovadoras de avaliação de árvores como a tomografia para avaliação de árvores maduras, em parques e arborização viária, buscando melhores instrumentos para o manejo em silvicultura urbana. A instituição parceira será o Escritório de Desenvolvimento Rural de Piracicaba, unidade da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati).

027 Disponibilidade da madeira da seringueira (*Hevea brasiliensis*) como matéria-prima para a confecção de mobiliário no Estado de São Paulo

Francisco José do Nascimento Kronka
Instituto Florestal
Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (SMASP)
Processo 2003/06440-0
Vigência: 1/4/2005 a 31/10/2009

O Estado de São Paulo possui atualmente uma área aproximada de 47 mil hectares (ha) plantados com seringueiras, sendo desde 1995 o primeiro produtor de borracha natural do país. Quando ocorre a queda da produção do látex, é feita a renovação do seringal. Nessa oportunidade, é disponibilizada sua madeira, matéria-prima utilizada principalmente para a indústria de móveis. Não são conhecidos parâmetros referentes ao crescimento volumétrico, processamento mecânico, secagem e tratamento preservativo da madeira originária dos principais clones utilizados na cultura da seringueira. O projeto propõe justamente o estudo de tais variáveis, procurando contribuir para que seja disponibilizada mais uma matéria-prima para a confecção de mobiliário, levando em conta a atual diminuição das áreas plantadas com florestas de rápido crescimento (*Pinus* e *Eucalyptus*) no Estado de São Paulo, conforme mostram os dados abaixo: *Eucalyptus*: 335.700 ha (1961-62); 510.900 ha (1969); 490.560 ha (1971-73); 610.544 ha (1991-92); 611.517 ha (1999-2000). *Pinus*: 17.200 ha (1961-62); 102.100 ha (1969); 142.070 ha (1971-73); 194.054 ha (1991-92); 158.494 ha (1999-2000); total: 352.900 ha (1961-62); 612.000 ha (1969); 632.630 ha (1971-73); 804.598 ha (1991-92); 770.010 ha (1999-2000). Fonte: Instituto Florestal - SP (2002). Deve ser destacado que, em 1990, o Brasil exportou US\$ 40 milhões em móveis confeccionados com madeira de *Pinus* e *Eucalyptus* e, em 2002, US\$ 531 milhões. Em 1998, a Malásia exportou US\$ 683,3 milhões em mobiliário tendo como matéria-prima a madeira de seringueira.

RECURSOS PESQUEIROS E ENGENHARIA DE PESCA

028 Caracterização higiênico-sanitária da cadeia produtiva do pescado marinho da Baixada Santista

Agar Costa Alexandrino de Perez
Instituto de Pesca
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2003/06456-4
Vigência: 1/2/2004 a 31/3/2007

O consumo de pescado tem aumentado no Brasil, o que é importante não só do ponto de vista de mudança de hábitos alimentares, como também pelo fato de o pescado ser considerado, sob o aspecto nutricional, um alimento rico em proteínas, além de fonte significativa de ácidos graxos polinsaturados. Dentre outros fatores, sua característica composicional, no entanto, o torna vulnerável à proliferação de bactérias, além de sofrer alterações de natureza física ou química que refletirão em sua cor, consistência, odor e sabor, podendo ser rechaçado pelo consumidor ou então, se consumido, ocasionar riscos de saúde ou até mesmo de morte. As pesquisas já realizadas, geralmente, isoladas e pontuais, têm evidenciado que a condição higiênico-sanitária do pescado é insatisfatória e potencialmente capaz de causar toxinfecções alimentares. Uma estratégia que vem sendo implementada nos países desenvolvidos para prevenir surtos de toxinfecções é a utilização de procedimentos que visam reduzir a ocorrência de patógenos nas matérias-primas alimentares, especialmente as de origem animal. Sendo assim este projeto pretende organizar a sanidade da cadeia produtiva do pescado resfriado em pontos de desembarque e em estabelecimentos de manipulação, produção e comercialização. As amostras de pescado coletadas serão analisadas qualitativamente e quantitativamente quanto às características microbiológica, sensorial, físico-química e presença de parasitas. O diagnóstico obtido será repassado aos serviços públicos oficiais de vigilância e defesa sanitária animal, visando à implementação de um promissor sistema de controle de qualidade higiênico-sanitária do pescado.

ZOOTECNIA

029 Suporte para políticas públicas: pesquisa, desenvolvimento e expansão da ovinocaprinocultura do sudoeste paulista

Cristina Maria Pacheco Barbosa
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
Secretaria Estadual da Agricultura
e Abastecimento de São Paulo (Saasp)
Processo 2009/51530-4
Vigência: 1/10/2009 a 30/9/2011

O projeto visa à viabilização econômica de sistemas de produção sustentáveis para a ovinocaprinocultura familiar envolvendo capacitação e treinamento de alunos de ensino técnico e tecnológico e produtores rurais que já exploram

ou têm interesse em iniciar a atividade, promovendo assim a inclusão social. A realização de diagnósticos em pequenas propriedades do Estado de São Paulo demonstra a necessidade de implantação de novas tecnologias que viabilizem a produção de carne em ambientes pastoris e melhorem a saúde do rebanho, enfocando a produção de alimentos seguros pelos agricultores familiares. A comercialização de produtos diferenciados propiciará a melhoria das condições socioeconômicas das famílias, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da pecuária ovina e caprina familiar, com o mínimo de impactos negativos ao meio ambiente. A proposta será conduzida por duas linhas de atuação distintas e interligadas, nas quais em paralelo à capacitação e treinamento dos produtores e de outros agentes da cadeia produtiva da caprinocultura, serão realizadas pesquisas em temas diferentes de acordo com as necessidades de transferência de tecnologia.

030

Diagnóstico de situação, geração e disponibilização de práticas gerenciais e produtivas no âmbito da avicultura familiar, bovinocultura de leite e ovinocultura no município de Votuporanga, SP

Giane Serafim da Silva

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento
de São Paulo (Saasp)
Processo 2006/51735-7
Vigência: 1/3/2009 a 28/2/2011

Para implantação de tecnologias que visem à melhoria de produtividade na agropecuária familiar, torna-se necessário o conhecimento da real situação, traduzida em parâmetros mensuráveis. Estabelecidas as prioridades, faz-se necessário a tomada de decisões específicas para cada situação. No município de Votuporanga predominam-se minifúndios e pequenas propriedades. A presente proposta visa diagnosticar a situação, gerar e disponibilizar práticas gerenciais e produtivas no âmbito da avicultura, bovinocultura leiteira e ovinocultura no município. Serão diagnosticadas as prioridades, por meio de visitas e questionários (fase 1), e adotadas ações (fase 2), visando suprir as deficiências e possibilitando a sustentabilidade.


031

A cadeia de negócios da ovinocultura de corte paulista: diagnóstico de pontos críticos e proposta de estruturação técnica e mercadológica

Celso da Costa Carrer

Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51695-5
Vigência: 1/2/2007 a 31/10/2009

Diante da crescente demanda interna e externa por produtos ovinos, somada ao crescente número de empresários dispostos a investir nessas atividades, a ovinocultura brasileira tem grande potencial para se destacar no cenário nacional entre as atividades de relevante impacto socioeconômico. Alguns obstáculos, porém, devem ser vencidos, abrindo frente de ações cooperadas entre o meio empresarial e centros/institutos de pesquisa, focadas na melhoria da atividade de ovinocultura que venha a contribuir com o desenvolvimento de emprego e renda – principal interesse do presente projeto. Espera-se, ao final, reunir subsídios para a formulação de sugestões de natureza de política pública para a cadeia da ovinocultura paulista.

A vibrant photograph of a multi-tiered waterfall in a dense tropical forest. The water flows over moss-covered rocks, creating white foam and splashing. The surrounding vegetation is lush and green, with some small pink flowers visible on the left. The scene is captured in bright, natural light, highlighting the textures of the water and the forest floor.

Ciências Biológicas

BOTÂNICA**032 Diagnóstico sobre extração, produção, comercialização e uso de plantas medicinais, aromáticas e condimentares na região do Vale do Paraíba, SP**

Lin Chau Ming

Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Processo 2001/03009-1

Vigência: 1/10/2002 a 31/10/2006

O Vale do Paraíba possui um total de 12.739 propriedades rurais, sendo que 67,7% são pequenas propriedades caracterizadas pela agricultura familiar, com expressiva utilização de mão de obra familiar, envolvendo diretamente 15.829 familiares na produção. A região apresenta um ritmo acelerado de crescimento devido à expansão do setor industrial, acentuando as transformações socioeconômicas no meio rural, como expropriação de pequenos agricultores e extensa migração de famílias para as periferias urbanas regionais. Na busca de alternativas, as plantas medicinais, condimentares e aromáticas constituem-se em fonte de renda para atender à crescente demanda de indústrias farmacêuticas e de alimentos. Não há, porém, um conhecimento sedimentado da real situação sobre extração, produção, comercialização e uso dessas plantas na região. É objetivo da pesquisa efetuar diagnóstico deste segmento para contribuir com o setor público de assistência técnica e extensão rural no estado, subsidiando tomada de decisões e formulação de políticas públicas que venham beneficiar o desenvolvimento da agricultura familiar. A metodologia envolve levantamento de informações acerca da região e processos produtivos do meio rural, tanto em fontes secundárias e bibliografia pertinente, como por meio de produção de dados primários; pesquisa de campo com aplicação de questionários a produtores rurais, mobilização de técnicas de pesquisa participativa para identificação de demandas e visitas aos principais setores da cadeia produtiva em referência. O projeto compõe-se de três fases: a) composição da equipe; planejamento do trabalho; levantamento e organização das informações em banco de dados informatizado; elaboração/pré-teste de questionários; b) pesquisa de campo propriamente dita e discussão dos resultados obtidos com diferentes setores envolvidos para seleção de propostas mais adequadas; e c) delineamento e implantação das propostas de políticas públicas pela estrutura organizacional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) presente na região.

033 Recuperação ambiental: participação e Poder Público: uma experiência em Campinas, SP

Roseli Buzanelli Torres

Instituto Agrônômico de Campinas (IAC)

Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento de São Paulo (Saasp)

Processo 2001/02952-1

Vigência: 1/2/2003 a 31/5/2006

O processo de destruição dos ecossistemas naturais em larga escala tem uma série de consequências socioambientais negativas. Desde a sua ocupação, o Estado de São Paulo tem sofrido uma contínua devastação das suas áreas de vegetação nativa e, mais recentemente, a ocupação urbana sem planejamento tem contribuído para a continuidade da degradação dos remanescentes de vegetação, inclusive em áreas de baixadas e de mata ciliar. Levando-se em consideração a carência de áreas verdes nos arredores de Campinas, SP, especialmente na região sul do município, e a ausência de políticas públicas que possam estabelecer um tipo de interação comunidade-Poder Público de maneira mais eficaz, é necessário pensar a implementação de políticas de bases comunitárias com o objetivo de conservar e/ou recuperar o ambiente. Uma das mais recentes iniciativas em países industrialmente avançados tem sido a implementação de políticas públicas que envolvem a participação da comunidade. Dessa forma, pesquisas de base comunitária têm sido conduzidas pela ou para a comunidade. Não existe uma única forma de fazer pesquisa participativa, podendo-se usar diversos instrumentos metodológicos, conhecidos como pesquisa sistêmica, temática, de base comunitária, pesquisa-ação etc., uma vez que as suas abordagens variam conforme as diferentes realidades. A participação tem trazido resultados muito superiores no campo social e de construção de processos políticos que outros modelos organizacionais de perfil tradicional, como os burocráticos e os paternalistas-clientelistas. O envolvimento dos atores sociais pode viabilizar o desenvolvimento de projetos que conduzam ao desenvolvimento de políticas públicas visando à melhoria da qualidade de vida. Para a implementação de projetos dessa natureza, outro fator importante diz respeito à formação da equipe, que deve ser mista e interdisciplinar, envolvendo técnicos locais e pessoas da comunidade.

ECOLOGIA**034 Estabelecimento de parâmetros de avaliação e monitoramento para reflorestamento induzido visando ao licenciamento ambiental**

Luiz Mauro Barbosa

Instituto de Botânica

Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (SMASP)

Processo 2003/06423-9

Vigência: 1/4/2004 a 30/4/2007

A participação mais efetiva dos institutos de pesquisa da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMASP) no planejamento e licenciamento ambiental passou a ser uma exigência nos programas de políticas públicas do governo do Estado de São Paulo, sobretudo para tornar os processos de licenciamento ambiental mais ágeis e confiáveis do ponto de vista técnico-científico. A análise dos problemas envolvendo a substituição da cobertura florestal natural por áreas agrícolas tem suscitado muita preocupação, não só pelos processos erosivos e redução da fertilidade dos solos agrícolas, mas também pela extinção de espécies vegetais e animais. Por outro lado, as atividades de produção que têm como consequência a degradação ambiental estão sujeitas a sanções cada vez mais drásticas e corretivas, sobre as quais a SMASP tem a responsabilidade legal, seja na definição de parâmetros e nas suas técnicas, seja nos processos de licenciamento ambiental capaz de orientar o mercado consumidor cada vez mais exigente, conceito incorporado no ISO 14001. Este projeto procurará atender à necessidade de revisões nas normas e procedimentos adotados pela SMASP com relação à orientação para reflorestamento heterogêneo e sua inter-relação com os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) ou Relatórios de Avaliação Prévia (RAP), na elaboração de Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) e laudos técnicos para concessão de licenças ou autorizações de desmatamento ou de medidas compensatórias. Investigação em projetos-pilotos de recuperação de áreas degradadas nos municípios parceiros e estudos de modelos de reflorestamento, produção de sementes e mudas estão previstos no projeto que agrega conhecimentos necessários para serem utilizados pela SMASP em procedimentos de licenciamento nas suas diversas áreas temáticas: a) destinação de resíduos sólidos; b) energia: energia, transmissão e biomassa; c) transportes: rodovias, ferrovias, dutos; d) água: barragem de represas, canalização de córregos, recuperação de matas ciliares; e) habitação, loteamentos; f) saneamento; g) indústria; h) mineração; e i) base de combustíveis. Em todos esses casos, medidas de planejamento e licenciamento poderão ser subsidiadas com parâmetros técnico-científicos gerados nesta pesquisa, seja promovendo alternativas para medidas mitigadoras dos danos ambientais, seja no estabelecimento de compensações ambientais ou no licenciamento de empreendimentos a serem instalados.

035

Parque estadual da Ilha Anchieta: proposta de revitalização de duas unidades do complexo histórico-arquitetônico local, como núcleo cultural, de lazer educativo e histórico-científico

Maria de Jesus Robim
Instituto Florestal
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
de São Paulo (SMASP)
Processo 2003/06416-2
Vigência: 1/2/2004 a 31/8/2004

Esta proposta consiste na revitalização de duas unidades do complexo arquitetônico da antiga Colônia Correcional do Porto das Palmas, projeto do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, inaugurado em 1907 e desativado em 1914 e que, em 1928, passou por reformas para instalar-se ali, em 1931, o presídio político da Ilha dos Porcos (em 1934, passou a chamar-se Ilha Anchieta), sendo que, em 1940, foram realizadas reformas nas edificações para se criar, em 1942, o Instituto Correcional da Ilha Anchieta, que funcionou até 1955. Em 1977, foi criado o parque estadual da Ilha Anchieta, que hoje recebe mais de 80 mil visitantes de todo o mundo, para usufruir das belezas naturais e atraídos pelo patrimônio histórico. Muitos pesquisadores científicos de diversas instituições desenvolvem trabalhos na ilha. Há também, já implantado no parque, um programa de educação ambiental voltado para atender às escolas de ensino fundamental que é coordenado pela bióloga, professora doutora Maria de Jesus Robim.

036

Avaliação da qualidade da água da sub-bacia do rio Corumbataí por meio de bioensaios

Regina Teresa Rosim Monteiro
Centro de Energia Nuclear na Agricultura
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/02954-4
Vigência: 1/11/2002 a 31/12/2007

O município de Piracicaba, SP, é cortado pelos rios Piracicaba e Corumbataí. Devido ao comprometimento das águas do rio Piracicaba, hoje 100% da água servida ao município vem do rio Corumbataí, com previsão do plano diretor de que este continue sendo o único manancial nos próximos 20 anos. Esses rios são também utilizados como corpos receptores dos esgotos de origem doméstica e industrial. A carga orgânica lançada no rio Corumbataí vem aumentando gradativamente, o que é percebido pela turbidez, cor, matéria orgânica, presença de alguns metais e sedimentos, e tem gerado aumento de consumo de produtos químicos para tratamento da água. Os serviços públicos de abastecimento estão cada vez mais se deparando com situações críticas em relação à qualidade da água devidas à acelerada degradação ambiental. Além disso, as autoridades governamentais têm exigido por meio de leis, condições mais restritivas visando à preservação dos mananciais e garantia da qualidade da água distribuída. No entanto, novas indústrias estão sendo instaladas e novos produtos agrícolas têm sido utilizados na região, sendo portanto urgente que sejam executadas ações efetivas e integradas em toda a bacia do rio Corumbataí para reverter a tendência de piora. Serão realizadas duas amostragens, com coleta de água, a cada trimestre, em pontos estratégicos de lançamentos de efluentes industriais, domésti-

cos e ETAs e ETEs. As amostras serão avaliadas quanto à toxicidade para: a) *Hydra* (celenterado de água doce); b) germinação de sementes de alface; c) crescimento de raízes de cebola; d) multiplicação da alga *Selenastrum*. As amostras serão também analisadas quanto à presença de metais como alumínio, bário, cádmio, chumbo, cloro, cobre, cromo, estrôncio, ferro, flúor, fósforo, manganês, mercúrio, níquel, nitrogênio, sódio e zinco. O Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba (Semae) já faz a determinação de algumas propriedades bioquímicas, físicas e químicas na água captada na estação, tais como pH, cor, turbidez, condutividade, DBO, DQO, fenóis, alcalinidade, oxigênio dissolvido, dureza, surfactantes, carbono orgânico total, alumínio, ferro, flúor, manganês e coliformes totais e fecais. Os resultados darão subsídio para avaliar o risco de contaminação dos pontos amostrados e gerar um mapa de índice de contaminação da sub-bacia do rio Corumbataí.

037 Caracterização e quantificação da matéria-prima florestal (*Pinus* e *Eucalyptus*) no Estado de São Paulo

Francisco José do Nascimento Kronka
Instituto Florestal
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
de São Paulo (SMASP)
Processo 2000/02043-9
Vigência: 1/1/2001 a 31/10/2006

O projeto pretende caracterizar e quantificar a matéria-prima proveniente dos reflorestamentos efetuados no Estado de São Paulo, mediante a utilização de técnicas de geoprocessamento e análise digital de imagens orbitais. Inicialmente o reflorestamento será identificado por gênero (*Pinus* e *Eucalyptus*), sendo posteriormente, identificadas as espécies, condições de manejo (rotação, desbastes, resinagem) e respectivas idades. A quantificação será feita para cada uma das áreas mapeadas, por meio da base digital georreferenciada a ser elaborada, sendo que a totalização dos dados levantados será efetuada também para cada município do estado. Os dados a serem disponibilizados são estratégicos para os setores de processamento mecânico da madeira, celulose, papel, chapas e aglomerados, carvão vegetal e resinagem. O enfoque principal será dado à disponibilização e caracterização da madeira a ser processada visando outros usos, especificamente à confecção de móveis em geral. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Moveleira (Abimovel), o setor formado por pequenas e microempresas quer exportar US\$ 2,5 bilhões em 2002. As vendas externas têm crescido de 10 a 15% ao ano (1990: US\$ 40 milhões; 1999: US\$ 450 milhões). Há progressiva substituição das madeiras nativas tradicionais por espécies de *Pinus* e, em fase inicial, de *Eucalyptus*. Numa segunda fase pretende-se efe-

tuar a avaliação volumétrica da matéria-prima disponível com amostragem de toda área levantada e estratificada conforme já foi indicado. O Sebrae-SP apoiará o Instituto Florestal com uma equipe interna especializada em projetos com características complementares à proposta em questão, na execução dos projetos, disponibilizando sua infraestrutura, 38 agências no Estado de São Paulo, articulando parcerias locais em todas as regiões, divulgando os dados disponibilizados via internet, por meio do seu *telemarketing* (0800-780202) e de seu *Jornal de Negócios* (100 mil exemplares).

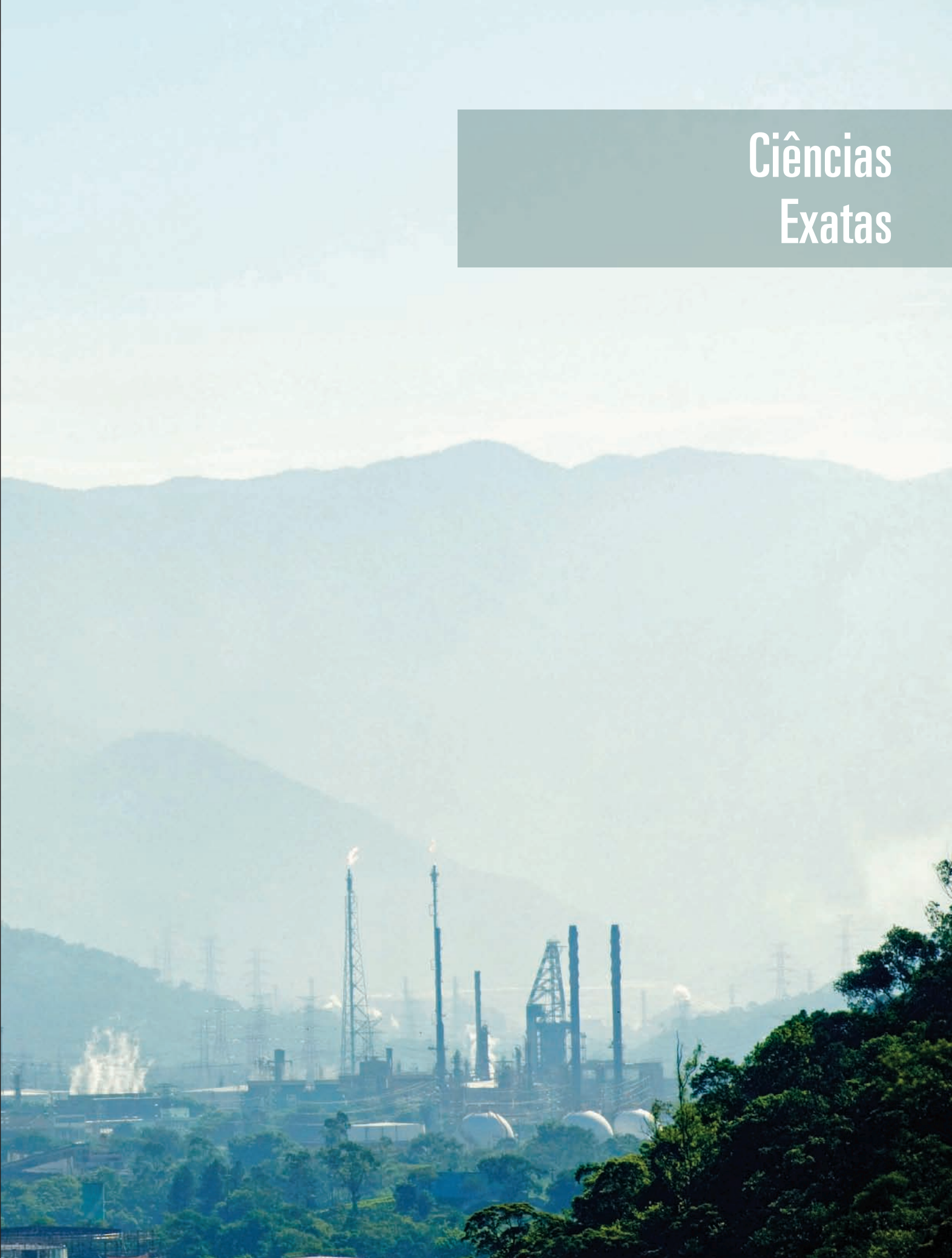
GENÉTICA

038 Aconselhamento genético para câncer de mama: uma rotina necessária em serviços especializados no atendimento a pacientes com câncer de mama?

Miriam Hatsue Honda Federico
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51709-6
Vigência: 1/9/2007 a 31/8/2010

Grande parte do câncer de mama (CM) tem a possibilidade de ser hereditária, e os testes genéticos não estão disponíveis no sistema público de saúde. Aqui o objetivo será avaliar essas mutações de BRCA 1 e 2 em pacientes de risco de três instituições públicas de saúde, avaliar a proporção de pacientes candidatos a teste genético entre aquelas com CM atendidas no ambulatório de Oncologia do HCFMUSP. Além disso, pretendemos mensurar custos econômicos globais do teste e se o oferecimento de consulta no ambulatório de aconselhamento melhora a qualidade de vida de pacientes com câncer de mama.

Ciências Exatas



CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

039

Computação e multidisciplinaridade: ações e estratégias de integração para a próxima década

Cláudia Maria Bauzer Medeiros

Instituto de Computação

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 2006/50008-4

Vigência: 1/5/2007 a 31/1/2008

Tecnologia da informação é crucial para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social de uma nação. No Brasil, programas de governo têm privilegiado a face industrial de infraestrutura (e inclusão digital) e apoiado a educação a distância. Faltam, todavia, bases de dados confiáveis para detectar tendências, traçar estratégias e acompanhar sua execução. É, ainda, preciso uma visão clara de futuro para a pesquisa. O projeto visa definir: 1) uma agenda nacional de pesquisa multidisciplinar em computação que prepare novas gerações de pesquisadores; 2) planos de alfabetização digital no ensino fundamental e médio; 3) aproximação academia-indústria; 4) sistema de informação para subsidiar políticas públicas.

040

Memória virtual de São Carlos

José Carlos Maldonado

Instituto de Ciências Matemáticas

e Computação de São Carlos

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2003/06434-0

Vigência: 1/4/2004 a 31/5/2008

São Carlos, SP, e região apresentam uma diversidade de acervos de inestimável valor histórico. Esses acervos contêm documentos de caráter diversificado. Similar a grande parte dos acervos brasileiros, esses acervos encontram-se em estado precário de conservação e outros são desconhecidos até mesmo de pesquisadores. Esforços isolados, tanto públicos quanto privados, no sentido de organizar os acervos e disponibilizá-los aos interessados são identificados mais recentemente. Este projeto tem como objetivo contribuir para o resgate da história do município e da própria história do Brasil. Em uma primeira instância, desenvolver um sistema web para a gestão integrada desses acervos; mais especificamente para a organização, o armazenamento e a disponibilização das informações do patrimônio histórico e cultural municipal e regional. Para o desenvolvimento do sistema, um pré-requisito essencial é a definição e a padronização da forma e dos acessos a essas informações históricas e culturais. A definição e a padro-

nização são realizadas por meio das normas e dos padrões da representação descritiva e temática, sub-área da Ciência da Informação, que visa descrever os documentos de forma a garantir a qualidade e a acessibilidade das informações disponibilizadas, bem como a integração de várias redes de informação tanto nacionais quanto internacionais. Tanto o processo de desenvolvimento quanto o sistema web resultante deste projeto estão calcados na filosofia de software livre, motivando outras entidades similares (prefeituras, fazendas, associações etc.) a também fazerem uso desse sistema, beneficiando assim a comunidade em geral pela disponibilização de seus acervos. Em última análise, pretende-se constituir um mecanismo para a implantação de um sistema distribuído que integre e disponibilize o acervo municipal, regional, estadual e – por que não? – nacional. Este projeto agrega as competências acadêmicas a serviço de uma iniciativa altamente relevante para a comunidade da cidade de São Carlos. O projeto, de natureza multidisciplinar (Ciência da Computação, Ciência da Informação, Museologia, Arquivologia e Arquitetura), pode gerar, em curto prazo, uma contribuição significativa para o registro histórico de São Carlos e para a ampliação do acesso a esse registro por estudantes pesquisadores e cidadãos em geral.

FÍSICA

041

Avaliação da efetiva contribuição socioeconômica de empresas incubadas no Estado de São Paulo

Jorge Humberto Nicola

Instituto de Economia

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 2003/06435-7

Vigência: 1/2/2004 a 30/9/2004

A incubação de empresas de base tecnológica foi instituída no Estado de São Paulo em 1986 por iniciativa da Companhia de Promoção de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (Promocet), órgão existente na época e ligado à Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Antes mesmo dessa oficialização do processo de incubação de empresa, a Codetec (empresa vinculada à Unicamp) já incubava, informalmente, mas não menos efetivamente, empresas em Campinas, SP. A partir daí, surgiram várias outras incubadoras e, hoje, segundo dados do Sebrae no Estado de São Paulo existem cerca de 40 incubadoras. Um fator de mérito para avaliar a eficiência dos programas de incubadoras de empresas na região é, sem dúvida, o conhecimento do destino das empresas que foram beneficiadas pelas diferentes incubadoras do Estado de São Paulo. O presente projeto visa desenvolver um sistema avaliador

sistemático cuja aplicação mostre, para empresas já desligadas do processo de incubação, o seu desempenho ao enfrentar o sistema, extramuros às incubadoras, competitivo e não paternalista. A metodologia de avaliação a ser desenvolvida deverá ser aplicada às empresas oriundas de incubação no Estado de São Paulo via contato direto e conclusivo. Nesse sentido, espera-se contribuir significativamente para a continuidade de políticas dos programas de incubação de empresas do Estado de São Paulo.

GEOCIÊNCIAS

042 Diretrizes para a regeneração socioambiental de áreas degradadas por mineração de saibro (caixas de empréstimo), Ubatuba, SP

Cláudio José Ferreira
Instituto Geológico
Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (SMASP)
Processo 2003/07182-5
Vigência: 1/3/2004 a 30/4/2008

A produção de saibro para aterro pode ser considerada estratégica ao desenvolvimento municipal, por seu uso na infraestrutura civil e na manutenção da rede viária, em especial na região litorânea. Ainda que seja um bem mineral abundante e não requeira tecnologias sofisticadas para a sua produção, seu aproveitamento desordenado ao longo das últimas décadas ocasionou grave degradação ambiental nos municípios do litoral norte do Estado de São Paulo. Em Ubatuba, existem atualmente cerca de 60 caixas de empréstimos paralisadas. Tais áreas depreciam o patrimônio paisagístico de uma cidade turística e oferecem perigos à população e equipamentos do entorno e ao meio ambiente. A recuperação socioambiental desse setor mineral em Ubatuba, a despeito de estudos já desenvolvidos no início da década de 1990, tornou-se de extrema complexidade, pois, se de um lado, há demanda para a comercialização de saibro e para o aproveitamento imobiliário das áreas, o que pode atrair pequenos investidores privados, por outro, existem muitas dificuldades para o pequeno empreendedor cumprir as exigências legais do licenciamento ambiental e minerário. Adicionalmente, há o interesse do Ministério Público em atender à legislação, que exige a recuperação ambiental das áreas degradadas. O estabelecimento de uma política para o setor, sob responsabilidade do Poder Público municipal, constitui fator essencial na solução do problema. Ela deve basear-se na produção do bem mineral, prioritariamente em áreas já degradadas, e condicionada a projetos de recuperação ambiental, nos quais se deve prever o uso futuro da área. Para subsidiar a elaboração dessa política, o projeto visa

atualizar e gerar conhecimentos científicos sobre a potencialidade mineral e de uso futuro, analisar os impactos existentes, a situação legal quanto ao licenciamento ambiental e minerário e apontar áreas prioritárias para a regeneração socioambiental, assim como indicar as melhores práticas para assegurar a recuperação socioambiental das áreas.

043 Implementação de modelo de qualidade do ar para a Região Metropolitana de São Paulo

Maria de Fátima Andrade
Instituto de Astronomia, Geofísica
e Ciências Atmosféricas
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06414-0
Vigência: 1/4/2004 a 31/7/2007

A poluição por gases e partículas tem sido um problema de difícil abordagem em regiões urbanas complexas, como é o caso das regiões metropolitanas em São Paulo. Os fatores que levam a uma pobre qualidade do ar incluem emissões de gases e partículas, topografia, meteorologia, química e conversão gás-partícula. Como as interações entre todos esses fatores são complexas, foram desenvolvidos modelos computacionais para simular a produção de poluição e entender essas interações. Países tecnologicamente avançados têm demonstrado a necessidade de analisar as complexas interações entre a química e a meteorologia, que regem os fenômenos associados à dispersão atmosférica de poluentes. E a metodologia adequada para isso é a aplicação de modelos de qualidade do ar que incluem a descrição tanto dos mecanismos químicos quanto da dispersão e transporte. O Departamento de Ciências Atmosféricas conta com grande experiência na utilização do modelo CIT, desenvolvido no California Institute of Technology (Caltech) e Carnegie Mellon University. Esse modelo tem sido aplicado ao problema de descrição da formação de poluentes fotoquímicos em São Paulo. Os componentes básicos desses módulos são: um mecanismo cinético descrevendo as reações químicas; uma descrição das fontes, com distribuição espacial e temporal das emissões; uma descrição meteorológica, incluindo velocidade e direção do vento para cada estação, a estrutura vertical da temperatura e a intensidade da radiação. Esse modelo será o hospedeiro para a inclusão do módulo de formação de partículas finas, que inclui a conversão gás-partícula e o crescimento por condensação e coagulação. Esse modelo mais completo denominado CIT-Aero está sendo implementado no Departamento de Ciências Atmosféricas, em colaboração com a Carnegie Mellon University de Pittsburgh.

044

Formulação de modelo de gestão para administração dos recursos minerais e desenvolvimento da mineração no Estado de São Paulo

Ayrton Sintoni

Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)
Processo 2001/02955-0
Vigência: 1/3/2003 a 31/10/2006

Este projeto está voltado para o estabelecimento de um modelo de gestão pública na área de recursos minerais do Estado de São Paulo, levando em consideração a necessidade de racionalizar os esforços – investimentos em recursos humanos e materiais – e de aprimorar e integrar os procedimentos do Poder Público no fomento, regulação e fiscalização do setor mineral, com vistas à obtenção do aproveitamento racional desses bens, em bases ambientalmente sustentáveis e socialmente responsáveis. Como base para a consecução plena desse modelo, serão desenvolvidos estudos, levantamentos e análises direcionados à caracterização do perfil técnico e socioeconômico da indústria mineral e suas relações com as cadeias produtivas agregadas e as competências e atribuições legais dos poderes públicos federal, estadual e municipal. A análise integrada desses estudos no contexto do cenário técnico-econômico e legal de aproveitamento dos recursos minerais no Brasil possibilitará a definição de um modelo de gestão setorial, contemplando um conjunto de ações governamentais de caráter básico para planejamento e desenvolvimento da mineração e de ações específicas para ordenamento técnico, ambiental e legal de segmentos selecionados.

045

Diagnóstico ambiental para o manejo sustentável do núcleo Cabuçu do Parque Estadual da Cantareira e áreas vizinhas do município de Guarulhos, SP

Antônio Manoel dos Santos Oliveira

Centro de Pós-Graduação e Pesquisa
Universidade de Guarulhos (UNG)
Processo 2001/02767-0
Vigência: 1/9/2002 a 31/12/2005

A pesquisa corresponde a uma análise dos condicionantes do manejo de unidades de conservação sujeitas a fortes pressões de uso do solo, situação comum a grandes metrópoles que necessitam encontrar alternativas viáveis para harmonizar a existência de áreas destinadas a serem conservadas e áreas contíguas de ocupação irregular sujeitas a graves danos ambientais. Na fase 1, o pré-projeto tem como objetivo o diagnóstico preliminar dos problemas existentes tanto no núcleo quanto nas áreas de entorno, por meio da identificação de áreas alteradas

e das intervenções existentes no núcleo, bem como da delimitação das áreas vizinhas e a identificação de conflitos do uso do solo diante das condições ambientais e legais. Na fase 2, no projeto propriamente dito, os estudos serão fundamentados na compartimentação do meio físico em sistemas homogêneos com base nas relações solo-relevo-substrato, abordagem proposta por Kilian e Rosseli (1978) e Tricart e Kilian (1979) para a elaboração de cartas morfopedológicas e por Austin e Cook (1978) que classifica os terrenos segundo as suas potencialidades e fragilidades (PIRES NETO, 1994). Os estudos do meio biótico estão essencialmente voltados à caracterização das formações vegetais e aos estados de conservação e regeneração das áreas alteradas. Os estudos socioeconômicos compreendem a caracterização dos diferentes tipos de uso do solo, a história de ocupação, bem como a identificação das principais carências e demandas da população das áreas vizinhas. Tais estudos serão conduzidos de maneira a convergir para a caracterização da fisiologia da paisagem (AB' SABER, 1969), identificando os principais processos de dinâmica superficial, e para obter os produtos necessários ao Parque da Cantareira (manejo da unidade de conservação) e à prefeitura (planejamento urbano e ações comunitárias). Os estudos também envolvem a iniciação científica de alunos do curso de Geografia, o desenvolvimento de tese de mestrado de aluno de pós-graduação (Gerenciamento Ambiental) e de tese de doutorado de pesquisador da Universidade Guarulhos. Até o presente momento, há duas pesquisas em andamento relacionadas ao projeto: “Mapa do verde do município de Guarulhos”, tese de mestrado acima referida, e “Estudo da dinâmica do uso do solo e processos geológicos induzidos no município de Guarulhos”.

046

Caracterização da qualidade do ar em São José dos Campos, SP

Nelson Jesus Ferreira

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Processo 2000/13729-9
Vigência: 1/1/2002 a 30/6/2002

São José dos Campos, SP, é a maior cidade do Vale do Paraíba, região na qual se situa um dos mais importantes polos industriais do estado e por onde passa uma das mais movimentadas rodovias (Presidente Dutra). O crescimento da cidade se deu de forma rápida e houve uma significativa deterioração do meio ambiente na região. Dentre os principais problemas, destacam-se a poluição atmosférica, enchentes, desmoronamento de encostas, poluição do rio Paraíba e o estabelecimento de aterros sanitários. Atualmente, o monitoramento da qualidade do ar em São José dos Campos é feito de forma precária, pois

existem apenas duas estações da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) que medem SO_2 , fumaça e ozônio e uma estação móvel da Petrobras que mede vários poluentes gasosos (SO_2 , NO_x , CO , CO_2 , hidrocarbonetos e ozônio) e material particulado, para uso exclusivo da refinaria. Dessa forma, torna-se difícil caracterizar a variabilidade espacial e temporal da poluição atmosférica na região. Como consequência, não existe disponível um sistema de informações ambientais que possa ser efetivamente utilizado para orientar tomadores de decisão dos setores públicos e produtivos. Por outro lado, o polo tecnológico e a capacitação científica que se consolidou na região podem disponibilizar informações ambientais de forma rápida e confiável, utilizando estações automáticas, radares, satélites e produtos de previsão numérica de tempo. A presente proposta, mediante parcerias entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), prefeitura, universidades locais e indústrias locais, visa estabelecer uma infraestrutura para medir, avaliar e caracterizar a qualidade do ar em São José dos Campos, obtendo assim subsídios para o estabelecimento de políticas públicas nessa área de interesse.

047

Gestão de recursos hídricos das bacias da vertente atlântica do Vale do Paraíba paulista – aplicação da abordagem geobio-hidrológica e do conceito de ecologia da paisagem

Sueli Yoshinaga Pereira

Instituto de Geociências

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 2000/13714-1

Vigência: 1/9/2002 a 31/12/2007

A região de estudo é o Vale do Paraíba, na porção leste do Estado de São Paulo, espaço organizado segundo características físicas, morfológicas e estruturais de vales encaixados na serra do Mar. O estudo das bacias hidrográficas aí instaladas permitirá a investigação dos processos hidrológicos, fundamentais no desenvolvimento ou aplicação de procedimentos analítico-integrativos que permeiam a abordagem geobio-hidrológica/ecologia da paisagem e sua aplicação como ferramenta na gestão e planejamento de recursos hídricos e diferentes usos e ocupação do solo. Nessa perspectiva, se insere este projeto de pesquisa ao introduzir a abordagem integrada do meio físico mediante áreas emergentes da ciência como a geobio-hidrologia e a ecologia da paisagem. Essas abordagens possuem em comum: análise processual multivariada, utilização de modelos, interação entre diferentes escalas temporais e espaciais e interações ser humano-natureza. Objetivam expressar uma visão sistêmica do ambiente na medida em que seus elementos relevo-água-vegetação,

solo, rocha encontram-se relacionados entre si, influenciando-se mutuamente. Nesse sentido, a água assume papel fundamental, pois é o principal elemento de ligação entre as partes que compõem o sistema, desde sua entrada (via precipitação), passando pelo escoamento nos canais de drenagem até a infiltração em subsuperfície. A escolha da área foi definida pela complexidade no estabelecimento de diretrizes ao desenvolvimento sustentável e à gestão das águas em termos políticos, institucionais e ambientais. Alguns fatores podem ser citados: grande crescimento urbano industrial; é manancial quase exclusivo de abastecimento público da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (80%); esse abastecimento está a jusante do território paulista onde se concentram os formadores ou áreas-berço do rio Paraíba do Sul em coexistência não sustentável com um contingente populacional de 1,7 milhão de habitantes e intensa atividade industrial e agrícola.

048

Movimentos de massa em encostas devido à liquefação de argilas: avaliação ambiental e obras de contenção no município de Taubaté, SP

Hélio Nobile Diniz

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Universidade de Taubaté (Unitau)

Processo 2000/01963-7

Vigência: 1/1/2001 a 31/8/2001

Estudos mostram que o Sudeste brasileiro possui dois períodos com características hidroclimatológicas distintas: de novembro a março o índice pluviométrico é intenso e há um excedente hídrico importante, com máxima saturação dos terrenos, e de abril a outubro as precipitações são raras e há déficit hídrico com a consequente diminuição da saturação do solo. Sabe-se, também, que os argilominerais possuem capacidade de reter importantes quantidades de água. Quando a saturação das argilas atinge o limite de liquidez, estas passam a ter características fluidas e escoam com facilidade. Em todo o Vale do Paraíba, houve fortes chuvas no final de dezembro de 1999 e início do ano corrente. Em Taubaté, SP, no bairro Imaculada Conceição, várias residências situadas em ruas com acentuada declividade apresentaram trincas e rachaduras que causaram grande temor nos moradores. Uma primeira análise do Departamento de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Taubaté mostrou que as trincas eram causadas por movimentos de massa diferenciais, sempre em direção ao eixo central das ruas pavimentadas. A suspeita das causas desses movimentos recaiu sobre rompimentos da rede de esgotos, que não suportou o refluxo das águas oriundas das ligações irregulares das residências com pátios negativos, que não podem escoar as águas das chuvas para as galerias pluviais e as desviam para a

rede de esgotos. A investigação das causas do problema envolve a utilização de métodos geofísicos (eletrorresistividade, indução, potencial espontâneo e radar de penetração) para a determinação detalhada da localização dos depósitos predominantemente argilosos nas encostas e dos locais onde houve rompimento da rede de esgotos. As características geológico-geotécnicas dos terrenos serão obtidas mediante de sondagens SPT. Uma vez determinadas as causas dos problemas serão adotadas soluções tais como obras de substituição da rede de esgotos e impermeabilização de maciços predominantemente argilosos.

PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA

049 Índice de desenvolvimento municipal: alternativa metodológica para avaliação intraurbana

Fernando Frei
Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2003/06442-3
Vigência: 1/4/2004 a 31/12/2006

A possibilidade de caracterização e apresentação de indicadores e, mais recentemente, a construção de índices que possam sintetizar áreas temáticas têm sido quase uma obsessão para os cientistas sociais e administradores públicos. Foi da combinação de vários fatores, tais como a fragilidade dos índices disponíveis, e da dificuldade em caracterizá-los que os autores elaboraram o projeto Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM). A importância do projeto resultou no interesse da assessoria de Relações Exteriores da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em incluí-lo como uma das ações possíveis para a efetivação do convênio de cooperação, celebrado com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em julho de 2001, que resultou em reuniões técnicas, nas quais se definiu a realização de estudo-piloto capaz de evidenciar a utilidade do IDM e a possibilidade de generalização da metodologia desenvolvida para o conjunto dos municípios do Estado de São Paulo. O estudo-piloto foi realizado em Ourinhos, SP, devido, entre outros critérios, à adesão da administração local. Durante 12 meses foram realizados procedimentos como: 1) estratificação do município em zonas homogêneas a partir de dados do censo IBGE 2000; 2) cálculo do IDM para o município e cada uma das zonas; e 3) criação de sistema informatizado para coleta, processamento e apresentação dos resultados. Entre as dificuldades encontradas, destacamos a reconhecida dificuldade de produção de indicadores intramunicipais confiáveis, principalmente no que tange ao georreferenciamento dos eventos, ocasionados pelas bases de dados inconsistentes. É nesse contexto que ganha importância e

se justifica a apresentação do presente projeto, tanto pelo sentido de continuidade de uma experiência bastante rica para a administração local quanto pelo que pode representar em termos de generalização da metodologia a ser testada para o conjunto dos municípios paulistas, dentro do espírito do que ensejam os objetivos do convênio celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista e a Prefeitura Municipal de Ourinhos. Do ponto de vista estritamente acadêmico, o projeto também permitirá um intercâmbio interinstitucional pela incorporação de pesquisadores do Ibilce/Unesp-São José do Rio Preto e da Universidade Federal de São Carlos.

050 Proposta de sistema computacional de apoio a coleta, registro e análise de dados de mortes violentas em município de médio porte como ferramenta de apoio a políticas de controle social

José Silvio Govone
Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2003/06431-1
Vigência: 1/3/2004 a 30/11/2006

A violência na sociedade brasileira está ultrapassando todos os limites do tolerável. Segundo o núcleo de pesquisas do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), as mortes violentas já são, em todas as regiões do país, a maior causa de óbitos entre as idades de 5 e 45 anos. É sobre os jovens que incide o maior risco dessas mortes violentas. Cidades de médio porte, como Rio Claro, SP (GOVONE et al., 2001; CARNEIRO et al., 2002), têm apresentado índices de violência semelhantes àqueles verificados nas grandes metrópoles do Brasil. Para nortear as ações públicas visando minimizar esses trágicos ilícitos penais, são necessários sistemas efetivos de análise de dados, capazes de traçar perfis de autores/vítimas e das ações criminosas, indicando as probabilidades de ocorrências de crimes em determinadas regiões e horários. Tais sistemas devem se basear em um banco de dados confiável. Nos trabalhos acima citados, observam-se grandes discrepâncias entre os dados fornecidos pelos diversos órgãos responsáveis pelas estatísticas das mortes violentas: cartório de registro civil (Fundação Seade), IML e Polícia Civil. A presente proposta consiste no desenvolvimento de uma metodologia que unifique e padronize as diversas fontes de dados, objetivando a elaboração de um sistema computacional integrado a um banco de dados de mortes violentas, alimentado pelas fontes acima citadas, disponibilizando aos órgãos públicos consultas confiáveis para aperfeiçoamento das ações dessas instituições de controle social. A União e o Estado de São Paulo priori-

zam investimentos em inteligência policial, havendo disposição dos órgãos de segurança no desenvolvimento de sistemas de apoio à decisão para políticas públicas.

QUÍMICA

051

Produção de padrões analíticos e desenvolvimento de métodos para o monitoramento de microcistinas para atendimento da Portaria nº 518 do Ministério da Saúde

Ernani Pinto Junior

Faculdade de Ciências Farmacêuticas

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2009/51328-0

Vigência: 1/8/2009 a 31/7/2011

A Portaria nº 518, de 25 de março de 2004, foi publicada pelo Ministério da Saúde e estabelece os procedimentos e responsabilidades relativas ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Entre outras exigências, há um artigo exclusivo para que agências e companhias responsáveis pelo tratamento e fornecimento de água implementem o controle de toxinas de cianobactérias (cianotoxinas: microcistinas, cilindrospermopsina e saxitoxinas). De acordo com a legislação, a obrigatoriedade do monitoramento é apenas para as microcistinas (limite máximo permitido de 1 microg/L); no entanto, recomenda-se também as análises de saxitoxinas e cilindrospermopsinas. Cabe ressaltar que a aquisição de padrões analíticos para tais atividades é um grave problema, pois algumas cianotoxinas são consideradas armas químicas. Além disso, alguns fornecedores tradicionais não mantêm regularmente a oferta de tais produtos. Este projeto tem como objetivo isolar microcistinas (hepta-peptídeos cíclicos com atividade hepatotóxica) produzidas por algumas espécies de cianobactérias envolvidas nos fenômenos de floração em água doce para gerar padrões analíticos no Brasil e dessa forma garantir o fornecimento interno, principalmente para a Sabesp. Já existe um acordo inicial entre as instituições envolvidas, no qual a FCF-USP realiza análises de cianotoxinas como prestação de serviço para a Sabesp. Para esse projeto de interação entre a FCF-USP e a Sabesp pretende-se coletar cianobactérias durante os processos de floração e/ou cultivar espécies já isoladas em laboratório. As microcistinas serão isoladas por cromatografia e caracterizadas por técnicas espectrométricas e espectroscópicas. Vale lembrar que o grupo possui tradição na área, comprovada por meio de artigos científicos recentes e projetos em andamento. Os planos gerais do projeto envolverão a transferência de tecnologia na obtenção de microcis-

tinhas para a Sabesp, bem como treinamento de pessoal e desenvolvimento conjunto de métodos analíticos e bioquímicos (via imunoenaios) para a detecção dessa classe de cianotoxinas.

052

Supermoléculas de lantanídeos: buscando sua aplicação como ferramenta do diagnóstico

Maria Cláudia Franca da Cunha Felinto

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen)

Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)

Processo 2003/07178-8

Vigência: 1/3/2004 a 31/12/2008

Neste projeto, propõe-se a implementação de um grupo de pesquisas para estudar e desenvolver supermoléculas de lantanídeos para atuar em diagnóstico e terapia. Participam do projeto duas instituições representadas por quatro pesquisadores, integrados em suas habilidades de sintetizar sistemas supramoleculares e moléculas inteligentes, avaliar de propriedades fotofísicas, especialmente de íons lantanídeos, realizar modelagem matemática e desenvolver processos na área de imunologia, pesquisar novas metodologias analíticas e projetar os marcadores ópticos. O objetivo geral é induzir uma cooperação efetiva entre grupos de pesquisa no Brasil que dominem o conhecimento de técnicas complementares, experimentais e teóricas, buscando a autonomia tecnológica na área de marcadores biológicos por fluoroimunoensaio. Além dos objetivos estritamente científicos, será também focada a atenção do projeto para a formação de recursos humanos qualificados para investigação e preparação de materiais avançados, objetivo este que se encontra totalmente sintonizado com a filosofia da universidade. Almeja-se também a interação universidade/indústria/centro de pesquisa para que os conhecimentos adquiridos tenham seus valores determinados em termos de *royalties* e de produtos com alto valor agregado. A metodologia escolhida para a execução do projeto será a mesma utilizada para a síntese e a determinação de propriedades de compostos convencionais de lantanídeos; as medidas fotofísicas seguiram os mesmos roteiros existentes para a determinação de propriedades fotofísicas de outros materiais contendo íons Ln (III); e os ensaios imunológicos seguiram os protocolos adotados para a determinação de substâncias biológicas, tendo a equipe a responsabilidade de modificação e adequação dos mesmos quando for necessário. Com este projeto, a equipe visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira.

053

Melhoria da qualidade da aguardente e proposição de padrão de qualidade

Douglas Wagner Franco
 Instituto de Química de São Carlos
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2001/12934-0
 Vigência: 1/9/2002 a 30/11/2003

As atividades de melhoria da qualidade da aguardente brasileira, movidas pela Ampaq e Abrabe, estão centradas em abordagens mercadológicas. Em fins da década de 1980, o controle de qualidade da Caninha 51 era fundamentado na análise sensorial. Recentemente em função da busca de novos mercados ocorreu crescente conscientização, principalmente por parte do pequeno produtor, da necessidade de aprimorar a qualidade da aguardente. O controle da qualidade do produto embasado em legislação estabelecida há mais de 50 anos, fundamentada no conhecimento da época, utiliza metodologias pouco seletivas e de baixa sensibilidade. Não acompanhando o desenvolvimento do conhecimento, a legislação não contempla itens como carbamatos, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, flocos e compostos sulfurados, hoje considerados os principais defeitos da aguardente. Pretende-se neste projeto efetuar um levantamento dos pequenos produtores (produção de aproximadamente 105 litros/ano) na região de Araraquara/São Carlos/Jaboticabal/Rio Claro, coletar amostras *in loco*, utilizando técnicas instrumentais traçar o perfil das aguardentes. Em projeto paralelo (professor J. B. Faria/Unesp) será efetuada a análise sensorial. Esses resultados em conjunto permitirão identificar os principais defeitos e respectivas gêneses. A geração de produto de qualidade irá também contribuir para o desenvolvimento da atividade do turismo que já vem sendo incentivada pelo município.

054

Diagnóstico ambiental do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar) para o gerenciamento integrado e participativo relacionado ao desenvolvimento regional sustentado e à proteção ambiental

Maria Olímpia de Oliveira Rezende
 Instituto de Química de São Carlos
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2001/12920-0
 Vigência: 1/4/2003 a 30/9/2003

O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar) localiza-se no Vale do Ribeira de Iguape, a 351 quilômetros da cidade de São Paulo. Criado em 1958, é administrado pelo Instituto Florestal/Secretaria do Meio Ambiente, com a colaboração das prefeituras municipais de Iporanga e Apiaí, da Fundação Florestal e da Sociedade Brasileira de Espeleologia. A região (1.200 hectares) é uma das últimas áreas de Mata Atlântica preservadas do estado. Tem inúmeras cavernas, cachoeiras, rios, monta-

nhas e vales e uma diversidade enorme da fauna e da flora. No entanto, o Vale do Ribeira apresenta os menores valores de desenvolvimento social do estado. A população de 350 mil habitantes não dispõe de alternativas econômicas para um desenvolvimento sustentável que permita o uso racional dos recursos naturais e culturais. Cerca de 30% da área ocupada do Petar é utilizada por atividades impróprias à preservação desse patrimônio público. Os três principais tributários do rio Ribeira que cortam o Petar (Betari, Iporanga e Pilões) são impactados por agricultura, exploração mineral, descarga de esgoto doméstico não tratado e expansão populacional. As culturas de tomate e maracujá utilizam vários pesticidas e são as de maior expressão econômica. Devido às características topográficas da região, os pesticidas aplicados nas encostas acabam sendo transportados para os cursos d'água. A mineração é outra fonte de poluição e contaminação para os ecossistemas aquáticos na reserva: 80% da área do Petar foi considerada de interesse para a mineração. Os efeitos do chumbo ainda se fazem presentes. Nesse contexto, o gerenciamento eficaz dos recursos hídricos requer uma abordagem holística associando o desenvolvimento social e econômico à proteção dos ecossistemas naturais, incluindo o vínculo entre os recursos terrestres e hídricos, devendo ser baseado em um ponto de vista participativo que envolva os setores privado e público e a comunidade.

055

A educação ambiental como instrumento para o gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares. Uma proposta de ação comunitária para o município de São Carlos, SP

Antônio Aprígio da Silva Curvelo
 Instituto de Química de São Carlos
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2001/02766-3
 Vigência: 1/9/2002 a 31/3/2006

O adequado gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares (RSD) tem se apresentado nas últimas décadas como um importante instrumento de conservação da qualidade do meio ambiente. No Brasil, a responsabilidade sobre o gerenciamento de RSD é exclusiva da municipalidade, cabendo-lhe, portanto, desenvolver sistemas próprios que atendam à demanda e às características culturais, sociais e econômicas locais. A Prefeitura Municipal de São Carlos, por meio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, administra a terceirização da coleta, transporte, tratamento e destinação final de cerca de 140 toneladas por dia de RSD. Esses resíduos são coletados de forma convencional e destinados diretamente ao aterro sanitário, o qual em curto intervalo de tempo necessitou de reiteradas ampliações. Apesar de estudos realizados pela

comunidade científica e de interesses de diversos grupos sociais, não houve ainda oportunidade para a prefeitura elaborar e implantar propostas concretas de gerenciamento de RSD que atendam à demanda local. A presente proposta vem ao encontro das diretrizes estabelecidas pela Agenda 21 nos capítulos 4 e 21 que sugerem novos caminhos de desenvolvimento por meio da propagação de hábitos sustentáveis. Para tanto, o Centro de Divulgação Científica e Cultural/USP-São Carlos, em parceria com a prefeitura municipal, elaborou o presente projeto que visa, por via do diagnóstico da produção de RSD, elaborar uma proposta-piloto de gerenciamento de RSD em um bairro periférico da cidade, a qual considera aspectos sociais, econômicos, culturais e tecnológicos a fim de viabilizar a participação da comunidade e do Poder Público. Neste projeto, a educação será empregada como ferramenta de construção do exercício da cidadania (responsabilidade e ação afirmativa) e de transmissão de conhecimentos técnico-científicos (gerenciamento de RSD).

056

Análise crítica do padrão de potabilidade das águas destinadas ao abastecimento público: avaliação da qualidade das águas destinadas ao abastecimento público em áreas de captação do Estado de São Paulo

Maria Aparecida Faustino Pires

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen)
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)
Processo 2000/02024-4
Vigência: 1/1/2001 a 30/6/2004

O adequado gerenciamento dos resíduos sólidos, com a melhoria contínua da qualidade da água para consumo humano, é uma das metas dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas dos setores de saneamento básico e de saúde pública. Para o desenvolvimento de uma metodologia para operação e manutenção dos sistemas de tratamento de água para o abastecimento público, é necessária a existência de um sistema de informações quantitativas de modo a fornecer e garantir a qualidade da água para o consumo humano. Os critérios de avaliação devem ter um nível de confiança de modo que a qualidade da água esteja de acordo com as leis ambientais e sanitárias vigentes. A política pública adotada no Estado de São Paulo e no país, de normas e padrão de potabilidade da água destinada ao consumo humano, é regida pela Portaria nº 36, do Ministério da Saúde, de 19 de janeiro de 1990. No seu artigo 3, prevê que o Ministério da Saúde promoverá a revisão das normas e dos padrões aprovados a cada cinco anos ou a qualquer tempo mediante solicitação justificada dos órgãos de saúde ou de instituições de pesquisa de reconhecida confiabilidade. Este documento não foi reavaliado nos últimos dez anos, que é um tem-

po longo se considerarmos que a ABNT recomenda que a revisão de documentos normativos ocorra no máximo a cada cinco anos. O presente projeto, no contexto da política estadual de controle da qualidade da água, pretende contribuir para uma revisão da legislação, de modo a trazer subsídios que beneficiem a atualização da portaria, de acordo com a realidade atual do estado. Como resultado, pretende-se elaborar uma proposta técnica contando com a colaboração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e da Faculdade de Saúde Pública do Estado de São Paulo. Cabe salientar que existe desde 1995 uma cooperação técnico-científica entre o responsável pelo projeto e a equipe de pesquisadores do Ipen/CNEN-SP e as gerências e equipes técnicas da Sabesp (financiamentos PADCT III/Finep; CNPq/Rhae, FAPESP) e, mais recentemente, com os professores da Faculdade de Saúde Pública do Estado de São Paulo-USP, desenvolvendo projetos de pesquisa em diagnóstico ambiental, avaliando mananciais e recursos hídricos destinados à captação de águas superficiais para abastecimento público contemplando 13 municípios da região nordeste do Estado de São Paulo (bacias hidrográficas dos rios Mogi Guaçu e Pardo).

057

Impressão digital química: um novo instrumento na implementação de políticas públicas na área de segurança

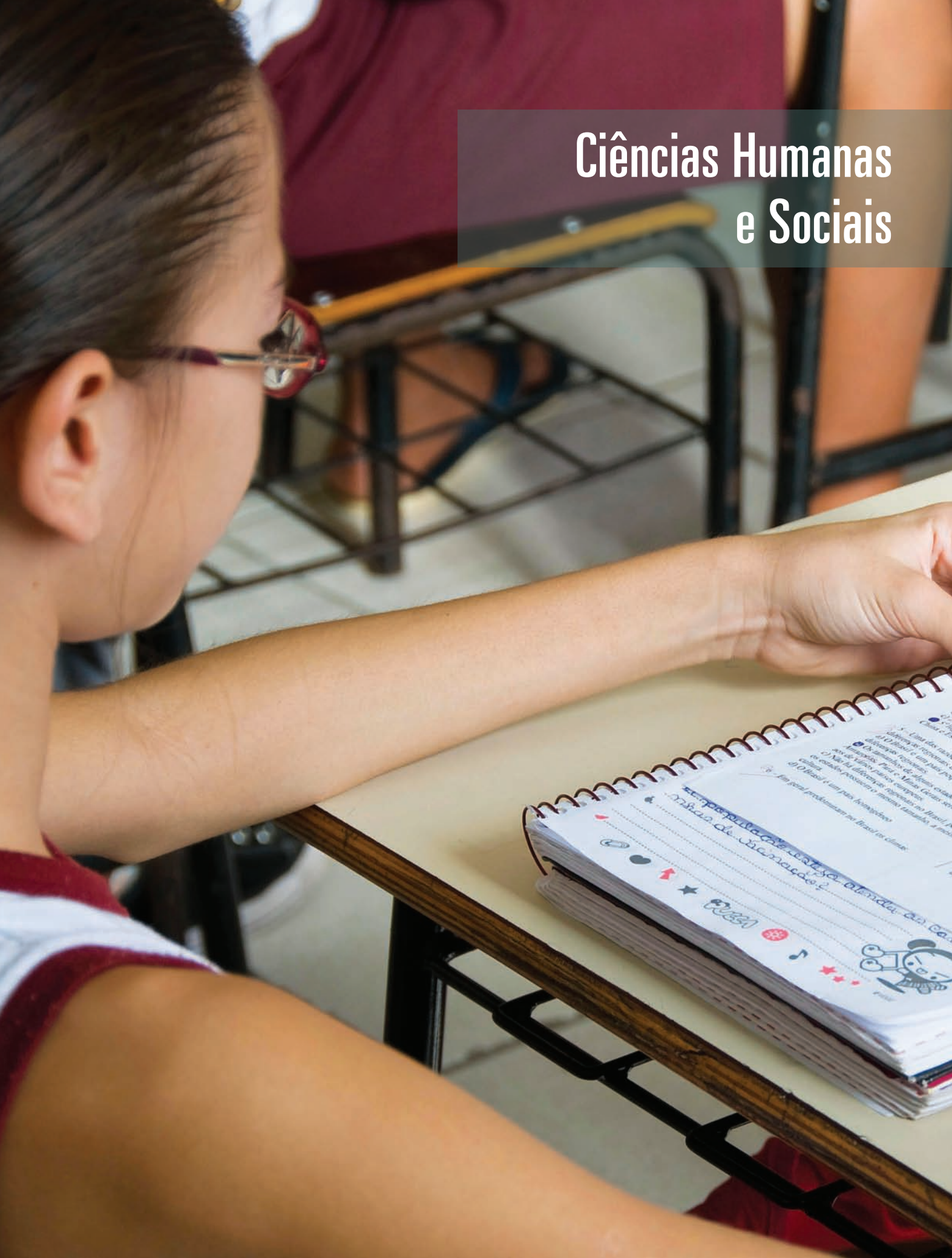
Jorge Eduardo de Souza Sarkis

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen)
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)
Processo 2000/02007-2
Vigência: 1/1/2001 a 30/6/2005

O problema das drogas se alastra pelo país ignorando fronteiras físicas, legais e sociais. A ação do Estado se faz presente principalmente nas centenas de apreensões diárias com traficantes e seus prepostos ou mesmo com o simples usuário. Nessas ocasiões, as principais informações sobre sua origem dependem, muitas vezes, quase integralmente do infrator, faltando aos órgãos de investigação mecanismos científicos para avaliar senão a veracidade destes dados, ao menos a coerência dos mesmos. A falta de informações precisas sobre a origem dos narcóticos e sobre suas rotas de distribuição, além de dificultar a ação preventiva dos agentes do Estado, dificulta o estabelecimento de políticas públicas, a médio e longo prazos, para o estabelecimento de estratégias de prevenção e combate ao narcotráfico. Baseado nisso, há cerca de um ano o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), órgão associado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e o Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, órgão legalmente responsável pelas políticas públicas nas áreas de

perícias criminais e pesquisas forenses, iniciaram um projeto inovador visando estabelecer procedimentos que ajudem na identificação da origem e rota de comercialização de entorpecentes por meio de sua assinatura química. O programa parte de duas premissas: a primeira é que todo material traz, em sua composição química, informações sobre a sua origem. A segunda é que a qualidade dessa informação será tanto melhor quanto maior for o número de variáveis estudadas. Dessa forma, fazendo-se o cruzamento entre as informações periciais e análises químicas dos materiais apreendidos com traficantes com aqueles encontrados de posse de usuários, poderemos estabelecer, utilizando métodos estatísticos multivariados, os graus de coincidência que nos levem, num primeiro momento, a indícios de rotas e, depois, à origem.

Ciências Humanas e Sociais



ADMINISTRAÇÃO

058

Cenários de negociação ambiental para o estuário de Santos e São Vicente

Ícaro Aronovich da Cunha

Coordenadoria Geral de Pós-graduação

Stricto Sensu e Pesquisa

Universidade Católica de Santos (Unisantos)

Processo 2003/06437-0

Vigência: 1/6/2004 a 31/10/2007

A dragagem de manutenção do estuário de Santos é necessária para conservar os canais de navegação e a operação dos portos de Santos e da Cosipa/Ultrafertil, sendo o primeiro o principal porto de comércio exterior brasileiro e o segundo articulado ao estratégico polo industrial de Cubatão. A contaminação dos sedimentos na área do estuário, constatada por monitoramentos desenvolvidos pela Companhia Estadual de Saneamento Ambiental (Cetesb), gera hoje uma situação de difícil equacionamento por esta agência de controle ambiental. Em diferentes pontos do estuário, substâncias tóxicas que acarretam possíveis riscos para a saúde pública são encontradas em índices que ultrapassam limites aceitáveis. Esta situação de contaminação resulta das contribuições de diversas fontes de poluição ativas, bem como da deposição de poluentes no passado. Esse é um passivo ambiental cujas responsabilidades estão ainda longe de serem estabelecidas claramente em relação aos agentes econômicos privados, os poderes públicos e a comunidade em geral, todos utilizadores dos ambientes regionais como espaços de despejo de resíduos e efluentes, hoje e no passado. As peculiaridades da legislação brasileira e dos instrumentos de gestão ambiental disponíveis são fatores centrais para as dificuldades gerenciais da Cetesb, que se defronta com ambiente fortemente conflitivo, com os diferentes atores regionais pressionando por prazos rápidos de liberação para a dragagem, em contraposição à complexidade requerida por decisões que envolvem espaços territoriais sobre os quais incidem inclusive convenções internacionais que regem as áreas marinhas. O projeto propõe-se a trazer para essa situação facilidades de negociação de conflitos ambientais, capazes de subsidiar a gestão pública, com base na abordagem dos ganhos mútuos, desenvolvida pelo Instituto de Consensos do Massachusetts Institute of Technology.

059

Parlamento transparente: sistema de avaliação de desempenho do Parlamento

Marcos Camargo Campagnone

Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam)

Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (SEPSP)

Processo 2001/13139-0

Vigência: 1/4/2003 a 30/11/2003

Criação de um sistema de avaliação de desempenho do Parlamento, integrado por: a) um conjunto de indicadores que possibilitem uma avaliação quanto às dimensões da eficácia relativamente à missão legislativa (número de projetos de lei apresentados e número de PLs deliberados por iniciativa, produção legislativa, relação entre leis aprovadas e PLs apresentados por iniciativa); quanto à missão fiscalizadora (relações por CPLs e julgamento de contratos); quanto à missão julgadora (processo de parlamentares); eficiência (uso harmonioso dos recursos); participação (audiências públicas, PLs de iniciativa popular, emendas via internet); transparência (votação secreta, votação de colégio de líderes, votação corporativa); e outros indicadores gerenciais (custo SGP / custo Alesp, custo SGA / custo Alesp, absentismo, turnover, investimento em treinamento); b) uma legislação da transparência para possibilitar a criação de um aparato que vise à disponibilização de informações claras e objetivas para avaliação e recebimento de críticas, sugestões e considerações por parte desta; um *site* do Parlamento transparente como meio de difusão e disponibilização das informações; interação com ONGs, mídia e outros setores interessados em acompanhar a evolução do desempenho do Parlamento.

060

Caracterização de um modelo de parque tecnológico em zonas intensamente urbanizadas como instrumento do desenvolvimento regional metropolitano, na sociedade da informação e do conhecimento

Guilherme Ary Plonski

Coordenadoria Executiva de Cooperação

Universitária e de Atividades Especiais

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2000/02044-5

Vigência: 1/1/2001 a 31/12/2004

Esta proposta inova na perspectiva de um modelo voltado para regiões metropolitanas, diante da maioria das experiências existentes, instaladas em cidades médias. A metodologia a ser empregada na presente proposta envolve a análise crítica das experiências nacionais e internacionais relevantes, aproveitando a base de conhecimento de associações internacionais de parques tecnológicos International Association of Science Parks (Iasp); Association University Related Research Parks (AURRP) e junto à Anprotec, no Brasil, bem como a obtenção do conhecimento tácito adquirido por alguns responsáveis por esse tipo de iniciativa. Com base nas experiências e informações bibliográficas, serão identificados os parâmetros para estabelecimento de um modelo metodológico que tenha características abrangente e reproduzível, flexível e modular e orientado para resultados mensuráveis

e perceptíveis para a SCTDE e os seus órgãos associados, formuladores e condutores de políticas públicas de C&T e desenvolvimento econômico. Um projeto-piloto deste modelo é sugerido para a cidade de São Paulo, aproveitando o extravasamento da inovação gerada por instituições de pesquisa, estudantes de graduação e pós-graduação, disponível no *campus* da Universidade de São Paulo. Como parte integrante do projeto, está a capacitação dos técnicos das instituições parceiras na formulação e implementação do modelo, permitindo a reprodução do mesmo em outros municípios do Estado de São Paulo. Como principais produtos na fase do pré-projeto, estão o contato com as instituições consideradas modelo, formando um sistema de informações para subsidiar o processo de caracterização do parque tecnológico; uma análise crítica da experiência nacional e internacional; a avaliação dos mecanismos existentes de promoção e difusão da inovação tecnológica; o diagnóstico das principais dificuldades que possam surgir para dificultar a implantação do modelo; a complementação da equipe de trabalho para a fase 2 do projeto.

061

Estudo da representatividade da base de dados sobre indicadores empresariais de inovação tecnológica

Roberto Sbragia

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/02022-1
Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2001

Dentre os diversos economistas que se dedicam ao estudo da inovação tecnológica, podem-se destacar os importantes trabalhos de Freeman e Nelson que, no final da década de 1980, desenvolveram o conceito de sistema nacional de inovação. Tal sistema pode ser entendido como uma construção institucional, produto de uma ação planejada e consciente ou de um somatório de decisões não planejadas e desarticuladas que impulsiona o progresso tecnológico em economias capitalistas complexas. Tal construção institucional envolve universidades, agências governamentais, institutos tecnológicos, empresas, atividades de cientistas e engenheiros que se articulam com o sistema educacional, com o setor industrial e empresarial e com as instituições financeiras, completando o circuito dos agentes que são responsáveis pela geração, implementação e difusão das inovações tecnológicas. Certamente, o governo é parte fundamental no sistema de inovação de um país, e, conseqüentemente, a fixação de políticas públicas coerentes e atreladas a um eixo central de fo-

mento à inovação é um ponto importante na definição de instrumentos de apoio à ciência e tecnologia. Dentre tais instrumentos, podem-se destacar os instrumentos indutores de investimentos em inovação tecnológica no setor empresarial, como, por exemplo, os incentivos fiscais para a inovação tecnológica, os recursos distribuídos pela Finep, Lei de Informática etc. Nesse contexto, faz-se necessário o estabelecimento de indicadores de inovação tecnológica aplicados ao setor empresarial, com o intuito de acompanhar e avaliar em que medida está se progredindo nessa questão. A base de dados Anpei é, certamente, um elemento importante na mensuração dos gastos empresariais em P&D e que vêm contribuindo, desde 1992, para a contabilização e disseminação de uma nomenclatura específica para tais gastos. Para garantir a plena confiabilidade da base de dados Anpei, deve-se assegurar recursos em duas frentes. A primeira refere-se aos recursos alocados na manutenção e operação rotineira da base, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos e a possibilidade de realizar estudos seriais. A segunda refere-se à avaliação da representatividade, confiabilidade e qualidade da base, que é o objeto do presente estudo, visando sempre aprimorar os resultados alcançados.

062

Estudo para implantação do observatório da qualidade de vida de Santo André. Uma ferramenta para a construção de uma cidade saudável

Tânia Margarete Mezzomo Keinert

Instituto de Saúde
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2000/01857-2
Vigência: 1/1/2001 a 29/2/2004

O estudo propõe-se a fornecer subsídios para a implantação de um Observatório da Qualidade de Vida (OQV), destinado a monitorar múltiplas dimensões e determinantes; a partir de uma dupla perspectiva: de um lado, a percepção da comunidade e, de outro, a dos novos conceitos de desenvolvimento. Inicialmente, qualidade de vida está sendo entendida em sentido próximo ao de desenvolvimento sustentável (Agenda 21, 1992), como resultado do equilíbrio entre ambiente, economia e equidade; relacionando-se também aos conceitos de desenvolvimento humano (Nações Unidas, 1994), desenvolvimento como expansão das capacidades (Sen, 1995) e capital social e capital humano (Banco Mundial). Mantém ainda conexões com os princípios relativos a assentamentos humanos propostos pelo Habitat 2 (1995) e os relativos à exclusão social (Conferência do Cairo, 1992). Relaciona-se, também, ao conceito ampliado de saúde (Constituição Federal, Brasil,

1988), ao de cidades saudáveis (OMS, 1986) e ao de promoção da saúde (Lalonde, 1974; Carta de Ottawa, 1986), os quais têm em comum a ênfase na participação das comunidades no controle dos determinantes do bem-estar, dentre eles os componentes do ambiente natural, político, econômico e social. Qualidade de vida resulta assim associada a estilo de vida, estrutura econômica, ambiente e políticas públicas saudáveis. Com o observatório pretende-se realizar uma experiência pioneira de formulação e avaliação de políticas públicas flexíveis e autoadaptáveis que privilegiem a intersetorialidade. Serão utilizadas como modelo referencial duas experiências bem-sucedidas de observatórios: Observatório das inovações do Sistema Nacional de Saúde (CERGAS/BOCCONI, Itália) e Observatório das condições de trabalho (Dieese, Brasil); dentre outras.

ANTROPOLOGIA

063 Política cultural no município de Presidente Prudente, SP: o museu histórico e seu papel educacional e turístico

Ruth Kunzli
Faculdade de Ciências e Tecnologia
de Presidente Prudente
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/02382-8
Vigência: 1/7/2000 a 31/1/2005

O presente projeto está sendo proposto para, em uma interação entre a experiência específica dos membros da equipe pertencentes à Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, *campus* de Presidente Prudente, reestruturar os acervos da Fundação Museu e Arquivo, tanto o de arquivo como o de material histórico, inclusive cartográfico e fonográfico, permitindo maior agilidade e eficiência no atendimento a visitantes e pesquisadores. O museu hoje representa o conceito antigo de museu, ou seja “depósito de velharias”, de forma totalmente desorganizada. Com o presente projeto, pretende-se atualizar o museu e o arquivo de forma a inseri-los em um conceito mais atual, moderno, de uma instituição que se integra e interage com a comunidade, tornando-se um referencial relativo à história do município, seja para visitantes, de escolas ou turistas, seja para pesquisadores. O projeto prevê ainda uma otimização no manuseio e na conservação dos acervos do museu, já que muita coisa está se perdendo pela falta de conhecimento das pessoas ligadas a ele. Essa preocupação faz parte da política cultural do município, estimulando a atuação do museu como fonte de resgate, de guarda e de transmissão da história para a comunidade.

ARQUITETURA E URBANISMO

064 Territórios híbridos: meios digitais, comunidades e ações culturais

Marcelo Cláudio Tramontano
Escola de Engenharia de São Carlos
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/51457-5
Vigência: 1/12/2010 a 30/11/2012

O projeto trata da problemática da constituição de espacialidades híbridas a partir da inserção e apropriação das tecnologias de informação e comunicação em comunidades geograficamente referenciadas. Relaciona-se à promoção do uso qualificado dessas tecnologias por pessoas e comunidades pertencentes ao universo das classes sociais menos favorecidas na cidade de São Carlos, SP. Busca criar novas possibilidades de estruturação de iniciativas dessa natureza, priorizando a qualidade do acesso à rede, e envolvendo necessariamente ações culturais públicas. Visa à produção de conteúdos na rede, e a promoção de interações comunicacionais em meios digitais, em estreitas relações com a realidade e contextos locais, a fim de promover, em algum sentido, melhorias na qualidade de vida das pessoas e comunidades. O projeto propõe iniciativas de baixo custo, facilmente replicáveis em espaços públicos distintos, podendo abranger um grande número de comunidades locais, mediante o uso de bases móveis de acesso à internet especialmente desenhada e prototipadas pela pesquisa, e das ações de agentes culturais públicos que possuam vínculos estreitos com tais comunidades.

065 Patrimônio histórico em São Paulo: sua relação com o entorno e com a cidade

Carlos Augusto Mattei Faggin
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/51394-3
Vigência: 1/9/2010 a 31/8/2012

O objetivo é mapear 126 sítios tombados na cidade de São Paulo e reunir, em um SIG, todos os dados documentais escritos, gráficos e iconográficos relacionados, proporcionando assim sua identificação completa por meio de informações como representação cartográfica e iconográfica, localização por endereço, estado de conservação, uso atual, técnica construtiva, descrição histórica, documentos oficiais, número do processo Condephaat, identificação e data da resolução de tombamento, data de publicação da resolução no *Diário Oficial* e número e data de inscrição do bem tombado no respectivo livro de tombamento, para facilitar as tarefas de manutenção, preservação, intervenção e reconversão desses bens.

066 Inventário das vilas operárias de Campinas (1930-1960)

Cristina Meneguello

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2007/55389-9
Vigência: 1/9/2008 a 28/2/2009

Este trabalho pretende gerar as condições técnicas e de pesquisa para a realização do inventário das vilas operárias de Campinas, testemunhos de fundamental importância para a compreensão dos primórdios da política habitacional destinada às camadas populares no Brasil, iniciada durante a vigência do Estado Novo, além de instrumento basilar para a consolidação da política de gestão e conservação do patrimônio cultural no município de Campinas.

067 Arquivo histórico municipal Washington Luís – a cidade de São Paulo e sua arquitetura

Nestor Goulart Reis Filho

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51697-8
Vigência: 1/3/2007 a 31/5/2010

Em parceria, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís se propõem a informatizar o Fundo Particular Severo e Villares e a Série das Edificações Particulares correspondente ao período 1906-1920, ambos pertencentes ao acervo do arquivo municipal. Cerca de 70 mil documentos merecerão tratamento arquivístico adequado – descrição documental em catálogo informatizado, reprodução fotográfica e digital dos projetos arquitetônicos – com o intuito de facilitar a sua consulta e preservação. Informatizar o acervo, agilizar a pesquisa e divulgá-la em larga escala são as metas fundamentais deste projeto de pesquisa.

068 Inventário como ferramenta para a prática de preservação do patrimônio cultural

Silvana Barbosa Rubino

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2003/07189-0
Vigência: 1/6/2004 a 30/9/2007

A área de patrimônio cultural (que no caso das políticas públicas abrange parte significativa das intervenções que dizem respeito à memória) tem, desde 1937 no Brasil,

o tombamento como a mais importante figura jurídica, uma vez que é este que inscreve os bens selecionados para preservação em um conjunto especial com legislação e prerrogativas particulares; o conjunto de bens tombados de um município, estado ou da União. No entanto, para um órgão de proteção ao patrimônio cultural chegar até a proposta de tombamento, são necessários diversos outros procedimentos, dentre os quais destacamos o inventário. A proposta deste projeto de pesquisa, que visa auxiliar a implantação de políticas públicas eficazes e democráticas no município de Campinas, é realizar uma série de inventários, além de um estudo aprofundado na legislação vigente no país e nas regras e procedimentos adotados internacionalmente. O produto final deste projeto de pesquisa deverá ser um inventário de bens imóveis, analisados em sua dimensão urbanística, histórica, cultural e arquitetônica, que deverá subsidiar as discussões e intervenções na área central e em outras áreas da cidade. Além disso, deverá ser tornado público no centro de documentação do CSPC para uso de pesquisadores do tema. Uma vez que o inventário e os usos do patrimônio urbano não constituem um problema singular do município de Campinas, o aprofundamento do inventário como um conhecimento que é parte constitutiva da prática de preservação deverá estar de acordo com normas e procedimentos adotados em outras instituições, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgãos similares estaduais e municipais, além das recomendações da Unesco e de seu World Heritage Center.

069 O papel dos leitos, pátios e conjuntos edificados ligados às ferrovias na estruturação urbanística e de políticas para a cidade, o município e a Região Metropolitana de Campinas, SP

Luiz Cláudio Bittencourt

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica
de Campinas (PUC-Camp)
Processo 2003/06425-1
Vigência: 1/8/2004 a 30/4/2008

Projeto de recuperação, modernização e integração dos pátios, leitos, estações, oficinas e vilas operárias pertencentes ao antigo parque ferroviário de Campinas. A primeira parte implica o inventário, com descrição e dimensionamento, dos limites físicos; impõe trabalho de campo de medição e pesquisas em cartórios e arquivos da cidade. Segue debate jurídico e político sobre uso e propriedade; estudo em relação às demandas e integração aos sistemas viários, de transporte e trânsito; compatibilizar com as legislações de uso e ocupação do solo, diretrizes do plano diretor e ferramentas do estatuto da cidade; composição com grandes projetos de impacto regional e rede de

idades da Região Metropolitana de Campinas; impacto sobre o projeto de recuperação do centro histórico da cidade de Campinas; relacionar acervos tombados pelos conselhos; preservação com intervenções contemporâneas em diálogo com a memória e o patrimônio cultural; criar modelos que possam balizar problemas semelhantes que se repetem na rede de cidades do interior paulista organizadas pelas antigas ferrovias.

070

Comunidades *on-line*: domesticidade e sociabilidade em políticas públicas para inclusão digital

Marcelo Cláudio Tramontano
Escola de Engenharia de São Carlos
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06421-6
Vigência: 1/4/2004 a 31/8/2008

A pesquisa visa verificar as implicações da introdução da comunicação informatizada na vida cotidiana de uma comunidade existente e suas relações com os espaços de morar, em sentido amplo. Além da discussão conceitual, o estudo pretende apresentar e examinar dados a partir da implantação de comunicação mediada por computadores e outros equipamentos informatizados, com uma interface colaborativa especialmente desenhada, em conjunto habitacional construído pela Cohab-SP na zona leste paulistana, já dotado de telecentro. Propõe-se acesso gratuito à rede, via ondas de rádio, interconectando, além das habitações e do telecentro, os serviços públicos, os comércios locais e as escolas. Pretende-se avaliar os diversos impactos dessa inserção na vida do bairro, os efeitos da nova mídia nas relações sociais, dentro e fora da comunidade, no espaço físico da comunidade e nas habitações. O projeto contribui para ampliar a atuação da Cohab-SP, que já vem implantando telecentros em conjuntos, buscando resultados úteis para a formulação de políticas públicas para inclusão digital das classes sociais menos favorecidas. São também objetivos da pesquisa: 1) estudar o conceito de comunidade, detendo-se em análises teóricas sobre sua natureza sociológica; 2) estudar os impactos sociais das novas mídias na vida cotidiana sobre o pano de fundo das questões relacionadas às novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e suas implicações em campos diversos relacionados à vida social: educação, trabalho, saúde, serviços etc.; 3) avaliar impactos das TICs na reorganização de espaços públicos e coletivos, que funcionam como extensões da habitação, e também dos espaços domésticos privados de interesse social; 4) avaliar interfaces colaborativas e sua relação com a acessibilidade à comunicação e informação, no contexto de pessoas com variados graus de escolaridade e padrões culturais; 5) produzir bases de dados sobre assuntos relacionados

com o tema da pesquisa, disponibilizando publicamente os resultados. O horizonte teórico da pesquisa inclui o trabalho de pesquisadores como Manuel Castells, Eric Hobsbawn, Philippe Quéau, Pierre Lévy, Jean Baudrillard, William Mitchell, Nicholas Negroponte, Henri-Pierre Jeudy, Paul Virilio, além de Howard Rheingold e, particularmente, Barry Wellman e Keith Hampton.

071

Diretrizes e procedimentos para a recuperação de patrimônio habitacional de madeira na vila histórica de Paranapiacaba

Gilson Lameira de Lima
Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
Centro Universitário da Fundação Santo André (Cufsa)
Processo 2003/06406-7
Vigência: 1/2/2004 a 30/9/2007

Localizada no extremo sul do município de Santo André, a vila de Paranapiacaba nasceu e se desenvolveu em função da implantação e operação da estrada de ferro Santos-Jundiaí, compondo, em meio à paisagem natural do alto da serra do Mar, um território que reúne tecnologia ferroviária e uma vila operária que motivaram o tombamento pelo Condephaat (1987) e pelo Iphan (2001). Construída para abrigar operários da São Paulo Railway Company, a partir dos últimos anos do século XIX, a vila ferroviária de Paranapiacaba possui cerca de 350 habitações de madeira que, por falta de manutenção e conservação adequadas, vêm se deteriorando ao longo do tempo, apresentando riscos de perda desse patrimônio. Esse estado de degradação colocou Paranapiacaba por duas vezes na lista de monumentos históricos em risco de desaparecimento pela World Monuments Fund (2000 e 2002). A prefeitura de Santo André adquiriu em 2001 todo o conjunto urbano que caracteriza a vila e busca alternativas para sua recuperação e implementação de projeto turístico, na perspectiva do desenvolvimento sustentável local. Nesse sentido, uma condição essencial para o sucesso da política de desenvolvimento econômico, baseada no turismo, é a recuperação e sustentação da qualidade do patrimônio arquitetônico existente. A vila residencial que tem cerca de 100 anos é resultado de tecnologia construtiva inglesa e o projeto se propõe a auxiliar a prefeitura a diagnosticar o passivo deteriorado, a formular diretrizes e procedimentos de recuperação dos edifícios e a construir, em conjunto com a prefeitura e a comunidade, uma estratégia para manter a vila residencial em condições permanentes de uso e de expressão de seu valor histórico, através da implantação de infraestrutura para manejo de componentes, da capacitação da equipe técnica da prefeitura para o monitoramento e diagnóstico das edificações e treinamento de membros da comunidade local para o trabalho de recuperação/manutenção.

072 Territorialidades da globalização em São Paulo

Antônio Cláudio Moreira Lima e Moreira
 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2000/017532
 Vigência: 1/1/2001 a 31/3/2007

Esta pesquisa dá sequência a um trabalho recém-concluído pela Secretaria Municipal de Planejamento intitulado “Perfil econômico e efeitos da globalização no município de São Paulo”, financiado com recursos próprios. Seu objetivo central é investigar as manifestações territoriais da globalização na área urbana do município de São Paulo, por seus efeitos de desindustrialização, de criação de novas centralidades e de exclusão social; bem como propor as políticas públicas de apoio às transformações do sistema produtivo globalizado e de correção de seus efeitos perversos – a exclusão social. Seus objetivos específicos são: a) identificar as áreas industriais impactadas pela reorganização do sistema produtivo globalizado, a saber: as áreas dinâmicas resultantes dessa reorganização do sistema produtivo e as áreas desindustrializadas por essa reorganização, distinguindo-as das áreas desindustrializadas pelo processo de desconcentração industrial; b) identificar as características dessas áreas industriais, entre elas a posição no tecido urbano da metrópole, a acessibilidade aos bairros das classes dirigentes e as atividades que as compõem; c) identificar as aglomerações de atividades terciárias do novo sistema produtivo globalizado (novas centralidades), assim como as aglomerações de atividades terciárias que caracterizam a polinucleação de São Paulo e as demais aglomerações de atividades terciárias remanescentes da organização hierarquizada das áreas centrais; d) identificar as características desses centros, entre elas a posição no espaço urbano metropolitano, a acessibilidade ao entorno e aos bairros das classes dirigentes e as atividades que as compõem; e) investigar as manifestações territoriais da exclusão social, principalmente no que diz respeito à exclusão espacial resultante da globalização, à precarização da habitação que sofreu forte incremento da população favelada e encortçada na virada da década anterior, à precarização dos equipamentos e serviços sociais e de infraestrutura urbana e ao crescimento da violência, que extrapola o crescimento e equipamento das forças policiais públicas e particulares. A pesquisa será desenvolvida em etapas conforme definido pelo Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP. Nessa primeira etapa, pretende-se sistematizar o conhecimento e as informações disponíveis sobre as manifestações territoriais da globalização no município de São Paulo e extrair, desde logo, dessa sistematização as hipóteses para a segunda etapa da pesquisa e os subsídios para formulação das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento das atividades dotadas de alto dinamismo, as

atividades globalizadas e de correção de seus efeitos perversos, principalmente no que diz respeito à precarização da habitação, ao incremento da violência e à precarização dos equipamentos e serviços das áreas de exclusão social.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

073 Desenvolvimento e disseminação de ferramentas de apoio à documentação de arte

Maria Christina Barbosa de Almeida
 Escola de Comunicações e Artes
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2007/55387-6
 Vigência: 1/6/2008 a 30/4/2009

O projeto tem por objetivo avaliar, aprimorar, atualizar e disponibilizar na internet o vocabulário controlado de arte e o catálogo de autoridades: entidades e artistas plásticos nacionais e estrangeiros. Requer avaliação de instrumentos de controle de vocabulário nacionais e estrangeiros, estudo metodológico referente à construção de thesauri e conceituação de termos na área de artes visuais, bem como sua hierarquização. Constitui pesquisa aplicada, que exige a participação de equipe multidisciplinar – bibliotecários, historiadores de arte, pesquisadores e bolsistas – ligada às áreas de Arte e Ciência da Informação. Os instrumentos desenvolvidos serão testados em projeto-piloto na instituição parceira.

074 Unesp em parceria com as administrações públicas: município de Echaporã, SP

Maria Helena Toledo Costa de Barros
 Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 2001/13138-3
 Vigência: 1/10/2002 a 31/8/2005

O projeto “Unesp em parceria com as administrações públicas: município de Echaporã” emergiu do interesse da FFC da Unesp/Marília, do Escritório Regional de Planejamento (Erplan) e da Prefeitura Municipal de Echaporã, SP, de estabelecer parceria objetivando levantar problemas e possíveis demandas do município, elaborar e desenvolver estratégias de ação conjunta com a comunidade e, assim, obter subsídios para a formulação de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento ideal dos pequenos municípios do Estado de São Paulo. Este projeto é uma continuidade das ações desenvolvidas no município de Ocaçu, no período de 1998 a 2001. Trata-se, também, de um projeto que, por sua abrangência, possui característica multidisciplinar e interinstitucional:

atende às demandas do município sob vários enfoques e está regido por um convênio entre a Unesp, o Erplan e a prefeitura. A metodologia utilizada seguirá o princípio da ação-reflexão-ação e estará pautada no diagnóstico da realidade socioeconômica e cultural do município.

CIÊNCIA POLÍTICA

075 O Estado de São Paulo, negociações internacionais e instrumentos de política comercial: riscos e oportunidades

Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2007/55264-1
Vigência: 1/9/2008 a 28/2/2009

Os impactos derivados das decisões tomadas no âmbito federal são sentidos de formas diferenciadas, de acordo com o ente da Federação. Por conta da complexidade econômica e o peso relativo da economia paulista, o Estado de São Paulo é o que, na Federação, sofre os impactos mais diretos e contundentes. Este projeto tem como objetivos analisar dois aspectos fundamentais da relação entre pacto federativo e negociações internacionais, tomando o Estado de São Paulo como estudo de caso: 1) elaborar um estudo sistemático sobre os impactos potenciais das negociações comerciais internacionais sobre o Estado de São Paulo, tanto do ponto de vista das oportunidades quanto dos principais riscos e ameaças derivados desses acordos; 2) apresentação de um diagnóstico sobre espaços de atuação do governo estadual no campo da política comercial e das negociações internacionais. Primeiramente, será feito um plano amostral de tratados internacionais, ratificados ou com potencial de ratificação, tomando como critério principal o grau de impacto na economia paulista. Será feita uma análise sobre como evoluiu, a partir da liberalização econômica, a atuação do Estado de São Paulo no campo das políticas aqui tomadas como objeto de pesquisa. O projeto visa fornecer subsídios aos desafios de implementação de políticas que possam minimizar os riscos e potencializar os benefícios decorrentes de compromissos internacionais e da própria posição relativa do estado na economia brasileira.

076 Desenvolvimento de modelo de governança para ambientes inovadores inseridos no contexto de políticas públicas locais – o caso do parque tecnológico da cidade de São Paulo

Guilherme Ary Plonski
Pró-Reitoria de Pesquisa

Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2007/55127-4
Vigência: 1/4/2008 a 31/3/2011

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo desenvolver estudos para caracterizar um modelo de inteligência territorial de governança de território e de governança organizacional do parque tecnológico de São Paulo a partir da análise crítica de experiências nacionais e internacionais relevantes, dentro da proposta de regiões metropolitanas ou intensamente urbanizadas. A pesquisa será interdisciplinar, utilizando os arcabouços conceituais dos campos da política e gestão tecnológica, do planejamento territorial e do desenvolvimento institucional e das organizações. Como produtos esperados, encontram-se: a capacitação da equipe das entidades beneficiárias no sentido de permitir a replicação do modelo para outras regiões.

077 Desenvolvimento de um modelo conceitual de ambiente de inovação para o município de Guarulhos, SP

Desiree Moraes Zouain
Pró-Reitoria de Pesquisa
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2007/55126-8
Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

O presente projeto de pesquisa visa desenvolver um modelo conceitual de ambiente de inovação para a cidade de Guarulhos, SP, como um instrumento de políticas públicas que contribua para o desenvolvimento sustentável local. Propõe como metodologia de pesquisa a análise das experiências nacionais e internacionais em ambientes inovadores em cidades adensadas, identificando práticas de sucesso, e o estudo de caso, o qual é considerado indicado para o diagnóstico das condições locais, sendo os critérios de investigação as dimensões socioeconômicas, político-culturais e científico-tecnológicas. Com base nos resultados e análises do estudo, propõe-se um modelo adequado às características locais. A equipe envolvida no projeto tem como propósito a disseminação de conhecimentos, a capacitação da equipe da entidade beneficiária e a formação de lideranças locais.

078 Política pública integrada, o novo direito à cidade: o estudo de caso das escolas Cora Coralina e Clarice Lispector a partir dos três anos de experiência com a metodologia Nepso

Dagmar Silva Pinto de Castro
Faculdade de Ciências Administrativas
Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)

Processo 2006/52182-1
Vigência: 1/12/2006 a 28/2/2010

A cátedra Gestão de Cidades Metodista, em parceria com a Ação Educativa e a Secretaria de Educação e Cultura – Mauá, propõe pesquisa com os objetivos gerais: contribuir para a construção de conhecimento em torno de planejamento e monitoramento na temática de política pública integrada a partir das experiências educacionais e culturais e criar metodologia a partir da experiência de participação dos alunos na pesquisa de opinião Nepso. Serão analisados os materiais produzidos nas experiências das escolas que se constituem em fonte documental (escrita e oral) da primeira fase da pesquisa.

079 **Avaliação do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Campinas, SP, visando ao desenvolvimento de redes de atenção à saúde**

Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2006/52007-5
Vigência: 1/12/2006 a 31/8/2009

Este projeto de pesquisa pretende avaliar o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) na Região Metropolitana de Campinas, investigando de forma mais detalhada as características da oferta de serviços de referência de média e alta complexidade na região. Pretende ainda construir um quadro teórico de referência, com vistas a apoiar a configuração de redes de atenção à saúde como estratégia de qualificação do SUS na RMC.

080 **Observatório de cidadania, justiça e violência – rede de instituições, profissionais e atores sociais na região de Assis**

José Luiz Guimaraes
Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2006/52000-0
Vigência: 1/9/2007 a 30/4/2008

As instituições, entidades e os gestores da área de cidadania e justiça não dispõem de instrumentos satisfatórios de avaliação, acompanhamento e controle social sobre as políticas públicas, sobretudo aquelas relacionadas a cidadania, justiça, segurança alimentar, saúde, educação e de defesa da infância e da adolescência. Há na região de Assis instituições em que trabalham profissionais, com formação em diferentes áreas do conhecimen-

to, desenvolvendo ações interessantes, porém de forma desarticulada. O projeto pretende promover a criação de instrumentos de acompanhamento, avaliação, aprimoramento e controle social das políticas públicas relacionadas às áreas mencionadas, na região oeste do Estado de São Paulo.

081 **Avaliação estratégica do processo de implementação das políticas de desenvolvimento e meio ambiente no município de Santo André, SP**

Arlindo Philippi Júnior
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51838-0
Vigência: 1/2/2007 a 31/10/2009

Este projeto de pesquisa em políticas públicas tem como objetivo geral realizar análise estratégica de processo de gestão ambiental no contexto da promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável, visando: 1) ao desenvolvimento e proposição de metodologia de avaliação estratégica de processo de gestão ambiental para implementação de políticas públicas – Mega; 2) a elaborar, utilizando a metodologia Mega, avaliação de implementação de política ambiental e desenvolvimento municipal, como estudo de caso no município de Santo André; 3) ao envolvimento de atores governamentais e não governamentais de municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

082 **Avaliação e implementação de políticas municipais de segurança pública no município de Guarulhos, SP**

Guaracy Mingardi
Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAPSP)
Processo 2006/51731-1
Vigência: 1/12/2006 a 31/8/2007

Este projeto tem como principal objetivo fomentar e subsidiar a participação da Prefeitura do Município de Guarulhos, SP, na gestão da segurança pública local. Para tanto, será realizado um diagnóstico da segurança em Guarulhos e será produzido um sistema permanente de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade das ações municipais. Será proposto e implementado, em escala-piloto, um conjunto de políticas de segurança pública a ser testado ao longo do projeto e adotado, com os devidos ajustes, pela prefeitura municipal ao final do mesmo.

083

Diretrizes de políticas públicas para a pesquisa científica e tecnológica em bioenergia no Estado de São Paulo

Luís Augusto Barbosa Cortez
Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2006/51725-1
Vigência: 1/8/2006 a 31/7/2009

O objetivo deste projeto é propor diretrizes, estratégias e políticas, para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Abrangerá as áreas de produção agrícola e industrial, produtos e externalidades. A equipe é composta pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) no papel de instituição parceira e pelas instituições: CTC, Embrapa, Faenquil, IPT, UFS-Car, Unesp, Unicamp e USP. As atividades de diagnóstico, análise, prospecção, avaliação, elaboração de propostas de melhoria, mudança e/ou inovação e disseminação do conhecimento compõem o escopo do projeto. O resultado irá contemplar toda a cadeia produtiva e oferecerá subsídios para a elaboração de políticas públicas para o setor.

084

Avaliação da gestão de políticas públicas integradas e participativas na subprefeitura de Capela do Socorro – município de São Paulo

Márcia Faria Westphal
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/07190-8
Vigência: 1/5/2004 a 31/5/2008

A Prefeitura do Município de São Paulo vem implementando desde o ano de 2001 uma política de descentralização que culminou na criação de 31 subprefeituras (Lei nº 13.399 de 10 de agosto de 2002). Esse processo não se apresenta apenas como uma opção político-administrativa que provoca mudanças, possibilitando uma atuação voltada ao desenvolvimento local e uma ruptura com formas tradicionais de ação governamental na cidade, mas também como um processo de redistribuição de poder político. O processo de descentralização na subprefeitura da Capela do Socorro insere-se nessa lógica e teve início em fevereiro de 2001, com a criação do Núcleo Intersecretarial da Capela do Socorro. Esta subprefeitura situa-se na região sul da capital, em área de proteção aos mananciais, com 135 quilômetros quadrados e 563.922 habitantes. Com a aprovação da lei das subprefeituras, a Capela do Socorro vem se estruturando de modo a integrar o planejamento das sete coordenadorias que representam as áreas de gestão local. A adoção do conceito de Unidades de Planejamento Participativo UPP's) – recortes territoriais que

subdividem os distritos administrativos – permitirá potencializar a integração entre as áreas de gestão e fortalecer a participação da sociedade civil no planejamento local. Duas (96.779 habitantes) das nove, foram definidas como áreas pilotos para a implantação do projeto Capela do Socorro Saudável. Este projeto conta com o apoio técnico da Organização Pan-americana de Saúde e do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis da Faculdade de Saúde Pública da USP. A criação de estratégias de monitoramento da implementação e avaliação, bem como a definição de parâmetros para o planejamento de políticas pelo setor público, poderá contribuir e apoiar a gestão de problemas locais complexos e garantir a reprodutibilidade para outras áreas da região metropolitana. Este projeto de pesquisa pretende, com o envolvimento das três instituições, acompanhar, sistematizar e criar mecanismos de aprendizagem e avaliação do processo de implantação da gestão descentralizada das políticas públicas nas duas UPP's selecionadas. O desafio é o estabelecimento de novos desenhos e instrumentos de gestão que possibilitem o controle mais direto por parte dos cidadãos, bem como o estímulo às práticas participativas, vinculadas aos processos de democratização política.

085

Metodologia de avaliação de programas de transferência de renda: estudo-piloto e capacitação de técnicos para municípios selecionados nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas

Gilda Figueiredo Portugal Gouvea
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2003/06439-2
Vigência: 1/3/2004 a 30/4/2007

O presente projeto de pesquisa pretende elaborar metodologia de avaliação de programas de transferência de renda e promover a capacitação de técnicos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Para o desenvolvimento dessa metodologia foram selecionados dois municípios na Região Metropolitana de São Paulo – Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba – e dois municípios na Região Metropolitana de Campinas – Monte Mor e Engenheiro Coelho –, nos quais serão aplicados estudos-pilotos. Os municípios selecionados implementam os seguintes programas de transferência de renda: Renda Cidadã (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti (Ministério do Trabalho), Agente Jovem (Ministério da Previdência e Assistência Social), Benefício de Prestação Continuada – BPC (Ministério da Previdência e Assistência Social),

Bolsa Escola (Ministério da Educação) e Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio-Gás (Ministério das Minas e Energia). Também farão parte do projeto, se for o caso, programas municipais de transferência de renda. A metodologia a ser desenvolvida para a avaliação desses programas envolve as seguintes etapas: realização de uma pesquisa tipo painel que acompanhe, ao longo de quatro anos, uma amostra das famílias beneficiadas e de famílias inscritas que constituirão um grupo de controle, permitindo mensurar os resultados apresentados pelos programas; identificação dos impactos na realidade das famílias e dos efeitos, esperados ou não, que afetam os meios sociais e institucionais nos quais os programas se inserem, estabelecendo as devidas relações de causalidade. A capacitação de técnicos envolve as seguintes etapas: acompanhamento na elaboração da metodologia; treinamento para a aplicação da metodologia; disseminação da metodologia para técnicos das prefeituras; e organizações não governamentais envolvidas.

086

Educação inclusiva: o desafio de ampliar o atendimento com qualidade e a formação docente

Rosângela Gavioli Prieto
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/02953-8
Vigência: 1/9/2002 a 31/10/2006

Esta proposta tem como parceiros a Prefeitura do Município de Diadema, a Feusp e o Centro Universitário da Fundação Santo André. Ela visa ao estudo de políticas públicas da educação inclusiva com o objetivo de analisar: práticas do Poder Público que coexistem com modalidades segregadoras e/ou de inclusão dos alunos com necessidades especiais em classes comuns do ensino regular, tais como convênios com entidades especializadas e/ou assistenciais, salas de apoio, equipes itinerantes de especialistas, transporte especial. Posto que a melhoria da qualidade não se concretiza apenas pela democratização do acesso em escolas regulares, mas exige medidas educacionais voltadas ao desenvolvimento e à aprendizagem. Objetiva-se avaliar como essas práticas têm conformado essa condição; o fluxo escolar desses alunos, agregando informações qualitativas; qual a formação docente necessária ao atendimento de qualidade, tendo como copesquisadores os próprios professores e seus agentes formadores, discutindo e revendo sua prática; e formular indicadores de avaliação para a produção de comparativos dos atendimentos dos sistemas públicos. A cidade de Diadema demonstra viabilidade para essa proposta ao ter diferentes formas de atendimento. Desde 1993, o apoio itinerante de profissionais especializados para a educação infantil coe-

xiste com espaços de atendimento segregado aos deficientes mentais e auditivos, tendo se criado recentemente o Centro de Atenção à Inclusão Social; realizado o primeiro censo municipal do portador de deficiência, ousadia política que permite um patamar superior de dados coletados; sido indicada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2000, como um dos cem municípios que mais desenvolveram as políticas públicas em questão; tendo cerca de 50% de seus professores formados pela Fundação Santo André, cuja parceria nesta proposta aproxima de forma instigante formadores e formados. Esta pesquisa será qualitativa: questionários, entrevistas e registros em diferentes linguagens levantarão critérios para maior aprofundamento em estudos de caso. Nos métodos qualitativos, os participantes são tidos como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Espera-se que essa metodologia facilite o desencadear das ações consideradas necessárias.

087

Políticas públicas e violência contra crianças e adolescentes em Araraquara, SP

Maria Teresa Miceli Kerbauy
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/13726-0
Vigência: 1/1/2002 a 31/1/2005

O objetivo central deste projeto é diagnosticar, por meio das ocorrências registradas sobre casos de violência contra crianças e adolescentes, os territórios que detêm o maior índice desse tipo de violência no município de Araraquara, SP. A escolha do município de Araraquara deve-se ao fato de ser uma cidade localizada na região central do Estado de São Paulo com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes, que, apesar de um baixo índice de exclusão territorial, tem apresentado casos de violência contra crianças e adolescentes. Acrescente-se ainda que Araraquara foi escolhida para a implantação de uma unidade da Febem, possuindo também uma penitenciária do estado. Objetivamos, ao mapear territórios de violência, disponibilizar uma rede de informação que articule as diversas instâncias que trabalham com a temática, sejam elas a universidade, o poder público municipal ou estadual, os conselhos de direitos ou tutelares e as organizações não governamentais. Ao buscarmos parceiros para consecução do trabalho proposto, privilegiamos as novas instâncias decisórias municipais que vêm sendo criadas para reorganizar, com maior eficiência, o campo institucional de atendimento à criança e ao adolescente, tais como o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araraquara (Comcriar). Na primeira etapa do projeto (seis meses), re-

alizaremos um amplo levantamento de dados sobre a violência, procurando sistematizar as informações obtidas de forma a termos um diagnóstico social e espacial dessas ocorrências no município de Araraquara. Paralelamente, organizaremos dois seminários sobre a violência contra a criança e o adolescente em Araraquara. O primeiro reunirá especialistas em montagem de redes computacionais e sobre violência. O segundo terá um caráter de grupos de trabalho para discutir experiências locais de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Numa segunda fase, a partir do funcionamento da rede, serão propostas intervenções diretas nas organizações que trabalham na ponta do sistema, buscando procedimentos que incrementem positivamente as políticas públicas já existentes. Durante a realização das etapas previstas, o relacionamento com as instituições parceiras possibilitará a difusão de uma dinâmica de trabalho que incorpore os procedimentos positivos no desenvolvimento do projeto.

088 **A internet como instrumento de otimização da prestação de serviços em bibliotecas públicas municipais**

Luiz Augusto Milanesi
Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/02030-4
Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2003

Este projeto pretende desenvolver análises e estudos para a criação de um modelo de implantação e gerenciamento, material de apoio (guias de pesquisa) e sistematização de treinamento para recursos humanos ligados às bibliotecas públicas municipais, visando à criação de terminais públicos de acesso à internet nessas instituições. Entende-se que esses terminais, ao lado de outros materiais já existentes nas bibliotecas públicas, podem cumprir papel fundamental no atendimento aos usuários, principalmente estudantes. Para que essa nova prestação de serviço se desenvolva com qualidade, é fundamental a capacitação de recursos humanos e a sistematização de fontes de acesso à informação através da criação de guias de pesquisa. Na fase 2, pretende-se implantar experimentalmente o projeto em dez bibliotecas públicas municipais do interior do estado. Na fase 3, através da instituição parceira, o projeto estará aberto à participação de todas as bibliotecas públicas municipais do Estado de São Paulo. As atividades previstas para a fase 1 do projeto, envolvendo pesquisadores e técnicos da instituição parceira, serão as seguintes: 1) criação de um modelo de implantação e gerenciamento de terminais públicos de acesso à internet em bibliotecas públicas e municipais; 2) identificação de sistema de busca e *sites* de interesse do público frequentador de bibliotecas públicas municipais para a criação de

guias de pesquisa que facilitem a atuação das bibliotecas públicas municipais junto a seus usuários; 3) desenvolvimento e criação de materiais de apoio para estruturação de programa de capacitação de recursos humanos das bibliotecas públicas municipais para implantação e gerenciamento de terminais públicos de acesso à internet. O Cepam, dentro de seus objetivos de capacitar representantes municipais em suas diversas áreas de atuação, associa-se ao projeto por entender que é fundamental a criação de instrumentos que permitam a disseminação de informações por meio das bibliotecas públicas municipais. Nesse sentido, entende que é viável e necessário que sejam desenvolvidas políticas públicas que garantam aos diversos setores da sociedade acesso ao sistema de pesquisa de informações oferecido pela internet, de forma organizada e orientada. Cabe ressaltar que o projeto, pela estrutura apresentada, pretende não só a implantação física dos terminais, mas, principalmente, a capacitação dos recursos humanos e o fornecimento de materiais de apoio que possam garantir uma boa prestação de serviços aos usuários das bibliotecas públicas municipais.

089 **Projeto de educação em direitos humanos e para a cidadania: avaliação da atuação do governo do Estado de São Paulo na aplicação do plano estadual de direitos humanos e proposição de novas práticas**

José Sergio Fonseca de Carvalho
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/02025-0
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2003

Este projeto é motivado pela recente formulação de programas e planos oficiais de educação em direitos humanos, no âmbito municipal, estadual e federal, sem que se tenham desenvolvido análises e pesquisas para seu aprimoramento. Como, por exemplo: a defesa da educação para a cidadania no Programa Nacional de Direitos Humanos, apresentado pela Presidência da República em 1996; o Projeto de Lei nº 3.884/97, já aprovado no Senado sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, englobando a proposta contida nos Parâmetros Curriculares do Ministério da Educação (1977) de educação para a cidadania por meio do sistema de temas transversais, do ensino fundamental ao superior; o Programa Estadual de Direitos Humanos, do governo de São Paulo, que propõe projetos especiais de educação para a democracia também pela abordagem de temas transversais no currículo escolar, além de cursos de capacitação de professores para ministrar disciplinas ou desenvolver programas interdisciplinares na área de direitos humanos, em parceria com entidades não governamentais (a partir de

1977). O projeto está dividido em duas áreas: 1) formação de educadores em direitos humanos: avaliação de cursos de formação de monitores em direitos humanos realizados pelo Estado de São Paulo. Será avaliada a formação de professores da rede pública, de voluntários para oficinas de cidadania e de agentes estatais por meio de cursos realizados pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Tais atividades são desenvolvidas atualmente em conjunto com a Secretaria da Educação, Secretaria de Segurança Pública e ONGs como a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (RBEDH) e o Instituto Sou da Paz (ISDP); 2) direitos humanos na escola: aplicação e avaliação de programa-piloto para a educação em direitos humanos de forma transversal no ensino fundamental e médio. A ideia central consiste em oferecer na própria escola cursos de formação e mesmo orientações para a realização de projetos pedagógicos que contemplem as preocupações tanto temáticas como de atuação dos professores.

COMUNICAÇÃO

090

Projeto de desenvolvimento turístico e de gestão integrada para o município de São Carlos, SP, e região

Beatriz Helena Gelas Lage
Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/13739-4
Vigência: 1/5/2002 a 31/12/2002

Desenvolver pesquisas que levem à sistematização de conhecimentos relevantes para a implementação de um plano de desenvolvimento para o setor de São Carlos, SP, e região. Contribuir para a articulação do Poder Público com a iniciativa privada por meio da elaboração de um conjunto de diretrizes operacionais que permitam implementar um plano de gestão integrada. O projeto do Plano de Desenvolvimento Turístico será dividido em três etapas: 1) inventário dos recursos turísticos (hospedagem, alimentação, transporte, serviços, atrações naturais, culturais e recursos humanos); 2) estudo da demanda (de turistas) atual e potencial; 3) diagnóstico da situação do turismo em São Carlos e região e elaboração de propostas de desenvolvimento. Etapas anteriores serão executadas em parceria com instituições e empresas visando articular os setores que atuam em turismo para a elaboração de um plano de informações turísticas da região. Justificativas de um Plano de Desenvolvimento Turístico: 1) o setor de serviços para o turismo é muito grande e promove o relacionamento de diversos setores econômicos, beneficiando desde pequenos até grandes; 2) trata-se de um setor econômico que requer alta utilização de mão de obra, de

diversos níveis de qualificação e com grande variedade de funções, permitindo absorção de mão de obra não qualificada, mediante de programas de treinamento básicos, promovendo a integração regional e elevando a qualidade de vida da comunidade, pois induz à preservação da natureza e à valorização das relações humanas.

DEMOGRAFIA

091

Caprinocultura: pesquisas aplicadas ao desenvolvimento rural familiar da região de Itapetininga, SP

Elizabeth Alves e Nogueira
Instituto de Economia Agrícola
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo (Saasp)
Processo 2001/12933-4
Vigência: 1/11/2002 a 30/4/2003

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destinou em 1999 recursos para três estudos sobre a região sudoeste paulista (que envolve Itapetininga), mas a continuidade dos projetos foi prejudicada, pois o programa financiou só o primeiro ano das pesquisas. Com resultados parciais e a mobilização dos agricultores familiares locais obtida, pretende-se dar continuidade às pesquisas iniciadas sobre a caprinocultura, trabalhando de forma interinstitucional, multidisciplinar e em parceria com entidade que se comprometa a implementar a atividade local. O objetivo do projeto é dar sustentabilidade à produção familiar regional, adequando a criação aos moldes familiares, em bases técnico-científicas de pesquisas sistêmica e analítica. A premissa básica é que todas as atividades previstas sejam realizadas de forma participativa e que os produtores familiares tornem-se questionadores das técnicas e práticas modernas e reivindiquem informações e ações adequadas ao seu interesse. Especificamente visa: à caracterização zootécnica/socioeconômica dos caprinocultores; à avaliação técnico-econômica de alternativas alimentares dos caprinos; às novas formas de organização dos produtores familiares; à promoção, capacitação e treinamento para facilitar a incorporação de tecnologias produtivas apropriadas; aos estudos de mercados e da infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização; e à validação das pesquisas para o sistema produtivo familiar regional. O perfil dos produtores será elaborado a partir do Sistema de Suporte à Elaboração do Plano Diretor Agrícola Municipal e Diagnóstico Rápido Participativo, envolvendo produtores familiares/representantes locais; os cadastros e acompanhamento do rebanho a partir de exames laboratoriais; a viabilidade técnica econômica de volumosos a partir de tratamentos experimentais; as especificidades

dos mercados pela revisão de literatura e dados secundários; a capacitação e treinamento para incorporação de novas tecnologias pela realização de cursos, dias de campo e extensão.

092

Avaliação do impacto da mediação familiar como método de intervenção em situações de violência intrafamiliar

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira
Núcleo de Estudos da População
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2000/13722-4
Vigência: 1/7/2002 a 31/12/2007

Desde a década de 1980, a violência intrafamiliar ganha destaque, passando a fazer parte de uma agenda internacional para seu combate. Há indicações de que a violência doméstica repercute sobre a incidência da violência em outros âmbitos, como a violência urbana, por exemplo. As inadequações das atuais políticas públicas agravam este quadro. Práticas pontuais, assistencialistas ou de confinamento (políticas de abrigamento, sistema carcerário etc.) têm se mostrado ineficazes, pois abordam apenas parte do problema, não oferecendo formas alternativas para a resolução dos conflitos. Políticas de segmentação da família, com programas isolados para mulheres e crianças, e a exclusão da figura paterna ratificam uma visão conservadora da sociedade, que responsabiliza a mãe e impede a inserção do pai na relação com sua prole. Este cenário coloca a necessidade de formulação de modelos de intervenção em situações de violência intrafamiliar que privilegiem o conceito de relações de gênero e que sejam capazes de questionar os modelos de conduta baseados nas relações de poder e levem em consideração as novas formas de organização familiar. O método da Mediação Familiar, modelo de intervenção adotado pelo Pró-Mulher, Família e Cidadania em 1993, tem se mostrado como opção adequada na resolução de conflitos intrafamiliares. Ao facilitar a comunicação entre as partes em conflito, desenvolve a capacidade de reflexão, de escuta, de expressão das partes, estimulando o exercício da autodeterminação, desenvolvendo a autoestima e os direitos individuais e coletivos. Não há, no entanto, uma avaliação sistemática do impacto do método na redução da violência intrafamiliar. A pesquisa propõe a avaliação do método e de seu impacto na redução da violência intrafamiliar a curto e médio prazos. Acredita-se que resultados satisfatórios podem subsidiar a extensão deste método, como proposta de política pública às várias instituições públicas do Estado de São Paulo que se defrontam com o gerenciamento de conflitos, como a escola, a secretaria de assistência e desenvolvimento social, os conselhos tutelares e dos direitos da criança e do adolescente. Pretende-se mapear o perfil das famílias atendidas

pela instituição parceira, em especial aquelas que apresentam queixas de violência doméstica. Em um segundo momento, pretende-se acompanhar a aplicação da Mediação Familiar e seus resultados imediatos e no médio prazo e, por fim, oferecer treinamento a profissionais interessados e acompanhar a sua implementação.

DIREITO

093

Políticas públicas locais e inserção internacional – o caso da Secretaria de Relações Internacionais no município de São Paulo

Luiz Olavo Baptista
Faculdade de Direito
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/12927-4
Vigência: 1/9/2002 a 31/7/2003

Nos últimos anos, os municípios passaram a protagonizar um papel inédito no cenário internacional, seja como organizadores de uma nova agenda de política externa, seja como entidades do Poder Público com interesses e políticas próprias, destinadas a atender demandas em nível local até então inexistentes. Nesse sentido, essa nova agenda se articula com as experiências de outros atores, no sentido de melhorar e dar maior eficiência às políticas públicas municipais. É nesse contexto e diante da necessidade de ampliar a experiência do município em acordos de cooperação das redes de cidades que a prefeitura de São Paulo criou recentemente a Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI). Como se trata de uma experiência nova e também a análise em políticas públicas na área internacional por parte de um município da dimensão de São Paulo é inédita no Brasil, esta pesquisa propõe, mediante de uma parceria entre a prefeitura e o Centro de Altos Estudos em Negociações Internacionais, criar subsídios em termos de capacitação em negociações de acordos de cooperação internacional, métodos de avaliação e acompanhamento. Os objetivos desta pesquisa concentram-se em dois níveis. No primeiro, buscam-se criar variáveis para acompanhar e comparar os projetos de diferentes secretarias municipais que recebem recursos externos negociados pela SMRI. Em um segundo nível, objetiva-se avaliar os esforços da secretaria em projetar resultados dos projetos de políticas públicas locais no plano internacional, medindo a capacidade de influência da prefeitura de São Paulo nos fóruns em que participam outras cidades a partir dessas iniciativas. Metodologia: será formada uma equipe de pesquisadores e assessores da prefeitura para a elaboração de um cronograma de trabalho com vistas ao levantamento preliminar de todos os programas, projetos e iniciativas da SMRI que estão em andamento ou já trouxeram resultados. Um segundo leque de procedimen-

tos diz respeito à agenda internacional da prefeitura. Nesse caso, o objetivo é acompanhar, com base em documentos oficiais, os acordos e projetos de cooperação internacional, os eventos internacionais organizados pela prefeitura ou os que tiveram sua participação, os acordos bilaterais e uma agenda comum de implementação de projetos, mecanismos de aferição e acompanhamento dos mesmos.

ECONOMIA

094 Empreendedorismo relacionado a CT&I – estruturação de uma base de conhecimento no contexto do modelo pré-incubação de projetos da Inova Unicamp

Roberto de Alencar Lotufo

Reitoria

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 2007/55714-7

Vigência: 1/4/2008 a 31/3/2011

Trata-se de um projeto de pesquisa cooperativo desenvolvido por grupos de pesquisadores acadêmicos, formuladores e gestores de políticas públicas nas áreas de mudança tecnológica, inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia, interação universidade-empresa, ciências e engenharias. O objetivo é aprofundar a compreensão analítica e de políticas sobre o empreendedorismo relacionado ao conhecimento científico e tecnológico. Para tanto, propõe-se a criação de uma base de conhecimento sobre o tema a partir da identificação, seleção e levantamento de fontes bibliográficas, centros de pesquisa, experiências práticas e atividades relacionadas ao ensino do empreendedorismo tecnológico, em âmbito nacional e internacional. Essa maior compreensão poderá orientar atividades de empreendedorismo e transferência de tecnologia em ICT (Instituição Científica e Tecnológica) paulistas. Com isso, espera-se subsidiar, conceitual e metodologicamente, iniciativas de políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo tecnológico em ICTs paulistas. O ponto de partida é a experiência de pré-incubação da Agência de Inovação Inova Unicamp, como referência que interage com a pesquisa proposta e que tem potencial de ser replicada em outras instituições de ensino e pesquisa do Estado de São Paulo.

095 Gestão compartilhada de bacias hidrográficas: proposta para adequação tecnológica da atividade agrícola nas cabeceiras do alto Tietê e médio Tietê – Agroágua

Yara Maria Chagas de Carvalho

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado
de São Paulo (Saasp)

Processo 2007/55395-9

Vigência: 1/9/2008 a 30/6/2009

Este projeto busca desenvolver uma metodologia de trabalho integrando a pesquisa e a extensão rural com o objetivo de estimular a gradativa transformação do padrão tecnológico dos agricultores familiares olericultores de duas regiões: a sub-bacia do alto Tietê Cabeceiras e a APA de Itupararanga, no médio Tietê. Serão realizados cursos de capacitação em irrigação e de uso de produtos fitossanitários, um sistema de monitoramento do impacto das mudanças e um selo de qualidade ambiental baseado em um caderno de normas e um sistema de garantia com controle social. O desenvolvimento do projeto depende fortemente da parceria das prefeituras, subcomitê Cabeceiras e conselho da APA Itupararanga.

096 Proposição de diretrizes para políticas públicas em economia solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo, São Carlos, SP

Maria Zanin

Pró-Reitoria de Extensão

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Processo 2007/55393-6

Vigência: 1/4/2008 a 31/3/2011

O projeto propõe a criação de um sistema integrado de empreendimentos econômicos de economia solidária como condição para o desenvolvimento territorial de bairros de populações pobres de São Carlos, SP, com articulação de diferentes atores e tendo como ator central um empreendimento coletivo de limpeza de edificações, com mais de 250 cooperados, todos moradores desses bairros e com perspectivas de atuação na comunidade, de modo a garantir a ampliação de benefícios sociais. O projeto também conta com a parceria do gestor público municipal e com a participação democrática da comunidade local e de outros atores. Caberá à incubadora da UFSCar coordenar os trabalhos para produção do conhecimento, intervenção e formação.

097 Uma avaliação dos impactos do programa de visitas médicas às escolas do município de São Paulo sobre a saúde do aluno e o seu desempenho escolar

André Portela Fernandes de Souza

Escola de Economia de São Paulo

Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Processo 2007/55292-5
Vigência: 1/6/2008 a 30/11/2008

O projeto é uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação que visa avaliar o impacto do programa de visitas médicas às escolas sobre a saúde do aluno e o seu desempenho escolar. Para tanto, serão feitos exames médicos com visitas das equipes às escolas e exames de proficiência em 2007 e 2008.

098 Revitalização da cadeia vitivinícola paulista: competitividade, governança e sustentabilidade

Adriana Renata Verdi
Instituto de Economia Agrícola
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo (Saasp)
Processo 2006/51949-7
Vigência: 1/2/2007 a 30/11/2009

Tendo em vista as recentes ações governamentais federais e estaduais direcionadas ao desenvolvimento do setor vinícola e a expectativa do mercado interno para o vinho, de um lado, e a retração da produção paulista, de outro, o projeto tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do setor vitivinícola, mediante a realização de um amplo diagnóstico do desempenho da cadeia produtiva do vinho e seus derivados, identificando os aspectos restritivos e as potencialidades. Trata-se da elaboração de uma base de dados que ofereça subsídios para a tomada de estratégias dos agentes envolvidos e, principalmente, para as ações de políticas públicas, sobretudo municipais, no âmbito de desenvolvimento econômico e social.

099 Planejamento estratégico aplicado ao município de Bauru: projeto Bauru + 10

José Alcides Gobbo Júnior
Faculdade de Engenharia de Bauru
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2006/51907-2
Vigência: 1/12/2006 a 30/9/2007

Analisando a nova concepção de gestão de cidades, surgem as parcerias que aproximam, cada vez mais, o Poder Público da sociedade. O futuro das cidades afeta e interessa à população e aos agentes sociais e econômicos que nela atuam. Dessa forma, têm surgido inúmeros projetos que visam traçar uma diretriz para o futuro dos municípios onde são desenvolvidos. Nesse contexto, este projeto visa, por meio da metodologia do planejamento estratégico, subsidiar o desenvolvimento de macroprojetos que, depois de implementados, trarão a partir de uma

gestão participativa o desenvolvimento sustentável para o município de Bauru, SP.

100 Desenvolvimento de modelo institucional para o fortalecimento da estrutura da pesquisa pública do agronegócio do Estado de São Paulo

Maristela Simões do Carmo
Faculdade de Ciências Agrônomicas de Botucatu
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2006/51740-0
Vigência: 1/12/2006 a 31/8/2007

O objetivo deste trabalho é desenvolver e aplicar um modelo institucional para o fortalecimento da estrutura de pesquisa pública do Estado de São Paulo, destinado à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta). Para atingir os objetivos, a metodologia será estruturada em três frentes. A primeira consistirá na ampliação da capacitação da equipe nos temas que serão abordados no decorrer da pesquisa. A segunda contemplará a identificação e a mobilização dos atores relevantes na construção da base metodológica do Institutional Foresight. A terceira constará do diagnóstico do atual modelo institucional da Apta e da elaboração de uma proposta de modelo próprio para a implantação no polo regional do Vale do Paraíba.

101 Inovação tecnológica e incubação de empresas no agronegócio: diagnósticos de pontos críticos e proposta de estruturação de base regional no município de Pirassununga, SP

Rubens Nunes
Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51694-9
Vigência: 1/2/2007 a 31/7/2007

O atual projeto de pesquisa, nesta fase 1, procura estabelecer um diagnóstico de pontos críticos para o desenvolvimento regional, analisando aspectos de diferenciação da atividade empreendedora em estruturas de incubadora de empresas já existentes e tentando entender a correlação de sucesso/insucesso das empresas incubadas com os efeitos da existência da inovação tecnológica no desempenho das mesmas. Para tanto, foram constituídas parcerias com entidades regionais que possibilitam a colheita de informações e interação com relação ao estabelecimento do quadro de aspectos multifatoriais que podem ser responsáveis pelo estado atual do grau e da vitalidade do empreendedorismo na região, com foco no agronegócio.

102 Políticas de desenvolvimento de atividades tecnológicas em filiais brasileiras de multinacionais

Sérgio Robles Reis de Queiroz
 Instituto de Geociências
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2003/06388-9
 Vigência: 1/8/2004 a 31/8/2007

Desde os anos 1980, é possível observar um significativo movimento de integração mundial das funções corporativas das empresas multinacionais (EMNs). A função tecnológica também faz parte desse processo, à medida que a integração mundial das atividades tecnológicas, as de P&D em particular, vem favorecendo a criação de redes globais de P&D no interior das EMNs. A necessidade de aproveitar ao máximo as capacidades existentes nos diversos países de implantação dessas firmas e, ao mesmo tempo, racionalizar o processo de geração de conhecimento conduz a novas configurações dos esforços tecnológicos. Isso significa mudança no número de localizações em que atividades tecnológicas são executadas, no processo de definição dessas localizações e nas atribuições correspondentes. As atividades tecnológicas das EMNs fora de seus países de origem, que costumavam ser vistas como marginais, passaram a ser destacadas pela crescente literatura internacional sobre internacionalização de P&D. Ainda assim, com poucas exceções, os países em desenvolvimento parecem à margem do fenômeno. Esse fenômeno coloca um conjunto de questões relativas à inserção das filiais brasileiras nas redes globais de P&D das EMNs. Por exemplo, em que medida o país vem recentemente atraindo investimentos em atividades de P&D das multinacionais? Quais os fatores que afetam essa capacidade de atração? Que políticas podem estimular esses investimentos? Quais os efeitos desses investimentos sobre o processo de aquisição local de capacidades tecnológicas? A resposta a questões desse tipo é de grande relevância para as políticas relacionadas ao investimento direto externo e ao desenvolvimento tecnológico do país. A pesquisa pretende ajudar a responder essas e outras questões que as antecedem por meio de uma análise das características das unidades tecnológicas das filiais de EMNs, articulando-a aos processos de reestruturação observados em nível internacional e às políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

103 Políticas públicas e desenvolvimento regional: identificação e avaliação de impactos regionais resultantes das principais transformações na estrutura produtiva na região Araraquara-São Carlos, SP

Helena Carvalho de Lorenzo
 Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 2001/13141-4
 Vigência: 1/9/2002 a 31/10/2005

A região Araraquara-São Carlos, SP, formada por 26 municípios, constitui o objeto desta proposta. Trata-se de uma área que evidenciou em seu processo de formação ter passado por todas as fases que caracterizaram o desenvolvimento mais geral do estado. Desde cedo, foram se formando os primeiros vínculos regionais. Nos anos 1990, em consequência dos rumos mais gerais da economia brasileira e das transformações em sua estrutura econômica e social, decorrentes da reestruturação empresarial enfrentada por seus principais segmentos produtivos (as agroindústrias regionais da cana e laranja, a indústria metalomecânica e os segmentos de base tecnológica, estes últimos principalmente localizados no município de São Carlos), a região começa a consolidar uma estrutura regional a partir das economias locais. Mais recentemente, essa construção tende a ser acelerada com a vinda de novos empreendimentos (Embraer, TAM, usina termelétrica, por exemplo) que estão exigindo forte articulação das administrações municipais, tendo em vista os impactos decorrentes e a capacidade dos serviços públicos para o seu atendimento. Na realidade, a adequação entre a lógica privada (os propósitos dos projetos de implantação dos novos investimentos) diante das prioridades das administrações públicas tem sido uma das preocupações das instituições locais, que têm manifestado interesse em articular a formulação de políticas conjuntas. Embora essa seja uma preocupação manifesta, as administrações públicas não dispõem de recursos para pensar a articulação regional de forma integrada e coletiva. Este seria um papel da universidade. Trata-se de conhecer a realidade regional em suas especificidades e potencialidades locais, elaborar critérios e indicadores para a formulação de políticas coletivas e integradas, promover a articulação entre as equipes das prefeituras e especialmente formular proposições com potencial de integração que respondam às necessidades regionais coletivas.

104 Construção comunitária de um projeto para adequação ambiental e sustentabilidade da produção agropecuária da microbacia do ribeirão Piracicamirim

Paulo Edgard Nascimento de Toledo
 Instituto de Economia Agrícola
 Secretaria da Agricultura e Abastecimento
 do Estado de São Paulo (Saasp)
 Processo 2001/12914-0
 Vigência: 1/9/2002 a 31/8/2003

Um dos principais desafios do século XXI será recuperar e transferir para as gerações futuras um estoque de recursos naturais de forma a permitir a sustentabilidade da vida no planeta, condicionada a uma oferta crescente de qualidade de vida. Entre as dificuldades da implantação de novos modelos produtivos (agrícolas ou industriais) compatíveis com a situação conjuntural socioeconômica do país, ressalta-se a necessidade de mudança no uso de recursos naturais, no sentido de abandonar o extrativismo em prol da conservação e de conquista da sustentabilidade. Esse anseio da sociedade moderna foi concretizado pelo Poder Legislativo ao instituir, por meio do Código Florestal, Lei Federal nº 4.771/65, a proteção da flora, da fauna, do solo e das águas. A imposição da recomposição florestal, nas áreas de preservação permanente, demonstra essa preocupação. No entanto, como a restauração de áreas de preservação permanente tem sido incipiente, é necessário discuti-la com os segmentos sociais para aprimorá-la, de forma a permitir que o real objetivo seja atingido. É preciso verificar melhor quais são as dificuldades da aplicação da legislação vigente em uma microbacia segmentada por propriedades, onde a restauração florestal haverá que competir com a produção de alimentos e, principalmente, de renda. Na atualidade, o estado deve, com a comunidade, articular e coordenar a busca e delineamento da reconversão agrícola, garantindo a geração e teste de novas tecnologias para alicerçar políticas indutoras da sustentabilidade, tal qual enunciada na Agenda 21. A microbacia do Piracicamirim, por sua favorável localização geográfica, permite a realização de estudos tanto de problemas urbanos como rurais, e sua foz se dá no *campus* da Luiz de Queiroz, local ideal para o monitoramento da hidrologia. A microbacia ocupa uma área total de 12.950 hectares, a maior parte no município de Piracicaba, estendendo-se, também, aos municípios de Saltinho e Rio das Pedras.

105 Políticas públicas territoriais e autossustentabilidade: avaliação e propostas para a bacia hidrográfica do Mogi-Mirim

Francisco José da Costa Alves
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 2000/02042-2
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2003

O objetivo do presente projeto é realizar o desenho de políticas públicas embasadas territorialmente, direcionadas a complexos agroindustriais regionalizados e de forte impacto econômico, social, político e ambiental. O território em análise é o da bacia hidrográfica do Mogi-Mirim. O agregado de atores coletivos e individuais em torno do

comitê para o desenvolvimento sustentável da bacia do Mogi-Mirim compõe um campo organizacional, seja pela orquestração dos interesses econômicos e ambientais dos complexos agroindustriais que compõem esse território (sucroalcooleiro e agrícola), seja pelos impactos gerados por esses complexos na região, que, devido ao momento de reestruturação de tais complexos, impõem um desafio adicional ao desenvolvimento autossustentável. As propostas de políticas públicas apresentadas no projeto levarão em consideração três questões articuladas no escopo do desenvolvimento sustentável: a) impactos socioeconômicos e ambientais; b) viabilidade política, tecnológica e econômica; e c) a articulação dos atores sociais interessados no desenvolvimento sustentável regional, que podem constituir uma rede de poder territorial e dar curso para as políticas desenhadas. É urgente para a região e para os complexos, no sentido do desenvolvimento autossustentável, o redesenho de políticas públicas que rompam com o verticalismo socialmente excludente das políticas da pré-década de 1990 e que incorporem três elementos fundamentais do presente: 1) a sustentabilidade regional, por meio da construção social e cultural existentes na bacia do Mogi-Mirim, influenciadas pelas especificidades ambientais, políticas, sociais e econômicas dos complexos presentes no território; 2) as criações de estruturas de suporte político, técnico-econômico que permitam o desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, possam capacitar os atores sociais; e 3) a redução do desequilíbrio de poder nos complexos agroindustriais que possibilitem o fim do processo de exclusão social.

106 O gasto em saúde no Estado de São Paulo: métodos e tendências

Bernard Francois Couttolenc
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/02018-4
Vigência: 1/1/2001 a 31/8/2001

O presente projeto tem dois objetivos, um de ordem metodológica e outro de ordem analítica. O primeiro consiste em adaptar para o Brasil uma metodologia padronizada de coleta, classificação e análise do gasto em saúde em seus componentes público e privado, baseada na Conta Nacional Saúde adotada por vários países. Essa metodologia será aplicada à sistematização, revisão e consolidação das estimativas de gasto público e privado em saúde nos últimos 20 anos. Os dados assim revisados serão utilizados, no que constitui o segundo objetivo do estudo, para analisar as tendências do gasto em saúde no Estado de São Paulo em seus componentes público e privado e sua contribuição relativa no financiamento da saúde no

estado, bem como identificar e caracterizar os grupos populacionais usuários dos serviços públicos e privados. Na primeira fase do projeto será procedida uma revisão da literatura e aplicações da Conta Nacional Saúde e desenvolvida uma versão adaptada à realidade do estado. Para isso, o projeto contará com a assessoria técnica de um pesquisador da Universidade de Barcelona com experiência nessa metodologia. Na segunda fase do projeto, com duração prevista de 24 meses, a metodologia assim desenvolvida será aplicada à consolidação e análise do gasto em saúde no Estado de São Paulo nos aspectos mencionados acima. Pretende-se que esse estudo constitua um projeto-piloto na sistematização das informações sobre o gasto em saúde e que a metodologia possa posteriormente ser aplicada a nível nacional, estadual ou municipal.

107 O orçamento participativo – estudo de caso do município de Santo André

Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho
Programa de Estudos Pós-graduação em Economia Política
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Processo 2000/02017-8
Vigência: 1/1/2001 a 31/7/2001

Os processos de orçamento participativo (OP) vêm despertando crescente interesse. A orçamentação participativa é, em geral, defendida pela possibilidade de melhorar a gestão pública, tomando-a mais eficiente, ampliando a prática democrática pelo envolvimento da população e reduzindo espaços de arbítrio, corrupção e clientelismo. Estudos realizados até aqui sobre as experiências em curso são insuficientes para aferir em que medida esses objetivos têm sido alcançados. Faltam análises sistematizadas dos problemas enfrentados e dos resultados obtidos, o que dificulta avaliar e aprimorar o processo como um todo e capacitar melhor os participantes. Pretende-se pesquisar a experiência do OP do município de Santo André, SP, quinto PIB do estado (1993). Experiências mais conhecidas e a literatura já existente sobre elas serão utilizadas como referência. A pesquisa envolverá os seguintes aspectos: os objetivos e os instrumentos propostos pelo governo, procurando verificar a adequação entre as metas a atingir e a metodologia adotada no OP; os resultados obtidos na alocação de recursos do orçamento municipal, verificando em que escala se alterou a composição do gasto, em termos de prioridades e concentração nas demandas sociais apontadas no OP e seu impacto na qualidade de vida da população; a prática do processo em termos de participação dos atores envolvidos, identificando em que medida se ampliou a esfera de decisão; a percepção dos diversos atores envolvidos, verificando as possíveis mudanças no âmbito das relações interinstitucionais no Poder Público e deste com a sociedade civil. O Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da

PUC-SP terá como parceira a prefeitura de Santo André, envolvendo também instituições que vêm se apropriando do conhecimento sobre o OP e difundindo-o: o Instituto de Governo e Cidadania do ABC e o Sindicato dos Servidores Públicos de Santo André.

108 Economia regional e os problemas do emprego: o caso de São Paulo

Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior
Fundação do Desenvolvimento Administrativo
Secretaria de Economia e Planejamento
do Estado de São Paulo (SESPSP)
Processo 2000/01409-0
Vigência: 1/1/2001 a 31/8/2001

O objetivo deste trabalho é compreender os problemas estruturais do emprego no Estado de São Paulo com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas por parte da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert). Isso pressupõe investigar os efeitos das mudanças da base produtiva sobre a evolução da estrutura ocupacional de São Paulo nos anos 1990. Nesse período, marcado pela desaceleração do crescimento econômico, pela alteração do padrão técnico-econômico e pela alteração dos marcos regulatórios da economia brasileira, os problemas ocupacionais do país agravaram-se de maneira particularmente forte, atingindo São Paulo, estado que concentra o parque industrial do país. A consecução de tal objetivo supõe duas etapas. A primeira consiste em realizar a avaliação do emprego (ocupação em atividades de média e alta produtividade do trabalho), do subemprego (ocupação em atividades de baixa produtividade do trabalho) e do desemprego no nível do Estado de São Paulo, segundo a metodologia desenvolvida pela pesquisa Economia Regional e os Problemas do Emprego, realizada recentemente pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) em convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A segunda destina-se ao aprofundamento qualitativo da análise, mediante elaboração de um diagnóstico das características estruturais da economia estadual e sua transformação no período recente. Esse diagnóstico presta-se a identificar os determinantes estruturais da evolução da ocupação em cada um dos municípios paulistas, agrupados em regiões e sub-regiões, tanto do ponto de vista da dinâmica setorial da atividade produtiva dessas localidades como da evolução das especificidades de suas populações economicamente ativas. Isso nos permitirá conhecer as características da reestruturação organizacional produtiva e vocacional do segmento industrial e a natureza das mudanças de sua articulação com o setor terciário e com as atividades agrícolas, confrontando-as com o perfil da mão de obra de cada localidade e região. Do confronto entre estrutura produtiva e ocupacional e das característi-

cas da PEA local, teremos o mapeamento dos problemas ocupacionais em São Paulo, requisito indispensável para diferenciar as políticas estaduais para neles intervir, bem como a articulação dessas intervenções com aquelas atribuíveis aos demais níveis de governo.

EDUCAÇÃO

109 O caráter educativo da laicidade do Estado para a esfera pública: alcance da ação do MP em defesa da cidadania e da democracia

Roseli Fischmann
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2007/55623-1
Vigência: 1/4/2008 a 30/11/2008

Este projeto volta-se para estudar o acompanhamento, pelo Ministério Público (MP), de políticas públicas no âmbito da defesa da cidadania, no que se refere ao caráter laico do Estado, nos temas da educação, saúde e gênero/raça, iluminado por aportes do direito internacional. Trata-se de explorar as possibilidades singulares da laicidade do Estado, investigando como o MP pode proteger e promover esse caráter laico do Estado, dado o seu alto impacto para as políticas públicas. Visa a que os participantes possam desenvolver capacidades e um olhar investigativo e crítico em direção à pluralidade de situações em que se manifesta a temática da liberdade de crença, em interação com e na esfera pública.

110 Os guarani-mbya e as políticas públicas de educação escolar indígena: elaboração de materiais pedagógicos – produção de conhecimentos e propostas de educação escolar entre os guarani

Paulo José Brando Santilli
Centro de Documentação e Memória
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2006/51996-5
Vigência: 1/6/2008 a 30/4/2009

Apoiando-se na ideia da escola indígena como lugar de manifestação de confrontos interétnicos e também como um espaço privilegiado para a criação de novas formas de convívio e reflexão no campo da alteridade (LOPES DA SILVA, 2001c, p.11), esta pesquisa pretende desenvolver oficinas reunindo alunos, professores, entre outros indivíduos guarani que manifestem interesse, para elaborar materiais didáticos específicos à formação escolar de crianças e jovens nas aldeias. Considera-se a

elaboração de materiais didáticos como um momento privilegiado de produção de conhecimentos e criação de novas propostas de educação. Concomitante à produção de materiais didáticos, serão desenvolvidas reflexões com os educadores, alunos e demais habitantes das aldeias guarani sobre o significado da escola, questionando-se o seu desempenho diante das expectativas das comunidades, bem como do desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à educação. Espera-se a partir dessas reflexões, nascidas de uma prática pedagógica efetiva, que as comunidades possam indicar propostas para a adequação e melhoria dessas políticas.

111 A literatura na escola: espaços e contextos – a realidade brasileira e portuguesa

Renata Junqueira de Souza
Faculdade de Ciências e Tecnologia
de Presidente Prudente
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2006/51756-4
Vigência: 1/12/2006 a 31/8/2009

Esta pesquisa será desenvolvida pelo Centro de Estudos de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil da Unesp-Brasil, em conjunto com o grupo Literatura Infantil e Educação para a Literacia da Universidade do Minho-Portugal, visando comparar, analisar e modificar os resultados de leitura apresentados pelos alunos nas avaliações internacionais – Portugal ficou em 25º lugar e o Brasil em 37º no Pisa de 2003. O objetivo é estudar a contribuição que pode oferecer a literatura infantil e juvenil para a efetiva formação do leitor, nas suas relações com o aprendizado da língua portuguesa, abrangendo aspectos ligados à produção de textos e à reflexão sobre os conhecimentos linguísticos em escolas brasileiras e portuguesas.

112 Participação popular: estudo e monitoria de ações e iniciativas voltadas para o fortalecimento das parcerias escola-sociedade civil nas regiões de Mogi das Cruzes, Salesópolis e Biritiba Mirim, SP

Adolfo Ignacio Calderon Flores
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação,
Extensão e Assuntos Comunitários
Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)
Processo 2003/07193-7
Vigência: 1/6/2004 a 30/4/2005

Pretende-se estudar e monitorar as iniciativas e as ações realizadas na rede estadual de ensino, nos municípios de Mogi das Cruzes, Salesópolis e Biritiba Mirim, SP, visando à melhoria da qualidade de ensino a partir da

parceria escola-sociedade civil. A crise fiscal do estado, entre outros fatores conjunturais, tem contribuído para o desencadeamento de ações visando ao fortalecimento da relação escola com os diversos atores de seu entorno territorial como uma exigência para a melhoria da qualidade de ensino. No âmbito deste estudo, busca-se: 1) produzir informações e dados que possam subsidiar diretamente as ações governamentais realizadas pela Secretaria de Educação na tentativa de fortalecer as parcerias escola-sociedade civil nos municípios de Mogi das Cruzes, Salesópolis, Biritiba Mirim e indiretamente nos municípios do Alto Tietê e no Estado de São Paulo como um todo; 2) capacitar e familiarizar técnicos da rede estadual nos processos e metodologias de pesquisa, criando condições para que possam prosseguir estudos em nível de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado), aproveitando inclusive os incentivos do governo estadual para esse fim; 3) sistematizar os principais trabalhos acadêmicos produzidos sobre a relação parceria escola-sociedade civil; analisar o impacto no cotidiano escolar de programas, ações e determinações da Secretaria no que diz respeito às parcerias escola-sociedade civil; estudar as iniciativas e ações desenvolvidas por diretores de escola, corpo docente e discente e órgãos colegiados vinculado à gestão da escola – limitações, entraves, impactos e perspectivas visando a parcerias que fortaleçam a unidade escolar; publicar cadernos de pesquisa que subsidiem a atuação dos dirigentes regionais, diretores de escola e outros atores envolvidos na formulação e execução de políticas públicas.

113

Formação de conselheiros municipais de educação, de conselheiros do Fundef e de quadros técnicos das secretarias municipais de Educação e produção de material de formação e divulgação sobre o financiamento

Lisete Regina Gomes Arelaro
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/07179-4
Vigência: 1/4/2004 a 31/7/2007

São múltiplos os fatores e os condicionantes das políticas públicas de financiamento da educação e da gestão dos sistemas e das instituições públicas de ensino que contribuem para a efetivação da educação pública universal, democrática e de qualidade para todos. No entanto, tem-se avaliado que no Brasil o campo do financiamento da educação conta, ainda, com um número restrito de pesquisadores, refletido numa exígua produção sobre o tema. Isso não significa, porém, ausência de relevante produção; ao contrário, são reconhecidas as contribuições acadêmico-científicas que

muito têm subsidiado a concepção e/ou implementação de textos legais, planos, programas, práticas ou propostas de ação de órgãos e entidades governamentais e não governamentais. Não obstante, há evidente necessidade de ampliar os conhecimentos teóricos e metodológicos abertos pelo estado do conhecimento e da prática em financiamento da educação, seja para tornar mais abrangente as bases geopolítica e administrativo-educacional contempladas nas análises, seja para dar conta da complexidade cada vez maior das questões relacionadas às políticas educacionais recentes. Por consequência, há necessidade de ampliar o número de pesquisadores e quadros técnicos e políticos comprometidos com a temática do financiamento da educação básica adequadamente instrumentalizada para dar conta das crescentes exigências teórico-metodológicas do campo do conhecimento, assim como das medidas legais que determinam o financiamento e a gestão da educação pública. Nesse sentido, este projeto tem como objetivo maior a pesquisa e a aplicação do conhecimento na área de financiamento da educação, especialmente após a implementação nacional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a partir de 1998, com vistas à produção de procedimentos e materiais, em parceria com instituições governamentais, com a perspectiva de ampliar o número de pesquisadores e agentes com condições de atuar na formação inicial e continuada de dirigentes e profissionais dos sistemas estaduais e municipais de ensino, de membros de conselhos municipais de educação e dos conselhos de controle e acompanhamento social do Fundef, concomitantemente com docentes universitários e seus colaboradores.

114

Pesquisa aplicada ao desenvolvimento de metodologia de planejamento do atendimento da demanda por educação básica (educação infantil e ensino fundamental) em Campinas, SP

Corinta Maria Grisolia Geraldi
Faculdade de Educação
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2003/06448-1
Vigência: 1/3/2004 a 31/12/2004

O crescimento das grandes cidades brasileiras desafia os governos municipais a atender à demanda da população por mais vagas no ensino fundamental e na educação infantil. Para fazê-lo, é imprescindível dispor-se de uma base de dados corretamente estruturada, repositório confiável de informações, refletindo a realidade local, para a utilização segura como ferramenta de planejamento e de gestão educacional, segundo os objetivos estratégicos definidos pela política pedagógica e pelo planejamento edu-

cacional. A construção de uma base de dados informatizada e sua utilização por meio de aplicativos (*softwares*) compatíveis deve preceder um processo de planejamento, envolvendo o desenvolvimento de metodologia de avaliação e tratamento da informação e de um projeto de estruturação da base de dados. A escolha de aplicativos e de equipamentos depende das definições prévias do mesmo processo de planejamento. Esse é o desafio da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), tendo em vista que Campinas está prestes a alcançar o contingente populacional de 1 milhão de habitantes. À IMA, empresa de tecnologia da informação da PMC, cabe a resposta tecnológica do desafio. O projeto visa construir uma metodologia de planejamento e gestão do atendimento da demanda por educação básica em um município de grande porte, a partir da tecnologia de geoprocessamento, implicando a criação de condições favoráveis para a incorporação da filosofia, da cultura, dos conhecimentos, das tecnologias e das ferramentas de geoprocessamento, metodologia que poderá ser aplicada às demais áreas de atuação do governo, como cultura, assistência social, saúde, transporte, finanças etc. A troca de experiências de implantação de geoprocessamento com outras instituições de governo ou organismos públicos, Embrapa, Inpe, prefeituras municipais e secretarias estaduais, não só as experiências na área da educação, será de vital importância e a participação da Unicamp, fundamental para dar sustentação científica e teórica ao projeto.

115

Recuperação de fontes seriais para a historiografia da criança institucionalizada

Roberto da Silva
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06393-2
Vigência: 1/3/2004 a 31/3/2007

Pretende-se utilizar a metodologia criada para o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp) por Ana Maria de Almeida Camargo (FFLCH/USP) – Processo FAPESP 98/14129-3 – para proceder aos levantamentos e estudos do arquivo de prontuários da Febem que sejam necessários e úteis ao estudo da história da criança institucionalizada no Brasil. Desde 1990, a Febem não mais atende o universo de crianças órfãs e abandonadas, mas detém a guarda de aproximadamente 300 mil prontuários de crianças judicialmente declaradas órfãs e abandonadas que foram colocadas sob a tutela do governo do Estado de São Paulo. Os processos judiciais referentes a essas crianças foram incinerados pelo Poder Judiciário, sendo os prontuários as únicas fontes de dados existentes para pesquisa e documentação. O acervo inclui documentação referente à Roda dos Expostos (sex. XVIII e XIX) existente até 1951

no estado, Serviço de Assistência ao Menor (1940-1964) e Febem (1964-1990), constituindo a única fonte de pesquisa sobre a criança órfã e abandonada, especialmente quanto aos métodos educacionais empregados.

116

O direito por educação básica: estudo da demanda social e do atendimento público em uma microrregião urbana

Sônia Maria Portella Kruppa
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/13134-8
Vigência: 1/2/2003 a 30/11/2007

Esta pesquisa, em parceria com a Prefeitura Municipal de Santo André (Secretaria de Educação e Formação Profissional), visa estudar a demanda social por educação básica junto à população de um conjunto preciso e reduzido de escolas (estaduais e municipais) de uma microrregião da cidade, caracterizada por núcleos de favelas em processo de urbanização, com forte presença do Poder Público municipal. Investigar-se-ão as decisões emanadas dos sistemas de ensino (municipal/estadual) tais como municipalização do ensino fundamental, decorrente também da implantação da Lei Federal nº 9.424/96 (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), as medidas específicas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (reorganização da rede física; RG escolar; classe de aceleração; progressão continuada); as parcerias entre entidades assistenciais e filantrópicas no atendimento da educação infantil; e as ofertas variadas de ensino fundamental (regular, suplência e profissionalizante). Além do estudo do plano de atendimento da educação básica, assentado em definições legais e técnico-burocráticas, pretende-se apreender como se expressam politicamente essas demandas *versus* as respostas oferecidas pelos poderes públicos, à luz de estudos que testemunharam como a ampliação do direito educacional é fruto de manifestações da população, notadamente dos segmentos populares, sujeitos coletivos com capacidade de interferência na agenda governamental (BEISIEGEL 1964; CAMPOS, 1991; SPOSITO, 1984; 1993). Pretende-se a seleção de indicadores que permitam a avaliação em processo das respostas estatais, aferindo a interferência de outras ações do poder local que afetam as condições de acesso à escola, tais como os projetos de renda mínima, bolsa trabalho e políticas públicas para jovens. É um estudo de característica diagnóstica, combinando vantagens de abordagens qualitativas e quantitativas (NIINAYO & SANCHES, 1993). Questionários e entrevistas estruturadas serão aplicados à população do entorno das escolas selecionadas para avaliar a demanda/atendimento da educação infantil, do ensino fundamental

– o atendimento em si e a passagem entre redes da quarta para as quintas séries –, do ensino médio (conclusão do EF versus capacidade de atendimento) e das modalidades de atendimento ao jovem e adulto de baixa escolaridade.

117 Potencialização da autonomia da gestão escolar municipal

Pedro Ganzeli

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Processo 2000/13995-0

Vigência: 1/1/2002 a 30/9/2004

A formação de sistemas municipais de ensino no Estado de São Paulo ganhou um novo impulso com a aprovação da Emenda 14/96 e da Lei nº 9.424/96, que a regulamentou, bem como das novas orientações definidas para a educação nacional presentes na LOB, Lei nº 9.394/96, especialmente os seus artigos 8 e 11 relativos ao sistema municipal de ensino. Essas alterações exigiram uma reestruturação de porte na rede municipal de ensino de Indaiatuba, SP, que ampliou suas funções para além do ensino infantil e da educação de adultos, já existentes, sendo introduzidos o ensino fundamental e novas obrigações em relação à autorização de funcionamento e supervisão das escolas particulares de educação infantil. Novas funções, novas construções, novos alunos, novos funcionários, nova legislação, alterações essas que provocaram e provocam a necessidade de repensar, remodelar toda a estrutura organizacional, financeira e pedagógica do sistema municipal de ensino, para que não corra o risco de o sistema vir a sofrer fragmentações, tão comuns e prejudiciais para o desenvolvimento da educação pública municipal. Nesse sentido, o projeto “Potencialização da autonomia da gestão escolar municipal” se propõe, a partir de uma análise diagnóstica do sistema municipal de educação em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, implementar ações que possibilitem, mediante um processo participativo e organicamente estruturado, a construção do projeto político-pedagógico para o sistema de ensino, bem como das unidades escolares que o compõem, possibilitando a produção, pelos próprios agentes educacionais, de orientação coletiva, indispensável para a consolidação de um sistema municipal de ensino autônomo e de qualidade.

118 Atendimento interdisciplinar ao aluno surdo: grupo de apoio a pais e ensino de Libras

Tarcia Regina da Silveira Dias

Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Universidade Ribeirão Preto (Unaerp)

Processo 2000/02028-0

Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2003

É indiscutível, diante da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, a necessidade de uma parceria efetiva entre a família e o Estado, porque a família é um núcleo básico, e das relações aí estabelecidas vão depender as relações interpessoais de seus integrantes. No caso de crianças surdas, as interações familiares podem ser muito prejudicadas quando os pais desconhecem e/ou rejeitam a língua de sinais e o modo de vida característico de seus filhos. Apesar da importância da família no processo educacional de seus filhos, ainda é muito incipiente o trabalho com as mesmas nas redes públicas de ensino, principalmente em uma abordagem bilíngue. Complementando o atendimento educacional de surdos em Ribeirão Preto, este estudo pretende descrever o desenvolvimento de grupos de pais sob duas perspectivas: organizando, descrevendo e analisando grupos de orientação psicoeducacional a pais (coordenado por psicólogo); e planejando, analisando e avaliando o ensino de Libras aos pais (ministrado por instrutor surdo). Os grupos ocorrerão semanalmente e contarão com a presença de pais de alunos surdos que frequentam o atendimento educacional interdisciplinar, visando oportunizar o contato com a Libras e com a cultura surda (pelo contato com adulto surdo, instrutor de Libras e membro da equipe de pesquisadores), o ensino de português escrito (com o apoio das tecnologias interativas) e o desenvolvimento de linguagem oral, via procedimentos fonoaudiológicos. O desenvolvimento dos grupos serão sistematicamente registrados e/ou filmados. Todo esse trabalho será acompanhado, efetivamente, pelos membros da equipe parceira (professores das classes de surdos) de modo a auxiliá-la: fornecendo-lhe subsídios para definir políticas públicas em centro de educação especial do município (único centro integrado de educação especial de Ribeirão Preto e região) e de uma escola estadual (única do município, com classes especiais para surdos).

119 Organização dos sistemas municipais de educação no Estado de São Paulo: novas possibilidades na gestão das políticas públicas no município de Bauru

Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida

Faculdade de Ciências de Bauru

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Processo 2000/01966-6

Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2003

A organização dos sistemas municipais de educação no Estado de São Paulo e o processo de municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries e o necessário aumento de autonomia das escolas estão exigindo dos governos

municipais um grande esforço para o desenvolvimento de um programa intensivo voltado para a área de gestão dos profissionais responsáveis por tarefas que até agora estavam sob a responsabilidade do governo estadual. São muitas as questões que deverão estar equacionadas pelos governos municipais. Dentre elas, podemos apontar as seguintes: formação de dirigentes educacionais; gestão de programas de formação; formação em serviço; qualidade de ensino; avaliações institucionais em relação ao sistema. Além de criar as condições materiais adequadas para o funcionamento das escolas, os governos municipais terão pela frente a tarefa de estabelecer uma política educacional clara e que atenda aos interesses de sua comunidade, articulando-os com os interesses nacionais. Essa política educacional deve ser aberta à participação da comunidade. Para isso, é necessário que os quadros profissionais do sistema municipal estejam com qualificação adequada para a organização e gerenciamento da educação pública e capacitados para a construção de uma cultura que valorize o compromisso profissional e a formação para a coordenação de projetos.

120 Diagnóstico das creches municipais de São Carlos, SP

Anete Abramowicz

Centro de Educação e Ciências Humanas
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 1999/11608-0
Vigência: 1/1/2001 a 31/3/2004

A partir de 1999, a rede de creches da cidade de São Carlos, SP, passou a fazer parte da Secretaria de Educação e não mais da Secretaria do Bem-Estar Social. Um grupo de professores do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de São Carlos e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos-USP, que vem desenvolvendo pesquisas e projetos na área de educação infantil e de conforto do ambiente construído, em parceria com a equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos, elaborou o projeto “Diagnóstico das creches municipais de São Carlos”. O intuito é caracterizar as condições atuais de funcionamento das creches e, ao mesmo tempo, constituir um banco de dados para informatizar a rede, proporcionando condições para uma forma alternativa de gestão, de racionalização, de sistematização, de atualização de dados dessa rede pública e acesso para a produção de políticas municipais no âmbito da educação infantil. O fato de a prefeitura municipal assumir essa rede de ensino, pela primeira vez, possibilita a formulação de propostas de intervenções alternativas no que diz respeito às concepções pedagógico-educativas, à formação dos profissionais, às condições de habitabilidade dos edifícios e, também, à produção de instrumentos mais eficientes de

gestão e de avaliação do sistema educacional. As atividades propostas para este diagnóstico são: 1) caracterização qualitativa e quantitativa das 11 creches municipais quanto aos itens de pessoal, às condições físicas, de equipamentos, aos materiais disponíveis para o trabalho com as crianças, às concepções pedagógico-educativas norteadoras das práticas dos profissionais das creches e à caracterização da população atendida; 2) levantamento das demandas dos profissionais das creches e da população atendida; 3) identificação e seleção das informações mais adequadas à composição de bancos de dados para essa rede de ensino; 4) levantamento das condições de habitabilidade dos edifícios, inicialmente, de cinco (5) creches.

GEOGRAFIA

121 Dinâmica do lugar e cultura do café, centro internacional de informação da cultura do café

Maria Adélia Aparecida de Souza

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/02052-8
Vigência: 1/1/2001 a 30/6/2006

O café fundamenta a economia paulista e do município de Espírito Santo do Pinhal, dando-lhe, com isso, projeção internacional. Assim, aproveitando as potencialidades do município vinculadas a essa cultura, o projeto de pesquisa propõe a instituição de um “Centro internacional de informação da cultura do café”, de modo a transformar Espírito Santo do Pinhal em uma referência mundial quanto a informações sobre processos e dinâmicas advindas da atividade cafeeira. O centro apoia e se junta às demais atividades e eventos vinculados ao café já desenvolvidos no município e se propõe a estimular a criação e implementação de políticas públicas que valorizem esse potencial pinhalense e dinamizem a cultura e a economia local e nacional. O desenvolvimento técnico, científico e de informação relativos à cultura cafeeira serão os fundamentos do projeto. A armazenagem da informação se constitui hoje em um dos mais importantes e estratégicos elementos do mundo contemporâneo. Disponibilizar tais informações sobre o café certamente propiciará não apenas a Espírito Santo do Pinhal, mas ao Brasil e muito especialmente a diversos países latino-americanos, refletir sobre suas políticas cafeeiras. É bom lembrar que quase 50% das atividades dos países industrializados avançados dizem respeito à produção, tratamento e difusão de informações. Inúmeras são as cidades no mundo cuja economia urbana vive apenas desse tipo de atividade: Saint-Dié, nos Vosges franceses, que vive do festival internacional da geografia, e Creteil, na região metropolitana de Paris, com seu festival da cidade. Espírito Santo do Pinhal pode-

ria ser pioneira nesse aspecto no Brasil, valorizando com isso uma das culturas fundadoras da nossa economia e da nossa cultura.

122

Educação ambiental e o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em Presidente Prudente, SP: desenvolvimento de metodologias para coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho

Antônio Cezar Leal

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/02034-0
Vigência: 1/6/2001 a 31/12/2005

O tratamento adequado a ser dado ao lixo é um dos maiores problemas ambientais atuais. Presidente Prudente, sede da 10ª região de governo, com 200 mil habitantes, localiza-se em uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo e apresenta sérios problemas com o tratamento do lixo. São produzidas cerca de 90 t/dia de lixo, as quais são depositadas inadequadamente, e centenas de catadores vivem e trabalham nessas áreas manuseando o lixo em condições subumanas, sem organização própria que lhes permita auferir preços mais favoráveis na comercialização. Diante disso, a prefeitura já implantou um incinerador de lixo hospitalar, criou bolsões de entulho para reutilização e está implantado um aterro sanitário, com vistas a implementar a coleta seletiva. Propõe-se, neste projeto, desenvolver metodologias para a formulação e implantação de coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho, visando ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, de forma multidisciplinar, associado a um programa de educação ambiental. Está em foco apreender a complexidade da trama social que envolve o lixo em Presidente Prudente, em especial naquilo que se refere a cada um dos segmentos, a forma como se estrutura e a rede de relações que contempla. O projeto se sustenta no desenvolvimento e pesquisa em quatro pilares básicos: 1) programa de educação ambiental nas escolas, extensivo para a comunidade e os meios de comunicação; 2) metodologia de coleta seletiva e beneficiamento do lixo; 3) estudos das condições de vida dos catadores, propondo uma organização de trabalho autogerenciável; e 4) montagem de uma usina de pré-processamento com uma central de triagem.

123

Gestão pública e cadastro técnico: a informação diante das novas competências municipais

Silvana Maria Pintaudi

Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/01756-1
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2005

O cadastro técnico é uma das pedras angulares de uma administração municipal. É por meio do seu banco de dados que uma administração tem acesso a informações de diferentes naturezas, desde físico-territoriais até sociais, para poder exercer os controles mais diversos, desde impostos até sua aplicação, bem como planejar atuação e implementar programas. Infelizmente, o que se tem observado no Brasil é que são raros os casos em que esse setor esteja adequadamente organizado numa prefeitura. O aparente desinteresse pelo setor, que tem acarretado a desatualização de informações e erros quanto à aplicação de taxas e de recursos, só tem beneficiado uma parcela da população, a dos proprietários da terra. As consequências são, por vezes, dramáticas, particularmente para a população de baixa renda, que não domina os aspectos legais e pode ser seriamente prejudicada quanto à propriedade do solo urbano. Além dela, extensas parcelas da população não podem ter suas solicitações atendidas porque os cofres públicos não arrecadam corretamente e/ou porque a administração não pode planejar os investimentos dadas a falta, e mesmo a impossibilidade, de previsão orçamentária correta (o IPTU é uma das grandes fontes de ingresso para os municípios, particularmente nesse momento em que o município deve atender, com seus recursos, a programas que anteriormente recebiam verbas federais e/ou estaduais). Este trabalho visa superar os obstáculos referentes à atualização e funcionamento do cadastro técnico, propiciar formação para aqueles que lidam diretamente com o setor mediante treinamento e disponibilizar seus dados para o planejamento de investimentos do setor público e privado.

124

A geografia do crime de Marília, SP: diagnósticos para uma ação social comunitária

Sueli Andruccioli Felix

Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/01754-9
Vigência: 1/1/2001 a 31/7/2004

O crime é um fenômeno social e que, portanto, exige ações sociais. Visivelmente acuada por sentimentos de medo e insegurança, a sociedade reivindica políticas públicas de contenção da criminalidade como ações integradas entre polícia e comunidade (polícia comunitária). Prevenir o crime é o grande objetivo das ciências ligadas

à criminologia e de todos os segmentos interessados no bem-estar da humanidade, que vêem o crime de forma global, consequência da atuação conjunta de seus componentes (ofensor, ofendido e comunidade) e sob a ação de fatores socioeconômicos, políticos, culturais etc. Compreender a dinâmica criminal não significa detectar os espaços de crimes/criminosos e suas características para ações repressivas. Significa, antes de tudo, entender os seus processos operacionais para antecipar-se, preveni-la. A prevenção deve ser comunitária, com políticas que intervenham positivamente nas suas causas últimas que são o esfacelamento das relações sociais e a carência de atendimento às necessidades básicas e de outros serviços que valorizem a cidadania. Assim, a partir de uma tese (doutorado) sobre a criminalidade em Marília SP, pretende-se desenvolver um projeto de ação integrada entre universidade, órgãos de segurança pública, Poder Executivo e comunidade (Consegs – Conselhos Comunitários de Segurança e Associações de Bairros). Na primeira fase, após treinamento do pessoal envolvido, far-se-á o diagnóstico da criminalidade por meio de entrevistas, levantamentos estatísticos, criação de banco de dados para mapeamento da criminalidade e da população (índices de qualidade de vida) visando à incrementação de políticas públicas de contenção do crime por via da implantação da polícia comunitária, criação de espaços de discussão dos problemas da comunidade para encaminhamento aos órgãos competentes e outras ações pertinentes. Pela relevância social e dimensão do projeto, esperamos a concessão de cinco bolsas de apoio técnico (uma para cada distrito policial) já na primeira fase.

HISTÓRIA

125 Usos sociais do patrimônio ambiental e cultural: cidadania e desenvolvimento institucional em municípios de pequeno porte: região de Assis, SP (1988-2008)

Paulo Henrique Martinez
Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2007/56015-5
Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

Esta pesquisa tem como objetivo principal conhecer o patrimônio existente na região de Assis, SP. A partir das práticas de gestão formuladas e implementadas entre 1988 e a contemporaneidade, o projeto assume o desafio de contribuir para a formulação e a efetivação de políticas públicas e de instrumentos institucionais, destinados ao fortalecimento dos vínculos entre meio ambiente, cultura, desenvolvimento sustentável e cidadania. Deve ser ressal-

tada a conexão das atividades aqui propostas com outras áreas de conhecimento, como ciências naturais, geografia, educação, turismo e museologia.

126 Patrimônio cultural rural paulista: espaço privilegiado para a pesquisa, ensino e turismo

Marcos Tognon
Centro de Memória
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2007/55999-1
Vigência: 1/4/2008 a 31/12/2008

O patrimônio cultural rural é o conjunto de registros de materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das iniciativas produtivas que se estabelecem, historicamente e territorialmente, na área rural. O projeto de pesquisa proposto tem como objetivo principal disponibilizar instrumentos e metodologias de gestão, de conservação e de difusão para os responsáveis por esse patrimônio cultural rural, tanto os proprietários quanto as respectivas instâncias públicas pertinentes da área da cultura, da educação e do turismo.

127 Registros da morte – registro da vida: a informatização dos registros de sepultamentos realizados no município de São Paulo no período de 1858 a 1940

Denise Bernuzzi de Sant'Anna
Programa de Estudos Pós-graduação em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Processo 2001/12935-7
Vigência: 1/10/2002 a 30/4/2003

O primeiro cemitério público da cidade de São Paulo, o da Consolação, foi aberto em 1858. Em seguida, foram criados os cemitérios do Brás (1893), Penha e Santo Amaro (1896), Araçá e Santana (1897). Em meados do século XX já eram 17 os cemitérios públicos municipais. Desde 1858, portanto, os corpos ao serem sepultados ganhavam um registro em grossos volumes, chamados de “Livros de inumação”, ou de “Termos de sepultamentos”. O arquivo histórico municipal custodia um acervo composto por 613 livros dos 17 cemitérios que abrangem o período de 1858 a 1940, contendo os registros de sepultamentos de 2 milhões de pessoas. Trata-se de uma fonte documental muito consultada pelos munícipes em geral, que buscam as seguintes informações: prova legal do falecimento e enterramento de seus antepassados, prova da propriedade do túmulo, documentação para solicitação de cidadania estrangeira, informações para estudos genealógicos e,

por parte de pesquisadores especializados, os livros de registros de sepultamento se constituem numa fonte privilegiada para estudos da saúde, higiene e diversos outros temas relacionados com a história da cidade de São Paulo. Atualmente, esses registros manuscritos encontram-se na sua forma original, sendo poucos os livros que possuem índices que facilitem a pesquisa. Nesse sentido, pretende-se desenvolver e implantar uma base de dados para a informatização dos registros, elaborando-se instrumentos de pesquisa que permitam o cruzamento das seguintes informações a respeito dos falecidos: nome, filiação, naturalidade, endereço, cemitério, data de falecimento, idade, causa da morte, cartório de registro civil (após 1891), dentre outros dados que identifiquem o falecido.

128 Núcleo de história social da cidade: as transformações urbanas e sociais da cidade de São Paulo de 1963 a 1999

Yvone Dias Avelino
Faculdade de Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Processo 2000/02033-3
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2003

Alguns pesquisadores do Núcleo de História Social da Cidade, do Departamento e da Pós-graduação de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em parceria com o Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, instituição de preservação, conservação de documentação e do patrimônio histórico da cidade de São Paulo, afiam-se para a recuperação de arquivo documental iconográfico, sua sistematização e disponibilização do material para consultas, com a finalidade de preservar fontes documentais relevantes sobre a história social da cidade de São Paulo, contribuindo assim para a pesquisa e estudo das temáticas sociais e urbanas relevantes, relativas à transformação pela qual a cidade de São Paulo passou nas últimas décadas. O material iconográfico preservado e disponibilizado por meio de banco de dados e imagens será amplamente utilizado por educadores, pesquisadores, estudantes nos mais diversos níveis, historiadores, cientistas sociais, arquitetos, urbanistas, dentre outros. Para tanto, teremos, em uma primeira etapa do trabalho, a restauração e a ampliação das imagens; logo após, teremos a catalogação, classificação do material pesquisado e seleção do material a ser incorporado ao banco de dados e de imagens que constará da etapa final do trabalho. O projeto conta com a experiência de pesquisadores da PUC-SP em história social da cidade e com a parceria do DPH em conservação e preservação do patrimônio da cidade de São Paulo. Isso vai possibilitar à instituição parceira contribuir para o aperfeiçoamento de seu quadro

funcional para melhor interação e atendimento de seus consulentes, tornando o projeto uma concretização entre pesquisa/preservação/sociedade.

MUSEOLOGIA

129 A criação de um centro cultural municipal em Álvares Machado, SP, e sua ação educativa e turística

Ruth Kunzli
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2006/51765-3
Vigência: 1/12/2006 a 30/11/2009

O presente projeto trata da criação de um centro cultural no município de Álvares Machado, SP, onde uma comissão de museu, formada por funcionários da prefeitura, vereadores e voluntários, irá atuar juntamente com os pesquisadores da FCT/Unesp. O trabalho em questão será avaliar o material histórico já contido no acervo, com a presença de historiadores da própria Unesp e especialistas; avaliar o arquivo existente; avaliar o material cartográfico que está em diferentes locais; avaliar a coleção de jornais existentes; diagnosticar as condições físicas do prédio, cedido pela prefeitura municipal para este fim, com vistas na parte elétrica, iluminação natural, condições de segurança e funcionamento.

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

130 Gerenciamento de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paranapanema: subsídios para planejamento ambiental e desenvolvimento de políticas públicas pelos comitês de bacias hidrográficas

Antônio Cezar Leal
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2007/55313-2
Vigência: 1/10/2008 a 31/3/2009

No projeto, tem-se como objetivo principal analisar e subsidiar políticas públicas para o planejamento ambiental, a partir da análise integrada da paisagem e gerenciamento dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paranapanema. A pesquisa está organizada para ser executada da seguinte forma. Na fase 1, serão feitos levantamentos preliminares das políticas públicas sobre gerenciamento dos recursos hídricos e o estado da paisagem, formando-se parcerias e articulações para a elaboração de um projeto mais detalhado na fase 2. O foco

estará centrado no levantamento de políticas e sistemas de gestão de recursos hídricos da União e dos estados de São Paulo e do Paraná e das ações dos comitês de bacias, bem como das políticas estaduais e municipais de meio ambiente. Serão iniciados os estudos para análise integrada da paisagem e levantamentos da rede hidrométrica. Na fase 2, haverá detalhamento maior das políticas públicas, planejamento ambiental da bacia e análise integrada da paisagem, com propostas para a gestão das águas na bacia do rio Paranapanema, visando subsidiar a construção de políticas públicas para o gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do rio Paranapanema a serem implementadas pelos parceiros – comitês de bacias hidrográficas – ao longo das fases 1 e 2.

131 Diagnóstico e classificação patrimonial da orla ferroviária na rede de cidades paulistas e projetos estratégicos municipais de desenvolvimento urbano regional

Luiz Antônio Nigro Falcoski
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 2007/55262-9
Vigência: 1/6/2008 a 31/1/2009

O projeto tem como meta o aperfeiçoamento dos procedimentos de diagnóstico, classificação tipológica e gestão do patrimônio imobiliário da União junto aos eixos de transporte ferroviário e a logística ao desenvolvimento local no Estado de São Paulo. Estrutura-se a partir das relações estruturais entre o diagnóstico patrimonial ferroviário, a tipologia da rede de cidades e as demandas municipais de implementação de projetos urbanos. Na primeira fase do projeto, serão propostas uma metodologia para o diagnóstico da rede ferroviária da região central paulista e uma classificação tipológica do patrimônio imobiliário associado à tipologia das cidades que compõem a rede urbana, a ser implementada em caráter experimental.

132 Circuitos da exclusão social e da pobreza urbana em Álvares Machado e Rancharia, SP

Raul Borges Guimarães
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2006/51888-8
Vigência: 1/12/2006 a 28/2/2009

O presente projeto de pesquisa visa dar continuidade à construção de indicadores para a análise de condições de vida por meio de instrumental interdisciplinar (estatística, economia, epidemiologia, geografia, educação, den-

tre outros) e de sistemas de informação geográfica, desenhados para representar e gerenciar dados adequados para a compreensão e o enfrentamento da exclusão social intraurbana. Tendo como referência trabalho desenvolvido anteriormente em Presidente Prudente, a pesquisa visa articular procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos para melhor instrumentalizar as prefeituras de Álvares Machado e Rancharia, SP, no processo de tomada de decisão e de implementação do plano diretor municipal.

133 Urbanização e preço da terra nas franjas urbanas em municípios do Estado de São Paulo

Nabil Georges Bonduki
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51686-6
Vigência: 1/12/2006 a 31/1/2010

O projeto investiga a valorização fundiária decorrente da conversão do uso do solo de rural em urbano em municípios paulistas. Parte da observação empírica de que essa valorização é de forma geral muito significativa, acarretando normalmente grandes benefícios para proprietários e ônus para os municípios. Tais procedimentos, por distribuírem desigualmente os ônus e benefícios do processo de urbanização, podem ser inclusive considerados ilegais. O desconhecimento da temática produziu historicamente o mito de que uma cidade ou região desenvolve-se quando expande a área urbana, quando muitas vezes o que acontece é uma precarização do poder do município em prover os serviços públicos para territórios cada vez mais extensos. O objetivo final do projeto de pesquisa será a reunião de dados referentes à valorização da terra em processos de urbanização em diferentes situações territoriais, e a sistematização dessas informações em um conjunto de instrumentos de comunicação, que informem técnicos e lideranças da sociedade civil a respeito dessa problemática.

134 Sete cidades – uma leitura perceptiva do grande ABC: contribuição metodológica para conhecer, reconhecer e intervir no espaço urbano

Artur Ferreira Cole
Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (Imes)
Processo 2003/06453-5
Vigência: 1/4/2004 a 31/5/2008

“Cidades” é a primeira pesquisa a ser realizada pelo Laboratório Espaço Urbano de Qualidade, estabelecido

nos termos de acordo firmado pela Câmara Regional do Grande ABC, em janeiro de 2000, com a participação de pesquisadores da Universidade do Grande ABC, Consórcio Intermunicipal da bacia do Alto Tamandateí e Billings – que integra e representa os sete municípios do ABC – e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, com assessoria técnica do Condephaat, representando o governo do estado. O projeto se propõe a construir coletivamente uma metodologia de investigação do espaço urbano para a identificação do patrimônio cultural e ambiental, marcos da identidade local e regional, possibilitando uma interpretação sobre a necessidade de intervenções de requalificação urbana a partir da percepção do espaço. Para tanto, reúne a experiência do grupo de pesquisadores, na percepção poética e intelectual das relações entre arte e cidade, natureza e cultura, história e memória, ao conhecimento técnico daqueles que trabalham e vivenciam o cotidiano das cidades e as memórias e imagens dos que ali vivem. Sua realização se dará por meio do debate conceitual e metodológico e de visitas de campo com a elaboração de registros de imagens, desenhos, fotos, mapas mentais, integrando memória e imagem e possibilitando novos e múltiplos pontos de vista. Assim, promove o debate sobre políticas públicas, envolvendo qualidade de vida e bem-estar da população, na direção de identificar e afirmar identidades, seja de ser cidadão que tem memória e realiza vivências, produzindo experiência individual e coletiva, seja do lugar que apresenta imagens únicas, produzindo referência e orientação. Identidades essas que são fundantes na constituição e configuração do cenário do acontecimento do ser: a cidade.

135

Reparação de danos e ajustamento de conduta em matéria urbanística

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/13724-7
Vigência: 1/2/2002 a 31/3/2006

Dentre as atribuições do Ministério Público, estão, no âmbito criminal, a titularidade exclusiva da ação penal pública, enquanto, na esfera cível, além de atuar como fiscal da lei cabe-lhe instaurar procedimento (inquérito civil ou procedimento preparatório de inquérito civil) para investigar danos a interesses difusos e coletivos. Concluída a investigação, pode-se chegar à propositura de ação civil pública ou a um termo de ajustamento de conduta que visarão à reparação do dano causado. Na área de habitação e urbanismo, um dos casos típicos de atuação do Ministério Público é em relação a edificações ou loteamentos irregulares e/ou clandestinos, uma vez que a ofensa aos padrões urbanísticos atinge a coletividade como um

todo. São objetivos do presente projeto a elaboração de padrões de regularização que permitam melhor adequação de implantações irregulares à legislação vigente, com melhoria da qualidade de vida da coletividade e efetiva reparação dos danos causados. Tais projetos deverão servir de subsídio para a elaboração dos termos de ajustamento de conduta ou a pedidos a serem formulados nas ações civis públicas. O diálogo entre as áreas técnica e jurídica e a própria discussão da legislação vigente permitirão uma ação mais realista e efetiva, acenando, ainda, com a possibilidade de subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas adequadas para habitações de interesse social e para a implantação de equipamentos. A primeira fase do projeto deverá: 1) consolidar a equipe técnica e proceder ao levantamento e sistematização dos procedimentos existentes nas promotorias da Região Metropolitana de São Paulo e das ações em curso a partir de 1996, ano em que o Caohurb foi implantado; identificar situações típicas; desenvolver projeto-piloto (proposta de alternativas urbanísticas) em um procedimento a ser escolhido, na RMSP; 3) formular alternativas para a reparação dos danos causados no caso estudado; 4) promover seminário entre promotores, agentes públicos municipais (da RMSP) vinculados à aprovação e controle de uso e ocupação do solo e universidade. O prosseguimento envolverá o desenvolvimento de projetos para as diversas tipologias de situações identificadas, bem como alternativas para a reparação dos danos urbanísticos e ambientais e metodologia para sua escolha e aplicação.

PSICOLOGIA

136

Desenvolvimento de indicadores sociais e sistematização de sua manutenção: um estudo para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em São José do Rio Preto, SP

Raul Aragão Martins
Instituto de Biociências, Letras e Ciências
Exatas de São José do Rio Preto
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2007/55314-9
Vigência: 1/1/2009 a 30/6/2009

O projeto tem como objetivo levantar e organizar informações em um sistema sobre crianças em situação de risco social, mulheres submetidas à violência e à prostituição, idosos, moradores de rua e portadores de deficiência. Esse sistema tem por finalidade principal definir princípios, normas, critérios e aspectos técnicos gerais para dar condições para a construção de ações de políticas públicas em consonância com as diretrizes do Suas. Utilizar-se-ão metodologias que priorizarão a sistematização das infor-

mações já existentes, levantamentos censitários e a testagem da técnica captura-recaptura. Espera-se desenvolver um procedimento simples e exequível de coleta e análise de informações sociais das populações estudadas.

137 **Avaliação de internações psiquiátricas na região de Ribeirão Preto, SP, entre 1998 e 2004, e suas relações com a rede extra-hospitalar de saúde mental**

Manoel Antônio dos Santos
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51738-6
Vigência: 1/12/2006 a 28/2/2010

Considerando que a partir de 2001 ocorreu aumento do índice de internação no Hospital Santa Teresa - Ribeirão Preto (HSTRP) e que, atualmente, se verifica um alto número de reinternações no mesmo hospital, esta pesquisa objetiva identificar e estudar os fatores associados ao alto número de reinternações no HSTRP, caracterizar os pacientes internados entre 1998 e 2004 e os serviços extra-hospitalares de saúde mental de Ribeirão Preto e verificar eventuais mudanças nas internações em função das variáveis de perfil da clientela e/ou funcionamento dos serviços extra-hospitalares. Para tanto serão analisadas informações sobre internações nas enfermarias de psiquiatria do HC-FMRP e nas enfermarias do HSTRP no referido período.

138 **Transição da educação para o trabalho e construção de projetos profissionais na comunidade escolar: parâmetros para a elaboração de um modelo de política pública em orientação profissional no ensino médio**

Yvette Piha Lehman
Instituto de Psicologia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/07187-7
Vigência: 1/7/2004 a 31/12/2004

A falta de um projeto nas escolas públicas que contemple aspectos de cidadania e inclusão social afeta diretamente a qualidade de vinculação do jovem com o aprendizado e sua trajetória profissional. As escolas devem poder incluir em seu projeto educativo a construção da identidade pessoal, apresentando possibilidades de inserção social e profissional, não servindo apenas de espaço de replicação de conteúdos didáticos. Nesse sentido, um dos aspectos relegados a um segundo plano nas políticas públicas do ensino médio é a dificuldade de inserção do jovem na estrutura ocupacional, o que tem produzido

um cenário de inviabilidade de escolhas profissionais e impossibilidade da construção de um projeto profissional. As ações de orientação profissional nesse contexto têm sido apenas pontuais e de alcance restrito. A escola parece-nos o espaço ideal para ações que visem levar o jovem a refletir sobre as questões de trabalho, mercado, necessidades pessoais, instrumentando-o a lidar com mais propriedade diante das situações complexas que resultam hoje da relação capital-trabalho. Assim faz-se necessário o desenvolvimento de um novo modelo de orientação profissional a ser implementado no ensino médio da escola pública, levando-se em conta a especificidade dessa população, das características e potencialidades do mercado de trabalho do Estado de São Paulo. A proposta é desenvolver um projeto experimental em uma escola pública de grande porte. Posterior organização e implementação em escala de um modelo de intervenção, por meio da produção de material didático ilustrativo e treinamento de professores multiplicadores. Com essas ações, visamos: ampliar a discussão sobre o mundo do trabalho na escola; possibilitar um desenvolvimento de sujeitos autônomos, mas integrados aos grupos; instrumentar a construção de projetos profissionais mais realistas e flexíveis; fazer da escola um espaço de integração e desenvolvimento profissional da comunidade (alunos, pais, funcionários e professores).

139 **Subsídios para a implantação da rede de atenção integral ao adolescente**

Rosalina Carvalho da Silva
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06392-6
Vigência: 1/6/2004 a 31/7/2005

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) vem coordenando uma série de esforços no sentido de constituir uma integração da atenção prestada à criança e ao adolescente no município de Ribeirão Preto. Muitas discussões e trabalhos vêm sendo realizados envolvendo os vários setores da sociedade civil e as secretarias municipais. Alguns pontos críticos são apontados no tocante à implementação de políticas públicas de atenção integral à criança e ao jovem, entre os quais estão as falhas no diagnóstico e nas propostas de implementação de serviços. Independentemente da boa intenção dos agentes envolvidos na prática, nem sempre ocorre um correto diagnóstico da situação, o que compromete as propostas de solução. Essas falhas ocorrem, muitas vezes, por conta da limitação do desenvolvimento técnico, tanto dos programas quanto dos agentes sociais, que não têm conseguindo abarcar um universo maior que aquele circunscrito à vizinhança dos agentes e programas

envolvidos. As falhas de diagnóstico dificultam a tomada de decisões em relação às necessidades de prestação de serviço e podem acarretar ainda propostas de ações que, em geral, desconsideram o seu impacto sobre outras ações, significando uma sobreposição de esforços e recursos em determinadas áreas. Este projeto tem como propósito realizar um diagnóstico que venha subsidiar a implementação de uma rede integrada de atenção e proteção a jovens por meio da articulação de ações e serviços para uma prática de compartilhamento de esforços envolvendo a integração entre entidades governamentais e sociedade civil na busca de ampliação de ações que visem à defesa dos direitos, preconizada pelo estatuto da criança e do adolescente. Esse processo buscará a formulação de metodologias que possam ser repassadas para outros municípios. A perspectiva metodológica da pesquisa prevê a triangulação de múltiplas formas de observar, registrar e interpretar os dados do estudo, utilizando estratégias de coleta de dados etnográficas, tais como registros em diário de campo de dados de observação e de narrativas colhidas informalmente; registros fotográficos e de vídeo, transcrições de grupos focais e entrevistas, entre outras. Preveem-se análises descritivas-interpretativas que buscam, na redução dos dados, a identificação de temas, pautas, conteúdos, significados, regularidades, ou irregularidades de opiniões, sentidos atribuídos às experiências, procurando-se as suas conexões com os objetivos do estudo. A equipe executora está apresentada sumariamente na súmula curricular.

140

O impacto da inclusão das variáveis raça e gênero nas políticas sociais redistributivas e emancipatórias da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do município de São Paulo

Teresinha Bernardo

Programa de Estudos Pós-Graduação
em Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Processo 2003/06385-0

Vigência: 1/4/2004 a 30/9/2007

Este projeto pretende examinar o impacto da inclusão das dimensões raça e gênero nas redes de programas de redistribuição de renda que atualmente contemplam cerca de 300 mil famílias em todo o município. Tais programas, relacionados a seguir, estão organizados de modo a incluir os grupos sociais mais vulneráveis: a) Programa Renda Mínima – garantia de renda para as famílias que mantêm seus filhos entre 1 e 15 anos na escola; b) Programa Bolsa Trabalho – garantia de renda para jovens entre 16 e 20 anos; c) Começar de Novo – garantia de renda para pessoas acima de 40 anos de idade. Durante o perí-

odo de permanência nesses programas, os participantes são inseridos em um segundo conjunto suplementar de programas, chamados emancipatórios, cujo principal objetivo consiste em permitir que os cidadãos dos programas redistributivos possam repensar (e recriar) outros projetos de inserção no mundo do trabalho. Para esta segunda fase da estratégia de inclusão social, que envolve um processo de capacitação, treinamento e desenvolvimento de habilidades empreendedoras, pretende-se enfrentar um importante desafio metodológico: desenvolver um programa de formação, capacitação e de desenvolvimento de habilidades empreendedoras levando em consideração as questões de gênero e raça. Nesse sentido, considerando-se a conhecida problemática da discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho, acreditamos ser altamente relevante a possibilidade de esquadrihar o impacto dessas variáveis nas experiências de inserção no mundo do trabalho do público dos programas redistributivos e emancipatórios, o que implicará um estudo rigoroso do mesmo, capacitação das entidades que trabalham com esse público e construção de uma metodologia de formação que colabore para a emancipação de negros e negras da cidade de São Paulo.

141

Políticas públicas para a geração de trabalho e renda de trabalhadores da construção civil

Sylvia Leser de Mello

Instituto de Psicologia

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2001/12906-7

Vigência: 1/9/2002 a 31/3/2003

A pesquisa, em parceria com a prefeitura de Guarulhos, visa à sistematização de uma metodologia para subsidiar a política de geração de trabalho e renda no município, fundamentada nos princípios da economia solidária e do cooperativismo de acordo com as ideias de Paul Singer. Nos moldes de uma pesquisa-ação, em que as atividades reflexivas são geradas continuamente e com base nas atividades de intervenção no sistema pesquisado (THIOLLENT, 1994), será feito um projeto-piloto com 50 trabalhadores selecionados dentro do programa municipal de Bolsa Trabalho. Desde 1998, a USP, no projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, realiza atividades semelhantes junto a desempregados, com a formação de 16 grupos, em um total de 457 trabalhadores. Este piloto agregará conhecimentos de cooperativismo àqueles da área específica da construção civil e da educação básica. Pesquisadores e trabalhadores-alunos vivenciarão a experiência de forma inovadora, como uma escola diferenciada de seis horas/dia, em um período mínimo de seis meses, organizada pelos princípios de autogestão

e cooperativismo, em que, além de papel e lápis, estejam presentes materiais e técnicas da construção civil, tendo como produto uma obra pública, com finalidade e projeto definidos com a comunidade desses trabalhadores. A pesquisa envolverá professores da USP de diferentes áreas, uma cooperativa de engenheiros e arquitetos, alunos de graduação e de pós-graduação, técnicos e professores da prefeitura de Guarulhos. Pretende-se desenvolvê-la nas seguintes etapas: constituição do grupo de trabalhadores, formatação do projeto de construção, do currículo e da metodologia a ser utilizada pela escola (seis meses, em andamento), realização do curso e da obra, sistematização final dos resultados da pesquisa e da metodologia empregada (seis meses) e indicação/acompanhamento dos passos iniciais de generalização e diferenciação do projeto (seis meses).

142 **Projeto indicadores (Proindi): mapeamento de provedores de informação e levantamento de indicadores existentes para a organização de banco de dados sociais (saúde, educação, ação social e meio ambiente) como subsídios para políticas públicas no município de São Carlos**

Sylvia Rosalina Grasseschi Panico
Associação de Pesquisa
e Desenvolvimento Tecnológico – Nipe
Processo 2000/13715-8
Vigência: 1/1/2002 a 31/10/2002

O projeto “Indicadores: mapeamento de provedores de informação (Proindi)” tem a sua origem nos interesses comuns entre a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Carlos (SMCTDE) e o Núcleo Interdisciplinar de Ensino e Pesquisa (Nipe). O Proindi tem como principal meta constituir um banco de dados dos provedores de informação sobre saúde, educação, ação social e meio ambiente e as pesquisas desenvolvidas nas referidas áreas no município de São Carlos, SP. Serão levantados dados em instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, empresas, indústrias, comércio, organizações não governamentais etc. Esses dados permitirão traçar o perfil do município de forma que a SMCTDE possa formular e executar políticas voltadas para o aproveitamento do conhecimento técnico-científico local. O Nipe, a partir da experiência acumulada em seus diversos projetos, possui hoje dois recursos importantes para o desenvolvimento do Proindi: uma metodologia para a implantação do projeto e ferramentas de suporte computacional. Nesse sentido, o Proindi prevê o desenvolvimento de um sistema de informação que permitirá a construção de um banco de dados com as informações levantadas, bem como a associação com os dados

do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do Pnud. A primeira fase tem caráter de levantamento e localização das fontes de pesquisa, incluindo estudo de viabilidade, sensibilização e treinamento dos profissionais que atuarão na coleta de dados. Será realizado um primeiro encontro de pesquisadores na área para aperfeiçoamento da proposta. Deverão ser consolidadas as parcerias já existentes, assim como estabelecidas as parcerias que se fizerem necessárias. Será realizada a identificação das fontes de informação e dos indicadores já existentes, que deverão fornecer dados para o início do delineamento da arquitetura de banco de dados a ser elaborado na fase posterior da pesquisa.

SERVIÇO SOCIAL

143 **Metodologia de avaliação da implementação do Suas e capacitação de agentes sociais para o monitoramento e avaliação da política pública de assistência social no município de São Paulo**

Gilda Figueiredo Portugal Gouvea
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2007/55424-9
Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

Este pré-projeto destina-se à elaboração de uma proposta em escala-piloto para o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação da implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), com vistas à capacitação de agentes sociais para o monitoramento e avaliação da política pública de assistência social no município de São Paulo. A pesquisa terá como recorte o acompanhamento dos 31 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) das Supervisões de Assistência Social das Subprefeituras (SAS), cujo resultado deverá ser confrontado com as metas para a política de assistência social no âmbito do município, a fim de registrar os avanços e diagnosticar problemas, permitindo avaliar o processo de implantação do Suas por meio dos programas e projetos.

144 **Criação e implementação de uma rede nacional de cooperação e intercâmbio técnico-científico entre associações de portadores de lesões labiopalatais no Brasil**

Maria Inês Gandara Graciano
Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/12921-6
Vigência: 1/10/2002 a 31/3/2006

Considerando que: a) a primeira associação de pais e portadores de fissuras labio-palatais do Brasil foi fundada em 1975, na cidade de Bauru, denominada Sociedade de Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal (Profis), destinada a prestar assistência aos usuários do HRAC/USP, procedentes de todo o Brasil, sendo considerada referência nacional na área; b) existem no Brasil atualmente 46 associações de pais e portadores de lesões labio-palatais criadas com assessoria do Serviço Social do HRAC/USP, havendo necessidade de um maior intercâmbio entre as mesmas visando à troca de experiências e a defesa de interesses comuns; c) há necessidade de apoiar o desenvolvimento institucional dessas associações para melhor ajudá-las a cumprir suas missões; propomos a criação e implementação de uma rede nacional de cooperação e intercâmbio técnico-científico entre associações de portadores de lesões labio-palatais do país, na categoria de associação civil apartidária sem fins lucrativos que se regerá por um estatuto e pela legislação que lhe for aplicável, de representação coletiva em defesa dos interesses dos associados para que compartilhem e potencializem suas ações e conhecimentos, gerando alianças estratégicas em prol de uma sociedade inclusiva. Essa rede visa à formação e capacitação de agentes de programas de ONGs.

145 **Dinâmica social, qualidade ambiental e espaços intraurbanos em São Paulo: uma análise socioespacial**

Aldaiza de Oliveira Sposati
Programa de Estudos de Pós-graduação
em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Processo 2000/01965-0
Vigência: 1/1/2001 a 29/2/2004

Um dos principais desafios na formulação de políticas públicas no Brasil é a produção de diagnósticos padronizados e reproduzíveis que possam refletir a multidimensionalidade dos problemas abordados. Entre esses desafios, encontra-se a caracterização das dinâmicas de exclusão e inclusão social. Como exemplo, o “Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo”, produzido pela PUC-SP, mapeou mais de 40 características dos distritos de São Paulo, produzindo indicadores de qualidade de vida e exclusão/inclusão social. Abordagens semelhantes têm sido utilizadas na produção de indicadores de qualidade de vida para os municípios brasileiros. No entanto, as técnicas convencionais de produção de mapas com base em indicadores socioeconômicos, utilizadas nesses estudos, não utilizam o “lugar” dos dados (sua posição geográfica no território) como elemento para a análise quantitativa nem explicitam as questões ambientais. Para superar esses desafios, pretendemos construir índices de

dinâmica social e qualidade ambiental que incorporem o espaço como elemento da análise quantitativa e utilizem dados que explicitem a dimensão ambiental. Imagens de satélite diferenciais intraurbanas existentes no território podem então começar a ser observadas, e as políticas públicas podem ser mais bem conduzidas considerando as especificidades locais agora visíveis. A equipe do projeto inclui núcleo de seguridade e assistência social da PUC-SP (fornecerá o embasamento teórico dos indicadores e conduzirá a discussão sobre os conceitos de exclusão/inclusão social); programa de pesquisa em geoprocessamento do Inpe (fará o tratamento analítico dos dados georreferenciados, o suporte tecnológico e a construção da base de dados); Instituto Pous (com extensa experiência na formulação e disseminação de políticas públicas); Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo (irá fornecer informações adicionais e utilizar o banco de dados geográficos e os resultados do projeto).

SOCIOLOGIA

146 **Aperfeiçoamento da política pública de assistência jurídica aos indivíduos presos provisoriamente**

Jacqueline Sinhoretto
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Processo 2007/55270-1
Vigência: 1/8/2008 a 31/1/2009

O projeto se destina a construir e auxiliar a implantação de uma política de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na assistência jurídica a indivíduos presos provisoriamente. A fase 1 consistirá em um levantamento de dados sobre a estrutura de atuação da Defensoria Pública no momento das prisões em flagrante e no levantamento do perfil das ocorrências policiais dos indivíduos presos em flagrante delicto.

147 **Consórcio de Informações Sociais (CIS)**

Brasílio João Sallum Júnior
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2007/54254-2
Vigência: 1/11/2008 a 31/10/2010

O Consórcio de Informações Sociais (CIS) é um sistema de intercâmbio de informações que visa reforçar a infraestrutura de pesquisa dos cientistas sociais. O objetivo do CIS é ampliar os horizontes de pesquisa social, facilitando o acesso dos cientistas sociais a banco de dados sobre diferentes aspectos da sociedade brasileira.

Os bancos de dados do acervo podem auxiliar no ensino de métodos e técnicas de pesquisa e servir como fonte de informação para a elaboração de projetos de investigação, artigos, relatórios, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Os bancos de dados do acervo do CIS são transferidos gratuitamente para os pesquisadores interessados. O usuário terá a sua própria senha de acesso, bastando apenas efetuar um cadastro.

148 **Diagnóstico socioambiental, aprendizagem social e modelos multiagentes na definição de políticas públicas para a gestão integrada dos recursos hídricos e uso e ocupação do solo**

Pedro Roberto Jacobi
Pró-Reitoria de Pós-graduação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51861-2
Vigência: 1/3/2008 a 28/2/2011

A presente proposta propõe-se a desenvolver, com base na articulação de pesquisadores da USP e de outras universidades paulistas, na linha da integração de políticas públicas, a gestão dos recursos hídricos, por meio do estabelecimento de parcerias com órgãos executivos em níveis municipal e estadual que conciliem a gestão do uso do solo com a gestão dos recursos hídricos. O foco se centra no desenvolvimento de metodologias inovadoras para o diagnóstico socioambiental, gestão de conflitos e aprendizagem social. O objetivo é capacitar os gestores públicos envolvidos para enfrentar situações-problema e intervir e aprender conjuntamente com essa intervenção.

149 **Parcerias ambientais – diagnóstico turístico e propostas de educação ambiental em Vargem, SP**

Almerinda Antônia Barbosa Fadini
Pró-Reitoria Acadêmica
Universidade São Francisco (USF)
Processo 2006/51790-8
Vigência: 1/12/2006 a 31/5/2010

A preocupação global com os recursos naturais, seus usos e sua conservação tem orientado a elaboração de diversas políticas públicas, destacando-se entre elas a criação de unidades de conservação. O município de Vargem, SP, apesar de estar inserido na área de proteção ambiental do sistema Cantareira, vem passando por diversos impactos e transformações socioambientais, em especial os provocados pelo uso turístico, que necessitam ser adequadamente analisados. Nesse contexto, esta pesquisa busca de forma conjunta com instituições públicas

elaborar um inventário e um diagnóstico socioambiental que contribuam para subsidiar planos turísticos sustentáveis e programas de educação ambiental para o município de Vargem.

150 **Avaliação técnica, econômica e socioambiental da atividade artesanal no quilombo de Ivaporunduva, Vale do Ribeira, SP**

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/07171-3
Vigência: 1/12/2004 a 31/5/2008

Ao lado dos significativos recursos naturais e diversidade biológica local, as populações tradicionais do Vale do Ribeira – quilombolas, indígenas, caiçaras e agricultores familiares – fazem da região um dos mais ricos patrimônios histórico, cultural e ambiental do país. Em contraposição, a região apresenta os mais baixos indicadores sociais do Estado de São Paulo e não possui até o momento alternativa econômica e políticas de desenvolvimento capazes de promover a sustentabilidade das populações locais, colocando em risco toda reprodução cultural, permanência no campo e manutenção ambiental da maior área contínua de Mata Atlântica do Brasil. Em 1997, a área de Antropologia e Processamento Artesanal do Departamento de Agroindústria e Alimentos da Esalq-USP deu início ao projeto “Aproveitamento de subprodutos da bananeira” na comunidade quilombola de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, SP, introduzindo, a partir da análise técnica da matéria-prima e capacitação das famílias, a prática do aproveitamento da palha da bananeira para a confecção de artesanatos na comunidade. A partir de indicadores positivos sobre o potencial econômico do artesanato da palha da bananeira obtidos neste projeto, o Instituto Socioambiental e a Associação Quilombo de Ivaporunduva vêm contribuindo para o aprimoramento e incremento da atividade no quilombo, com a implementação de estrutura física, capacitação técnica de novos grupos, fortalecimento institucional da associação local e agregação de valores étnico, social e ambiental ao artesanato produzido, que vem se tornando importante alternativa de geração de renda para as famílias locais. A consolidação dessa parceria para análise deste projeto, através de um processo conjunto e integrado dos diversos atores envolvidos em seu desenvolvimento, contribuirá com importantes referências e subsídios para a formação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento capazes de promover a sustentabilidade social, econômica e ambiental da região.

151 Educação de adultos trabalhadores: metodologias de ensino, aprendizagem, itinerários formativos e capacitação de professores

Carmen Sylvia Vidigal Moraes
Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/13988-4
Vigência: 1/3/2002 a 30/6/2007

A Faculdade de Educação da USP vem assessorando o projeto “Suplência profissionalizante – educação dos trabalhadores pelos trabalhadores” realizado pelo Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (Ceep), Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceetps), sindicatos e entidades do movimento popular, com recursos do Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O projeto tem como objetivo geral participar do esforço coletivo de construir uma política de formação profissional capaz de responder às múltiplas necessidades dos trabalhadores, tanto do ponto de vista do exercício profissional como de sua participação cidadã. Nessa perspectiva, o programa propõe construir uma prática formativa diferenciada, propiciando ao aluno trabalhador acesso à escolaridade em nível de conclusão de ensino fundamental (5ª a 8ª séries) de forma mais rápida (18 meses) e, ao mesmo tempo, situando-o diante das constantes mudanças socioeconômicas do mundo contemporâneo. Para tanto, busca alternativas educacionais tendo em vista a formação de professores para desenvolver metodologias que permitam articular os componentes curriculares entre si (interdisciplinaridade), inclusive com a área técnica (cursos profissionalizantes). No propósito de contribuir para a definição de práticas pedagógicas que possam servir como referência às políticas públicas de educação de adultos, propõe-se a desenvolver uma pesquisa diagnóstica que viabilize a avaliação das atividades implementadas até agora. As informações levantadas permitirão aperfeiçoar o processo de capacitação docente; rever e definir metodologias de ensino compatíveis com a realidade dos alunos trabalhadores; capacitar professores para trabalhar com metodologias alternativas e interdisciplinares; produzir material didático direcionado aos professores e alunos trabalhadores; formular atividades complementares de orientação e registro das práticas pedagógicas. Além disso, propõe-se a estabelecer metodologias para a construção de itinerários de formação profissional correspondentes às diferentes ocupações demandadas no mercado de trabalho, assim como metodologias que preparem os alunos para organizar atividades econômicas a partir de princípios associativistas (cooperativas, autogestão, microempreedimentos em rede etc.).

152 Desenvolvimento local e políticas públicas: análise e propostas para o novo rural de São Carlos, SP

Luiz Fernando de Oriani Paulillo
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 2000/13740-2
Vigência: 1/1/2002 a 30/11/2004

O meio rural brasileiro, especialmente nos estados em que a agricultura é mais intensiva e tecnificada, mostra uma diversificação crescente das funções e atividades, representando uma alternativa de ocupação e renda para grande parte da população rural. Este processo pode contribuir para a redução das disparidades na distribuição de renda local e na ocupação marginal de uma parcela da população que vive nas periferias das cidades. As abordagens tradicionais sobre o desenvolvimento rural não tratam de um conjunto de atividades não agrícolas, mas vinculadas à geração de renda rural. O que caracteriza o novo rural é a existência da pluriatividade no campo, já que a unidade produtiva se torna multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora do estabelecimento e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências). Assim, a geração de renda no espaço rural não se restringe à atividade agropecuária, passando a abrigar vários setores produtores de serviços, tendência que vem se acumulando nas áreas rurais mais desenvolvidas. As experiências das localidades paulistas (cidades e seu entorno rural) podem gerar uma significativa quantidade de informações que necessitam ser adequadamente sistematizadas, podendo contribuir para o diagnóstico e efetivação de políticas públicas municipais que atentem para a questão do novo rural (atividades agrícolas e não agrícolas e as redes agroindustriais que se interceptam na cidade). Em suma, existem oportunidades para solucionar os problemas existentes, sejam eles herdados de processos passados, sejam eles oriundos da nova e mais radical modernização do agronegócio. Assim, a efetivação de políticas locais do novo rural representa a realização dessas oportunidades, o que requer incentivos econômicos e culturais, além de políticas inovadoras que busquem uma nova forma de gestão pública.

153 Perfil socioeconômico da mulher paulista

Maria Cecília Comegno
Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados (Seade)
Secretaria de Economia e Planejamento
do Estado de São Paulo (SESP)

Processo 2000/02038-5
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2003

Vários estudos indicam a persistência de práticas rotineiras discriminatórias em relação à mulher tanto no espaço público como no privado. Além do que a emergência de novas demandas de direitos relacionados à própria situação da mulher concorre para compor o cenário atual de lutas pela cidadania. Uma das mais importantes transformações observadas no país desde os anos 1970 – expansão da participação da mulher na população economicamente ativa – tem como base não apenas a necessidade econômica e as oportunidades oferecidas pelo mercado, em determinadas conjunturas, mas resulta também das mudanças demográficas, culturais e sociais que têm ocorrido e afetado, em particular, esse contingente populacional. O Conselho Estadual da Condição Feminina do governo do Estado de São Paulo, pioneiro no Brasil, enquanto órgão institucionalizador e promotor das novas relações de gênero, tem um papel essencial na proposição aos órgãos executivos estaduais de políticas públicas multissetoriais específicas para as mulheres. A Fundação Seade tem desenvolvido de forma permanente diferentes pesquisas sociodemográficas, o que lhe proporciona um rico acervo de dados. Esses, porém, usualmente não são explorados nem analisados de forma segmentada por sexo/gênero por exigirem processos metodológicos e estatísticos adequados no tratamento das variáveis, de modo a se conseguir evidenciar as características específicas em relação à situação da mulher. A informação quantificada e qualificada de dados sociodemográficos sobre a mulher é requisito básico para subsidiar o planejamento de políticas públicas nas áreas de população, mercado de trabalho, participação política, condições de vida, saúde e violência. Nesse sentido, é fundamental para a proposição de medidas e monitoramento das ações com o intuito de corrigir as injustiças, mesmo de alcance municipal, o desenvolvimento de um conjunto de informações e análises que não só acompanhem a situação das mulheres, mas também se antecipem aos fatos.

do Estado de São Paulo (SESPSP)
Processo 2000/02002-0
Vigência: 1/1/2001 a 29/2/2004

São Paulo, apesar de sua magnitude populacional e econômica e da complexidade de seus problemas sociais, ainda não conta com um sistema de dados devidamente consolidado sobre justiça e segurança (dados sobre criminalidade, violência doméstica ou sexual e sobre o impacto de políticas sociais no contexto urbano do crime e da violência.). Existem, contudo, grandes acervos que, uma vez estruturados, contribuirão para o planejamento e execução de ações e políticas públicas. A Fundação Seade dispõe de informações sobre ocorrências e inquéritos policiais, judiciário, crimes e contravenções, presos, vitimização, mercado de trabalho, condições de vida e população, entre outras. No entanto, as informações relativas à justiça e segurança encontram-se desarticuladas das demais áreas, demandando a formatação de um modelo de tratamento que as torne integradas e acessíveis. Consolidar esse sistema é condição para que políticas públicas sejam formuladas, implementadas e monitoradas e para que ações inovadoras e criativas de controle do crime e da violência tenham o necessário respaldo estatístico e metodológico para sua viabilização. Com a parceria da Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), da Secretaria de Segurança de São Paulo, a equipe responsável por esta proposta visa: 1) investigar o estado da arte da produção sobre o tema; 2) identificar quais são as principais carências verificadas na área; 3) treinar técnicos da instituição parceira para a utilização de ferramentas de análise espacial e de integração de dados; 4) fornecer à CAP estatísticas relevantes para o balizamento de suas intervenções, em especial informações úteis à criação e operacionalização do Centro de Análise Criminal, projeto em fase de desenvolvimento na Secretaria de Segurança. Com isso, espera-se demonstrar possibilidades de utilização do sistema estadual de dados e constituir uma tecnologia social ou sociológica que permita a consolidação de políticas públicas inovadoras em justiça e segurança.

154

Consolidação de um sistema estadual de análise e produção de dados e constituição de um modelo de tratamento de informações que subsidie políticas públicas em justiça e segurança, em especial o Centro de Análise Criminal, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo

Luiz Henrique Proença Soares
Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados (Seade)
Secretaria de Economia e Planejamento

Engenharias



CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

155 Políticas públicas para a capacitação familiar e inovação tecnológica de produtos hortícolas *in natura*, minimamente processados e processados no município de Itatinga, SP

Rogério Lopes Vieites
Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2007/55561-6
Vigência: 1/7/2008 a 30/6/2010

Este projeto iniciou-se com uma oficina de processamento mínimo por nós ministrada para as agricultoras do projeto Cheiro Verde no município de Itatinga, SP, a convite do SAI de Botucatu, verificando-se carência técnica, social e necessidade de capacitação e inclusão social de seus integrantes. Este projeto tem como objetivo capacitar as agricultoras do projeto Cheiro Verde nas boas práticas agrícolas, técnicas de higiene e manipulação das hortaliças, processamento mínimo, processamento de derivados, e também no preparo de alimentos com partes não convencionais das hortaliças pelo programa do Sesi (Alimente-se bem) e a sua comercialização.

156 Especificação de embalagens para produtos da merenda escolar

Rosa Maria Vercelino Alves
Instituto de Tecnologia de Alimentos
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo (Saasp)
Processo 2007/55134-0
Vigência: 1/4/2008 a 28/2/2009

A merenda escolar fornece aos alunos do ensino fundamental o equivalente a 15% das recomendações nutricionais diárias para o bem-estar indispensável ao rendimento escolar, reduzindo as evasões, repetências e levando à formação de bons hábitos alimentares. O DSE da Secretaria da Educação tem procurado aperfeiçoar a qualidade dos produtos adquiridos, especificando nos folhetos descritivos das licitações as exigências de qualidade dos produtos/embalagens. Com este trabalho, pretende-se rever antigas especificações de embalagens e estudar/preparar especificações para outras categorias, de forma a serem adequadas sob os aspectos de preservação da qualidade, disponibilidade, custo e estarem de acordo para contato com alimentos.

157 Implantação do programa de verticalização da agricultura familiar na cadeia produtiva

do milho verde no município de Piracicaba, SP

Gilma Lucazechi Sturion
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/07188-3
Vigência: 1/3/2004 a 31/7/2008

O projeto tem como objetivo ampliar a produção de derivados do milho verde, como o curau, a pamonha e outros no município de Piracicaba, SP. O difundido *slogan* “Pamonhas de Piracicaba” não garantiu a continuidade da tradição do produto na cidade e vem sendo utilizado por outros mercados da região. O segundo objetivo visa criar projetos de geração de trabalho e renda, dando oportunidades para a inserção do pequeno produtor rural, de base familiar, no mercado de trabalho. Piracicaba apresenta ainda um agravante: o desenvolvimento econômico deu-se em função da cultura da cana-de-açúcar. A mecanização desta cultura e a falta de opções nas atividades rurais provocam o êxodo e o inchamento das periferias da zona urbana, elevando o índice de desemprego de um contingente cuja escolaridade não atende às exigências do mercado de trabalho. Como metodologia de trabalho, inicialmente será realizado um diagnóstico da cadeia produtiva do milho verde, segunda maior cultura da região. Este levantamento visa identificar o nível de organização e o grau de conhecimento dos produtores sobre as técnicas pós-colheita, produção e comercialização do milho. A segunda fase do projeto será a implantação da planta-piloto de processamento de milho verde, a qual servirá de apoio para os testes de processamento do milho, englobando as fases de seleção e preparo da matéria-prima, formulação, cozimento, acondicionamento, armazenamento e distribuição (cadeia do frio). Serão enfatizadas técnicas de controle de bactérias patogênicas e deterioradoras, as quais constituem problemas no mercado atual. Serão também realizados cursos de treinamento e capacitação dos produtores em tecnologia de fabricação, higiene na manipulação dos alimentos e administração rural, envolvendo contabilidade, custos, mercado, qualidade, embalagens, *marketing* e organização social (cooperativismo e associativismo). A estrutura inicial da agroindústria dependerá do grau e complexidade do processamento, dos recursos financeiros, da organização dos interessados e da análise do mercado.

158 Determinação das características sensoriais das aguardentes de cana produzidas na região central do Estado de São Paulo

João Bosco Faria
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Processo 2001/12931-1
Vigência: 1/5/2003 a 30/11/2009

O estabelecimento de padrões de qualidade para a cachaça brasileira é etapa fundamental para se pensar em estabelecer um controle de qualidade capaz de garantir o acesso dessa bebida ao mercado internacional. Nesse sentido, além de conhecer e controlar os principais componentes capazes de causar defeitos nessa bebida, é também imprescindível o conhecimento das características sensoriais relacionadas com os produtos de maior e menor aceitação, para então poder atuar no sentido de melhorar a qualidade das aguardentes produzidas. O levantamento e a coleta de amostras dos produtores de cachaça da região permitirão pela primeira vez, por meio da análise sensorial e da determinação do perfil de voláteis (projeto paralelo apresentado pelo professor Douglas W. Franco (IQSC-USP), fornecer um quadro da situação atual e dos possíveis meios de ação para melhorar e controlar a qualidade da aguardente aqui produzida. A parceria com as prefeituras permitirá uma futura ação integrada com vistas à melhoria da qualidade desse produto.

159

Diagnóstico e intervenções emergentes para viabilizar a comercialização e o beneficiamento do pescado e derivados de mexilhões no litoral norte de São Paulo

Marília Oetterer

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/12919-1
Vigência: 1/10/2002 a 30/9/2008

Atualmente, é possível estabelecer programas públicos em parceria que possibilitem conduzir a formação de recursos humanos, com habilidades que ampliam a inserção desses cidadãos no mercado de trabalho. No município de Ubatuba, SP, desenvolveu-se com certa facilidade a atividade de criação de mexilhões, mediante repasse de tecnologia proveniente de técnicos lotados na Secretaria da Agricultura. No entanto, a atividade está envolvida em inúmeros problemas organizacionais com produtores desinformados, com dificuldades em obter financiamentos pela falta de registro e consequente fiscalização, com a impossibilidade de transportar legalmente o produto que se constitui em risco à saúde. A clandestinidade inviabiliza a comercialização com *marketing*. Outros produtos de outras espécies sofrem o processo de descontinuidade entre captura e venda devido à desorganização do setor. Há, no entanto, a possibilidade de se estabelecer a atividade de criação e/ou pesca/captura ligada à infraestrutura de unidades comunitárias de comercialização

e de beneficiamento e industrialização, que permitam a colocação no mercado de produtos com valor agregado, certificados, com qualidade e segurança ao consumidor. Ubatuba tem técnicos que nos auxiliarão nessa investida, conhecem os caiçaras e são integrantes dos quadros da prefeitura; a universidade, colaborando com a prefeitura, deverá estabelecer as etapas de levantamento da situação, diagnosticando os pontos críticos e sugerindo os caminhos para tornar viável a comercialização do pescado, com valor agregado dirigido ao produtor, fixando-o em uma atividade mais sólida e rentável e de maior demanda por parte do consumidor moderno. Qualidade de vida melhor poderá ser esperada para os pescadores mediante maior grau de instrução a respeito dos alimentos, higiene e valor nutricional.

160

Implantação de sistema de controle de qualidade a ser utilizado como padrão na cadeia de comercialização de frutas

Marta Helena Fillet Spoto

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/12918-5
Vigência: 1/5/2003 a 31/12/2006

O valor da produção de frutas e hortaliças já é maior que o valor da produção de grãos e oleaginosas no Brasil. A produção de frutas e hortaliças é garantida por milhares de pequenos e médios produtores, especializados em um ou dois produtos, distribuídos por todo o Brasil, garantindo o abastecimento do produto nas diferentes épocas do ano. O comprador quer todos os produtos, todos os dias, em pequenas quantidades. A fragilidade do produtor nas relações comerciais de venda do seu produto e a falta de transparência na comercialização são características marcantes da cadeia de produção de frutas e hortaliças frescas. O programa brasileiro para Melhoria dos Padrões Comerciais e de Embalagens de Hortigranjeiros construiu normas de classificação baseadas em características visuais para 22 produtos que representam mais de 90% do volume comercializado. Para alguns produtos, foi estabelecido o teor mínimo de sólidos solúveis, baseado no conhecimento já existente e testes simples. O uso de métodos modernos de comercialização que garantam transparência e a premiação do melhor produto e do melhor produtor exigem a construção de um sistema de controle de qualidade, calçado em instrumentos de medição simples e eficiente. Um sistema validado por métodos científicos e avaliação sensorial. O pré-projeto será o estudo da correlação entre os instrumentos de campo de medição de qualidade e os instrumentos de laboratório, amparados por metodologia sensorial descritiva na classificação do abacaxi.

161 Latas amassadas: dimensionamento do índice de rejeição e avaliação da possibilidade de consumo em programas de suprimento de alimentos para populações carentes

Sílvia Tondella Dantas

Instituto de Tecnologia de Alimentos
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo (SAASP)
Processo 2001/029484
Vigência: 1/5/2003 a 31/12/2007

Durante o transporte e distribuição de embalagens ocorrem danos mecânicos de forma geral. No entanto, em razão de sua alta resistência mecânica, frequentemente as latas são submetidas a condições abusivas, resultando em alta incidência de amassamentos. É comum a orientação, por parte de instituições de pesquisa e de órgãos de vigilância sanitária e de proteção ao consumidor quanto à improbidade ao consumo de latas amassadas, justificada pela possibilidade de destacamento de verniz e desenvolvimento de corrosão interna das latas, devido ao contato do metal com o alimento. Essa recomendação é generalizada, não identificando a intensidade de amassamento e mesmo a região afetada. A danificação no corpo da lata pode levar à alteração no envernizamento interno. Porém, suas reais consequências devem ser mais bem avaliadas, de forma a verificar se realmente resultam em prejuízo definitivo do conteúdo. Estudo realizado por Dantas *et al.* (2000) com seis alimentos enlatados demonstrou que os amassamentos do corpo não influenciam significativamente a interação embalagem/produto. A região de fechamento, por sua vez, representa risco de deterioração microbiológica do produto pelo fato de ser possível a alteração da condição de hermeticidade da embalagem. O combate à fome tem sido objeto de ação de prefeituras e órgãos não governamentais, atuando na coleta e distribuição à população carente de alimentos em condição não ideal para a comercialização. Supermercados e distribuidores refugam alimentos enlatados, que poderiam ser aproveitados nesses programas. No entanto, em razão da ampla divulgação de que são impróprios ao consumo, esses produtos têm sido rejeitados. Este estudo objetiva dimensionar as quantidades de alimentos enlatados não comercializados devido a amassamentos da embalagem e determinar a perda de qualidade dos alimentos, em termos de contaminação metálica e microbiológica, de forma a verificar se permanecem adequados ao consumo, para que possam ser aproveitados no suprimento alimentar de populações carentes. O trabalho inicialmente terá como instituição parceira a prefeitura de Santo André, SP, que possui um programa específico de combate à fome, e será amplamente divulgado para que outras localidades utilizem o embasamento técnico resultante desse projeto na seleção de produtos passíveis de consumo.

162 Produtos lácticos clandestinos: dimensionamento real do problema no Estado de São Paulo como parâmetro para a elaboração de políticas públicas que visem ao seu combate

Airton Vialta

Instituto de Tecnologia de Alimentos
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo (Saasp)
Processo 2000/02035-6
Vigência: 1/1/2001 a 31/5/2004

O segmento de laticínios tem grande relevância para nossa economia porque contribui com cerca de 10% do faturamento global da indústria brasileira de alimentos, tendo sido um dos setores que mais inovaram em termos de lançamento de novos produtos nos últimos anos. No entanto, toda essa pujança é fortemente ameaçada por um concorrente desleal: o chamado leite informal ou clandestino, que não passa por espécie alguma de fiscalização e é hoje sustentado por mais da metade dos 20 bilhões de litros/ano produzidos em nosso país. Além de colocar em risco a saúde da população, não faz o devido recolhimento dos impostos aos cofres públicos. Assim sendo, o dimensionamento real desse problema no Estado de São Paulo, com base nas apreensões realizadas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, seria de grande importância. Pretende-se realizar esse dimensionamento estimando-se a quantidade de produtos clandestinos consumidos no estado e levantando suas características físicas e microbiológicas, no tocante à higiene e saúde pública. Estes últimos aspectos serão medidos pela detecção e/ou quantificação de coliformes, *Salmonella* spp., *Staphylococcus aureus*, *Listeria* spp., bolores e leveduras e também *Mycobacterium* spp. e *Brucella* spp. Vale a pena ressaltar o problema que representam para nosso país a tuberculose e a brucelose, a tal ponto de já estarem definidas campanhas de controle. As condições higiênicas serão avaliadas por meio da detecção de materiais estranhos. Espera-se que os resultados aqui obtidos reflitam as péssimas condições higiênico-sanitárias em que os produtos lácticos são fabricados, incluindo a ausência da pasteurização do leite, e que possam contribuir para a mobilização de forças que estimulem a criação de políticas públicas que venham a proteger os consumidores dos perigos trazidos pelos produtos clandestinos.

ENGENHARIA CIVIL

163 Instrumento de gestão de políticas públicas voltado ao processo de construção habitacional e transferência de tecnologia

Osny Pellegrino Ferreira
 Escola de Engenharia de São Carlos
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2001/12915-6
 Vigência: 1/3/2003 a 31/5/2007

Descalvado, SP, como qualquer cidade, sofre consequências do modelo de desenvolvimento econômico, a exemplo do desemprego, marginalização, déficit de moradias etc. O resgate da cidadania e da autoestima das pessoas afetadas por esse modelo depende, principalmente, do atendimento das necessidades básicas dessa população marginalizada, que, quase sempre, não possui um teto digno para morar. Dessa forma, são obrigados a pagar aluguéis abusivos que consomem parte do orçamento familiar, privando famílias de bens que lhes são necessários. Alterar esse quadro da realidade brasileira exige perseverança, pois o trabalhador informal não consegue acessar alternativas institucionais que requerem perfil mínimo de enquadramento. O problema é complexo e não se resolve em curto prazo. Existe grande parcela da população excluída da sociedade, tornando-se um desafio para as instituições desenvolver políticas públicas que priorizem atitudes concretas que desencadeiem o desenvolvimento dessa população. A parceria entre a Escola de Engenharia de São Carlos (Eesc) e a prefeitura trata de particular instrumento de gestão participativa do processo de construção habitacional, transferência de tecnologia e de formação de mão de obra. Constitui-se em instrumento multiplicador aplicado às diferentes realidades, guardadas as devidas peculiaridades. Manifesta-se por meio da ação conjunta da Secretaria de Assistência e Promoção Social de Descalvado, da Escola de Engenharia de São Carlos, em conjunto com o Subprograma XIV. 5 – Con Techo, do Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo (Cytel), provendo a essa população, por meio de programas sociais de renda mínima, cesta básica da construção, fábrica-piloto de materiais e elementos construtivos, das condições necessárias à construção de habitações. Com isso, está prevista a construção de dez unidades habitacionais em escala-piloto, sendo que cinco já se encontram em andamento, pelo convênio formalizado, Lei nº 2.136, de 28 de junho de 2001. Pretende-se implementar tecnologias construtivas de outros países latino-americanos que privilegiam tanto a utilização de novas técnicas e materiais, de comprovado desempenho, como a utilização de produtos locais, mediante a racionalização do processo construtivo. As soluções estrangeiras somente serão implementadas com o aval dos moradores e com a absoluta certeza da sua adequação à realidade regional, sobretudo se puderem ser aplicadas às distintas realidades existentes em nosso país.

164

Aprimoramento do sistema de coleta e análise de dados de atividades de bombeiros

para melhoria do serviço de atendimento emergencial à população

Rosária Ono
 Instituto de Pesquisas Tecnológicas
 Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)
 Processo 2000/02021-5
 Vigência: 1/1/2001 a 30/4/2004

O Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo atende numerosas ocorrências/ano entre incêndio, resgate, salvamento e trabalhos de auxílio à comunidade, que são registrados em um banco de dados usado como fonte de informações para o direcionamento de suas políticas. A primeira atividade no âmbito do projeto será a avaliação do atual sistema de coleta de dados, enfocando sua confiabilidade e abrangência, extraindo relatórios básicos com totais cruzamentos de campo dos arquivos. A seguir, extrair-se-ão relatórios mais elaborados, avaliando a possibilidade de realizar análises mais detalhadas. Serão realizadas também entrevistas e acompanhamento das atividades rotineiras da instituição parceira (IP). Duas análises prévias, realizadas em 1998 e 1999, revelaram pontos que precisam ser revisados no sistema. O diagnóstico permitirá a identificação das lacunas geradas tanto na alimentação do banco como na própria coleta, resultando na proposição de medidas corretivas e de melhoria do sistema. A análise será realizada com dados referentes ao Estado de São Paulo e as medidas e melhorias propostas serão implementadas numa área-piloto, região do grande ABC (8º grupamento de bombeiros). Os objetivos do projeto foram definidos com a IP que oferecerá a infraestrutura do seu centro de comunicações e do núcleo de processamento de dados para as atividades e garantirá a transferência dos resultados para as suas unidades no estado. Os recursos solicitados na primeira fase são: dois computadores e duas impressoras para tratamento de dados; uma câmera digital para registro das atividades da IP nos atendimentos; aquisição de material relacionados à pesquisa; consultoria em análise estatística; remuneração de estagiário; passagens aéreas. A equipe será formada por técnicos que atuam na área tanto da instituição de pesquisa quanto da IP pelo menos desde 1992, sendo integrantes da comissão de estudo em estatística de incêndio da ABNT/CB-24, que já produziu a Norma NBR 14.023/97-Registro de Atividades de Bombeiros.

ENGENHARIA DE MATERIAIS E METALÚRGICA

165

Contribuição tecnológica para o fortalecimento de clusters do Estado de São Paulo

José Angelo Rodrigues Gregolin

Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
 Processo 2000/13736-5
 Vigência: 1/1/2002 a 31/7/2005

O propósito deste projeto é pesquisar as características e as necessidades de apoio tecnológico de *clusters* dos segmentos de cerâmica vermelha na região de Tambaú, SP, e de joias e bijuterias, em Limeira, SP, para o aprimoramento das competências das equipes envolvidas no apoio e articulação de ações voltadas para o fortalecimento de *clusters* do Estado de S. Paulo. O trabalho abrangerá, na primeira fase de seis meses, as seguintes etapas: a) detalhamento da contextualização tecnológica, econômica e social dos clusters pesquisados; b) revisão das experiências existentes e conceitos no surgimento e fortalecimento de *clusters* no estado, no país e no exterior; c) articulação de parcerias locais – prefeituras, sindicato do segmento e outros agentes –, parcerias estaduais – SCTDE, QualiHab, Sebrae e outros – e parcerias nacionais – STI/MDIC, IBGM, MCT, APEX e outros; além de pesquisador(es) da Unicamp da área de cluster; d) diagnóstico de oportunidades e de gargalos tecnológicos e não tecnológicos para o fortalecimento do *cluster*, incluindo entrevistas e reuniões com os empresários e outros agentes; e) organização de eventos para a interação e integração de empresários e agentes de apoio tecnológico e não tecnológico relativos aos *clusters*; f) desenvolvimento de protótipo de sistema de base de dados e gestão de informações tecnológicas e não tecnológicas sobre os setores, incluindo normas, regulamentos, patentes e notícias pertinentes aos setores, visando ao monitoramento tecnológico e concorrencial; g) realização de treinamento das equipes *in loco* nas empresas e instituições onde forem realizados diagnósticos e reuniões para decisão; h) elaboração de recomendações de ações para o fortalecimento dos *clusters* pesquisados; i) elaboração de estudo sobre as características e condições de extrapolação de experiências e resultados obtidos para outros segmentos de *clusters*; j) elaboração de plano técnico-orçamentário para a segunda fase da pesquisa. Consolidação dos resultados em relatório final

166

A gestão da cadeia de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos domiciliares: contribuição para a formulação de políticas públicas

Maria Zanin

Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
 Processo 2000/13727-6
 Vigência: 1/2/2002 a 30/11/2002

A reciclagem dos resíduos sólidos tem sido tratada de forma isolada por meio de soluções particulares e, em

geral, sem integração dos conhecimentos social, técnico e logístico da cadeia produtiva. Essa atividade tem sido incentivada pela implementação de sistemas de gestão de resíduos com coleta seletiva, em municípios cujas administrações têm buscado estruturar e organizar parte dessa cadeia. Destacam-se iniciativas que partem do quadro de atividades existentes (catadores e sucateiros), apoiando a organização desses agentes. No entanto, há inúmeras dificuldades que poderiam ser evitadas pelas existências de políticas públicas multidimensionais (político-institucional, econômica, ambiental, educacional e social) e de corpo técnico capacitado. Dessa maneira, pretende-se gerar subsídios para a formulação de políticas consistentes com modelos de gestão que conduzam a soluções adequadas, tendo como metas centrais a redução da geração desses resíduos e a promoção da sua reciclagem. Escolheram-se como parceiros a prefeitura de Jaboticabal, que já implantou coleta seletiva e tem enfrentado dificuldades na gestão da cadeia da reciclagem; a prefeitura de São Carlos, onde a coleta seletiva ainda não foi implantada pela municipalidade; e a Associação de Proteção Ambiental de São Carlos (Apasc), que tem agido em parceria com a UFSCar, implementando e gerenciando células de descarte e coleta seletiva e atividades associadas. Desde 1996, vem se constituindo o “3R – Núcleo de Reciclagem de Resíduos da UFSCar”, cujos participantes têm desenvolvido e sistematizado o conhecimento sobre minimização e reciclagem de resíduos sólidos, disponibilizando-o à sociedade. Assim, pretende-se ampliar a interdisciplinaridade da equipe, com a participação de outros pesquisadores da UFSCar: Nivaldo Nordi (ecologia humana), M. Rita Assumpção (sistemas logísticos), J. C Paliari (qualidade na construção), Bernardo Teixeira (resíduos sólidos). Com as referidas parcerias, propõe-se ampliar o alcance de suas atividades, considerando, além da relevância da reciclagem, a educacional, a social, a política, a econômica e a ambiental.

167

Programa de pesquisa em políticas públicas visando à implantação de pequenas unidades transformadoras de resíduos para a produção de matérias-primas recicladas

Hélio Wiebeck

Escola Politécnica
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2000/02008-9
 Vigência: 1/1/2001 a 31/3/2005

A Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, SP, vem implantando desde 1997 um programa de coleta seletiva que tem como principais características o envolvimento da população no processo de seleção de resíduos nas fontes geradoras e a criação de postos de trabalho para setores marginalizados da sociedade, como moradores de lixões e catadores de rua, na triagem e pro-

cessamento dos materiais recicláveis coletados. Até o momento, materiais recicláveis recolhidos em três postos de coleta voluntária (PEV) são doados pela prefeitura a uma entidade assistencial do município que, em contrapartida, emprega alguns moradores de um lixão clandestino existente em São Bernardo do Campo. Existe um plano de expansão desse programa de coleta seletiva, com a instalação de mais de cem PEVs em todo o município. Ao mesmo tempo, existe um programa de sensibilização e mobilização de outros agentes, os chamados “grandes geradores” de lixo (condomínios, escolas, centros comerciais), no sentido de realizar a segregação dos materiais recicláveis. Para receber todos esses materiais oriundos dos novos PEVs e grandes geradores, serão criados outros postos de triagem e processamento. Esses postos serão instalados em locais cedidos e adequados pela prefeitura. Sua operação será feita preferencialmente por associações de catadores, às quais será dado todo o apoio para a formação e para a capacitação de seus membros. Pretende-se disponibilizar às associações as informações técnicas necessárias para a produção, em vez de simplesmente material reciclável segregado, de matérias-primas recicladas de maior valor agregado que possam ser diretamente utilizadas por transformadores. Com a evolução do programa, caso haja possibilidade e interesse, poderá também ser disponibilizada a tecnologia para a transformação das matérias-primas recicladas em algum tipo de produto final.

168

Desenvolvimento de metodologia para a gestão em serviços de fornecimento e distribuição de águas para consumo humano

Herman Jacobus Cornelis Voorwald
Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/01853-7
Vigência: 1/1/2001 a 30/6/2001

Um sistema de abastecimento de águas público é composto sequencialmente de captação, tratamento, distribuição e consumo. Considerando que até o tratamento nas estações os procedimentos e técnicas são de conhecimentos dominados, o que se verifica é um hiato após esse estágio que é o objeto deste projeto. Atualmente, o controle das águas lançadas das estações de tratamento é controlado analisando-se amostras nos finais das linhas mestras, demonstrando estatisticamente a qualidade das águas naquela tubulação e naquele instante, mascarando o diagnóstico de conformidade do sistema como um todo. Uma rede de distribuição é uma malha composta de linhas mestras, secundárias etc., onde em qualquer região a rede está suscetível a contaminações por infiltrações do

meio (tubulações com trincas, conexões mal instaladas, descompressão da linha) ou corrosão dos tubos. Essas possibilidades de interferências alteram a composição do produto podendo levá-lo a uma não conformidade das especificações tornando o produto aceito pela medição descrita acima, porém na realidade impróprio para consumo humano. Por outro lado, após a água chegar ao cavalete do consumidor, ela percorrerá um sistema hidráulico interno que pode apresentar problemas semelhantes aos da rede e finalmente as caixas-d'água por falta de limpeza periódica também alteram o produto para uma condição imprópria. Portanto o método de controle atual é insuficiente para assegurar a conformidade das águas. O modelo proposto resume-se a coletas por amostragem, na qual de cada local escolhido são retiradas uma amostra do cavalete e outra de uma das torneiras pós-caixa-d'água (ponto final de consumo).

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

169

Desenvolvimento, padronização e democratização de metodologias e ações integradas para a capacitação de micros, pequenas e médias empresas industriais em gestão da qualidade e do meio ambiente no município de São Carlos

José Carlos de Toledo
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 2000/02006-6
Vigência: 1/1/2001 a 31/8/2001

A inovação deste projeto está na perspectiva de criação de uma metodologia estruturada e de uma experiência concreta de elaboração e implementação de diretrizes, que visem à capacitação e adequação de micros, pequenas e médias empresas industriais locais na gestão integrada da qualidade e do meio ambiente, tendo em vista a certificação ISO 9000 e ISO 14000. A melhoria da capacidade de gestão de PME do município contribui para a melhoria da competitividade, tornando-as mais aptas a competir no mercado externo e à certificação ISO para fornecimento para empresas de grande porte do país, contribuindo para o crescimento das mesmas e para a geração de empregos e arrecadação de impostos. São os seguintes os resultados esperados com o projeto: 1) uma política para capacitação de PME em gestão integrada da qualidade e do meio ambiente; 2) treinamento e capacitação de uma equipe da SMCTDE para implementação da política; 3) planejamento de ações, para a concretização dessa política, no âmbito do município de São Carlos; 4) generalização dessa experiência para políticas municipais nesse escopo de gestão. Atividades previstas na fase 1: 1) levantar e compreender

as diretrizes e ações, em curso e previstas, da SMCTDE; 2) criar e preparar a equipe de trabalho do projeto para as fases seguintes; 3) detalhar a metodologia de trabalho da equipe do projeto; 4) levantar e conhecer programas institucionais já existentes, de fomento à gestão da qualidade, produtividade e do meio ambiente, tais como PBQP, PEGQ etc.; 5) levantar iniciativas institucionais desse tipo no exterior; 6) mapear programas na área desenvolvidos por grandes empresas junto aos seus fornecedores.

ENGENHARIA DE TRANSPORTES

170 **Acessibilidade e mobilidade dos moradores da zona rural do município de São Carlos, SP**

Suely da Penha Sanches
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 2003/06386-6
Vigência: 1/3/2004 a 31/8/2004

A equipe da Universidade Federal de São Carlos vem trabalhando em conjunto com a prefeitura municipal, desde o ano 2001, na definição de rotas para o transporte de alunos da zona rural. A partir dessa experiência, evidenciou-se a necessidade de uma análise mais ampla da questão do transporte, considerando todos os moradores da zona rural. A dispersão das propriedades rurais, as condições da infraestrutura viária existente (em geral estradas vicinais com manutenção deficiente) e os modos de transporte disponíveis fazem com que muitos moradores da zona rural não disponham de transporte adequado para terem acesso aos serviços disponíveis na zona urbana. Assim sendo, há necessidade de que se encontrem alternativas para melhorar a acessibilidade e mobilidade desse contingente populacional como uma forma de melhorar a qualidade de vida desses indivíduos. Em resumo, as atividades a serem desenvolvidas no projeto são as seguintes: a) definição de um indicador de acessibilidade dos moradores da zona rural, considerando a eficiência e a qualidade da rede viária e dos modos de transporte disponíveis; b) definição de uma metodologia para coleta de dados sobre a demanda de transporte na zona rural; c) mapeamento dos níveis de acessibilidade e demanda de transporte das diversas regiões do município, utilizando um sistema de informações geográficas; d) identificação das regiões com acessibilidade deficiente; e) proposta de alternativas para melhoria das condições de acesso à zona urbana. Nesta primeira fase, as atividades descritas serão desenvolvidas em uma área-piloto. Em uma segunda fase, pretende-se ampliar a aplicação do instrumento para toda a área rural do município de São Carlos. Embora o objeto de estudo deste projeto seja o município de São Carlos, os

desenvolvimentos teóricos e metodológicos resultantes da pesquisa poderão ser úteis para outras municipalidades, principalmente aquelas que têm uma grande parcela da população residente na zona rural.

ENGENHARIA ELÉTRICA

171 **Novos instrumentos de planejamento energético regional visando ao desenvolvimento sustentável**

Miguel Edgar Morales Udaeta
Instituto de Eletrotécnica e Energia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06441-7
Vigência: 1/7/2004 a 30/11/2009

O objetivo desta proposta é alavancar o setor energético para o desenvolvimento da região oeste de São Paulo por meio da viabilização de um planejamento integrado de recursos energéticos por etapas. Propõe-se a avaliação de custos completos (análise energética nas dimensões ambiental, econômica, social e política) para precisar o potencial dos recursos de oferta da região, envolvendo: inventário de recursos e tecnologias, seleção de alternativas, potencial e custos (índices de mérito), quantificação de aspectos qualitativos (índices de mérito ambiental, social e político), sistematização dos índices e classificação de alternativas, concluindo com um *ranking* completo do potencial regional nas diferentes dimensões. Serão sugeridas estratégias para a formulação de políticas de uso visando a objetivos de universalizar o atendimento de energia, incorporar tecnologia para diversificar a matriz energética, postergar obras de linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica, sempre atendendo a requisitos ambientais e a possibilidades de integração com outras políticas sociais. Em um segundo momento, essa análise será aplicada, também, para os recursos energéticos do lado da demanda, para completar o processo de planejamento integrado de recursos. Esta proposta contempla a participação ativa da instituição parceira que, ao término da pesquisa, estará capacitada para conduzir e disseminar os resultados e aplicações do PIR na região.

ENGENHARIA MECÂNICA

172 **Desenvolvimento e otimização de sistemas de produção de hidrogênio para acionamento de células de combustível**

José Luz Silveira
Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Processo 2006/52260-2
Vigência: 1/9/2007 a 28/2/2011

O objetivo deste pedido consiste em levantar recursos para estudos envolvendo o desenvolvimento e a otimização de sistemas de geração de hidrogênio utilizando diversos combustíveis. Nestes estudos estão incluídas análises físico-químicas, termodinâmicas, modelagem matemática, estudo de catalisadores, definindo então projetos ideais de sistemas reformadores e medidas de otimização do sistema. Um protótipo será montado a fim de determinar ações para futuros sistemas, dependendo de condições como o combustível escolhido, volume de produção etc. Este tipo de projeto permite uma geração mais limpa e confiável de energia. Além disso, será possível a formação de recursos humanos e melhoramento dos laboratórios utilizados.

173 **Desenvolvimento de metodologia para implantação de cooperativas de agentes ambientais, visando à coleta seletiva de lixo doméstico**

Pedro Magalhães Sobrinho
Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/13731-3
Vigência: 1/6/2002 a 31/12/2005

A remoção de lixo urbano e a limpeza urbana são problemas a serem equacionados com alta prioridade. Sua remoção não deve ser entendida simplesmente como aquele montante coletado pelas prefeituras e levado aos lixões nas periferias das zonas urbanas habitadas dos municípios. Há de se considerar também os materiais recicláveis, recolhidos nas ruas antes de serem coletados pelos serviços públicos e nos próprios lixões. Para obter uma solução adequada dos problemas de resíduos sólidos, deve-se pensar na complexidade dos aspectos que determinam a solução do tratamento do lixo, como os preços, o meio ambiente, a situação socioeconômica, os profissionais e as instituições envolvidas. Diante da falta de opção e de possibilidades concretas de inserção no mercado formal de trabalho, um número de cidadãos acaba por assumir uma atividade de longa data estigmatizada: os catadores, que buscam em lixões a sua sobrevivência. Diante desse quadro, propomos este projeto, que, quando totalmente implementado, poderá possibilitar uma melhoria na qualidade de vida, acenando com perspectivas de conquistas profissionais e reafirmando seu valor de cidadão.

ENGENHARIA SANITÁRIA

174 **A inserção da variável ambiental nos processos de tomada de decisão em âmbito municipal**

Marcelo Pereira de Souza
Escola de Engenharia de São Carlos
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2007/55400-2
Vigência: 1/3/2009 a 28/2/2011

Este projeto se volta para a consolidação de instrumentos de política e gestão ambiental (zoneamento, licenciamento e avaliação de impacto ambiental) e de um ambiente interinstitucional que possibilite a inserção da variável ambiental no processo decisório em âmbito municipal, articulada entre diferentes instituições, a saber: Poder Público municipal, Ministério Público estadual, órgãos ambientais estaduais e sociedade. Trata-se de um passo bastante significativo para a elaboração e implementação de políticas públicas a partir do planejamento da ocupação do território, sobre o qual o projeto ora apresentado se propõe a atuar, adotando-se o município de Brotas, SP, como referência para a implantação deste projeto-piloto.

175 **Modelagem espaço-temporal da qualidade da água utilizando análise geográfica computadorizada**

Marisa Dantas Bitencourt
Instituto de Biociências
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51869-3
Vigência: 1/12/2006 a 31/10/2009

A necessidade de controlar parâmetros limnológicos e ambientais em extensos corpos d'água tem levado seus administradores de todo o mundo ao uso de imagens de satélite e de técnicas de geoprocessamento. Com essas ferramentas é possível fazer o monitoramento espaço-temporal de diversos parâmetros indicadores da qualidade das águas. Este projeto visa desenvolver modelos espaço-temporais de monitoramento da qualidade da água potável que possam ser implantados na rotina da Sabesp, bem como habilitar seus técnicos ao uso de sensoriamento remoto orbital e técnicas de geoprocessamento, no que tange ao manejo de parâmetros de qualidade da água e de infestação por macrófitas aquáticas em lagos artificiais.

176 **Mapa, atlas ambiental e socioeconômico da Baixada Santista, SP**

José Alberto Quintanilha

Escola Politécnica
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51780-2
Vigência: 1/6/2007 a 31/7/2010

O projeto objetiva a geração de mapa associado a um banco de dados georreferenciado (SIG), contendo informações sobre meio ambiente, usos culturais e socioeconômicos, em escala 1:50.000, para a área litorânea da Baixada Santista, SP. Trata-se de documento cartográfico que permite localizar, com precisão, fenômenos físicos, humanos, econômicos e estabelecer as relações que existem entre eles, promovendo reflexões que conduzam a melhores decisões em termos de planejamento, monitoramento, controle, atendimento emergencial, entre outras. A elaboração de documento cartográfico sintético configura-se como essencial para apresentar o diagnóstico da região de forma integrada, em um único documento articulável.

177 Programa de monitoramento e manejo de macrófitas aquáticas nos reservatórios do Estado de São Paulo: subsídio a políticas públicas

Marcelo Luiz Martins Pompeo
Instituto de Biociências
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51705-0
Vigência: 1/12/2006 a 31/1/2010

As macrófitas aquáticas são importantes controladoras do metabolismo dos ecossistemas. A percepção tardia do seu crescimento e a falta de procedimentos que agilizem a tomada de decisão refletem no aumento de sua área de ocupação, comprometendo a qualidade da água dos mananciais utilizados para o abastecimento público e a geração de hidroeletricidade. O objetivo maior deste projeto é organizar um amplo protocolo que permita desenvolver e implementar um programa de monitoramento e manejo de macrófitas aquáticas nos reservatórios do Estado de São Paulo, subsidiando a tomada de decisão.

178 Projeto piloto de recarga artificial de aquíferos na bacia hidrográfica do rio Una, em Taubaté, SP

Hélio Nobile Diniz
Instituto Geológico
Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (SMASP)
Processo 2003/07183-1
Vigência: 1/4/2004 a 31/7/2008

Em Guarulhos, SP, grande quantidade de empresas, comércio e habitações é suprida por água subterrânea proveniente dos aquíferos sedimentar (arenitos da bacia de São Paulo) e cristalino (gnaisse fraturados do embasamento cristalino). Isso provocou o esgotamento dos aquíferos pela excessiva exploração sem a equivalente compensação pela recarga natural. A recarga passou a ser ainda mais restritiva em razão da impermeabilização dos terrenos, acarretada pelo avanço da malha urbana. A construção do Aeroporto Internacional de São Paulo/Cumbica aumentou a exploração da água subterrânea na região, pois a Infraero solicitou um estudo para empresas de consultoria e ficou demonstrado que o abastecimento por água subterrânea corresponde a apenas 1,3% do custo da água superficial. Assim, o aeroporto passou a ser suprido inteiramente por águas subterrâneas provenientes de seis poços tubulares profundos, que fornecem 5 mil m³/dia. Neste trabalho, é proposto um completo levantamento da condição de exploração das águas subterrâneas no município de Guarulhos e um balanço hídrico detalhado, para fins de dimensionar o excedente hídrico que deverá suprir um projeto de recarga artificial.

179 Gerenciamento do lodo de ETAs. Influência do lançamento do lodo de ETA no processo de tratamento de esgotos por lagoas de estabilização em cidades de pequeno porte

Maria Aparecida Faustino Pires
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)
Processo 2003/06419-1
Vigência: 1/2/2004 a 31/8/2007

O setor de abastecimento de água ainda não dispõe de forma ambientalmente adequada os resíduos e lodos gerados como subprodutos do processo de tratamento de água. Hoje, existe a preocupação com as estações de tratamento de água (ETAs), de modo que esses lodos sejam gerenciados com base nos critérios estabelecidos pela norma NBR 10.004, atendendo o art. 54, Séc. III, Lei nº 9.605/98, atividades lesivas ao meio ambiente. Esses lodos têm características distintas e variadas, dependendo da água bruta, dosagem e produtos químicos e limpeza dos decantadores. Cidades de pequeno porte utilizam sistemas de tratamento de esgotos com lagoas de estabilização, caracterizados por possuir grandes áreas de implantação e com tempo de detenção hidráulico bem longo. As ETAs foram implantadas em épocas em que a questão do lodo não representava preocupação legal, retornando aos corpos receptores. Um método alternativo de disposição desses resíduos observado em alguns países é a transferência desse lodo para lagoas de estabilização

por via de rede coletora de esgoto ou caminhão. Esta apresenta a vantagem da eliminação da implantação de sistemas de tratamento de resíduos nas próprias ETAs e da concentração dos problemas referentes ao lodo para uma única localização, absorvendo custos operacionais e investimento para a retirada, tratamento e disposição final. Visando desenvolver pesquisa aplicada para a solução de problemas condizentes com a nossa realidade, o projeto pretende buscar soluções para disposição desses resíduos em ETAs, melhorando condições sanitárias, ambientais e de bem-estar, trabalhando no conceito de rede temática, auxiliando administrações municipais envolvidas em problemas de saneamento. Existe desde 1995 uma cooperação técnico-científica entre a coordenadora do projeto e equipe com as gerências técnicas da Sabesp, projetos com financiamentos (PADCT III/Finep; RHA/CNPq; FAPESP P. Públicas) e mais recentemente com a Poli-USP, professor Roque Pivelli, especialista em tratamento de esgoto sanitário, desenvolvendo projetos em diagnóstico ambiental e qualidade das águas e sistemas de tratamento.

180

Ação integrada para o desenvolvimento do sistema de suporte à decisão para o gerenciamento dos recursos hídricos na bacia do rio Piracicaba

Rubem La Laina Porto

Escola Politécnica

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2003/06389-5

Vigência: 1/4/2004 a 31/5/2007

Um dos objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos é assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos (Lei Estadual nº 7663/91). Uma das diretrizes gerais de ação para implementação dessa política é a gestão sistemática e participativa da água, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade. A bacia do rio Piracicaba possui importância estratégica para o abastecimento da população da bacia e da metade da população da Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, longos trechos dos principais rios apresentam elevado grau de degradação, decorrentes, principalmente, de lançamentos de esgotos urbanos e industriais. Torna-se, portanto, necessário o desenvolvimento de um sistema de suporte à decisão (SSD), que fornecerá subsídio para a resolução de conflitos e auxiliará a gestão integrada da bacia. O sistema será desenvolvido pelo Laboratório de Sistemas de Suporte a Decisões em Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos, que atua no desenvolvimento, ensino e divulgação de tecnologia de análise de sistemas hídricos e onde foram desenvolvidos projetos para a Sabesp, secretarias de Recursos Hídricos da Bahia e do Ce-

ará e Agência Nacional de Águas, cursos e treinamentos para técnicos de diversas instituições. O SSD será operado pelo Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico (GTMH), braço técnico do comitê das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Este grupo é bastante representativo dos interesses existentes nessas bacias, uma vez que é constituído pelas principais entidades estaduais envolvidas com o gerenciamento de recursos hídricos, pelos serviços autônomos e empresas de saneamento da região, pelos setores industriais e agrícolas e pela universidade. O GTMH deverá colaborar na formulação do sistema de suporte a decisões e também responsabilizar-se pela operação futura do sistema, que inclui alimentação e atualização da base de dados, execução dos modelos de alocação de água e de qualidade de água e participação nos programas de treinamento para utilização das ferramentas e modelos existentes no SSD.

181

Campo experimental de tratamento e reúso de esgoto e aproveitamento de biossólidos, biomassa e energia

Wolney Castilho Alves

Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)

Processo 2000/13716-4

Vigência: 1/10/2002 a 31/3/2007

A Lei Paulista nº 7.663/91 deu lugar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e a 22 Comitês de Bacias. De forma associada, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) dá suporte financeiro ao sistema. Analogamente, implanta-se a Lei Paulista nº 7.750/92, relativa ao saneamento. No sistema estadual de recursos hídricos, as demandas relativas ao saneamento ambiental têm se mostrado prioritárias. Destacam-se as demandas para a conclusão de coletores-troncos, interceptores e emissários. Com ênfase ainda mais pronunciada, a implantação de sistemas de tratamento de esgoto em todas as bacias hidrográficas do Estado de São Paulo é uma demanda constante. No entanto, é preocupante observar que a cultura tecnológica relativa ao tratamento de esgotos está longe de ser adequada ao enfrentamento e superação dos problemas. Observa-se, ainda, que os desafios colocados por novos contextos (alternativas inovadoras, eficazes e econômicas de tratamento; os programas de conservação do recurso hídrico; possibilidades de reúso de esgotos; aproveitamento dos biossólidos, biomassa e energia) estão distantes dos agentes mais importantes dos sistemas. O campo experimental visa subsidiar os sistemas estaduais de recursos hídricos e de saneamento. Propondo-se ao desenvolvimento tecnológico e capacitação de recursos humanos (de diversos níveis de escolaridade), o campo (em escala real ou de modelo) explora ao máximo as

vantagens que um campo-escola oferece: da esfera do conhecimento teórico à efetivação prática. A proposta será desenvolvida em parceria com o Departamento de Águas e Energia Elétrica (Dae) da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, órgão com ativa participação nos sistemas de recursos hídricos e saneamento em todo o Estado de São Paulo. Nas conversações com o pessoal da diretoria técnica da Divisão de Planos de Bacias do Dae, vislumbrou-se a possibilidade de no decorrer da fase 1 do Programa de Políticas Públicas (Edital 3) estender-se a parceria a outros órgãos do sistema de gestão de recursos hídricos do estado para viabilizar a área de implantação.



Saúde



EDUCAÇÃO FÍSICA

182 A construção de elementos metodológicos para a implementação de ações transversais nas políticas públicas de lazer em âmbito municipal

Silvia Cristina Franco Amaral
 Faculdade de Educação Física
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2003/07161-8
 Vigência: 1/3/2004 a 31/1/2007

Em 1988, foi aprovada a nova Constituição brasileira, considerada naquele período como a Constituição cidadã. Ela trazia mudanças substanciais em diversas áreas, em especial nos capítulos que tratavam dos direitos sociais. Pela primeira vez, o lazer foi contemplado como um desses direitos, apresentado em texto constitucional no capítulo 11, artigo 6º. Contudo, as políticas públicas de lazer datam do início do século XX no Brasil, quando em Porto Alegre e em São Paulo foram criados os primeiros jardins de recreio. De lá para cá, essas políticas seguiram diversos direcionamentos e estiveram vinculadas a diferentes setores, mas majoritariamente elas têm um estreito vínculo com a área físico-esportiva. O lazer, no entanto, não é uma ação que se vincule tão somente a esse tipo de atividade. Conceitualmente, podemos entendê-lo como uma prática social que proporciona tanto o desenvolvimento educacional como da ética e da estética por meio de experiências lúdicas presentes na cultura humana. Essa área tem sido cada vez mais valorizada, pois, paulatinamente, surgem estudos no meio acadêmico e outros setores do Poder Público que não estão ligados necessariamente à prática físico-esportiva, mas que têm promovido ações de lazer. Tomando por base dados de estudos realizados por pesquisadores na área de políticas públicas de lazer e um prévio contato com duas prefeituras do Estado de São Paulo – Santo André e Itapira – foi possível perceber que, apesar de essas ações hoje serem promovidas por diferentes setores, o nível de integração entre os mesmos é precário. Pensando em criar ferramentas de superação dos obstáculos para a realização de uma ação transversal no lazer e de administração de recursos físicos, materiais, humanos e financeiros, motivamo-nos a construir este pré-projeto e estabelecer uma parceria entre a administração municipal das cidades citadas e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração do Lazer e do Entretenimento (Gale) da Faculdade de Educação Física da Unicamp. Colocamo-nos como perguntas: Quais são os órgãos provedores de lazer na administração pública municipal? Quais são os obstáculos estruturais, conjunturais e conceituais no modelo de gestão colocado em prática para a realização de ações transversais nas políticas públicas de lazer nestes municípios?

ENFERMAGEM

183 Limites e possibilidades dos sistemas de saúde locais no reconhecimento e enfrentamento das necessidades de saúde da população – o PSF no município de São Paulo

Emiko Yoshikawa Egry
 Escola de Enfermagem
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2007/55785-1
 Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

A implantação e consolidação do Sistema Único de Saúde no Brasil tem esbarrado, muitas vezes, no modo como os sistemas e as práticas de saúde se organizam no atendimento às necessidades de saúde da população, dificultando a afirmação dos princípios básicos de universalidade do acesso, equidade, integralidade, resolubilidade, descentralização e controle social. A fim de identificar limites e possibilidades dos sistemas de saúde no reconhecimento e enfrentamento dessas necessidades, o projeto deverá conhecer, comparar e avaliar diferentes estratégias adotadas nas práticas profissionais, em especial na área de enfermagem, em serviços de saúde em duas regiões de saúde do município de São Paulo.

184 Jovens, valores e consumo de drogas: políticas públicas na perspectiva da saúde coletiva

Cássia Baldini Soares
 Escola de Enfermagem
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2006/51671-9
 Vigência: 1/12/2006 a 30/11/2009

Este estudo objetiva sistematizar um arcabouço teórico-metodológico e operacional para intervenção junto a jovens, baseado nos valores sociais e relativos ao consumo de drogas em diferentes classes sociais, sob o ponto de vista da saúde coletiva, com a finalidade de alicerçar o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção na área. A apreensão do objeto será feita em diversas etapas: classificação social dos jovens; apreensão dos valores sociais e relativos às drogas. Os resultados desta pesquisa serão utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo André, instituição parceira, para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos jovens na particularidade da prevenção ao consumo prejudicial de drogas.

185 **Política de atenção ao adulto: prevenção, identificação e controle da hipertensão arterial Distrito Saúde Escola do Butantã**

Ângela Maria Geraldo Pierin
Escola de Enfermagem
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06454-1
Vigência: 1/6/2004 a 31/3/2009

A hipertensão arterial é uma doença de alto custo para os sistemas de saúde e social, sendo uma das principais causas de aposentadorias precoces e absenteísmo no trabalho; apresenta estreita relação com doenças cardiovasculares que ocupam o primeiro lugar na morbimortalidade nacional; e é um dos mais importantes fatores de risco relacionados. É responsável por 40% das mortes por acidente vascular encefálico e por 25% da doença arterial coronariana, que, conjuntamente no período de 1998-2001, responderam por um custo global de aproximadamente US\$ 400 milhões com hospitalização. A hipertensão só é identificável pela medição da pressão, justificando a importância da sua avaliação periódica. Uma vez diagnosticada, a proposição do tratamento medicamentoso e não medicamentoso é relativamente simples, tendo em vista o grau de resolutividade dessas medidas. Porém a obtenção do controle da pressão dentro de valores desejáveis não é tarefa fácil. De um modo geral, estudos regionalizados têm apontado que apenas cerca de um terço dos hipertensos está controlado, caracterizando baixa adesão ao tratamento, que é um processo comportamental complexo, influenciado pelo meio ambiente, profissionais de saúde e cuidados de assistência médica. O desafio da adesão ao tratamento é tarefa que exige o envolvimento e a participação dos pacientes e dos profissionais da saúde. Para que se possa atingir e manter os níveis tensionais controlados, o doente frequentemente requer estímulo constante para as mudanças do estilo de vida e ajuste à medicação. Os hipertensos devem ser observados a intervalos regulares, tendo como principal objetivo obter o controle da pressão, assim como a sua manutenção em longo prazo. Em face do panorama traçado, ressalta-se a importância do direcionamento de programas e políticas de saúde para a atenção no contexto da hipertensão arterial. A articulação de recursos, caracterizada na presente proposta pela união de esforços contando com docentes e pesquisadores da Universidade de São Paulo e Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo Distrito Saúde Escola do Butantã, visa ao estabelecimento de estratégias que permeiam desde a promoção da saúde para a obtenção de estilos e hábitos de vida saudáveis, detecção precoce da doença, até tratamento e manutenção do controle da doença.

186 **Escolas promotoras da saúde: prevenção da morbidade por causas externas no município de Embu, SP**

Maria de Jesus Castro Sousa Harada
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2003/06417-9
Vigência: 1/3/2004 a 31/8/2007

A análise histórica dos estudos epidemiológicos sobre mortalidade no Brasil mostra de forma clara o aumento crescente de óbitos de crianças e adolescentes por causas externas. No município de Embu, SP, em 2000, representaram a primeira causa de óbito após o primeiro ano de vida (DATASUS, 2003). Diante desses dados, o setor da saúde não pode se manter alheio a essa situação, sendo justificável a atuação dos profissionais desse segmento da sociedade no desenvolvimento e participação ativa no processo de enfrentamento coletivo visando à redução da mortalidade e morbidade por causas externas. Este projeto se propõe a desenvolver, implementar e avaliar políticas públicas com essa finalidade, no âmbito da iniciativa das escolas promotoras da saúde (segundo os princípios: educação para saúde com enfoque integral, criação de ambientes saudáveis e provisão de serviços de saúde) e de acordo com a Portaria MS/GM nº 737, que trata da política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. Esta portaria define as seguintes diretrizes: promoção da adoção de comportamentos e de ambientes seguros e saudáveis; monitorização da ocorrência de acidentes e de violências; sistematização, ampliação e consolidação do atendimento pré-hospitalar; assistência interdisciplinar e intersetorial às vítimas de acidentes e de violências; estruturação e consolidação do atendimento voltado à recuperação e à reabilitação; capacitação de recursos humanos e apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas. Destaca-se ainda a importância da participação da universidade como local que, além de prestar assistência, produz conhecimentos e tem a responsabilidade de formar profissionais nesse contexto. A Unifesp realiza atividades de ensino, pesquisa e assistência no município de Embu desde 1970 em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Programa de Integração Docente-Assistencial do Embu (Pida - Embu).

187 **Avaliação do serviço de urgência e emergência como suporte para a reorganização do modelo assistencial de saúde de Bauru, em consoância com os princípios do SUS**

Maria Helena Borgato Cappo Bianco
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Universidade do Sagrado Coração (USC)
Processo 2001/03005-6
Vigência: 1/10/2002 a 30/6/2005

Em meados dos anos 70, iniciou-se o movimento de Reforma Sanitária, voltado à discussão de uma agenda para a saúde e para definição dos fundamentos de um sistema público participativo e universal. Desencadeou-se, a partir de então, um efetivo processo administrativo dado pela progressiva municipalização e implantação do SUS (Sistema Único de Saúde). O modelo assistencial proposto pelo SUS baseia-se na concepção do processo saúde-doença e em um novo modelo de prática sanitária. Bauru e alguns municípios brasileiros, na década de 1980, por meio de experiências pioneiras contribuíram no processo de consolidação do SUS, no qual alguns deles evoluíram aperfeiçoando o modelo assistencial. No entanto, o município de Bauru, nos últimos 10 anos, sofreu falta de investimentos e até de priorização da política de saúde pelas diversas crises instaladas. Atualmente, com 315 mil habitantes, é sede da região administrativa de 41 municípios, encontra-se habilitado na gestão plena da atenção básica e tem como desafio a reestruturação do Sistema Municipal de Saúde, em consonância com os princípios do SUS. Nesse sentido, o presente projeto se insere para proporcionar um diagnóstico com fonte documental, pesquisas com gerentes, trabalhadores de saúde e usuários, para dar suporte à reorganização e implantação de um novo modelo assistencial, complementado pelo controle permanente de desempenho. O serviço estrategicamente escolhido para desencadear todo o processo é o 'Pronto Socorro Central', pela agregação de usuários dos diversos bairros da cidade (atendendo, em média, 8 mil usuários) que abrange atendimentos ambulatoriais e de urgência/emergência, já que parcela importante da população prefere dirigir-se diretamente a este local pela insuficiência de serviços ofertados, até pelo desconhecimento de sua finalidade. Espera-se que este projeto desenvolvido pela Universidade do Sagrado Coração (USC), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Bauru, possa, além de cumprir com os objetivos propostos, oferecer contribuição para outros sistemas municipais de saúde no desenvolvimento de gestão em políticas públicas.

188

Estratégias de avaliação e de diagnóstico da qualidade de práticas de controle de infecção hospitalar em estabelecimentos de assistência à saúde do Estado de São Paulo

Rubia Aparecida Lacerda
Escola de Enfermagem
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/02951-5
Vigência: 1/9/2002 a 31/3/2006

Infecção hospitalar (IH) continua sendo importante problema de saúde pública, constituindo-se em um dos principais indicadores de morbidade de pacientes. O crescimento da tecnologia médica e o aumento de sua complexidade, longe de minimizar o problema, demandam ações de controle cada vez mais amplas e complexas, que não se esgotam na formação de Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH). As transformações no modo de produção social interferem na susceptibilidade à IH. A "criação" de microorganismos resistentes já não se limita às instituições, estando incorporada aos próprios clientes, por exemplo, devido à produção de alimentos, com o uso de antibióticos e hormônios em animais de consumo humano. Recentemente, assistimos a problemática da encefalopatia espongiforme bovina (síndrome da vaca louca) e sua possibilidade de contaminação humana e transmissão hospitalar. O conceito de IH vem se ampliando, referindo-se não apenas ao paciente, mas também aos profissionais, neste caso, mais conhecido como riscos ocupacionais biológicos. As atuais avaliações de práticas de controle de IH concentram-se em indicadores epidemiológicos (incidência, prevalência etc.) e na existência de CCIH, nos moldes da legislação do Ministério da Saúde. Tais recursos são reconhecidos como insuficientes, pela variedade de métodos de vigilância empregados, o que influi na fidedignidade das notificações. A variedade de estabelecimentos de assistência (hospitais, clínicas, ambulatórios, centros de saúde, assistência domiciliar etc.) e o tipo e a intensidade de procedimentos invasivos demandam sistemas de controle específicos. Ainda assim, a maioria não possui CCIH, tampouco divulga regularmente seus indicadores. A situação é pior quanto às infecções ocupacionais, desconhecendo-se oficialmente tais ocorrências.

189

Saúde da família – avaliação da nova estratégia assistencial no cenário das políticas públicas

Tamara Iwanow Cianciarullo
Escola de Enfermagem
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/01957-7
Vigência: 1/1/2001 a 31/10/2004

O Programa Saúde da Família (PSF) constitui uma estratégia inovadora no cenário dos serviços de saúde,

que prioriza as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde das pessoas e das famílias, de forma integral, contínua e pró-ativa. Existem hoje 337 programas/estratégias implementados no Estado de São Paulo. O foco principal desta estratégia, a família, é entendida, percebida e situada a partir do seu ambiente físico e social, com suas crenças e valores identificados, favorecendo a compreensão ampliada do processo saúde/doença no contexto de um território definido administrativamente. Apesar desse enfoque inovador, há que se destacar a necessidade de estudos sobre “que diferenças” realmente essa estratégia estabelece nos processos de viver, ser saudável e ter acesso aos serviços de saúde. O estudo proposto objetiva avaliar essa estratégia e contribuir para a melhoria do desempenho do PSF no Estado de São Paulo, por meio dos indicadores de estrutura, processo e resultados obtidos a partir de uma avaliação dos princípios básicos estabelecidos para a implantação e operacionalização da estratégia, da alocação e utilização dos recursos específicos, da capacitação dos recursos humanos e da gestão dos sistemas de informação e dos indicadores de qualidade de vida de famílias. O projeto será desenvolvido em quatro fases a seguir descritas: 1) composição da equipe, organização do acervo de documentos e planejamento dos trabalhos; 2) elaboração de padrões e critérios de análise específicos para cada um dos itens acima citados, construídos a partir dos documentos disponíveis e submetidos a uma avaliação das equipes multiprofissionais que já atuam no PSF; 3) identificação dos territórios e das famílias a serem pesquisadas; 4) execução dos subprojetos e elaboração dos relatórios para divulgação junto ao poder público e publicação dos resultados.

FARMÁCIA

190

Implementação e consolidação do serviço ambulatorial de tratamento de câncer de pele junto à Unifesp

Antônio Claudio Tedesco

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2007/55319-0

Vigência: 1/9/2008 a 31/8/2010

A terapia fotodinâmica vem sendo estudada e aplicada ao tratamento do câncer de pele e de outros tipos de câncer desde 2000 no Brasil. Porém novos centros ambulatoriais que permitam o treinamento e a qualificação de pessoal, associada aos estudos e desenvolvimentos de novos medicamentos e sistemas de veiculação, podem permitir que em pouco tempo essa nova terapêutica esteja em caráter ambulatorial em vários lugares no país. O baixo custo operacional e as vantagens comprovadas sobre as terapias convencionais permitirão que a TFD atenda a um

grande número de pacientes de baixa renda em caráter ambulatorial e se espalhe por todo o Brasil rapidamente. Novos medicamentos e fármacos vêm sendo estudados e desenvolvidos desde 2000.

191

Algas presentes em florações: isolamento e padronização de métodos analíticos para a quantificação de toxinas

Ernani Pinto Júnior

Faculdade de Ciências Farmacêuticas

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2003/06443-0

Vigência: 1/3/2004 a 30/4/2007

Além da Grande São Paulo, outras cidades de grande e médio portes do interior e litoral do estado, em razão da relativa fragilidade gerada pelo impacto da intensa dinâmica de ocupação, apresentam seus recursos hídricos ameaçados pela poluição e pelo aparecimento de florações de algas tóxicas. As consequências ambientais desses fenômenos são amplas e repercutem em efeitos deletérios para a biota aquática e comprometimento severo da qualidade das águas para seus múltiplos usos. Recentemente, por meio da Portaria nº 1469/00 de dezembro de 2000, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) passou a exigir dos órgãos competentes e responsáveis pelo tratamento e fornecimento de água o controle de toxinas de algas (microcistinas, cilindrospermopsina e saxitoxinas). Esses órgãos têm prazo até dezembro de 2003 para se adequar a tal portaria. Poucas são as pesquisas voltadas para o estudo dessas toxinas no Brasil. Este projeto tem como objetivo estudar as toxinas presentes em algas envolvidas nos fenômenos de floração de água doce. Para isso, coletaremos as algas durante os processos de floração e/ou cultivaremos espécies já isoladas em laboratório. As toxinas serão isoladas de amostras de florações e de culturas axênicas mantidas em laboratório. Cabe ressaltar que o projeto envolve especialistas nas áreas de limnologia, toxicologia e fotoquímica ligados a instituições nacionais e internacionais (Universidade de São Paulo; Cetesb, Universidade de Cambridge) que, de forma integrada e multidisciplinar, conduzirão as pesquisas em cada uma das suas respectivas áreas. Além de artigos científicos e relatórios, pretendemos desenvolver um trabalho de capacitação de pessoal especializado nas diferentes áreas do conhecimento incorporadas ao projeto.

FARMACOLOGIA

192

Detecção do uso de drogas e avaliação do impacto de uma intervenção breve em serviços de atenção primária à saúde

Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2003/06413-3
Vigência: 1/3/2004 a 31/8/2007

Em todo o mundo, o uso de álcool e outras drogas tem sido um problema crescente tanto em termos de saúde individual quanto coletiva. No Brasil, a dependência de álcool atinge 11,2% da população adulta e o uso de álcool está associado a 3,2% das mortes, assim como o de tabaco a 9%. O uso de drogas ilícitas ao longo da vida é feito por 19,4 % da população, sendo associado a 0,4% das mortes. No entanto, os profissionais de saúde não sabem detectar nem lidar com pacientes com uso nocivo, abuso ou dependência de substâncias. Isto se deve principalmente a dois fatores: os profissionais não se sentem treinados para a detecção e tratamento do uso de substâncias e têm crenças e atitudes negativas em relação ao usuário, que criam barreiras entre ele e o paciente. Assim, os usuários de substâncias não são identificados em sua fase inicial e não há uma intervenção adequada para evitar a progressão do uso inicial para níveis de abuso ou dependência. Por isso, muitos programas e políticas públicas para o combate ao uso de drogas não conseguem alcançar seus objetivos ou se distanciam do foco preventivo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolveu 2 instrumentos para detecção do uso de álcool e drogas em serviços de atenção primária à saúde: o Audit (Alcohol Use Disorders Identification Test) e o Assist (Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test), caracterizados pela facilidade e rapidez de administração. O projeto visa avaliar os conceitos que os profissionais têm a respeito dos usuários de drogas e avaliar o impacto do treinamento de profissionais da saúde de diferentes formações (médicos, enfermeiras, assistentes sociais etc.) para detecção precoce de pessoas com padrões de uso excessivo de álcool e outras drogas, seguida por uma intervenção breve padronizada. Pretende-se também avaliar as dificuldades encontradas na implantação do projeto na rede pública e desenvolver estratégias para contorná-las. O projeto proposto é original e de grande relevância para a saúde pública, podendo se tornar um modelo a ser implementado em todo o país.

FISIOLOGIA

193 Diagnóstico da piscicultura no Estado de São Paulo

Elisabeth Criscuolo Urbinati
Centro de Aquicultura de Jaboticabal
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/02011-0
Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2001

A piscicultura é, sem dúvida, a atividade produtiva de maior potencial de crescimento no Estado de São Paulo. Se tal crescimento pode gerar maior ocupação da mão-de-obra e renda aos produtores rurais e indústrias, pode, também, se não controlado, gerar sérios problemas ambientais, principalmente quanto aos recursos hídricos. Do ponto de vista censitário, a atividade reúne, atualmente, um mínimo de dados, deficiência que pode prejudicar a implantação de políticas orientadoras e disciplinadoras do desenvolvimento do setor. O presente estudo visa, por meio da coleta e sistematização de dados, contribuir com o setor público na tomada de decisões políticas que beneficiem o trabalho da assistência técnica, pesquisa e análise de impacto ambiental. O diagnóstico abordará os vários aspectos do empreendimento (estrutura física, recursos naturais, nível tecnológico, espécies criadas, comercialização e outros). Fase 1, a) composição da equipe e planejamento do trabalho; b) levantamento dos dados existentes e elaboração de questionários. Fase 2, a) aplicação do questionário junto ao setor; b) identificação das demandas; c) identificação e seleção das políticas públicas mais adequadas ao setor.

FONOAUDIOLOGIA

194 Indicadores e proposta de avaliação da qualidade dos serviços de audiologia do Sistema Único de Saúde

Orozimbo Alves Costa Filho
Faculdade de Odontologia de Bauru
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51881-3
Vigência: 1/12/2006 a 30/11/2009

A pesquisa consiste na investigação de indicadores de qualidade e aferição da satisfação de 500 usuários atendidos em quatro diferentes serviços de audiologia credenciados pelo SUS. Será utilizada a revisão sistemática da literatura pertinente para levantamento de indicadores de qualidade potenciais, os quais serão julgados posteriormente por um grupo de peritos. Os resultados destinam-se a subsidiar o processo de gestão e gerência do sistema de saúde.

195 Modelo de saúde auditiva no recém-nascido

Maria Cecília Bevilacqua
Faculdade de Odontologia de Bauru
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06415-6
Vigência: 1/4/2004 a 31/3/2007

Com o avanço da ciência e da tecnologia, tornou-se indiscutível o impacto devastador da privação sensorial auditiva no desenvolvimento de uma criança. A triagem auditiva neonatal universal (Tanu) é o principal meio para garantir a intervenção precoce, permitindo o desenvolvimento global da criança e sua interação com a sociedade. Nos países desenvolvidos a Tanu é assegurada pela legislação. Estima-se que 1-3 em cada 1000 neonatos a termo e 2-4 em cada 100 com indicadores de risco apresentam perda auditiva neurossensorial. O Comitê Brasileiro sobre perdas Auditivas na Infância (1999) lançou a 1ª recomendação brasileira sobre Tanu (11/1999), acompanhado do parecer da Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia (2000). No entanto, existem muitas dificuldades envolvendo sua implantação, desde a análise do custo-benefício à necessidade da Tanu estar inserida em um programa amplo de saúde auditiva do recém-nascido, possibilitando o diagnóstico e a intervenção. Assim, torna-se imprescindível o estudo de um modelo de saúde auditiva do recém-nascido, a fim de oferecer subsídios para a implantação de novas políticas públicas voltadas para o deficiente auditivo e de serviços na rede pública de saúde. A proposta deste trabalho é a implantação de um programa de saúde auditiva, com triagem auditiva de todos os recém-nascidos no período de desenvolvimento da pesquisa, em três hospitais públicos nas cidades de Bauru e Sorocaba, ambas no estado de São Paulo. A triagem será realizada por métodos eletrofisiológicos, com acompanhamento nos centros de referência: curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Odontologia de Bauru/Universidade de São Paulo e Apadas na cidade de Sorocaba, dois centros com vasta experiência na área da saúde pública auditiva infantil, assim como na capacitação de profissionais para atuar nos diversos níveis de complexidade. A realização deste estudo em duas cidades de médio porte permitirá o controle de variáveis intervenientes.

MEDICINA

196

Integração tecnológica e inovação para identificação e prevenção do desaparecimento de crianças e adolescentes com deficiência

Gilka Jorge Fígaro Gattas
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53556-0
Vigência: 1/9/2010 a 31/8/2012

O desaparecimento de crianças e adolescentes é um problema grave no Brasil, onde os registros, alarmantes, são de aproximadamente 40 mil casos por ano, sendo aproximadamente 9 mil só no Estado de São Paulo, segundo os dados da Polícia Civil. Entre crianças e adolescen-

tes, os desaparecimentos parecem ocorrer principalmente por fugas de casa, decorrentes de violência doméstica (maus tratos físicos, abuso sexual intrafamiliar, violência conjugal, violência psicológica e negligência), conflitos familiares do cotidiano, consumo de álcool e drogas ou simplesmente desejo de aventura e de conhecer o mundo. No entanto, os desaparecimentos também podem ocorrer por subtrações, ou seja, quando estranhos ou familiares retiram tais crianças e adolescentes de suas casas ou mesmo de maternidades, sem autorização dos pais e/ou responsáveis, e essas podem nunca mais retomar para casa. Muitos adultos desaparecidos podem estar hospitalizados e sem condições de informar sua identificação. A dificuldade de informar dados sobre sua identidade ou de fornecer dados sobre sua família pode ocorrer quando o desaparecido encontrado é uma criança ou um adolescente com deficiências. Na verdade, os desaparecidos com deficiências podem ser encaminhados para abrigos onde correm o risco de permanecer indefinidamente, uma vez que a família não pode ser localizada em virtude das limitações físicas e/ou intelectuais desses indivíduos. Diante da gravidade do fenômeno, constata-se o reduzido número de medidas efetivas no Brasil, tanto na elaboração e utilização de tecnologias para auxiliar na busca de pessoas desaparecidas, quanto no suporte psicológico dispensado às famílias que vivem essa tragédia. Assim sendo, torna-se prioritário o desenvolvimento de pesquisas nacionais multidisciplinares que atinjam esses objetivos de forma integrada e que envolvam diferentes departamentos da academia e setores da sociedade. Acredita-se que a integração dos conhecimentos tecnológicos e científicos nacionais nas áreas de genética, biologia molecular, psicologia, direito, processamento de imagens e reconhecimento de padrões, possível de ser alcançada pelo grupo de pesquisadores e especialistas que compõem esta proposta, permite não somente superar os desafios inerentes como também propor soluções científicas e técnicas socialmente relevantes para enfrentar o problema em questão.

197

Campanha antitabagista na formação da criança e do adolescente. Avaliação de programa a ser aplicado ao público usuário do museu de anatomia humana **Professor Alfonso Bovero**

Renato Paulo Chopard
Instituto de Ciências Biomédicas
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2007/55633-7
Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

A campanha antitabagista visa ao desenvolvimento de projeto de conscientização para qualidade de vida de crianças e jovens de escolas públicas e privadas (ensino fundamental, médio e técnico), no sentido de passarem a

compreender a composição e o funcionamento do sistema respiratório humano, enfocando-se os males em consequência do uso do tabaco. Trata-se de ações educativas (palestras, dinâmicas, apresentação de peça teatral), pelas quais se busca sensibilizar o público-alvo a empreender medidas em prol da boa saúde respiratória individual e coletiva, no âmbito escolar e familiar.

198

Programa de ações integradas para prevenção e atenção ao uso de álcool e drogas/organização mundial da saúde-implementação de estratégias de diagnóstico e intervenções breves para problemas relacionados ao álcool

Erikson Felipe Furtado
Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2007/55397-1
Vigência: 1/4/2008 a 31/10/2008

Os problemas relacionados ao álcool não se restringem a dados da OMS. Considerando o consumo de álcool como fator de risco, o Brasil situa-se entre os países com taxas Daly mais elevadas. Isto decorre do alto índice de lesões e agravos decorrentes de acidentes e violência, assim como dos altos índices de hospitalizações médicas e psiquiátricas, associados ao uso excessivo de álcool. As estratégias de diagnóstico e intervenções breves vêm sendo implementadas em serviços de atenção primária à saúde através de assessoria a gestores e cursos de capacitação para os profissionais de saúde nas regiões de Ribeirão Preto e São José dos Campos, SP. Este estudo objetiva avaliar o impacto dessas estratégias.

199

Estudo do impacto de diferentes métodos de terapia renal substitutiva na leptospirose grave na UTI do Instituto de Infectologia Emílio Ribas

Antônio Carlos Seguro
Instituto de Infectologia Emílio Ribas
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2007/55258-1
Vigência: 1/4/2008 a 31/3/2010

A forma mais grave da Leptospirose, conhecida também como Síndrome de Weil, pode ser caracterizada por injúria pulmonar grave ou insuficiência renal aguda (IRA), associadas há um aumento da mortalidade. Estudos têm demonstrado que a dose da diálise pode afetar o prognóstico e a evolução dos pacientes em sepse. No entanto, o estudo dessa população em sepse é muito difícil, pois existe uma variabilidade muito grande das caracte-

terísticas dos pacientes e das doenças associadas, como, por exemplo, pacientes com distúrbios hematológicos, bronquíticos, portadores de insuficiência cardíaca, portadores de Aids, hepatopatas etc. É sabido que o aumento da dose de diálise melhora as condições metabólicas e os distúrbios hidroeletrólíticos. Os pacientes com leptospirose constituem uma população homogênea, geralmente sem comorbidades associadas, portanto se apresentando como um grupo ideal para testar esta hipótese. Recentemente, avaliamos os efeitos da dose de hemodiálise nesta população utilizando a hemodiálise clássica ou de baixa eficiência (Sled) comparando dois grupos tratados durante períodos diferentes. Nós preconizamos que a hemodiálise diária e precoce, associada ao uso de antibiótico é a melhor medida terapêutica na leptospirose grave. Propomos-nos a estudar agora se diferentes métodos (hemodiálise ou hemofiltração) poderiam interferir na evolução e mortalidade dos pacientes com leptospirose grave.

200

A organização de políticas públicas relacionadas ao uso do tabaco

Ronaldo Ramos Laranjeira
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2006/51713-3
Vigência: 1/12/2006 a 31/5/2007

Observando a tendência mundial de aumento do consumo, além da carência de serviços assistenciais direcionados aos fumantes, iniciou-se a organização de um ambulatório para implementar tratamentos baseados nas melhores evidências, que fará parte de um projeto temático, incluindo medidas preventivas de controle social como a implementação dos ambientes livres de tabaco, proibindo o uso do tabaco, em suas diferentes formas, em ambientes fechados e públicos, por meio de medidas legislativas e psicoeducacionais, assim como planejando a fiscalização da venda proibida de cigarros para menores de 18 anos nos estabelecimentos comerciais dos municípios parceiros do projeto.

201

Plano de prevenção do comportamento suicida

Neury José Botega
Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2003/07173-6
Vigência: 1/3/2004 a 30/11/2004

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 1 milhão de pessoas morreram em todo o mundo cometendo suicídio no ano de 2000. Na maioria dos países,

o suicídio é uma das 3 maiores causas de morte na população entre 15 e 34 anos. No município de São Paulo, mesmo com subnotificação, o suicídio é a quarta causa de morte na população entre 10 e 24 anos. Dos 452 casos de suicídios, em média, registrados anualmente, 66% têm menos de 45 anos de idade. Cerca de 90% dos casos de suicídio estão associados a transtornos mentais, principalmente depressão e abuso de substâncias psicoativas. Para cada morte por suicídio, estima-se que ocorram de 10 a 20 tentativas de suicídio (TS). Pode-se inferir que todo ano até 10 mil pessoas tentem suicídio no município de São Paulo. A morbidade para esses indivíduos e seus familiares representa um problema de saúde pública. Os fatores determinantes do suicídio são múltiplos e de interação complexa. Um programa de prevenção do suicídio deve envolver um esforço global da área da saúde e também de outros setores, servindo como estratégia de integração de serviços. Deve ser capaz de identificar as situações de risco e cooperar com a atenção especializada na prevenção do comportamento suicida. Deve-se articular as unidades capazes de garantir o acompanhamento das TS que chegam aos pronto-socorros, inclusive com busca ativa quando necessário. Parceiros da sociedade, como clínicas-escola de faculdades de psicologia, podem ser incorporados nesse esforço. Objetivos: 1) identificar o perfil e fatores associados às tentativas de suicídio na população de São Paulo; 2) rastrear os pontos de maior fragilidade do sistema na atenção ao comportamento suicida; 3) estabelecer uma rede de atenção a pessoas que tentam suicídio, a partir da integração e do treinamento de profissionais de diversas instituições.

202

Prevenção de quedas e “desabilidades” em idosos no âmbito da estratégia de saúde da família

Lilian Tereza Lavras Costallat
Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2003/06428-0
Vigência: 1/4/2004 a 30/9/2007

A queda é o maior problema de saúde entre os idosos. Anualmente, um em cada três idosos cai; destes, cerca de 20 a 30% permanecem com lesões moderadas ou graves que resultaram em diminuição da mobilidade, da independência e aumento do risco de hospitalização e de morte prematura. Pretendemos avaliar as características dos indivíduos acima de 60 anos de idade cadastrados em uma unidade das 10 Unidades de Saúde da Família do município de Amparo com relação a sua percepção da queda, a presença de fatores de risco e a disponibilidade para participar de um programa preventivo. Para tanto, disporemos de 7 agentes comunitários de saúde,

que serão capacitados para a aplicação dos protocolos estabelecidos. Os protocolos 1, 2, 3 e 4 (questionário demográfico; avaliação da casa e fatores de risco para queda; determinação da capacidade funcional; e história da queda) serão aplicados durante a visita domiciliar, segundo uma amostra randomizada. Os idosos visitados serão convidados a comparecer a unidade de saúde da família, onde serão realizados os protocolos 5 e 6 (história médica e medicações que esta usando hoje, e SF 36 - qualidade de vida relacionada à saúde). Além dos questionários já mencionados, serão realizados exames de audição e visão. Assim sendo, esta fase servirá para complementar o levantamento bibliográfico; consolidar a parceria com o gestor, coordenadores e equipe de saúde da família do município de Amparo; aprofundar a discussão metodológica, realizar um estudo preliminar sobre a viabilidade da proposta; capacitar à equipe local de saúde da família e os pesquisadores, incluindo os residentes e tutores de saúde da família envolvidos no projeto; avaliar a adequação e adaptar os protocolos citados na literatura internacional, visando identificar, caracterizar a casuística, os fatores de risco e os fatores culturais associados à queda.

203

Acesso, adesão e evolução de mulheres usuárias e/ou dependentes de álcool e outras drogas na implementação de programas especializados para mulheres em serviços de saúde da prefeitura do município de São Paulo

Patricia Brunfentrinker Hochgraf
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06399-0
Vigência: 1/3/2004 a 31/7/2007

Este projeto visa constituir uma parceria entre o Programa de Atenção à Mulher Dependente Química (Promud), do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq; HC; FMUSP) e a Secretaria da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo, por meio das áreas temáticas de saúde mental e DST/AIDS, na implementação de programas ambulatoriais especializados de tratamento e redução de danos a mulheres usuárias de álcool e outras drogas, em unidades de saúde. A proposta de promoção de estratégias de tratamento e redução de danos específicos para mulheres advém da experiência efetiva do Promud, bem como do amparo na literatura científica, pois estudos apontam que mulheres usuárias e/ou dependentes obtêm maior benefício quando tratadas em programas especializados e que respondam às variadas dimensões de sua problemática (SWIFT e cols., 1996; LANEHART e cols., 1994; ROTH & JAMES, 1994; HOCHGRAF, 1995).

A equipe multiprofissional do Promud se propõe a: 1) integrar experiência e conhecimento acumulado com a existente na rede municipal em duas regiões da cidade de São Paulo a serem definidas em comum acordo; 2) realizar pesquisa, comparando os dados obtidos sobre o acesso ao tratamento, adesão e evolução das mulheres nestas distintas unidades com os resultados já encontrados no Promud. As unidades serão escolhidas com base em índices socioeconômicos distintos. Verificar-se-á, enfim, se diferenças socioeconômicas influem (e de que forma) nos itens indicados acima (acesso ao tratamento, adesão, evolução). Os resultados desta pesquisa podem contribuir para o aumento da eficácia e efetividade dos serviços oferecidos às mulheres usuárias e/ou dependentes de álcool e outras drogas nos serviços de assistência da rede municipal de saúde.

204

Avaliação do impacto da implementação de diretrizes clínicas na qualidade do atendimento nas emergências psiquiátricas de São Paulo

Teng Chei Tung
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06383-7
Vigência: 1/4/2004 a 30/4/2009

O Grupo de Interconsultas do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPQ-HC-USP) atua na interface da Psiquiatria e das demais especialidades médicas. Além das atividades acadêmicas desenvolvidas junto aos alunos do curso de Medicina e médicos do programa de residência médica, realiza o atendimento de pacientes que apresentem transtornos psiquiátricos durante e após a internação nos diferentes serviços do Hospital das Clínicas, inclusive nas unidades de emergência. As pesquisas realizadas pelos integrantes do Grupo de Interconsultas incluem temas como suicídio; transtornos afetivos e psicóticos, estresse, epilepsia e outros. Nas últimas décadas, tem-se observado mudanças significativas nas modalidades de atendimento em saúde mental, inclusive os atendimentos da psiquiatria de emergência, que vem se firmando como uma área de atuação da psiquiatria clínica. Segundo informações da área temática de saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde, o município de São Paulo possui 12 serviços de emergência psiquiátrica que realizam cerca de 10 mil atendimentos mensais. Não há padronização das condutas médicas nestas emergências psiquiátricas, o que dificulta a avaliação da qualidade de atendimento. Os critérios para internação dos pacientes em enfermarias ou hospitais psiquiátricos variam entre os técnicos e os diferentes serviços criando problemas com o fluxo de pacientes. Além disso, há um

despreparo dos técnicos e seguranças para a abordagem de situações específicas, tais como casos de agitação psicomotora, violência e tentativa de suicídio. Nesta direção, o Grupo de Interconsultas, em parceria com a área temática de saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde, propõe a definição e a implementação de diretrizes clínicas nas emergências psiquiátricas do município de São Paulo. O projeto-piloto será desenvolvido em um serviço de emergência, com os seguintes objetivos: o levantamento dos principais indicadores da qualidade de atendimento; a viabilização e a sistematização das informações que forneçam os indicadores; o desenvolvimento e a implementação das diretrizes clínicas, incluindo a participação e capacitação dos profissionais do serviço; e a comparação dos indicadores antes e depois da implementação das diretrizes clínicas.

205

Realização de um ensaio comunitário na cidade de Paulínia com o objetivo de reduzir o consumo global de álcool e tabaco

Ronaldo Ramos Laranjeira
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2001/13136-0
Vigência: 1/9/2002 a 31/12/2007

Pensando no estado e na sociedade organizada como moderadores do custo social do álcool, a OMS recomenda uma série de estratégias para controlar esse produto, entre elas: aumento do preço; restrição de propaganda na mídia; restrições às vendas em alguns locais e para alguns grupos sociais, como adolescentes; educação em saúde sobre os efeitos do álcool; e organização de serviços para atendimento. A própria OMS recomenda buscar estratégias de prevenção que alterem significativamente os fatores que produzem os problemas relacionados ao álcool numa determinada sociedade. Vários estudos recentes utilizando a metodologia de ensaios comunitários mostram que essas estratégias funcionam, trazendo um benefício social relevante, mesmo em períodos de tempo de 2 anos. Com base nesses estudos, sugerimos a adoção em Paulínia de um sistema de licenças para a venda de álcool como forma de exercer controle social sobre esse produto e os problemas relacionados. Como estratégias para o estudo, o primeiro passo é convencer a população que implementar esse tipo de sistema de licenças: 1) é correto tecnicamente, pois é uma recomendação da própria OMS; 2) terá um impacto grande e rápido; 3) criará recursos para financiar os programas de prevenção. O segundo passo é convencer os políticos de que essa ação: 1) é politicamente adequada, pois é do interesse público; 2) tem o apoio popular; 3) possível de ser implementada nos municípios. Esse sistema de licenças fornecerá a base para a implantação de outras políticas que

também visem a reduzir o consumo global de álcool e os problemas relacionados na comunidade estudada: políticas de restrição do acesso ao álcool; inibição do dirigir alcoolizado; estímulo do servir bebidas com responsabilidade; redução do consumo de álcool abaixo da idade mínima. Metodologia: antes da intervenção, será feita uma avaliação de vários parâmetros, como consumo do álcool e fumo em vários grupos populacionais, com especial interesse nos adolescentes. Após essa avaliação, terá início a intervenção propriamente dita, com todas as mudanças estruturais planejadas. A seguir, faremos uma segunda avaliação para detectar as eventuais alterações de consumo e de problemas relacionados ao álcool. Utilizaremos uma cidade com características similares para comparação.

206

Avaliação da efetividade de treinamentos em saúde mental para equipes do programa de saúde da família do município de São Paulo

Paulo Rossi Menezes
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/12912-7
Vigência: 1/6/2003 a 31/1/2004

Transtornos mentais comuns (quadros depressivo-ansiosos e somatizações) e transtornos por uso de álcool são muito freqüentes na população adulta, com prevalências de cerca de 15% e 5%, respectivamente. Esses transtornos representam um grande impacto social, principalmente em termos de dias de trabalho perdidos e de conflitos nas relações familiares. Grande parte das pessoas que sofrem desses transtornos mentais é atendida por profissionais de saúde em nível de atenção primária, e cerca de 50% dos casos não são identificados. Além disso, ainda não há consenso em relação a quais intervenções são efetivas no tratamento de pessoas com esses transtornos corretamente identificadas pelos profissionais de saúde em atenção primária, sejam elas farmacológicas ou psicossociais. A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS) está implantando o Programa Saúde da Família (PSF) em diversas regiões da cidade de São Paulo, o que irá implicar na contratação de centenas de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, assistentes sociais) e milhares de agentes de saúde nos próximos meses. Essas equipes devem ser treinadas para identificar e lidar com os principais problemas de saúde da população, incluindo os transtornos mentais. Pretende-se realizar um ensaio de comunidade, no qual a intervenção é um pacote de treinamento para as equipes do PSF da SMS, visando habilitá-las a identificar e lidar com os transtornos mentais comuns e com abuso ou dependência de álcool. As equipes do PSF serão alocadas aleatoriamente para

receber ou não o pacote de treinamento, e posteriormente serão comparados diversos desfechos entre as equipes treinadas e as não treinadas quanto à proporção de suas clientela identificadas como apresentando um transtorno mental, condutas utilizadas para solucionar esses problemas em nível de atenção primária, e encaminhamentos para níveis de atenção mais complexos e especializados.

207

Programa de prevenção de recaídas do transtorno afetivo bipolar (TAB)

Ricardo Alberto Moreno
Hospital das Clínicas de São Paulo
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2001/12909-6
Vigência: 1/10/2002 a 31/7/2005

O TAB é um quadro nosológico consistente e suas síndromes são bem identificadas, permitindo diagnóstico precoce e confiável. Os tratamentos disponíveis são eficazes, tanto para as fases agudas quanto para a prevenção de recaídas, com sucesso estimado em 80% dos casos (APA 1996). O uso do lítio resultou em economia de 145 bilhões de dólares no EUA desde 1979, devido à redução de suicídios, divórcios, acidentes de carro, atos violentos e perda de produtividade (apud FIEVE 1999). Ele ainda é subutilizado na rede pública brasileira. A intervenção precoce e eficaz é essencial para a prevenção de morbidade e de internações desses pacientes. Isso faz com que ocorram poucas internações de clientes de clínicas especializadas e centros universitários de excelência, em comparação com o grande número de internações na rede pública em geral. De fato, dados do SUS indicam que mais de 10 mil Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) por ano no Estado de São Paulo são devidas ao TAB (CID-10 F30 e F31). Este projeto visa testar a eficiência de um novo modelo de acompanhamento de longo prazo de portadores de TAB na rede pública, baseado na detecção e contato precoces com centros de referências capacitados a intervir imediatamente com vistas a abortar recaídas e prevenir morbidade e internações. O sistema consiste na criação e treinamento de unidades operacionais que se responsabilizam pelo atendimento em regiões onde residam os portadores identificados pelas entidades parceiras a partir de internações ou de outras formas de atendimento, ou encaminhamentos diretamente ao projeto. Na grande maioria das regiões, o Estado de São Paulo ainda não dispõe de profilaxia com lítio de forma sistemática e eficiente. Esta etapa do projeto visa analisar o impacto da prevenção secundária no ônus pessoal, social, colaborativo e econômico da doença. Se bem sucedido, o estudo será ampliado para outras regiões e proposto como um programa permanente de governo, em parceria com a universidade e associações de familiares e pacientes.

208

Avaliação da excreção urinária de iodo e grau de iodatação do sal consumido pela população do Estado de São Paulo

Geraldo Antônio Medeiros Neto

Faculdade de Medicina

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2001/03014-5

Vigência: 1/9/2002 a 31/12/2007

O controle das moléstias decorrentes da carência crônica de iodo é efetuado pela adição desse metalóide ao sal consumido pela população em risco. O Ministério da Saúde determinou que o sal deva receber 40 a 100 mg de iodato de potássio/kg. Em maio e junho de 2000, realizamos inquérito epidemiológico em 21 cidades do Brasil central, examinando 2038 escolares (6 a 14 anos) em nove estados. Verificamos baixa incidência de bócio (1,7%), mas a excreção urinária de iodo mostrou ser muito elevada. Cerca de 70% dos escolares apresentavam nível de iodo superior a 300 ug/L urina e muitos chegaram a valores superiores a 500 ugi/dia. Tal fato aponta para ingestão de iodo acima do recomendado pela OMS. Este fenômeno apresenta risco inerente de morbidade para idosos com possibilidade de hipertireoidismo por excesso de iodo. Por outro lado, a continuada ingestão de iodo acima de 300 ug por dia, tem sido associada à maior prevalência de moléstias autoimunes da tireóide. Julgamos, portanto, que seria útil, oportuno e necessário realizar inquérito epidemiológico em escolares de São Paulo para confirmar o potencial de risco, por excesso de iodo, a que estaria sujeita a população geral (em especial, idosos). O projeto, portanto, visa examinar 1000 escolares em 8 cidades paulistas, avaliando volume tireóideo por ultrassonografia, coletar amostras de urina para dosar iodo e solicitar amostras de sal doméstico para avaliar teor de iodo no sal. Confirmando-se excesso de iodo ofertado à população, passaríamos à segunda fase, qual seja, examinar a população de idosos quanto à presença de bócio (nódulos) e hipertireoidismo, bem como pesquisar a prevalência de tireopatias autoimunes.

209

Construção de indicadores sobre grupos populacionais em situação de risco como subsídios para a construção de políticas públicas, por meio da utilização do sistema Prorastre

Júlio Cesar Daneluzzi

Associação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - NIPE

Processo 2001/02947-8

Vigência: 1/12/2002 a 31/8/2003

Partindo do pressuposto de que as políticas públicas têm o poder de afetar o bem-estar e o desenvolvimento

dos seres humanos, ao determinar as suas condições de vida, a proposta deste projeto é gerar indicadores sobre grupos populacionais em situação de risco, como subsídios para a construção e implantação de políticas públicas locais, em parceria entre o Nipe com a SMS do município de São Carlos e a maternidade da Santa Casa local, utilizando como ferramenta para coleta e organização de dados o sistema Prorastre, que vem sendo desenvolvido em parceria entre pesquisadores de diferentes universidades que compõem a equipe de pesquisa do Nipe, e profissionais atuantes na rede municipal de saúde de São Carlos. O referido sistema visa o rastreamento de populações consideradas em situação de risco para danos ou agravos à saúde e ao processo de desenvolvimento, identificadas como necessitando de atendimento especial e de intervenções, quer no âmbito da atenção primária ou intervenções terapêuticas e especializadas. O sistema permite o registro de informações dos atendimentos realizados na rede municipal de saúde e na maternidade, desde o pré-natal, por ocasião do parto, e do acompanhamento das crianças que iniciam o atendimento nos postos de saúde nos primeiros meses de vida, assim como nas idades correspondentes às portas de entrada do ensino básico. A partir dessas informações, o sistema permite identificar fatores de risco orgânicos e/ou ambientais aos quais as pessoas/famílias estão expostas, gerando subsídios para a definição de ações de intervenção. A proposta de utilização do sistema Prorastre no município de São Carlos, recentemente aprovado pela SAS/MS por meio do projeto Reforsus/ componente 11 (subprojeto: fomento, análise, avaliação e disseminação de experiências inovadoras no SUS) fornecerá os dados que serão objeto de estudo da primeira fase do projeto que está sendo submetido a FAPESP, na modalidade Políticas Públicas.

210

Avaliação da dosagem alcoólica em amostras de sangue obtidas durante exames necroscópicos realizados no centro de medicina legal da FMRP/USP

Carmen Cinira Santos Martin

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2000/13987-8

Vigência: 1/2/2002 a 31/5/2006

O abuso de álcool representa um sério problema de saúde pública. No âmbito civil, altera a saúde, desencadeando enfermidades e muitas vezes levando à morte pelo agravamento de condições patológicas prévias ou em decorrência de sua interação com medicamentos. No âmbito criminal, aquele que o ingere, fica a mercê de produzir agravos a outrem e ser o provocador da morte. Nos países desenvolvidos, a relação entre o consumo de álcool e morte

violenta tem motivado vários estudos. No Brasil, trabalho pioneiro realizado na capital do estado e financiado pela FAPESP (D'Andréa Greve, J. M. – Álcool e drogas em vítimas de causas externas. Projeto citado em *Revista Pesquisa FAPESP*, setembro/2000), quantificou essa relação em vítimas de diversas modalidades de violência. Pretendemos realizar um estudo inédito na região, envolvendo o Serviço de Verificação de Óbitos do Interior (SVOI) e o Núcleo de Perícias Médico-Legais de Ribeirão Preto (NPML-RP), no qual serão determinadas dosagens alcoólicas em amostras de sangue, obtidas durante exames necroscópicos realizados no Centro de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto para esclarecimento da *causa mortis*. As amostras de sangue serão analisadas no Laboratório de Toxicologia do Centro de Medicina Legal financiado pela FAPESP (proc. 99/11923-3), utilizando as técnicas de *headspace* e cromatografia em fase gasosa. Devido ao elevado índice de violência nesta região, e conhecendo-se a relação entre o uso de álcool e o ato violento, amplamente propagado pela literatura, tais dosagens se revestem de grande interesse científico e social.

211 Prevenção da cegueira na comunidade

Silvana Artioli Schellini
Faculdade de Medicina de Botucatu
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2000/13713-5
Vigência: 1/7/2002 a 30/11/2006

Tendo em vista que o acesso ao serviço terciário assim como o comparecimento para exame especializado depois de detectado o problema nem sempre são fáceis, estamos propondo este projeto que tem por objetivo o desenvolvimento de uma unidade móvel para detecção e tratamento das patologias oculares na população. O 'parceiro' para o presente estudo é a Secretaria Municipal de Saúde de Botucatu; o mesmo material permanente poderá ser utilizado em estudos futuros com novos 'parceiros'.

212 Centro de formação de multiplicadores e cuidadores da saúde do Estado de São Paulo

Rames Mattar Júnior
Instituto de Ortopedia e Traumatologia
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2000/02057-0
Vigência: 1/1/2001 a 30/6/2004

A formação de nucleadores e multiplicadores de agentes de diversos níveis (profissionais de nível médio, técnico e superior) e cuidadores (leigos) coadjuvantes à

assistência médica constitui-se hoje numa prática comprovadamente eficaz e numa poderosa ferramenta para redução de custos do sistema público de saúde. O estabelecimento destas práticas por toda a rede depende da formação de multiplicadores, política que se pretende implementar e avaliar. Instalar-se-á uma moderna e adequada unidade, onde serão concentradas as atividades teóricas e de treinamento básico e utilizadas unidades específicas, com experiência comprovada nas respectivas áreas, para treinamento avançado e estágios supervisionados em condições reais. Este centro constitui-se numa ferramenta para desenvolver, controlar e avaliar protocolos, procedimentos e práticas de atendimento em vários níveis, para uso pelos profissionais médicos, não médicos e cuidadores (leigos) e o estabelecimento de um núcleo de formação e treinamento de multiplicadores que difundirão estes conhecimentos pelas unidades que integram a coordenadoria de saúde da região metropolitana da grande São Paulo. Pretende-se a sistematização da formação e treinamento de leigos para atuarem como cuidadores em ambiente hospitalar e/ou doméstico, principalmente no atendimento a pacientes pediátricos, geriátricos e deficientes (também denominados cuidadores informais e/ou atendentes pessoais), agentes comunitários e para o transporte interhospitalar; profissionais de nível médio e/ou técnico para atuarem como agentes comunitários, agentes para atendimento pré-hospitalar (resgate), animadores comunitários (qualidade de vida saúde mental) e de nível superior, médicos e não médicos, como agentes para atendimento pré-hospitalar e animadores comunitários. Serão respeitadas as áreas de atuação das profissões regulamentadas e observados os aspectos éticos e legais cabíveis (todos os protocolos serão submetidos às Comissões Científicas e de Ética).

213 Centro de estudos demográficos e do perfil sócioeconômico dos usuários do sistema de saúde do Estado de São Paulo

Olavo Pires de Camargo
Instituto de Ortopedia e Traumatologia
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2000/02056-3
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2006

Este centro é um projeto desenvolvido pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por meio de sua Superintendência, da Coordenadoria de Atividades do Serviço Social (CASS) e de suas unidades (Instituto de Ortopedia e Traumatologia, Instituto Central, Instituto da Criança, Instituto do Coração, Instituto de Psiquiatria, Divisão de Medicina de Reabilitação, Hospitais Auxiliares de Suzano e Cotoxó e Serviço de Assistência Médica e Social aos Servidores), e pela

Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, por meio de sua Coordenadoria de Saúde da Região Metropolitana da Grande São Paulo - CSRMGSP, como instituição parceira. Conta ainda com a participação e apoio das seguintes instituições: Hospital das Clínicas da Unicamp, Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais das Unidades de Ensino e Pesquisa da USP de Bauru, Hospital Universitário da USP. O projeto consiste na implantação de um sistema fundamental para a elaboração, controle e avaliação de políticas e estratégias na área da saúde do Estado de São Paulo. Inclui a instalação de servidores, um banco de dados em plataforma Oracle (hardware), programas para aquisição e tratamento de dados (software) e o desenvolvimento de planilhas e/ou de formulários pelas equipes de especialistas de todas as instituições participantes. Os dados demográficos, socioeconômicos (gerais) e relacionados a projetos específicos (individuais), permitirão uma contínua, representativa, precisa e atualizada visão do perfil dos usuários do sistema de saúde e da inter-relação das unidades que integram a rede estadual de saúde e a elaboração, de forma ágil e adequada, de políticas administrativas e de estratégias assistenciais, em diversos níveis. A escala-piloto atenderá as unidades do HC e as indicadas pela CSRMGSP, numa segunda fase, expandida às instituições de apoio e, após aprovação do sistema, gradual e continuamente a toda a rede de saúde do Estado de São Paulo (3ª etapa).

214 Desenvolvimento de proposta de política sobre drogas para universidades públicas estaduais de São Paulo

Arthur Guerra de Andrade
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/02019-0
Vigência: 1/1/2001 a 30/6/2004

O consumo de álcool e outras substâncias psicoativas nas universidades tem sido motivo de preocupação crescente. Embora faltem acompanhamentos sistemáticos e abrangentes dessa população, as evidências epidemiológicas disponíveis sugerem um aumento no consumo de diversas substâncias. Diante dessa situação, a ausência de uma política clara sobre o tema álcool e outras drogas nas universidades só contribui para o agravamento do problema. Faltam instrumentos que direcionem as ações cabíveis envolvendo alunos, professores e funcionários das universidades. Criada em junho de 1998, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) têm desenvolvido parcerias com varias entidades da sociedade, no sentido de promover ações em diversos níveis de intervenção, envolvendo não só a repressão, mas também prevenção e tratamento. Uma das ações ora em desenvolvimento é o de uma cam-

panha de prevenção ao uso de drogas nas universidades, para a qual foi estabelecida uma parceria entre a Senad e o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), uma instituição não-governamental e filantrópica. Além de oferecer estágios para estudantes (em nível técnico e superior) em empresas, o CIEE também promove programas de alcance social mais amplo, como alfabetização de adultos e fóruns de debates sobre a realidade brasileira. O presente projeto visa a elaboração de uma proposta de política para álcool e outras drogas para universidades públicas estaduais de São Paulo, que possa servir de base para a elaboração de políticas semelhantes em outras instituições de ensino superior públicas ou privadas localizadas no país. Uma etapa preliminar do projeto prevê a realização de uma pesquisa da situação na USP, que já conta com um programa específico direcionado para a questão das drogas, envolvendo prevenção e tratamento. Numa etapa subsequente, as ações propostas serão estendidas para a Unesp e a Unicamp.

215 Pré-projeto de avaliação de variáveis epidemiológicas e clínico-laboratoriais antes e após a implantação de um sistema de atendimento integrado do paciente diabético

Daniel Giannella Neto
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/02013-2
Vigência: 1/1/2001 a 31/10/2001

Espera-se que a prevalência mundial de diabetes passe dos atuais 110 milhões para 240 milhões de pessoas acometidas em 2010. O controle metabólico intensivo, o tratamento da hipertensão, das hiperlipemias e os esforços nas mudanças de estilo de vida serão grandes devoradores dos recursos financeiros destinados aos sistemas de saúde em todo mundo. Para que seja possível amenizar os custos sobre os sistemas de saúde, são necessárias medidas urgentes e eficazes no planejamento das demandas que os pacientes diabéticos irão exercer. Atualmente, as intervenções terapêuticas adotadas baseiam-se não somente nas análises epidemiológicas, retrospectivas e correlativas, sobre a prevenção da doença, como também em delineamentos experimentais prospectivos que comparem os métodos estabelecidos com novas formas de terapia. A prevenção do diabetes em nível primário deve prever a instituição de medidas que visem mudança no estilo de vida, diagnóstico efetivo e tratamento precoce do estado diabético; a secundária, a detecção precoce das complicações; e, a terciária, o tratamento efetivo destas complicações. O objetivo deste projeto é comparar diferentes variáveis epidemiológicas e clínico-laboratoriais

avaliadas nos pacientes assistidos pelo atual sistema de atenção ao diabético antes e após a implantação de um programa-modelo que vise a integração das atuais UBSs e uma instituição de ensino universitário, prorrogando o advento das complicações tardias do diabetes mellitus com o emprego de critérios clínicos de diagnóstico e intervenções terapêuticas de acordo com o preconizado nos últimos consensos. Os dados acumulados pelo projeto em apreço poderão permitir o desenvolvimento de medidas de prevenção, diagnóstico, controle e tratamento do paciente com diabetes mellitus no âmbito da rede pública de saúde.

216

Avaliação técnica e gerencial dos serviços de hemoterapia da região de abrangência do hemocentro de Ribeirão Preto

Dimas Tadeu Covas

Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto
Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SSSP)
Processo 2000/01854-3
Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2003

A HemoRede SP (Sistema Estadual de Sangue e Hemoderivados) constituiu-se de 5 hemocentros públicos (1 na capital e 4 no interior) que coordenam uma rede capilar de serviços de hemoterapia. O hemocentro de Ribeirão Preto, por meio de sua rede de 13 unidades, atende diretamente 110 serviços de hemoterapia (agências transfusionais), que são responsáveis pelo atendimento hemotérico de 174 municípios das regiões de Franca, Ribeirão Preto, Barretos, Araraquara, Jales, Fernandópolis, Santa Fé do Sul, Araçatuba e Presidente Prudente. Embora, a qualidade do sangue fornecido seja controlada com os mesmos padrões dos países desenvolvidos (o hemocentro de Ribeirão Preto recebeu recentemente a certificação ISO 9002) e os serviços de hemoterapia sejam regularmente inspecionados pela Vigilância Sanitária, pouco se conhece a respeito da qualidade técnica e gerencial destes serviços, visto que não existem instrumentos adequados para a realização dessa tarefa. Portanto, a qualidade da atividade hemoterápica realizada na ponta do sistema não é conhecida. Conhecer esta realidade é fundamental tanto para a formulação de políticas públicas para o setor, como para permitir a melhoria da qualidade da área de hemoterapia.

MICROBIOLOGIA

217

Utilização de métodos moleculares no rastreamento de fontes de contaminação fecal em águas superficiais no Estado de São Paulo

Laura Maria Mariscal Ottoboni

Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2007/55312-6
Vigência: 1/4/2008 a 31/1/2011

Para um gerenciamento mais efetivo do recurso hídrico deve ser identificada a fonte de contaminação fecal antes da adoção das medidas de remediação. Este projeto tem como objetivo a obtenção de marcadores moleculares que permitam identificar a origem da contaminação fecal e a aplicação dos mesmos para auxiliar no rastreamento de fontes de contaminação em águas superficiais no Estado de São Paulo. Para isto, será inicialmente construído um banco de linhagens de referência de *E.coli* isoladas de fezes humanas, animais e de esgoto, e identificados marcadores moleculares utilizando-se as técnicas de REP-PCR e Maldi-Tof. A utilização desses marcadores será validada e implantada pela Cetesb para apoiar suas ações.

NUTRIÇÃO

218

Programa de mudança de estilo de vida para prevenção e tratamento das doenças crônicas não-transmissíveis: capacitação profissional, gestão e pesquisa

Roberto Carlos Burini

Faculdade de Medicina de Botucatu
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2003/06394-9
Vigência: 1/5/2004 a 31/12/2007

As doenças crônicas não transmissíveis são causas prevalentes de morbimortalidade mundial. A mudança de estilo de vida tem sido recomendada como uma das bases da prevenção e tratamento destas doenças. O programa engloba avaliações periódicas médica, nutricional, laboratorial e do condicionamento físico. O objetivo deste estudo é elaborar um diagnóstico da população atendida com ênfase na prevenção e identificação de fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis. A partir deste diagnóstico inicial, são aplicadas medidas de intervenção com enfoques nutricionais (orientação alimentar) e físicos (exercício físico supervisionado). Trata-se de projeto de pesquisa e assistência desenvolvido na cidade de Botucatu (SP) com a população adulta acima de 40 anos de ambos os sexos. A assistência gera resultados que fundamentam a intervenção e que são analisados cientificamente na forma de teses acadêmicas e divulgados em encontros da área de saúde coletiva, nutrição e atividade física. Os resultados obtidos anteriormente (desde 1992) denotam os efeitos benéficos deste tipo de programa sobre enfermidades crônicas, como obesidade, hiperglicemia, hipertrigliceridemia, hipertensão arterial sistêmica e osteoporose. O

projeto permite, ainda, a capacitação e reciclagem da equipe multiprofissional. Tal capacitação pode ser estendida a profissionais de outras prefeituras, uma vez que permite a interação desses profissionais na discussão, planejamento e aplicação de um programa que visa promover a melhoria da saúde e da qualidade de vida.

ODONTOLOGIA

219

Desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde odontológica em interface com saúde mental

Marina Helena Cury Gallottini de Magalhães
Faculdade de Odontologia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2007/55252-3
Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

O Centro de Atendimento a Pacientes Especiais da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, exercendo sua atribuição de pesquisar e contribuir com novos ideários científicos para a construção de um sistema de saúde democrático, integral e equânime, propõe estudos que tragam uma eficiência maior ao ato do dentista em relação ao tratamento curativo e preventivo dos pacientes portadores de psicose, que incluem pacientes com comportamento autista, portadores de esquizofrenia, psicose maniaco-depressiva e fobias. Além da elaboração de instrumentos de ensino, presenciais e à distância, estabeleceremos protocolos para tratamento odontológico sob anestesia geral ambulatorial para pacientes não colaboradores.

220

Saúde bucal da população rural: desenvolvimento de metodologia para implementação da atenção odontológica no Programa Saúde da Família

Nemre Adas Saliba
Faculdade de Odontologia de Araçatuba
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2003/07175-9
Vigência: 1/3/2004 a 30/11/2006

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído com uma nova formulação política e organizacional para reordenar os serviços e ações de saúde. Como forma de operacionalizar tais ações, o Ministério da Saúde incentivou os municípios a implantarem o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), visando contribuir com a construção de um novo modelo assistencial com ênfase em ações de promoção da saúde. Para ampliar as ações desenvolvidas pelo PACS, instituiu-se em 1994 o Progra-

ma Saúde da Família (PSF), cujo principal propósito é reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases, com suas ações voltadas para o núcleo familiar. A estratégia do PSF incorpora e reafirma os princípios básicos do SUS - universalização, descentralização, integralidade e participação da comunidade - priorizando as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua. Historicamente, na zona rural, a falta de investimentos nos serviços públicos tem contribuído para o êxodo dessa população em direção aos centros urbanos que exercem poder de atrações decorrentes das melhores e mais diversificadas oportunidades de trabalho e de acesso a esses serviços. Torna-se importante propiciar adequadas condições de vida que facilitem a permanência da população rural vinculada ao campo, o que se justifica devido à importância do setor primário no processo do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Os municípios de pequeno porte apresentam dificuldades de organizar seus serviços de saúde por disporem de poucos recursos financeiros, escassez de pessoal qualificado. No tocante a saúde bucal do homem do campo, a falta de trabalhos científicos não permite inferir a real condição de saúde dessa parcela da população. Embasando-se no conteúdo acima citado, é possível justificar a elaboração deste projeto, que visa o desenvolvimento de uma metodologia para implementação da atenção odontológica no Programa Saúde da Família na população rural.

221

Problemas gengivais e a saúde geral da população

Arthur Belem Novaes Júnior
Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/13197-0
Vigência: 1/9/2002 a 31/5/2003

Pesquisas recentes têm sugerido forte associação entre saúde oral deficiente – mais especificamente a doença periodontal – e doenças cardiovasculares, partos prematuros, pneumonia e mortes sem causa específica. Além da resposta bucal local, o hospedeiro manifesta uma resposta sistêmica, com produção de altos níveis de anticorpos séricos. Por exemplo, uma infecção por *Actinobacillus actinomycetemcomitans* (Aa) pode resultar na produção de anticorpos anti-Aa em níveis bastante elevados, podendo se aproximar dos níveis de anticorpos presentes em infecções sistêmicas disseminadas, como na sífilis terciária (Beck *et al.*, 1996). Os beneficiários, participantes do projeto, receberão exame médico, odontológico e laboratorial, e serão submetidos a anamnese criteriosa. No exame odontológico serão verificados os seguintes parâmetros: presença de sangramento a sondagem; presença de biofilme dental; profundidade clínica de sondagem; nível de in-

serção; e perda óssea. Entre os exames laboratoriais, será coletado material para análise microbiológica e imunológica para se verificar a presença de patógenos periodontais e níveis alterados de anticorpos. Todos os pacientes selecionados receberão tratamento e acompanhamento médico necessário, instruções de higiene, tratamento periodontal básico e, se necessário, receberão tratamento específico cirúrgico complementar. Posteriormente, terapia de suporte. Em decorrência do atendimento e coleta de informações sobre as diferentes patologias, será possível criar grupos de estudos específicos que desenvolverão subprojetos de pesquisa. Cada subprojeto terá basicamente a mesma metodologia de pesquisa. Os dados coletados em exames clínicos e laboratoriais, antes e depois do atendimento, serão agrupados, analisados e correlacionados com as manifestações de saúde geral do indivíduo. Desta forma, será estabelecido o perfil médico-odontológico do paciente, definindo fatores de risco, interações entre patologias e o efeito do tratamento bucal sobre as outras patologias.

222

Desenvolvimento de estratégias para reciclagem e treinamento de profissionais da saúde no atendimento do paciente geriátrico

Renato Salviato Fajardo

Faculdade de Odontologia de Araçatuba
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2001/12910-4
Vigência: 1/9/2002 a 31/7/2006

A cognição de envelhecimento pode ser revista. A cultura ocidental parece não avaliar com precisão o acúmulo de experiências que um indivíduo vai perfazendo na vida. Sua relação com sabedoria não se configura de forma direta e a estigmatização da terceira idade, como um fardo a ser inexoravelmente assumido, sugere considerar-se quase que como fatalidade. Assim sendo, há que se procurar novas bases para integração e reconhecimento dos aspectos contributivos dessa faixa etária da população, na construção de um movimento saudável, apropriado para a realidade que a cerca. Hipóteses: o método “Sábio e saudável, uma nova visão da 3ª idade”, interfere positivamente na qualidade de vida dos pacientes geriátricos, no bem-estar dos profissionais da saúde e nas instituições que atendem essa demanda. Metodologia: 1) treinamento de monitores: psicólogos serão capacitados com o material desenvolvido na temática “psicologia e fisiologia do idoso”; 2) avaliação prévia: aplicação de instrumentos diagnósticos para quantificar o nível de ansiedade dos pacientes e profissionais da saúde que prestam serviços de interesse do projeto, assim como, levantar parâmetros do nível de efetividade da estrutura de atendimento; 3)

reciclagem dos profissionais: treinamento e implementação de mudanças com 489 profissionais de variadas áreas da saúde, por meio de atividades grupais em três módulos. Temas: 1) aspectos psicológicos do idoso; 2) aspectos fisiológicos do idoso; 3) aplicabilidade do conteúdo no atendimento; 4) avaliação posterior: os instrumentos de diagnóstico serão reaplicados em três meses para dar parâmetros da efetividade ao projeto.

PARASITOLOGIA

223

Programa educativo para alunos de escolas do ensino fundamental sobre um vetor e sua relação com o patógeno, tendo dengue como modelo

Newton Goulart Madeira

Instituto de Biociências de Botucatu
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2003/07160-1
Vigência: 1/3/2004 a 31/12/2007

No Estado de São Paulo, existem 490 municípios infestados pelo *Aedes aegypti*, sendo que em 190 há a transmissão da doença. Até maio de 2003, são 40 mil casos suspeitos de dengue clássica, 14 de dengue hemorrágica e 1 óbito. Com este cenário, estamos sujeitos a enfrentarmos situações epidêmicas graves em muitas cidades. O controle e a prevenção têm que ser realizados, impedindo a multiplicação do vetor, destruindo seus criadouros e combatendo o inseto adulto. Praticamente é impossível, com apenas a atuação dos órgãos governamentais de saúde, dar combate ao vetor. A participação dos moradores é essencial no controle, pois os recipientes eliminados pelas equipes de controle são sistematicamente produzidos ou substituídos pela própria comunidade. A educação da população na prevenção e no controle do vetor é uma das medidas mais eficazes e que deve ser incentivada, ela tem validade por longo prazo e precisa ser parte de uma estratégia que inclua a comunidade. A educação dos alunos na escola pode ser capaz de levar a mudança de hábitos e motivar a participação da comunidade. Hábitos de higiene, nutrição, cuidados para evitar e prevenir as mais diferentes infecções acompanham o indivíduo por toda sua existência. Nos EUA, é calculado que a cada unidade monetária gasta em educação para a saúde são economizadas 14 unidades gastas com fumo, álcool, uso de drogas, doenças sexuais etc. A escola apresenta-se como um excelente local para o desenvolvimento do módulo educacional sobre dengue, principalmente devido à estratificação por idade e nível de conhecimento, permitindo dirigir o ensino em diferentes níveis de complexidade, pois apenas a informação pontual não é suficiente para a mudança de comportamento.

SAÚDE COLETIVA

224

Elaboração de um modelo de acolhimento com classificação de risco para unidade não hospitalar de urgência e avaliação de sua influência na reordenação do acesso aos serviços da rede de saúde

José Sebastião dos Santos
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/51973-3
Vigência: 1/12/2009 a 30/11/2011

O Acolhimento com Classificação de Risco (ACR) e a Regulação da Assistência (RA) na saúde são estratégias para ordenar o acesso dos usuários à rede assistencial e garantir respostas oportunas, aumento de resolubilidade dos serviços e redução de intervenções desnecessárias e sequelas. Por outro lado, essas estratégias ainda são pouco avaliadas nos aspectos da estrutura, dos processos de trabalho e dos resultados. O objetivo deste projeto é elaborar um modelo de ACR para unidade não hospitalar de atenção às urgências e, em sintonia com a RA, avaliar o impacto na reordenação do acesso da população, particularmente para a atenção básica e para centros de tratamento de doenças isquêmicas cardíacas e cerebrovasculares.

225

O uso de técnicas de geoprocessamento em estudos epidemiológicos do suicídio e tentativas de suicídio: subsídios para o planejamento, implementação e avaliação de programas de prevenção

Roberto Tykanori Kinoshita
Campus Baixada Santista
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2007/55399-4
Vigência: 1/7/2008 a 30/4/2009

O projeto visa analisar a distribuição espacial de eventos de suicídio e tentativas de suicídio no município de Santos, correlacionando-os com fatores socio-geográficos, mediante uso de técnicas de geoprocessamento. O projeto está composto de três subprojetos: a) realizar levantamentos epidemiológicos sobre o suicídio e constituir uma base de dados conjugada ao Sistema de Informação Geográfica (SIG) da Prefeitura Municipal de Santos, primeiro passo para a implantação de um observatório de vigilância de suicídios; b) desenvolver e analisar um projeto de busca ativa para a prevenção de suicídios segundo proposta da OMS; c) estudo qualitativo de familiares de casos de suicídio identificados pelo geoprocessamento.

226

Pacto pela saúde e a questão regional no Estado de São Paulo: fatores intervenientes e reorientação da política da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo

Nelson Ibanez
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa São Paulo
Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho (FAVC)
Processo 2007/55256-9
Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

O Plano Estadual de Saúde de São Paulo, em elaboração, prevê a reformulação da estrutura regional da saúde segundo o Pacto pela Saúde (Ministério da Saúde, 2006). Assim, o plano conta com a organização de novas regiões de saúde, pela pactuação intermunicipal, e seus colegiados de gestão regional. A Secretaria de Estado da Saúde (SES) rediscute, portanto, seu papel na regionalização do sistema. A pesquisa pretende identificar os condicionantes da reestruturação regional da saúde e contribuir com subsídios para a construção de uma estrutura regional mais ampla e fortalecida politicamente, considerando: o setor privado de saúde; os consórcios intermunicipais; as desigualdades intermunicipais; e a organização interna da SES.

227

Construção de políticas públicas na epilepsia

Li Li Min
Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2006/51783-1
Vigência: 1/12/2006 a 31/3/2010

O Estado constitui-se meio para que indivíduo e sociedade possam atingir seus respectivos fins particulares, que favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana. No Brasil, estima-se que existam três milhões de pessoas com epilepsia. O objetivo geral desta proposta é capacitar agentes comunitários de saúde para identificar casos de epilepsia na comunidade, desenvolver grupos de reflexão e ações lúdicas, terapia cognitivo-comportamental, a partir da perspectiva integral da medicina chinesa. Com isso, ampliar o debate em diferentes espaços da sociedade civil organizada para pensar a construção de políticas públicas específicas para a epilepsia.

228

Projeto de políticas públicas para plantas medicinais e fitoterapia na rede municipal de saúde de Pindamonhangaba

Sandra Maria Pereira da Silva

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado
de São Paulo (SAASP)
Processo 2006/51778-8
Vigência: 1/12/2006 a 31/10/2009

O presente projeto sobre Políticas Públicas de Plantas Medicinais e Fitoterapia na rede municipal de saúde de Pindamonhangaba foi construído ao longo de várias reuniões com a equipe de pesquisadores participantes e, anterior às reuniões, ao longo de vários anos, por meio do Grupo de Estudo de Práticas Alternativas em Saúde de Gepas, alocado na Secretaria Municipal de Saúde de Pindamonhangaba. Os objetivos deste projeto são: 1) sistematizar a história do projeto de Fitoterapia de Pindamonhangaba mediante a criação de um banco de dados e produção de documentário sobre o Gepas; 2) realizar diagnóstico das instituições governamentais e não governamentais que trabalham com plantas medicinais e fitoterapia, no município e região.

229

Construindo uma matriz de vulnerabilidade para a identificação de grupos populacionais prioritários no Estado de São Paulo: etapa para implementação de política de prevenção para DST, HIV e Aids

Eliseu Alves Waldman
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51728-0
Vigência: 1/12/2006 a 31/10/2009

O presente projeto tem por objetivo desenvolver um instrumento, a matriz de vulnerabilidade, com a finalidade de identificar e hierarquizar indicadores sociais, econômicos e epidemiológicos que auxiliem os gestores locais na identificação dos segmentos populacionais mais vulneráveis às DST e à aids. A partir da elaboração desta matriz, este projeto propõe, ainda como segunda fase, o desenvolvimento de um instrumento eletrônico de monitoramento que relacione as informações do diagnóstico de vulnerabilidade do município com as ações executadas por ele, para, assim, identificar necessidades, ampliar cobertura de ações e aprimorar as ações de prevenção em DST/ aids já implementadas.

230

Caminhos da integralidade: levantamento e análise de tecnologias de cuidado integral a saúde em serviços de atenção primária em região metropolitana

José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2006/51688-9
Vigência: 1/7/2007 a 31/5/2010

O objetivo do projeto é conhecer o modo como o princípio da integralidade está sendo operado em unidades básicas de saúde do município de São Paulo, no contexto das recentes reformas sofridas pelo setor. Trata-se de estudo sobre tecnologias de atenção primária à saúde, de caráter qualitativo, baseado em metodologias combinadas (observação direta, entrevistas, grupo focais, análise documental). A pesquisa será desenvolvida em 14 unidades básicas da região do Butantã. Buscar-se-á trazer subsídios para a construção de indicadores de integralidade para planejamento e avaliação de ações de atenção primária, mapeamento e otimização de inovações tecnológicas e fortalecimento de redes intra e interserviços.

231

Ações interinstitucionais para o diagnóstico e prevenção de acidentes do trabalho: aprimoramento de uma proposta para a região de Piracicaba

Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela
Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo
Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)
Processo 2006/51684-3
Vigência: 1/12/2006 a 31/10/2009

Os acidentes do trabalho constituem o principal agravamento à saúde dos trabalhadores no Brasil. A diminuição destes agravos é prioridade para o Ministério da Saúde. Dando continuidade à pesquisa Diatop – Políticas Públicas (FAPESP 00/13719-3), esta proposta de pesquisa tem como objetivos o aprimoramento do Sistema de Vigilância em Acidentes do Trabalho de Piracicaba Sivat, de modo a dotá-lo de ferramenta apropriada para o registro informatizado e transmissão via internet dos relatórios de atendimento aos acidentados do trabalho, bem como a obtenção do diagnóstico de situações críticas geradoras de acidentes nos setores da construção civil, no corte da cana-de-açúcar e nas empresas com maior incidência de acidentes.

232

Intersetorialidade, programas sociais e atenção básica à saúde: diagnóstico e proposição de estratégias de difusão de informação no município de Piracicaba: um estudo de caso

Beatriz Helena Carvalho Tess
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/51580-3
Vigência: 1/2/2007 a 30/11/2009

Os objetivos deste estudo são caracterizar os programas sociais disponíveis para a população de Piracicaba; avaliar o nível de conhecimento dos profissionais de saúde da atenção básica sobre os programas; e propor estratégias de divulgação dos programas sociais com a participação dos profissionais e serviços de saúde do município. As informações serão obtidas por meio de revisão de documentos e entrevistas realizadas com dirigentes ou técnicos dos órgãos da prefeitura de Piracicaba e com uma amostra dos profissionais que atuam na atenção básica à saúde. Resultados esperados: diagnóstico da situação dos programas sociais disponíveis em Piracicaba e a proposta de instrumentos de divulgação sobre os mesmos.

233

Cuidar e incluir: identificando necessidades de idosos de baixa renda no município de São Paulo

Júlio Litvoc

Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06430-5
Vigência: 1/3/2004 a 31/5/2008

O acelerado processo de envelhecimento populacional, que, no Brasil, comporta uma acentuada desigualdade social, tem colocado desafios para as políticas públicas e para as ações de saúde e de assistência social. Em São Paulo, com o Programa Saúde da Família, diversificaram-se as ações comunitárias, revelando necessidades ainda pouco conhecidas. O efetivo atendimento aos idosos requer ações com complexidades variadas que prescindem de articulação dos equipamentos sociais, de saúde e comunitários. Há ainda pesquisas que apontam que muitos idosos se encontram em precárias condições de cuidado, estando alguns deles abandonados. Situação confirmada pelas experiências de atendimento a idosos de baixa renda de duas regiões da cidade de São Paulo: 1) região central, referida ao Centro de Saúde Escola (CSE) da Santa Casa de São Paulo, ao Distrito de Saúde de Vila Mariana e ao Núcleo de Atenção ao Idoso Santa Cecília da Secretaria Municipal da Saúde; 2) região do Butantã, situada na periferia, referida ao CSE do Butantã da FMUSP. Essas experiências indicam que há uma demanda social para que o setor público responsabilize-se pela prestação de cuidados sociais e de saúde, com políticas específicas que busquem promover a autonomia, o autocuidado, a integração social e a melhoria da qualidade de vida e evitar a institucionalização, ainda bastante comum entre idosos de baixa renda que apresentam comprometimento da capacidade funcional para as atividades diárias. Pela carência de dados, primeiramente realizaremos pesquisa exploratória a partir dos atendimentos efetuados nos equipamentos de saúde e sociais das regiões escolhidas, para traçar um

perfil sociodemográfico e de saúde dos idosos e de seus eventuais cuidadores e identificar as necessidades de saúde e de assistência social. Na segunda etapa, por meio de uma amostra probabilística de ambas as regiões, investigaremos a prevalência dos agravos de saúde e dos tipos de cuidado, identificando também cuidadores e as possibilidades de se implantar políticas públicas específicas.

234

Gestão e avaliação em atenção básica de saúde e do programa de saúde da família em um distrito de saúde (122 mil habitantes) no município de Ribeirão Preto

Laércio Joel Franco

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06429-7
Vigência: 1/10/2004 a 31/5/2005

Propõe-se pesquisa sobre gestão da Atenção Básica de Saúde (ABS) e do Programa Saúde da Família (PSF), elaborado por um grupo de pesquisadores, multiprofissional e multidisciplinar. Pretende-se transformar as UBS e unidades de saúde da família em unidades docentes de saúde. Abrangerá: 1) a formação dos profissionais de saúde para trabalhar em equipe multiprofissional e multidisciplinar, elaborar e realizar pesquisas operacionais no nível de ABS, desenvolver programas de educação continuada no âmbito das unidades de saúde, e participar de atividades educacionais para a equipe e a comunidade; 2) a gestão propriamente dita, considerando a capacitação clínico-epidemiológica orientada para as necessidades de saúde da comunidade, o trabalho em equipe multiprofissional, e a percepção do usuário; 3) avaliação em saúde na área do distrito de saúde oeste (122 mil habitantes) do município de Ribeirão Preto-SP, utilizando indicadores e parâmetros do Ministério da Saúde. Além disso, será investigada a satisfação e opinião dos trabalhadores e dos usuários. Na fase I do projeto, serão realizados seminários que abordarão os temas: gestão do sistema de ABS e Saúde da Família; relações entre os gestores local do SUS e as universidades na prestação de assistência, ensino e pesquisa; metodologias para a formação pedagógica e de pesquisa no sistema de ABS. Espera-se, com a participação de assessorias externas nesses seminários interinstitucionais, definir pontos a serem investigados na fase II.

235

Malária autoctone em áreas de Mata Atlântica do Estado de São Paulo: caracterização do problema e subsídios para seu controle

Gerhard Wunderlich

Instituto de Ciências Biomédicas
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2003/06420-0
 Vigência: 1/3/2004 a 31/10/2007

Entre 1983 e 2001, a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo registrou 187 casos autóctones de malária adquiridos em áreas cobertas por Mata Atlântica, tendo como principais vetores *Anopheles cruzii* (Kerteszia) e *A. bellator* (K.). Os principais focos estão na zona rural dos municípios de Peruibe, São Sebastião e Juquitiba. Cerca de um quarto da população desses focos apresenta evidência sorológica de exposição recente a diversas variantes de *Plasmodium vivax* ou *P. malariae*, apesar do pequeno número de casos clínicos de malária. Estes dados sugerem uma alta prevalência de infecção assintomática, de difícil detecção pelos métodos parasitológicos tradicionais. Esses portadores assintomáticos podem servir como fonte de infecção para os vetores de diferentes regiões do estado, permitindo a disseminação da endemia. Este projeto colaborativo com a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) (órgão responsável pelo planejamento e execução de medidas de controle de malária em São Paulo), objetiva: a) investigar a prevalência de infecção malárica (sintomática e assintomática), em populações humanas de focos com transmissão autóctone de malária detectada ao longo das duas últimas décadas, com o emprego de métodos diagnósticos de alta sensibilidade; b) identificar, por meio de técnicas microscópicas e moleculares (amplificação e seqüenciamento de genes informativos do ponto de vista taxonômico), as espécies de plasmódios responsáveis pela malária autóctone na região; c) identificar as possíveis fontes de infecção (humanas e não-humanas) para os vetores; e d) caracterizar o padrão de imunidade antimalárica das populações humanas. Deste modo, objetiva-se fornecer subsídios para o planejamento de medidas de controle da malária adequadas as características epidemiológicas da região.

236

Bases para a implantação de um serviço público do trabalhador no trabalho informal e em micro e pequenas empresas de comércio hortifrutigranjeiro no Estado de São Paulo

Maria Inês Monteiro
 Faculdade de Ciências Médicas
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2003/06410-4
 Vigência: 1/7/2004 a 31/7/2008

O projeto visa desenvolver capacidade analítica e mecanismos que viabilizem a formulação e implementação de políticas públicas de saúde do trabalhador, em serviço público de saúde. Essa solicitação representa experiência

desenvolvida ao longo de anos com o trabalhador de pequena e microempresa no comércio hortifrutigranjeiro, propiciando condições adequadas de saúde e segurança no ambiente de trabalho, tendo em vista a importância da qualificação do comércio hortifrutigranjeiro e a necessidade de incrementar a produtividade e a capacidade de concorrência. Propõe-se a criação e testagem da eficácia e da efetividade epidemiológica na clínica ampliada de equipes de saúde do trabalhador com estrutura semelhante à da saúde da família. Diante do exposto, pretende-se produzir propostas diagnósticas que identifiquem as principais prioridades tendo como finalidade embasar a construção de políticas públicas de saúde do trabalhador.

237

Crianças em situação de risco social: limites e necessidades da atuação do profissional de saúde

Nivaldo Carneiro Júnior
 Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa São Paulo
 Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho (FAVC)
 Processo 2003/06405-0
 Vigência: 1/4/2004 a 30/6/2007

A região central do município de São Paulo concentra um número expressivo de crianças que vivem em situação de risco social – exposta às circunstâncias da pobreza, violência, uso de drogas, vivência de rua, entre outras. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que o Estado é responsável pela elaboração de políticas públicas que garantam a prioridade de atendimento e integralidade nas ações e serviços sociais, dentre eles os de saúde. O efetivo atendimento desta população requer dos profissionais ações específicas, para as quais não se encontram capacitados e atuam isoladamente e sem articulação com uma rede social. O objetivo geral deste estudo é criar estratégias para melhorar a acessibilidade de crianças em situação de risco social aos serviços de saúde, articulando-os com os serviços de assistência social. O estudo focará o profissional de saúde, por meio de um processo de pesquisa/ação, para mapear as suas necessidades e dificuldades no atendimento desta população, as intervenções existentes e a rede social. Buscará sensibilizar os atores da rede para a singularidade da população-alvo e construir estratégias de acolhimento e integração das ações. Primeiro, selecionaremos representantes do serviço local – grupo de trabalho (GT), que participarão de um workshop sobre crianças em situação de risco social e construirão instrumentos para mapear a rede social. Os resultados serão discutidos em seminário com os diversos atores sociais envolvidos com a questão, visando elaborar estratégias específicas e conceber instrumentos de pesquisa para serem aplicados aos profissionais de saúde envolvidos no atendimento dessas crianças, identificando

questões em relação à capacitação/formação, momentos de aglutinação/integração, articulação e fomento da rede social, estabelecendo diretrizes para políticas públicas na área de atendimento à saúde integral da criança e suas famílias em situação de risco social.

238 Avaliação do alcance das mudanças na política pública de saúde mental e da implantação dos centros de atenção psicossocial (portaria gm/ms n. 336)

Oswaldo Yoshimi Tanaka
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06400-9
Vigência: 1/4/2005 a 30/9/2009

A atenção aos portadores de transtornos mentais (TM) vem sendo alvo de transformações na busca da humanização do cuidado e na otimização das ações no nível da comunidade, visando o aumento da efetividade das ações implementadas pelos três níveis de governo: municipal, estadual e federal. O Ministério da Saúde (MS) publicou, em 19 de fevereiro de 2002, a portaria GM/MS n° 336, regulamentando a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), que se tornariam o equipamento regulador da organização da atenção no território sob sua responsabilidade. Este projeto, baseado nas diretrizes dos SUS (universalidade, integralidade e equidade), pretende analisar o processo e o resultado da atenção aos portadores de TM, utilizando três eixos de análise: 1) assistência ao adulto; 2) assistência à criança e ao adolescente; 3) gestão da atenção aos portadores de TM nos e entre os vários equipamentos do território, tanto os especializados em saúde mental como os de atenção básica, média e alta complexidade existentes no território. A unidade de análise será o Distrito de Saúde (DS). A metodologia utilizada contará com abordagem quantitativa e qualitativa. Na fase I, o estudo de viabilidade será realizado no DS Escola do Butantã. Nesta fase o primeiro momento constará de um levantamento dos dados quantitativos relativos aos recursos existentes e às atividades de saúde mental realizadas por serviços do DS. No segundo momento será feita uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave do território e grupos focais. A utilização de abordagens quantitativas e qualitativas visa coletar dados com maior amplitude, propiciando assim uma análise mais abrangente. As fontes deverão contemplar gerentes, técnicos e usuários/familiares, buscando uma 'triangulação' das evidências coletadas no campo. Ainda durante a fase I, será feito um refinamento dos instrumentos de coleta de dados e fortalecimento das equipes parceiras. Na fase II, o projeto será expandido para o município de São Paulo como um todo. Serão im-

plementados os resultados alcançados na fase I para cinco a sete DS que preencham os seguintes critérios: presença ou não de Caps, índices socioeconômicos e outras variáveis a serem discutidas com a secretaria municipal de saúde e com os gestores locais.

239 Avaliação das notificações de receitas (a e b) prescritas nas unidades de saúde da secretaria municipal saúde São Paulo

Solange Aparecida Nappo
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2001/13135-4
Vigência: 1/9/2002 a 31/8/2003

O projeto visa obter dados sobre o hábito, tipo, quantidade de prescrições referentes a psicotrópicos de notificação A e B, originadas nas unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando um diagnóstico da situação com possível intervenção para acertar desvios que possam estar ocorrendo nessa área. O projeto teria ainda a função de ser o embrião da futura implantação da vigilância sanitária municipal.

240 Controle integrado da dengue utilizando geoprocessamento

Virgíliã Luna Castor de Lima
Superintendência de Controle de Endemias
Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SSSP)
Processo 2001/13133-1
Vigência: 1/10/2002 a 30/11/2003

O controle da dengue é complexo, pois depende de atividades programáticas de combate químico e mecânico realizado por órgãos governamentais, de investimentos substanciais de saneamento ambiental e da participação das comunidades, por meio de mudanças comportamentais. A implementação destas medidas tem representado um desafio. Neste contexto, novos instrumentos de abordagem da epidemiologia e controle da doença estão sendo buscados. As atividades de controle químico e mecânico nas áreas com transmissão ou com risco de transmissão são planejadas, executadas e analisadas com a utilização de mapas. Atualmente, isto implica em mapas com alfinetes coloridos dependurados nas paredes e mapas fotocopiados que são utilizados pelas equipes de campo. Além disso, é grande a dificuldade para registrar as informações, como datas em que foi realizado o controle em determinada área, número de casos notificados, ou, mesmo, a ocorrência de transmissão anterior na área em questão. Em projeto de pesquisa anterior, financiado pela Opas por meio do Ministério da Saúde, a equipe que

agora apresenta este projeto, mediante a utilização de geoprocessamento para analisar inquérito soropidemiológico, fez uma avaliação das potencialidades e dificuldades do método e apresentou propostas para a utilização do mesmo nas atividades de controle da dengue. O geoprocessamento é um sistema que integra as análises habituais com a possibilidade de visualização e análise gráfica oferecidas por mapas. Por meio dele, os casos de dengue podem ser localizados, a área em torno do caso pode ser delimitada com o raio desejado, facilitando o trabalho de campo. Pode-se também associar a estes casos suas informações epidemiológicas, além de outras, sociais e ambientais, capazes de influenciar a expansão da doença. Por estas características, trata-se de ferramenta valiosa a ser testada no controle da endemia. O objetivo deste projeto é avaliar a utilização do geoprocessamento no controle da dengue no município de Campinas, SP. Se a experiência se mostrar proveitosa e viável, pretende-se estendê-la para outros municípios do estado.

241

Epidemiologia da violência criminal na cidade de São Paulo: uma abordagem em macro e microescalas

Paulo Hilário Nascimento Saldiva
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2001/12913-3
Vigência: 1/10/2002 a 30/6/2003

O projeto visa utilizar dados primários e secundários no sentido de identificar os fatores de risco de duas situações: homicídios na cidade de São Paulo e violência dentro de presídios. Para o estudo de homicídios, serão construídos mapas (com técnicas de sistemas de informação geográficas) de frequência destas ocorrências, incluindo a moradia da vítima, do criminoso e o local da ocorrência. Estes dados serão comparados as informações fornecidas pelo estudo de zonas de origem e destino (ZOD) realizado pela Companhia do Metro, que caracterizam renda, escolaridade e condições de moradia das diferentes áreas de São Paulo. As ZOD possuem uma capacidade de discriminação espacial de cerca de pelo menos 1/4 de um distrito sanitário. Desta forma, será possível estabelecer áreas e fatores de risco, de forma a auxiliar estratégias de intervenção. O estudo dos presídios visa testar se a clássica hipótese de escola do crime (tanto maior violência quanto maior for o gradiente de periculosidade dos detentos) ainda persiste ou se o crime organizado passou a ser o maior determinante da violência carcerária. Para este fim, serão analisadas fichas criminais e feitas entrevistas nos presídios do estado, visando determinar as seguintes variáveis: série temporal de

ocorrências, tipo e frequência de delitos praticados pelos detentos, densidade de presos e grau de influência das organizações criminosas. A análise estatística em ambos os estudos será feita por meio de técnicas descritivas, estatísticas para dados qualitativos e modelos logísticos uni e multivariados.

242

Avaliação e construção de indicadores para o monitoramento da implantação do Programa Saúde da Família no município de São Paulo

Amélia Cohn
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)
Processo 2001/03003-3
Vigência: 1/9/2002 a 28/2/2006

A pesquisa tem como objetivo a construção de indicadores para o monitoramento contínuo da implantação do PSF no município (estando prevista a implantação de 1000 equipes nos próximos quatro anos) a partir da análise de experiências já desenvolvidas em quatro áreas geográficas sob responsabilidade do governo estadual (PSF e Projeto Qualis – Projeto Qualidade Integral em Saúde). Essas experiências, apesar de comungarem diretrizes e princípios comuns, possuem especificidades na sua implantação. Daí a importância de se partir da análise dessas realidades para avaliar o seu impacto nas populações cobertas, tanto do ponto de vista dos indicadores de saúde e de consumo de serviços de saúde, como das demandas e representação dos usuários sobre os serviços prestados, tendo como contraste populações contíguas não atingidas pelos programas. A definição das experiências a serem estudadas fará parte do programa referente à Fase I. Tanto a análise quanto a construção dos indicadores terão por base metodologia de pesquisa que articulará dados quantitativos (de fontes primárias e secundárias) com dados qualitativos, o que implicará a utilização dos seguintes instrumentos de pesquisa: análise do material já existente e de bancos de dados disponíveis (Fundação Seade, IBGE, banco de dados da prefeitura, dentre outros); *survey* aplicado às populações vivendo nos territórios de abrangência dos programas e em territórios semelhantes contíguos; entrevistas com profissionais de saúde envolvidos e lideranças locais; entrevistas em profundidade com membros da comunidade e observação local sobre as redes de sociabilidade. Com esse tipo de avaliação da implantação e do impacto do PSF tem-se por objetivo auxiliar o governo local não só na formulação e no monitoramento da implantação do programa, como na criação de mecanismos concretos para que a prática de avaliação, por meio da metodologia desenvolvida, seja incorporada à prática cotidiana dos gestores e profissionais de saúde como também das comunidades envolvidas.

243 Contribuição do setor da saúde no atendimento das vítimas e na prevenção da violência

Maria Helena Prado de Mello Jorge
 Faculdade de Saúde Pública
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2001/02768-6
 Vigência: 1/9/2002 a 31/1/2006

Objetiva-se elaborar uma política estadual de prevenção, redução e atendimento das diversas formas de violência, destacando o papel do Sistema Único de Saúde - (SUS) nas estratégias de intervenção programática, e no estabelecimento da vigilância epidemiológica dos fatores de risco. As violências causadas sob diversas formas (física, psicológica ou institucional), atingem diferentes segmentos da população, que, em casos extremos, quando não resultam diretamente em óbitos, recorrem aos serviços de saúde. A violência sexual e maltratos de crianças e adolescentes, a violência sexual e doméstica contra mulheres, maltratos de idosos são algumas das emergências atendidas continuamente nos serviços de saúde pública. As possíveis causas de diferentes formas de agressão fazem parte das discussões de cunho científico, político e do senso comum, diante das estatísticas de homicídios, sequelas e incapacidades resultantes, que delineiam em seu conjunto uma “epidemia da violência”. A Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) insere-se nesta discussão por meio de pesquisas e debates acadêmicos. A Secretaria de Estado da Saúde atua mediante seus serviços, ações e programas de prevenção contra a violência. Espera-se, da interação entre essas duas instituições, o conhecimento, avaliação e disseminação dessas ações, que possam vir a promover uma articulação dos serviços em toda a rede. O objetivo principal é o de estabelecer uma política pública na área da saúde, somando-se, assim, às demais ações dos diferentes setores da sociedade para a reversão do quadro atual.

244 Trabalho informal e acidentes do trabalho em Piracicaba

Ricardo Carlos Cordeiro
 Faculdade de Medicina de Botucatu
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 2000/13719-3
 Vigência: 1/1/2002 a 31/5/2005

Os acidentes do trabalho constituem importantes problemas de saúde pública no Brasil, atingindo principalmente adultos jovens e causando elevado número de casos de invalidez e óbitos. Há fortes indícios de que a incidência de acidentes do trabalho oficialmente notifi-

cados ao Instituto Nacional de Seguridade Social esteja severamente subdimensionada, refletindo (e de maneira distorcida) apenas algo em torno de 1/5 dos acidentes de fato ocorridos. Este estudo caracteriza a real incidência de acidentes do trabalho em Piracicaba, dando ênfase para a superação da subnotificação entre os trabalhadores celetistas, e com especial atenção ao desvelamento do fenômeno na economia informal e entre os trabalhadores não protegidos pelo sistema de benefícios da previdência social. Com base nesse diagnóstico, serão elaboradas ações de vigilância e prevenção dos acidentes, dirigidas especialmente aos ambientes de trabalho e às ocupações em que se identificaram maiores riscos. O estudo será realizado no município de Piracicaba. Na primeira fase do estudo, os dados necessários serão obtidos por intermédio da realização de amostragem aleatória sistemática de conglomerados (domicílios residenciais) em setores censitários de baixa renda na zona urbana do município. Nos domicílios sorteados, serão levantadas informações para a caracterização socioeconômica e ocupacional de todos os moradores maiores de 10 anos, bem como a ocorrência de acidentes do trabalho entre eles nos últimos 90 dias. Os acidentes encontrados serão caracterizados quanto ao tipo, local de ocorrência, árvore de causas desencadeantes, lesões provocadas, dias de afastamento necessários para a recuperação etc. Na primeira fase do estudo serão contemplados cerca de mil domicílios. Com os dados coletados, serão traçados o perfil do trabalho informal no município, estimada a incidência real de acidentes do trabalho entre trabalhadores de baixa renda, sua distribuição segundo variáveis de interesse, bem como a magnitude do sub-registro de acidentes neste setor na cidade. A partir desta caracterização, será elaborado um programa municipal de controle dos acidentes do trabalho, identificando-se empresas e setores da economia que apresentem maior risco, bem como tipos de acidentes mais frequentes a serem priorizados no programa.

245 Interação entre universidade, organização não governamental e administração pública para o desenvolvimento de programas de pesquisa-ação objetivando a transformação de um bairro carente em comunidade saudável

Carlos Roberto Silveira Corrêa
 Faculdade de Ciências Médicas
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2000/02027-3
 Vigência: 1/1/2001 a 31/5/2004

Reconhece-se universalmente que o conhecimento é um instrumento de riqueza e de desenvolvimento

socioeconômico. Pretende-se instalar, em uma pequena comunidade próxima à Unicamp, Núcleos de Trabalho e Pesquisa (NTP) para desenvolver projetos de pesquisa e criar centros de ação educativa, com o objetivo de disseminar conhecimentos relevantes para introdução de melhorias nos setores de saúde, educação e cultura. Os NTP - que serão integrados por pesquisadores, profissionais ou representantes dos equipamentos sociais, estudantes universitários e moradores - atuarão, principalmente, por meio dos equipamentos sociais e de grupos de moradores, que serão especificamente treinados com uma orientação intersetorial para exercerem a função de agentes comunitários junto a cada uma das cerca de 5 mil famílias que habitam a região. Buscar-se-á, deste modo, definir modelos de atuação que permitam que a comunidade se aproprie de modo permanente dos resultados dos projetos de pesquisa. Essa estratégia tem por objetivo identificar e tentar remover alguns dos obstáculos que dificultam a introdução de melhorias no setor da saúde, educação e assistência, e busca contribuir na construção de um modelo que permita maior estreitamento nas relações entre universidade e sociedade. Por meio dessas atividades de pesquisa/demonstração, pretende-se conhecer melhor as formas de como a comunidade reage às ações propostas; como atuam os agentes comunitários; que mudanças e benefícios para a comunidade resultam dessa interação; e em que medida se cria maior consciência na comunidade sobre a contribuição dessas atividades para melhorar a sua condição social. Espera-se que os resultados alcançados sirvam de estímulo e de orientação para que outras comunidades reclamem ações semelhantes e para que órgãos públicos e organizações particulares passem a atender melhor a essa demanda, tendo em conta que já dispõem de uma estratégia de eficácia e custos conhecidos. Já foram iniciados entendimentos com Unicamp que devem conduzir a um convênio mediante o qual as atividades do programa sejam apoiadas pela universidade como prestação de serviços a comunidade, pretendendo-se que possam vir a fazer parte do treinamento em várias áreas profissionais. A presente proposta é uma parceria entre pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp), a Secretaria de Assistência Social do Município de Campinas e o Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (Ipes). Criado por um grupo de docentes e pesquisadores, o Ipes é uma instituição não governamental, apartidária, que tem como objetivo desenvolver projetos que visem utilizar o conhecimento científico em benefício direto da sociedade em geral e, mais particularmente, para as populações com menor poder aquisitivo.

Marco Akerman

Faculdade de Medicina do ABC

Fundação do ABC (FUABC)

Processo 2000/01961-4

Vigência: 1/1/2001 a 31/8/2001

O movimento por “Municípios saudáveis”, fomentado pela Organização Mundial de Saúde e pela Organização Panamericana de Saúde, é um movimento contemporâneo voltado para o desenvolvimento de políticas públicas urbanas, com ênfase na melhoria da qualidade de vida. No Brasil, os projetos “Municípios saudáveis” são recentes e se iniciaram nos anos 1990. Um dos aspectos críticos é a falta de instrumentos para avaliar e monitorar os projetos. Elaborar uma metodologia de avaliação de projetos “Municípios saudáveis” implica em reconhecer os diversos determinantes sociais de saúde e acordar múltiplas concepções sobre o processo saúde-doença. Tal avaliação deve levar em conta aspectos fundamentais, tais como, a equidade, a participação social e a intersetorialidade. Esta proposta pretende criar metodologias e instrumentos de avaliação do processo de implantação, implementação e impacto do projeto “Bertioga município saudável”. Esse projeto é resultado do convênio acordado entre a Universidade de São Paulo e a prefeitura de Bertioga, no qual ficou estabelecido o desenvolvimento de políticas públicas saudáveis por meio de modelos de gestão inovadores, enfatizando as ações intersetoriais, a participação social, o planejamento local e a otimização de recursos disponíveis. A estância balneária de Bertioga conta nove anos de existência como município independente, tendo sido distrito de Santos até 1991. Esta localizada no Estado de São Paulo, na região metropolitana da baixada santista, da qual fazem parte outros oito municípios. É uma das cidades com maior índice de crescimento do estado (14% ao ano/IBGE). Possui 482 km² e mais da metade destes faz parte do Parque Estadual da Serra do Mar. De acordo com o IBGE (1998), a população fixa de Bertioga é de 18.320 habitantes, sendo que a população flutuante é de cerca de 250.000 turistas durante a alta temporada, que se estende de novembro a março. Nestes anos de existência, criaram-se duas realidades distintas: a da população dos condomínios de luxo e a da população pobre, excluída do acesso à moradia, às obras de infraestrutura, aos serviços básicos de educação, saúde e promoção social, o que causa uma relação predatória com o desenvolvimento sustentável na região.



Projetos Interdisciplinares

247 Subsídios para a implementação de um centro de aperfeiçoamento e inovações pedagógicas

Joyce Mary Adam de Paula e Silva
 Instituto de Biociências de Rio Claro
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 1998/15513-1
 Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2002

O presente pré-projeto teve como ponto de partida um trabalho conjunto da Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro e do Departamento de Educação do Instituto de Biociências da Unesp em Rio Claro, no ano de 1997. O trabalho desenvolvido tinha como principal objetivo um início de discussão, junto aos professores da rede municipal, a respeito da organização das escolas e das práticas pedagógicas nelas desenvolvidas. A Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro vem desenvolvendo simultaneamente o processo de criação de uma rede própria, municipalizada, de ensino fundamental, e de organização do CAP, Centro de Aperfeiçoamento Pedagógico, criado pela lei orgânica do município em seu artigo 262. Assim, a secretaria tem procurado o Departamento de Educação da Unesp para um trabalho conjunto, de modo que este contribua por meio de pesquisas relacionadas tanto à organização da escola como a inovações pedagógicas. Atualmente, a prefeitura de Rio Claro conta com 28 unidades de educação infantil, atendendo a 6000 alunos nessa fase do ensino; 2 escolas de ensino fundamental, atendendo a 1200 alunos, com previsão de criação de mais uma escola nesse nível no ano de 1999. Além desses níveis de ensino, a rede municipal de educação de Rio Claro atende a jovens e adultos. Tendo em vista o exposto, o projeto de pesquisa que está sendo proposto refere-se a uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro em contribuição à implantação do CAP, por meio de uma pesquisa envolvendo professores do Departamento de Educação da Unesp de Rio Claro e profissionais da Secretaria de Educação.

248 Diversidade e exclusão: conhecendo melhor quem as vivencia e construindo alternativas de inclusão

Lisete Regina Gomes Arelaro
 Faculdade de Educação
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 1998/15511-9
 Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2002

A educação especial, enquanto integrante do sistema educacional, necessita, urgentemente, repensar suas políticas e práticas, inserindo-se no movimento de uma educação pública de qualidade. Os poderes públicos têm

primado pela subvenção às entidades filantrópicas assistenciais, seja por não possuírem estrutura própria em suas redes para atender as diferentes necessidades dos portadores de deficiências, seja por considerarem que seu papel é o fornecimento do atendimento 'em si', entendido como número de vagas, desvinculando-se de uma proposta político-pedagógica que viabilize a educação de qualidade dessas crianças, jovens e adultos. A cidade de Campinas também se enquadra nesta situação: 80% de seu atendimento aos portadores de necessidades especiais é feito por entidades assistenciais e filantrópicas, e os outros 20%, por meio de classes e serviços da rede pública de ensino. Planejar ações no campo das políticas sociais, para parcelas da população que vivem à margem do processo cultural e produtivo da sociedade, pressupõe pesquisas e projetos de intervenção que explicitem o conflito da relação entre os sujeitos, como espaço e possibilidade para "aprendizagens". Significa, portanto, a construção de alternativas de ações em que a discriminação, a massificação, os desvios, considerados como características negativas, e as diferenças, consideradas como ameaças, dêem lugar a processos de democratização, de promoção de identidades e das diferenças, como parte das singularidades pessoais. A proposta deste projeto é construir um documentário, com as pessoas que se utilizam de algum tipo de 'educação especial', deficientes e autistas, com os profissionais da educação que trabalhem na rede pública e com os profissionais de entidades assistenciais e filantrópicas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Campinas, que problematize esta condição: da diversidade, da exclusão e da 'ciência' de se viver o cotidiano em situações 'especiais'.

249 Projeto pedagógico para a reformulação do ensino médio (promedio)

Luís Carlos de Menezes
 Instituto de Física
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 1998/15509-4
 Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

O que se pretende é elaborar e implementar um projeto pedagógico da escola que, atendendo à nova feição do ensino médio preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), realize uma educação básica em escolas do nível médio que constitua uma efetiva formação para a cidadania e para o aprendizado permanente na vida em sociedade e no mundo do trabalho. Os especialistas da Universidade de São Paulo, os diretores, coordenadores e professores das escolas que se voluntariarem para o projeto, assim como representantes de pais de alunos e da comunidade do entorno escolar, trabalharão em conjunto desde o início da fase de pré-projeto, para conceber e preparar uma atuação concen-

trada de toda a unidade escolar em torno do projeto pedagógico. Essa parceria procurará otimizar os recursos humanos e materiais das escolas e da sociedade, incluindo aí os recursos culturais extraescolares, para permitir aos alunos e professores realizar atividades que façam do ensino médio etapa efetivamente conclusiva da educação básica. Esse projeto de reformulação do ensino deve igualmente apontar alternativas, rumos, etapas e recursos educacionais, identificar necessidades e problemas para a implementação das novas práticas, promover formação e atualização docente, assessorar a gestão escolar e articular a escola com sua comunidade de forma a permitir o conjunto de atividades dos alunos que se revelem necessárias ao desenvolvimento das suas competências e qualidades humanas. Uma articulação inter ou transdisciplinar está prevista, no sentido de uma reconcepção que revalorize e contextualize o aprendizado, subsidiando atividades coletivas e individuais dos alunos, na escola e fora desta. A gestão escolar deve ser revista, não só em sua aceção estritamente administrativa, mas, sobretudo, em sua dimensão pedagógica.

250

Avaliação de processos participativos em programas de educação ambiental: subsídios para o delineamento de políticas públicas

Eda Terezinha de Oliveira Tassara
Instituto de Psicologia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/15507-1
Vigência: 1/11/1999 a 30/6/2003

Durante o ano de 1997, o Programa de Educação Ambiental do Procav II, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo (SVMA), executado pelo consórcio Cógito-Ecoar, atuou junto a moradores e escolas em regiões da zona leste e norte de São Paulo. Simultaneamente, a SVMA, por meio do Projeto Billings, em parceria com entidades locais, sociedade civil e Faculdade de Educação da USP, desenvolveu uma experiência de educação ambiental em 17 escolas públicas do distrito da Pedreira (zona sul de São Paulo). Esses projetos, mediante métodos e técnicas participativas, procuraram estimular a ação cidadã e o aprendizado individual e coletivo voltado para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Como desdobramento desses trabalhos, constituiu-se um grupo de estudos, com integrantes da SVMA e universidade, com o objetivo inicial de refletir sobre a questão da participação social em programas de educação ambiental e construir instrumentos de pesquisa que possibilitem uma avaliação sistemática dos impactos de programas e dos processos participativos que eles procuram estimular. O grupo entende a participação da so-

cidade como um fator essencial para o êxito na resolução de problemas socioambientais. Nesse sentido, colocam-se algumas questões para serem refletidas: quais são os valores, interesses e atitudes que estimulam a participação; como compreender o processo de participação e as ferramentas necessárias para facilitá-la; como avaliar o processo e os resultados dessa participação? Questões como essas motivaram a elaboração deste pré-projeto, pois pouco se tem sistematizado sobre avaliação de programas desenvolvidos pelo setor público, nas áreas de educação ambiental e participação social, resultando na deficiência de parâmetros para o planejamento e implementação de políticas públicas na área.

251

Desenvolvimento de um sistema de suporte à elaboração de plano diretor agrícola municipal (PDAM)

Nelson Batista Martin
Instituto de Economia Agrícola
Secretaria da Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo (SAASP)
Processo 1998/14285-5
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2002

Os municípios brasileiros, a partir de 1988, vêm assumindo novas funções no desenvolvimento da agricultura em nível local, o que fez com que muitos deles criassem estrutura institucional específica para esse setor econômico-social do município, visando organizar ações junto aos agricultores. Uma dificuldade enfrentada é a falta de informações detalhadas que permitam o diagnóstico da situação atual da agricultura municipal, como base para a avaliação do setor e também para o planejamento, execução e acompanhamento das ações programadas para essa atividade. Com o objetivo de atender a essa necessidade dos municípios, propõe-se o desenvolvimento de um sistema informatizado que permita estruturar, organizar e analisar o setor agrícola municipal, e que, simultaneamente, apóie as atividades programadas e permita uma atualização contínua das informações ao longo do tempo. A equipe do projeto participou, em diferentes momentos, de projetos de desenvolvimento rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, tais como o Programa de Microbacias Hidrográficas, e também na proposta para financiamento do Banco Mundial, visando acelerar tal programa estadual. Para esse programa elaborou-se um sistema de informatização e a metodologia para levantamento de dados ao nível das propriedades rurais para avaliar a situação atual e definir as alternativas tecnológicas e de manejo para o desenvolvimento agrícola da microbacia. O projeto objetivará, em uma primeira fase, a elaboração do sistema, o seu teste no município de Piraju, envolvendo um levantamento em

todos os imóveis rurais do município, permitindo obter uma análise da situação atual, a elaboração de um plano diretor e a definição de ações para atuação da equipe do município e da SAA, bem como um sistema de avaliação e acompanhamento.

252

Políticas públicas para inovação tecnológica na agricultura do Estado de São Paulo: métodos para avaliação de impactos e priorização da pesquisa

André Tosi Furtado

Instituto de Geociências

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 1998/14283-2

Vigência: 1/11/1999 a 31/5/2003

A emergência de novos paradigmas tecnológicos, a busca de novas relações entre os setores públicos e privados, as alterações na estrutura de financiamento e a adoção do conceito de sistemas de inovação impõem transformações na atuação das instituições públicas de pesquisa e das agências de fomento. Busca-se um modelo que confira maior flexibilidade e autonomia administrativa e financeira às instituições, maior transparência no uso dos recursos públicos, e maior integração entre pesquisa e usuários. A avaliação dos impactos dos resultados da pesquisa é uma ferramenta para a construção desse modelo. Porém, a maioria das metodologias apresenta limitações, estimando, de maneira segmentada e estática, apenas impactos econômicos. Os objetivos gerais deste projeto são: desenvolver e aplicar, junto aos beneficiários, metodologia apropriada para a avaliação de impactos econômicos, sociais, ambientais e da capacitação, decorrentes da disseminação dos resultados da pesquisa agrícola do Estado de São Paulo; difundir as experiências resultantes para instituições formuladoras, executoras e de fomento da pesquisa no Estado de São Paulo, por meio da constituição e da implementação de um programa de treinamento; fornecer treinamento aos agentes envolvidos no processo de formulação e gestão de políticas públicas na área agrícola sobre o tema da avaliação de impactos. Para tanto, serão avaliados programas de pesquisa/tecnologia implementados pelos institutos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, privilegiando aqueles que têm contado com o apoio da FAPESP. Preliminarmente, foram selecionadas as culturas cítricas e a cana-de-açúcar. Trabalhos recentes atestam a experiência da equipe proponente nesta temática, como: reforma institucional do IAC (cuja metodologia foi parcialmente adotada pelos demais institutos estaduais de pesquisa agropecuária); estudo de mais de 20 organizações de pesquisa agropecuária no Brasil e no Mercosul; avaliação organizacional de institutos de pesquisa tecnológica industrial (IPT e LNLS); definição

de Prioridades de Pesquisa (CNP de Suínos e Aves e CNP de informática para Agricultura/Embrapa); avaliação de programas tecnológicos (CENPES/Petrobrás); planejamento setorial e história econômica da agroindústria brasileira; complexos agroindustriais, valoração de impactos ambientais, entre outros.

253

Sistema integrador de informações geoambientais para o litoral do Estado de São Paulo com aplicação ao gerenciamento costeiro (Siigal)

Célia Regina de Gouveia Souza

Instituto Geológico

Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMASP)

Processo 1998/14277-2

Vigência: 1/11/1999 a 31/5/2005

O litoral de São Paulo caracteriza-se como uma região de grande importância socioeconômica, com forte solicitação para a implantação de empreendimentos imobiliários destinados ao turismo e ao lazer, e atividades portuárias, industriais, comerciais e de serviço, essenciais, por exemplo, para a região metropolitana da baixada santista. O quadro de intensa degradação ambiental, decorrente da falta de um ordenamento territorial e das diversas situações de risco impostas às populações que ocupam a zona costeira, aponta para a necessidade de um planejamento regional que permita minimizar os conflitos entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos ecossistemas. Neste sentido, está sendo implementado o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei Estadual nº 10.019/98), que constitui o principal instrumento de planejamento e gestão ambiental do litoral, e para o qual o Instituto Geológico vem dando suporte técnico. Visando tornar ainda mais efetiva e aplicada a utilização dos estudos sobre o meio físico que já vêm sendo realizados, o presente projeto pretende desenvolver um sistema integrador de informações geoambientais para o litoral de São Paulo (Siigal), mediante parceria com órgãos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA). Esse sistema, inédito para o litoral paulista, será alimentado a partir de informações geológicas, geomorfológicas, geotécnicas, oceanográficas, hidroclimatológicas e de uso e ocupação do solo. Para o seu desenvolvimento, serão realizadas pesquisas básicas e aplicadas visando principalmente a elaboração de diagnósticos sobre as fragilidades geoambientais existentes. O método de estudo envolverá a compartimentação fisiográfica da zona costeira, a partir da qual serão definidas unidades que reflitam a integração de diversos elementos geoambientais e de natureza antrópica. Cada compartimento compreenderá uma descrição sobre as informações geoambientais disponíveis, com ênfase na potencialidade de ocorrência de situações de risco,

movimentos de massa, inundação e/ou erosão costeira. Finalmente, o projeto terá como meta a disponibilização dos resultados por meio da internet, como mecanismo de transferência de informações e subsídios a futuros projetos com parcerias no litoral paulista.

254

Capacitação técnica de agentes, educação ambiental da população local e indicadores de saneamento e saúde pública: estratégias para a gestão integrada dos recursos hídricos das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM), do Sistema Cantareira

Aristides Almeida Rocha
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14276-6
Vigência: 1/11/1999 a 30/4/2000

A proteção, preservação e recuperação da qualidade ambiental das bacias hidrográficas dos mananciais são prioritárias para a sobrevivência humana e a qualidade de vida. A Lei Estadual 9866/97 estabelece diretrizes e normas para proteger e recuperar bacias hidrográficas, a fim de priorizar o abastecimento das populações atuais e futuras do Estado de São Paulo, compatibilizando-o com os demais empregos múltiplos da água, uso e ocupação do solo e desenvolvimento socioeconômico. A lei dispõe sobre as Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRM, vinculando sua gestão ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Sistemas do Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. A gestão das APRMs será desenvolvida por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica - integrado pelo estado, municípios e sociedade civil - um órgão técnico e órgãos da administração pública. Essa lei estabelece instrumentos de planejamento e gestão, visando orientar as ações do poder público e da sociedade civil para a questão dos recursos hídricos. Para viabilizar a implementação dessa lei e dos seus instrumentos de gestão, este projeto apresenta os seguintes objetivos, a serem atingidos na APRM do Sistema Cantareira, zona norte do município de São Paulo: a) desenvolver metodologia de gestão integrada, multidisciplinar e participativa, para favorecer a aplicação dos instrumentos de gestão da Lei 9866/97; b) estruturar programas integrados e participativos de capacitação dos agentes dos comitês de bacia; c) implementar programas participativos de educação ambiental junto à população local, enfocando a minimização de riscos e impactos ambientais; d) desenvolver indicadores de saneamento ambiental e saúde pública para avaliar a qualidade de vida a partir de intervenções voltadas à proteção e recuperação dos mananciais. O estudo será implementado a partir do desen-

volvimento de metodologia de gerenciamento integrado de projeto, contemplando o tratamento multidisciplinar e interinstitucional dos temas. A execução do projeto contará com a participação de professores do Departamento de Saúde Ambiental e do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP. Integram o grupo de pesquisadores principais os docentes: professor titular Carlos Celso do Amaral e Silva, professor doutor Délsio Natal, professor doutor Pedro Caetano Sanches Mancuso e professor doutor Roque Passos Piveli.

255

Uso de índices biológicos no biomonitoramento de ambientes aquáticos continentais - riachos de corredeira

Gisela Yuka Shimizu
Instituto de Biociências
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14186-7
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

Este projeto será desenvolvido na região de Atibaia com o intuito de validar metodologias que utilizam índices biológicos para uma avaliação da qualidade da água, considerando a integridade do ecossistema para proteção da vida aquática. A região de estudo foi escolhida devido a suas características físicas e ao fato da SMA estar desenvolvendo o plano de desenvolvimento sustentável Entre Serras e Águas para a área de influência da duplicação da rodovia Fernão Dias, orientado pela Agenda 21. Serão abordados diferentes aspectos de qualidade ambiental, com o emprego das comunidades bentônica de peixes, perifítica e vegetação ripária, como indicadores do estado de conservação do ecossistema. Deverá ser definido um gradiente de degradação na bacia do rio Atibaia, onde serão alocados oito pontos de coleta. As amostragens serão trimestrais ao longo de um ano. A Cetesb, em conjunto com a universidade, irá participar dos trabalhos de campo, coleta, análise do material biológico e no estabelecimento dos índices. As análises de qualidade das águas (parâmetros físicos e químicos) serão desenvolvidas em sua maioria pela Cetesb, sendo, quando necessário, terceirizadas. Serão geradas informações de grande utilidade para a Cetesb e a SMA, que já vêm trabalhando na modificação dos índices de qualidade das águas do Estado de São Paulo, conforme resolução SMA-65 de 13/8/98. Além disso, tais informações poderão subsidiar as propostas de ação do projeto Entre Serras e Águas.

256

Estudo dos fatores biológicos, sociais e ambientais de transmissão da dengue, para delinear mecanismos de controle e prevenção - epidemiologia quantitativa

Hyun Mo Yang

Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 1998/14184-4

Vigência: 1/11/1999 a 31/5/2003

A dengue é causada por vírus transmitido pelo vetor *Aedes aegypti*, o qual, encontrando condições favoráveis, tornou-se um problema de saúde pública em nível nacional. Como existem muitos fatores influenciando a transmissão da dengue, é importante estudar a capacidade vetorial do *Aedes aegypti* em função das variações socioambientais. Utilizaremos métodos quantitativos para avaliar os possíveis efeitos acima e para estimar o impacto de diferentes metodologias de controle e de prevenção. Para tanto, será utilizada modelagem matemática por meio de sistemas dinâmicos determinísticos (equações diferenciais ordinárias e parciais) e estocásticos (equações diferenciais estocásticas e variacionais *fuzzy*). A importância dessas abordagens reside na sua complementaridade, isto é, estudam o comportamento da epidemia em alta prevalência, ao mesmo tempo em que se focalizam a baixa endemicidade por meio da transmissão nas vizinhanças. Uma vez que os modelos matemáticos de transmissão da dengue tenham sido adequadamente elaborados, far-se-á o ajuste dos parâmetros baseados nos dados já obtidos e a simulação dos mesmos. Outros dados poderão ser coletados quando necessários. A última etapa será o estudo dos diferentes mecanismos de controle que possam discriminar as formas mais eficazes e eficientes, sejam elas isoladas ou em conjunto (teorias de controle ótimo). Os pesquisadores participantes têm larga experiência nas abordagens matemáticas análogas, e a reunião desses pesquisadores em empreender um projeto social desta envergadura, em cooperação com o agente de atuação reconhecidamente pública, somente poderá trazer muitos dividendos à sociedade em geral.

257

Estudo piloto para avaliação dos custos/benefícios associados ao tratamento integrado de água, esgotos e lixo pela Sabesp

Isak Kruglianskas

Faculdade de Economia, Administração

e Contabilidade de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 1998/14183-8

Vigência: 1/11/1999 a 30/6/2000

O transporte e tratamento/deposição dos resíduos sólidos é um dos grandes problemas dos municípios brasileiros. Excluindo-se os resíduos industriais, de responsabilidade do próprio gerador, os demais resíduos necessitam ser avaliados e tratados de forma a gerar uma

possibilidade de incorporação de seu tratamento e deposição de forma econômica. No entanto, muitas questões devem permear essa análise, como aquelas relativas à forma de tarifação, às diferentes destinações, aos custos originados com o lixo urbano e, finalmente, aos custos/benefícios advindos de um tratamento eficiente de tais resíduos. A Sabesp, por outro lado, desde sua constituição, foi caracterizada como empresa de saneamento ambiental e, como tal, tem-se preocupado com a gestão de água e esgoto das cidades paulistas. No entanto, os resíduos sólidos ainda não foram objeto de um trabalho mais exaustivo por parte da empresa. A gestão integrada de recursos hídricos e resíduos sólidos carece, portanto, de uma avaliação de seus custos e benefícios gerados para a sociedade. A Sabesp utiliza um sistema de gestão de seus recursos por bacias hidrográficas, que deverá ser empregado como referencial para estas análises, por definir unidades estratégicas da empresa. Assim sendo, considerando-se uma abordagem multidisciplinar, este trabalho pretende ajudar na construção de uma metodologia de análise e estudo da gestão integrada dos resíduos sólidos e dos recursos hídricos.

258

Diagnóstico agroambiental para gestão e monitoramento da bacia hidrográfica do rio Jundiá Mirim

Jener Fernando Leite de Moraes

Instituto Agrônomo de Campinas

Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento

de São Paulo (SAASP)

Processo 1998/14181-5

Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2003

Como resultado da combinação da pressão populacional e de problemas de manejo dos recursos de solo e água, vários municípios têm estado sujeitos ao declínio acelerado da produtividade, que conduz à degradação ambiental e, principalmente, ao comprometimento da qualidade e quantidade de seus recursos hídricos. A microbacia hidrográfica do rio Jundiá-Mirim, situada nos municípios de Jundiá, Jarinu e Campo Limpo Paulista, constitui-se no principal manancial para abastecimento de água do município de Jundiá. Um levantamento prévio, conduzido pela prefeitura do município de Jundiá e o Instituto Agrônomo de Campinas, nos principais afluentes do rio Jundiá-Mirim, identificou sérios problemas de degradação ambiental ao longo de suas margens, caracterizados pelo uso incorreto do solo, lixo, mineração e, principalmente, assoreamento de rios. O diagnóstico do meio físico da área (uso da terra, solo, topografia, erosão e sistema fundiário), a avaliação e monitoramento da qualidade e quantidade da água, associados à elaboração de um estudo de impacto ambiental, são fatores essenciais

para a definição de políticas públicas que atuem no sentido inverso ao do processo de degradação. A escolha das alternativas de uso sustentável do solo atenderá a múltiplos objetivos (geração de empregos, produção de alimentos básicos, minimização do uso de defensivos químicos e da estacionalidade do uso da mão de obra), conforme priorização dos tomadores de decisão (produtores rurais, representantes de organismos não governamentais e prefeitura do município). A parceria proposta neste projeto, entre o Instituto Agrônomo de Campinas e a prefeitura do município de Jundiaí, visa, em uma primeira instância, um levantamento e estudo conjunto com técnicos da prefeitura dos problemas de degradação agroambiental na bacia de captação e a elaboração de um planejamento do uso sustentável do solo, cujas diretrizes serão então implementadas pela prefeitura.

259

Programa de capacitação de agentes públicos e sociais para a formulação de políticas locais de regulação urbanística

Raquel Rolnik

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Camp)
Processo 1998/14180-9
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2002

O projeto tem por objetivo a estruturação de programa destinado a capacitar agentes públicos e sociais envolvidos diretamente no processo de elaboração e tomada de decisões sobre políticas urbanísticas locais, e, mais especificamente, regulação urbanística, para que este instrumental seja utilizado de forma a incidir sobre a exclusão territorial e equilíbrio ambiental das cidades. Pesquisa recém concluída, com financiamento FAPESP/Lincoln Institute of Land Policy (processo 97/05569-7), demonstra que, de uma forma geral, os municípios do Estado de São Paulo encontram-se desparelhados para lidar com as complexas implicações da regulação urbanística. A pesquisa revelou ainda que a aplicação dos instrumentos de planejamento urbano ganha eficácia quando o conjunto de atores envolvidos (governamentais e não governamentais) tem voz ativa no processo e se apropria do instrumental e seus efeitos. A pesquisa ora proposta procura, em sua primeira fase, conhecer melhor o repertório, demandas e pontos de vista dos distintos agentes envolvidos na definição das estratégias municipais de regulação e sua aplicação. Nos primeiros seis meses: 1) se consolidará a equipe técnica, se traduzirão os resultados da pesquisa “Impacto da aplicação de novos instrumentos urbanísticos em cidades do Estado de São Paulo” em conteúdos possíveis de programas de capacitação; 2) se definirá a tipologia de cidades semelhantes do ponto de vista urbanístico (com vistas a formular padrões de pro-

gramas); 3) se desenvolverá metodologia para realização de pesquisas qualitativas na segunda fase; 4) se consolidará um banco de dados interdisciplinar com a legislação e informações cartográficas, funcionais, estatísticas sobre as cidades pesquisadas; 5) se realizará consultoria sobre estratégias de comunicação. A segunda fase montará o programa de capacitação propriamente dito, testando-o em experiência-piloto.

260

Políticas de gestão de documentos, institucionalização e implantação de arquivos municipais no Estado de São Paulo

Pedro Luís Puntoni

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)
Processo 1998/14179-0
Vigência: 1/11/1999 a 29/2/2004

O projeto aqui apresentado está voltado para a administração pública municipal, na área do gerenciamento de informação, subárea de organização de arquivos. A lei federal nº 8159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, considera ser dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos. Apesar das iniciativas do Conarq (Conselho Nacional de Arquivos), criado pela mesma lei, pouco têm sido feito no nível dos governos municipais. De fato, não existem estimativas de quantos municípios brasileiros possuem hoje arquivos públicos. No entanto, recente pesquisa sobre os arquivos municipais nas capitais revelou que apenas 11 delas, incluindo o Distrito Federal, possuem arquivos institucionalizados. E, no caso do Estado de São Paulo, temos informações de que, dos 645 municípios, somente 9 deles dispõem desse tipo de arquivo. Acreditamos que a gestão de documentos, entendida como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (tal como definido pela mesma lei, art. 3º), é atividade que interfere na eficiência e eficácia da administração dos municípios, uma vez que eles são a fonte primeira dos subsídios do diagnóstico, planejamento e intervenção da ação governamental municipal. Pretende-se, com isso, ampliar a visão predominante atualmente, de estrito caráter histórico-cultural, para uma política mais ampla de gestão de documentos. O projeto visa formular diretrizes básicas para a institucionalização, implantação, organização e operação dos arquivos municipais, objetivando suprir tecnicamente as administrações municipais. Resumidamente, tais diretrizes são: minuta genérica da lei de criação de arquivos municipais, minuta da norma de avaliação de documentos, elaboração de quadro de classificação de fundos genérico para os arqui-

vos municipais, rol básico das séries documentais, diretrizes genéricas para a gestão documental.

261 **Conscientização para a diminuição do ruído nas escolas: uma preocupação do poder público com a saúde auditiva das crianças e a melhoria do rendimento escolar**

João Gualberto de Azevedo Baring
Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)
Processo 1998/14178-4
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

A legislação brasileira limita a exposição ao ruído em, no máximo, 85 dB(A), por 8h de trabalho, para prevenir a perda de audição, o stress, a falta de concentração e os prejuízos ao desempenho, disso decorrentes. Nas escolas, prevenção semelhante deve ser adotada, pois os alunos, inadvertidos sobre os malefícios dos excessos em suas gritarias, nos intervalos e recreios, chegam a expor-se a níveis altíssimos, havendo registros de valores de até 110 dB(A), o que, pela referida legislação, corresponde a uma exposição máxima de apenas 15 minutos. O Programa de Saúde Auditiva, da Prefeitura do Município de São Paulo, iniciou um trabalho nesse sentido, com alunos e professores, procurando recentemente o IPT, devido aos seus 25 anos de experiência com controle de ruído, visando conseguir apoio para o aprofundamento e expansão do programa. Decidiu-se então, transformar essa intenção em um projeto para a FAPESP.

262 **Proposição de políticas públicas a partir de modelos de avaliação e gestão de impactos socioambientais da visitação pública nas unidades de conservação do Estado de São Paulo**

José Carlos Barbieri
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Processo 1998/14175-5
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2005

As unidades de conservação e de produção florestal de domínio público do Estado de São Paulo, cerca de 900 mil hectares, recebem mais de 1.900.000 visitantes, anualmente. Estes se concentram, tanto temporal quanto espacialmente, sobretudo em: Parque Estadual de Campos do Jordão (150.000), Estação Ecológica Juréia-Itatins (178.000), Parque Estadual da Capital Alberto Loeffgren (270.000), Parque Estadual do Jaraguá (216.000), Parque Estadual Juqueri (144.000), Estação Experimental de Tupi (80.000), Estação Experimental de Assis (80.000) e Parque

Estadual da Serra do Mar/Núcleo Picinguaba (230.000) – dados de 1997. Essa visitação concentrada tem acarretado problemas de ordem ambiental e de ordem socio-cultural. A situação pode tornar-se mais complexa, ao se considerar que é política do governo estadual aumentar tal visitação – de forma desconcentrada – visando à autossustentabilidade das referidas unidades, inclusive mediante geração de receitas. A exemplo de outros países, e de outros estados brasileiros, além do próprio governo federal, o Estado de São Paulo pesquisa instrumentos de planejamento e de gestão dos impactos advindos da visitação. A literatura é bastante vasta nesses assuntos e são inúmeras as experiências de aplicação em vários países – inclusive o Brasil – e vários os métodos e instrumentos empregados. No entanto, essa diversidade não permite, até o momento, a escolha daqueles mais adequados para a realidade paulista, tanto em termos socioambientais, quanto em relação à cultura e estrutura gerencial das unidades de conservação e de produção florestal. É propósito deste projeto a adequação desses instrumentos, visando a definição de políticas públicas eficientes.

263 **Políticas públicas do município de Pirajú: o patrimônio ambiental e cultural como bens de uso comum do povo (diagnóstico, gestão e avaliação)**

José Luiz de Moraes
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14171-0
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

Esta proposta tem suas raízes no período em que participamos diretamente da administração pública do município de Piraju, na qualidade de secretário municipal de planejamento e meio ambiente. Quando implantamos a pasta municipal, fizemos prevalecer nossa formação e exercício acadêmico, dando a ela um perfil que valorizasse os atributos ambientais do município, nos segmentos físico-biótico e sócio-econômico-cultural. Naquela ocasião, por meio do projeto Paranapanema, com o apoio da FAPESP (proc. 95/04409-0), desenvolvemos um projeto de pesquisa básica, com perfil predominantemente acadêmico, relacionado com a temática “políticas públicas na área de urbanismo”. Em dezembro de 1996, a municipalidade editou a Lei 2.058, instituindo a “Política municipal de urbanismo de Piraju”, como produto deste estudo. A proposta ora em epígrafe busca focalizar, em moldes semelhantes, iniciativas ligadas ao patrimônio ambiental e cultural, com ênfase nos bens arqueológicos. Colocada à margem da industrialização, Piraju optou pelo turismo como forma de desenvolvimento social e econômico. E a fundamentação dessa atividade

são os cenários paisagísticos notáveis (em especial o rio Paranapanema), os sítios e o acervo arqueológico e a rica arquitetura eclética produzida no apogeu da cafeicultura, durante a República Velha. Todavia, a otimização do uso social e econômico desse patrimônio, no âmbito das atividades turísticas, requer diagnósticos, modelos de gestão e avaliação permanente, de modo a não comprometê-la de forma negativa. O envolvimento de profissionais da academia será de grande valia. Nomes como Júlio Katinsky, Murilo Marx (patrimônio ambiental urbano), Haiganuch Sarian, Tânia Andrade Lima (patrimônio arqueológico) e Sandra Medina (gestão pela qualidade total), colaboradores do projeto Paranapanema, compartilharão conhecimentos com o grupo local, repetindo, de forma ampliada, uma experiência que foi altamente positiva há três anos.

264 Desenvolvimento de tecnologia para previsão de ozônio na baixa atmosfera.

Roberto Guardani
Escola Politécnica
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14157-7
Vigência: 1/11/1999 a 31/5/2005

O presente projeto visa o desenvolvimento de tecnologia para previsão de teores de ozônio como poluente atmosférico na região metropolitana de São Paulo (RMSP), para ser utilizada tanto em serviços de previsão de níveis de poluição do ar, quanto na identificação de principais agentes causadores, possibilitando ações preventivas por parte do governo do Estado de São Paulo. A tecnologia a ser desenvolvida e implementada constitui-se em programa computacional simulador, que utiliza modelos matemáticos baseados em redes neurais. Tais modelos são adequados à simulação de sistemas complexos de reações químicas e de dispersão de gases, aqui considerados. Para o desenvolvimento e ajuste dos modelos matemáticos serão utilizados dados de medições de concentrações de componentes gasosos na atmosfera, bem como informações meteorológicas, provenientes da rede de estações medidoras da Cetesb na RMSP. O produto final, na forma de um conjunto de algoritmos computacionais, será posteriormente implementado para utilização no controle da poluição do ar na região considerada, podendo ser estendido para outras regiões do estado, a partir da experiência a ser adquirida com a execução deste projeto.

265 Políticas públicas e fortalecimento da cidadania – quatro experiências de busca de sustentabilidade socioambiental no nível da administração local

Pedro Roberto Jacobi
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14156-0
Vigência: 1/7/2000 a 31/1/2001

Este projeto tem como objetivo a produção e sistematização de conhecimentos relevantes para a definição e implementação de políticas públicas de significativa importância social e ambiental, a serem realizadas em parceria com quatro prefeituras do Estado de São Paulo que vêm desenvolvendo políticas inovadoras. A equipe coordenada por Pedro Roberto Jacobi (Procam/USP) e Leila Ferreira (Nepam/Unicamp) centra suas atividades nas relações entre as ações governamentais que estimulam mudanças no comportamento face ao agravamento da problemática ambiental e as práticas participativas da população. As atividades de pesquisa propostas visam desenvolver um trabalho de acompanhamento de governos locais que articulam ações orientadas para a geração de emprego e renda e de mudanças de comportamento da população na perspectiva da sustentabilidade socioambiental. Definimos quatro idéias-força para caracterizar a escolha de algumas gestões, cuja atuação se volta para parcerias que visam fortalecer as comunidades envolvidas: 1) senso de pertencimento e de constituição de engajamento em iniciativas que articulem o meio ambiente à geração de emprego e renda; 2) aumento de compromisso com a sustentabilidade socioambiental; 3) sustentabilidade econômica e social no longo prazo; 4) “empoderamento” do grupo beneficiário. Ao vincular a questão do meio ambiente às dimensões da educação para a cidadania e da sustentabilidade, define-se o processo educativo como o referencial para aumento da capacidade de compreensão dos determinantes de situações concretas e a ampliação do debate sobre os problemas gerados pela crise ambiental.

266 A distribuição *in natura* no município de Rio Claro, SP: uma análise das mudanças no ambiente institucional

Walter Belik
Instituto de Economia
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 1998/14153-1
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

Segundo as diretrizes estabelecidas no documento-base do Conselho Comunidade Solidária (2ª versão, de outubro de 1996), um dos objetivos de uma política de segurança alimentar é promover a convergência de ações das entidades do governo e do assim chamado “mercado”, nas questões de abastecimento. Nesse sentido, este projeto tem como proposta analisar os processos de distribuição e

comercialização de alimentos *in natura* em cidades de médio e pequeno porte, no caso, Rio Claro, visando entender sua dinâmica. Para tanto, serão analisados os processos de decisão de compradores dos diferentes equipamentos de distribuição e a relação com os principais fornecedores. A análise será baseada no processo de compra e venda em supermercados, hipermercados, mercearias, feiras, mercados, sacolões, procurando conhecer esses mecanismos de negociação e as relações contratuais entre médios e grandes equipamentos e os produtores de hortifrutícolas. Também serão estudadas e avaliadas alternativas viáveis de políticas públicas a serem implementadas pela Secretaria de Abastecimento (instituição parceira), possibilitando a inserção de pequenos produtores nesta nova conformação do setor de distribuição de alimentos *in natura*.

267 Bairros periféricos: integração ou marginalidade? Tentativa de diagnóstico do universo de vida das camadas populares

Maria Esther Fernandes
Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp)
Processo 1998/14149-4
Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2002

Esta pesquisa pretende investigar a variada gama de dimensões contidas no universo de vida dos habitantes de três bairros de periferia de Ribeirão Preto, buscando estabelecer os liames entre a vivência e a percepção das carências pelos agentes envolvidos, em sua ação/reação propriamente dita. Para tanto, visando abordar a pluralidade do social e suas ambigüidades, algumas questões são levantadas. Qual origem social e geográfica dessas populações? São migrantes rurais recém-chegados ou instalados no bairro há muitos anos? Caso recém-chegados, que raízes permaneceram de seu passado rural? Que “sobrevivências culturais” carregam consigo? Quais foram (ou quais são) os mecanismos de ajustamento à vida no bairro? Integram-se ao mundo do trabalho por meio do setor formal da economia ou como mão-de-obra marginal, no setor informal? Quais são as relações bairro/escola, bairro/igreja, bairro/cidade? Que vínculos existem entre eles? Participam de movimentos comunitários? Que forças os segregam ou os integram à vida da cidade? Quais as mudanças básicas ocorridas ao longo do tempo? Estas e outras questões nos possibilitarão traçar, por meio da pesquisa empírica, a fisionomia dos bairros considerados, assim como dos que neles vivem.

268 Incorporação dos princípios e indicadores da sustentabilidade na formulação de políticas urbanas em pequenos e médios municípios

Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 1998/14148-8
Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2004

O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar vem desenvolvendo atividades em conjunto com administrações de pequenos e médios municípios do Estado de São Paulo, envolvendo a produção de conhecimentos, e a capacitação de técnicos das prefeituras e de estudantes, nas áreas de saneamento e meio ambiente, desenvolvimento urbano e regional, habitação e transportes e sistema viário. Entre outros, destacam-se os seguintes projetos: a) urbanismo e saneamento urbano sustentáveis: desenvolvimento de método para avaliação de projetos, financiado pela Caixa Econômica Federal; b) monitoramento da construção de 507 moradias de interesse social em conjunto com a prefeitura de Jaboticabal/SP; c) implantação e avaliação do orçamento participativo em Leme/SP; d) diagnóstico socioeconômico, habitacional e de infraestruturas urbanas em Assis/SP; e e) caracterização da base industrial de São Carlos/SP, financiado pela FAPESP. A partir destas experiências, e de estudos de indicadores de sustentabilidade formulados por diferentes instituições, inspirados tanto na Agenda 21 quanto nas preocupações redistributivas relacionadas ao IDH, da ONU, verifica-se que diferentes regiões e principalmente pequenos e médios municípios necessitam quantificar e qualificar tais indicadores, em vista de suas características e particularidades. Por outro lado, o processo de urbanização do Estado de São Paulo, da ordem de 90%, aponta para a emergência de um tratamento especial para esses municípios. Ocorre que são eles carentes de capacitação técnica e financeira que os habilite a implementar estratégias para fazer frente a tal processo. Ademais, a atual crise fiscal e financeira do Estado brasileiro tem gerado uma política de descentralização da gestão dos serviços públicos, do nível federal aos municípios. Estes são elementos novos que exigem esforço para produzir conhecimento e torná-lo acessível aos dirigentes e técnicos municipais, e para capacitá-los no enfrentamento da nova situação.

269 Gestão tributária e acompanhamento da execução orçamentária municipal

Cesar Francisco Ciacco
Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa
Processo 1998/14147-1
Vigência: 1/11/1999 a 28/2/2003

Nos próximos anos, as prefeituras municipais viverão seu maior desafio. Em geral, estão estranguladas pelo aumento de despesas, por isso mesmo receptivas a novos processos de gestão, mas sem acesso a informações

e novos procedimentos. Por outro lado, a aprovação da Emenda 19 à Constituição - da reforma administrativa - abriu espaço inédito para as primeiras mudanças estruturais no setor público, em décadas. Esta proposta objetiva a implantação de um projeto-piloto no município de São João da Boa Vista, visando dotá-lo dos modernos recursos gerenciais, hoje acessíveis apenas ao setor privado moderno, além de permitir um melhor aproveitamento do quadro de funcionários, pela informatização e racionalização dos procedimentos. Com esses conhecimentos encapsulados em um sistema de gestão informatizado, será possível reproduzi-lo em diversas outras prefeituras, criando um padrão brasileiro de gestão municipal. O projeto visa agregar competência às prefeituras em três áreas: 1) controle do orçamento e da execução orçamentária; 2) aumento da eficácia do sistema de arrecadação municipal; 3) melhoria da qualidade da gestão municipal, a partir da implantação de programas de qualidade total nos dois itens mencionados. Para tanto, agregam-se ao projeto diversas competências, interdisciplinares e complementares: 1) o Instituto Uniemp e a Agência Dinheiro Vivo, coordenadores de um projeto, já em andamento, de criação de indicadores municipais, o "São Paulo na internet"; 2) a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), antigo Grupo de Qualidade da Fundação Cristiano Ottoni da UFMG, maior responsável pela disseminação dos conceitos de QT nos setores público e privado brasileiros; 3) grupos de especialistas em finanças públicas ligados à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e com passagem por grandes prefeituras paulistas; 4) a empresa de software I-Hawk, brasileira, que surgiu no bojo do programa Softex, desenvolvendo sistemas de gestão de última geração.

270

Um sistema de gestão documental para o Estado de São Paulo

Ana Maria de Almeida Camargo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14129-3
Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2002

O descompasso existente entre os objetivos definidos pelo poder público e o conjunto dos serviços que constituem seu instrumento de realização pode ser medido pelo exame apurado dos procedimentos administrativos, isto é, da sucessão de operações que, necessariamente interligadas para a obtenção de efeitos regulares e duradouros, adquire substância material nos documentos que gera e acumula. Um sistema de gestão documental, formulado a partir de amplo diagnóstico das práticas administrativas do estado, permitiria corrigir e sanar al-

guns problemas: a inexistência de padrões comuns para o registro de atos administrativos; a presença de normas e procedimentos casuísticos; os desníveis quanto à utilização de tecnologias modernas e aos procedimentos arquivísticos adotados; a dispersão e a descontextualização dos documentos gerados.

271

Formulação de análises e políticas setoriais: empresas de base tecnológica

Ana Cristina de Almeida Fernandes
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 1998/14127-0
Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2003

Nos mais diversos países, incluindo os desenvolvidos, existem programas específicos de fomento às pequenas e médias empresas (PMEs), em especial as empresas de base tecnológica (EBT). Tais políticas são justificadas pela importante contribuição destas empresas para criação de empregos – especialmente de maior qualificação – inovação e difusão de novas tecnologias, introdução de novos métodos organizacionais e, frequentemente, dinamização econômica de determinadas regiões. Há, porém, crescente preocupação com o futuro das PMEs, em função das tendências de globalização dos mercados, concentração das atividades de desenvolvimento tecnológico e intensificação da concorrência entre as empresas. Neste contexto, amplia-se o interesse dos governos em promover e estimular a competitividade de suas PMEs, intensificando seus vínculos produtivos e organizacionais com as grandes empresas e constituindo bases nacionais sistêmicas competitivas. No Brasil, as EBTs são objeto de interesse renovado por parte de esferas subnacionais de governo. Contudo, estas empresas continuam a enfrentar sérias limitações e obstáculos ao seu desenvolvimento e, por conseguinte, à realização de seu potencial de geração de emprego e dinamização econômica. Em face deste quadro, as atividades de pesquisa aqui propostas são: 1) analisar as experiências internacionais de políticas de desenvolvimento das EBTs, procurando avaliar as iniciativas bem sucedidas; 2) diagnosticar os principais obstáculos enfrentados pelas EBTs brasileiras, especialmente as de São Paulo, enfatizando a avaliação da eficácia do conjunto de instrumentos de fomento vigentes; 3) avaliar, tomando como referência o quadro internacional, seus efeitos em termos de geração de emprego, com vistas à definição de diretrizes de estímulo à criação e manutenção de empregos em setores intensivos em tecnologia; 4) capacitar técnicos da instituição parceira para formular, implementar e monitorar estratégias de fomento ao desenvolvimento dessas empresas.

272 Demanda de tecnologia no setor de saúde: subsídios para políticas públicas

Abraham Sin Oih Yu

Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)

Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)

Processo 1998/14126-4

Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2000

O setor de saúde é reconhecidamente muito importante do ponto de vista social e econômico, mas escassamente contemplado por estudos que dimensionem a real estrutura de sua cadeia produtiva, particularmente do fornecimento de equipamentos e instrumentos médicos, que constitui uma das principais fontes de tecnologia para o setor. O estudo ora proposto objetiva contribuir para a melhoria do desempenho do sistema público de saúde do Estado de São Paulo, oferecendo subsídios aos tomadores de decisão na área, por meio das seguintes atividades: fase I: a) composição das equipes e planejamento dos trabalhos e b) levantamento das novas tecnologias de equipamentos de diagnóstico, tratamento e gestão em nível internacional. Fase II: a) levantamento da demanda de tecnologia pelo sistema público de saúde do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Saúde; b) identificação das lacunas potenciais, pela comparação entre os resultados da Fase I e da Fase II; c) identificação e seleção das políticas públicas mais adequadas à melhoria do sistema público de saúde, tendo em vista as novas tecnologias.

273 Habitação social em madeira de reflorestamento como alternativa econômica para usos múltiplos da floresta

Akemi Ino

Escola de Engenharia de São Carlos

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 1998/14124-1

Vigência: 1/11/1999 a 30/11/2004

Grupo de pesquisa em habitação (GHab) formado por pesquisadores e estudantes da EESC/USP e da Universidade Federal de São Carlos vem desenvolvendo projetos na área de habitação social em madeira e terra crua. Entre os projetos realizados, destacam-se: 1) construção de 410 unidades habitacionais, utilizando madeira de rejeito comercial em Cuiabá-MT; 2) desenvolvimento de edificação experimental em eucalipto, financiado pelo CNPq; 3) desenvolvimento de esquadrias de madeira de reflorestamento, financiado pela Finep; 4) desenvolvimento de edificação-protótipo em pinus em Campos do Jordão-SP, em parceria com o Instituto Florestal; 5) habitação social, concepção arquitetônica e produção de componentes de madeira de reflorestamento e em terra crua, com financiamento da FAPESP. A parceria com a Funda-

ção Florestal que trabalha há sete anos para implementação de uma política de recuperação florestal, lançada em 1992, estabelece a meta de recuperação de 3,7 milhões de hectares e alia três grandes linhas operacionais, estrategicamente equilibradas: a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos recursos naturais florestais por meio da exploração econômica e a educação ambiental como ferramenta de conscientização da população para o seu papel como beneficiária e agente do processo. Possibilitará, ao estudo, alternativas de novos mercados, principalmente para habitação social, ampliando a oferta de produtos florestais que resultem em melhores benefícios econômicos. Para análise da viabilidade de utilização de madeira de reflorestamento, pretende-se estabelecer parcerias com prefeituras da região sudoeste do Estado de São Paulo. A prefeitura de Itapeva já manifestou interesse e adesão a este projeto.

274 Avaliação do processo de municipalização dos serviços de saúde no Estado de São Paulo

Antônio Carlos Coelho Campino

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 1998/14120-6

Vigência: 1/11/1999 a 30/9/2004

Os problemas enfrentados pelo setor público na prestação de serviços de saúde são conhecidos. Não se restringindo pura e simplesmente a uma questão de escassez de recursos, um melhor desempenho nessa área passa também pela possibilidade de implementar arranjos institucionais mais adequados às especificidades do setor. Nesse espírito, as modificações introduzidas a partir da criação do SUS buscaram, entre outras coisas, responsabilizar prioritariamente a esfera municipal pela gestão desses serviços, deixando ao governo central a definição das diretrizes básicas da política nacional de saúde e a normatização dos serviços. Os resultados até aqui alcançados nesse processo indicam ser essa efetivamente uma boa estratégia. No entanto, empecilhos vários (econômicos, institucionais, administrativos, políticos) têm impedido a evolução mais rápida no processo de municipalização, impossibilitando uma melhoria mais substantiva que poderia já ter sido alcançada. Não por acaso, as Normas Operacionais Básicas (NOB) do SUS vêm experimentando significativas alterações no sentido de agilizar o processo. De outro lado, também se faz sentir a necessidade de uma definição mais precisa do papel da esfera estadual, que, em princípio, deve servir como coordenadora do processo. Neste contexto, o presente projeto visa detectar quais são os fatores de resistência à municipalização, afe-

rindo sua importância e intensidade e instrumentalizando o poder público estadual para a agilização do processo de municipalização e a efetiva melhoria dos serviços.

275 Inquérito de saúde no Estado de São Paulo: inquérito domiciliar de base populacional em municípios do Estado de São Paulo – 1999-2000

Chester Luiz Galvão Cesar
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14099-7
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2002

A necessidade de informações em saúde tem se ampliado e diversificado nas últimas décadas. Coletadas e organizadas há mais de um século nos países desenvolvidos, inicialmente centradas em mortalidade, estas informações orientam diretrizes e prioridades das políticas sociais e de saúde. Novas modalidades de indicadores de saúde não derivam de fontes secundárias de dados como ocorre com a mortalidade e alguns indicadores de morbidade, mas baseiam-se em inquéritos de saúde. Inquéritos de base populacional representam oportunidades únicas para a obtenção de informações sobre morbidades percebidas, autoavaliação de saúde, exposição a violências, prevalência de fatores de risco, incapacidades, limitações, impacto dos problemas de saúde nas atividades da vida diária e na qualidade de vida, bem como acesso a suporte social e uso integral de serviços de saúde. Estes inquéritos encontram-se em ampla aplicação em diversos países. Têm apresentado abrangência diversificada, seja com relação aos problemas de saúde incluídos, quanto aos subgrupos populacionais envolvidos ou à amplitude geográfica. Pesquisadores das universidades estaduais e da Secretaria da Saúde, todos com experiências progressas em inquéritos domiciliares, formaram um grupo de pesquisa para aprofundar essa metodologia de investigação e elaborar um projeto conjunto a ser desenvolvido em diversos locais do Estado de São Paulo, com uma base referencial comum e técnicas padronizadas. Entre os objetivos desta pesquisa, destacam-se: analisar as condições de vida, a situação de saúde e o uso de serviços de saúde, em diferentes áreas do Estado de São Paulo; estimar a magnitude das desigualdades em saúde; analisar o potencial e os limites dos métodos e técnicas utilizados, contribuindo para o aprimoramento da metodologia dos inquéritos populacionais de saúde; e, contribuir para o planejamento em saúde local e regional. A metodologia a ser seguida é a de um estudo transversal, por meio de inquérito domiciliar com base populacional. Serão estudadas oito áreas do Estado de São Paulo, sendo três no interior e cinco na região metropolitana. O processo amostral a ser adotado deverá levar

em conta a estratificação dos setores censitários, segundo nível socioeconômico, e garantir representatividade dos diferentes grupos demográficos segundo idade e sexo.

276 Política de habitação e desenvolvimento urbano para o município de São Sebastião.

Flávio José Nery Conde Malta
Centro de Ciências Humanas e Letras de Taubaté
Universidade de Taubaté (Unitau)
Processo 1998/14085-6
Vigência: 1/11/1999 a 30/6/2003

O município de São Sebastião passa por um processo de intenso crescimento de assentamentos residenciais irregulares. Essa dinâmica caracteriza-se por acentuada exclusão social – população pobre excluída do mercado residencial, altamente especulativo – e forte movimento predatório ao meio ambiente. A vida econômica e social do município – cidade turística – depende de seu patrimônio ambiental, ameaçado por ocupações ilegais de terra, decorrentes da falta de oferta de moradias para as camadas de baixa renda. A proposta visa apontar rumos para a administração desses conflitos por meio da elaboração da política de habitação e desenvolvimento urbano. O processo de pesquisa tem como escopo: a) produção e sistematização de conhecimentos relevantes interdisciplinares que forneçam um quadro dos problemas e potencialidades: demográficos, socioeconômico-culturais, físico-ambientais e político-institucionais; b) sistematização da bibliografia e das experiências administrativas bem sucedidas relacionadas ao conflito entre moradia pobre, preservação ambiental e mercado imobiliário; c) proposição de instrumentos e mecanismos que viabilizem a efetiva implementação da proposta.

277 A prevenção da violência por meio da polícia comunitária

José Vicente da Silva Filho
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial
Processo 1998/14074-4
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2000

“Policimento Comunitário: avaliando a experiência da Polícia Militar” é uma aplicação da filosofia do policiamento comunitário, que implica a parceria entre a população e a polícia, objetivando a prevenção mais efetiva da criminalidade. Atuando dentro de um território específico, a experiência reúne polícia, comunidade local, autoridades eleitas e empresários locais, entre outros grupos, para diagnosticar problemas e definir ações. Até o presente momento, foram instaladas 42 bases comunitárias de segurança, prevendo-se mais 44 unidades neste ano, precedidos de

estágios e cursos de multiplicadores. Progressivamente, deverá ocorrer a integração dos recursos, planejamento e operações da PM e Polícia Civil da área comum de atuação. Serão necessários alguns anos para que os resultados possam ser efetivamente avaliados e adotadas as mudanças necessárias. Desde já, devem ser monitorados os efeitos que o policiamento comunitário possa estar produzindo a) onde está sendo aplicado e b) entre os policiais que atuam nessas áreas. Esse monitoramento deve ser feito em diversos níveis: avaliação das estatísticas de criminalidade, pesquisas sobre a funcionalidade da polícia local, pesquisas de opinião sobre imagem da polícia local, e pesquisa interna com os policiais envolvidos. Na avaliação, serão selecionados quatro bairros de perfis socioeconômicos semelhantes: dois bairros violentos e dois pacíficos. Dois bairros terão passado pela experiência de policiamento comunitário e os demais serão utilizados como grupos de controle. No que se refere ao público interno, serão selecionados dois grupos, um dos quais terá participado do policiamento comunitário. As hipóteses com que trabalhamos são as de que, nas áreas cobertas pelo projeto-piloto, os índices de criminalidade são menores do que nas áreas com policiamento tradicional, assim como o sentimento subjetivo de insegurança; a satisfação com a polícia é maior, e a imagem da polícia, melhor; o policial tem atitudes mais positivas em relação a comunidade e melhor autoestima.

278 Ocorrência de casos de violência doméstica e sexual nos serviços de saúde em São Paulo e desenvolvimento de tecnologia de atendimento para programas de saúde da mulher

Lília Blima Schraiber
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14070-9
Vigência: 1/11/1999 a 31/1/2003

Investigaremos a ocorrência de casos de violência doméstica e sexual entre usuárias de serviços de saúde (UBS e PS) que são portas de entrada da rede pública em São Paulo. Serão estudados os casos e o grau de acolhimento dos serviços, pesquisando-se, para mulheres de 15 a 49 anos, a frequência e a caracterização dos episódios de violência, o padrão de uso dos serviços e queixas, diagnósticos e resoluções dadas. Parte-se da hipótese, sustentada pela literatura internacional, de que mulheres em situação de violência criam padrão de uso repetitivo dos serviços e apresentam demandas recorrentes, de difícil resolução, ainda que sejam diagnósticos de nível primário. Tal literatura mostra a alta prevalência dessas situações e os altos custos envolvidos com a baixa resolutividade dos serviços. Não havendo dados para o Brasil, este projeto é

pioneiro, e tomará por base protocolo e instrumentos para investigações deste tipo a partir do questionário americano Abuse Assessment Screening e de dados de pesquisa similar por nós realizada em estudo de caso, além de nossa experiência de organização e avaliação de programas de saúde. A investigação centra-se nos serviços (amostra de usuárias por serviço), com a aplicação de entrevistas, auditoria de prontuários e grupos focais com profissionais. Com base nos resultados e como subsídio à política de saúde e programas de atenção integral à mulher, viabiliza-se ulterior formulação e avaliação de programas assistenciais e de tecnologia de cuidados apropriada, no sentido de constituir um primeiro atendimento no trato da violência e conectado à rede especializada por referenciamento. Nessa fase, a Secretaria da Saúde do Estado auxiliará na seleção das unidades e critérios amostrais, bem como na adaptação dos instrumentos, participando de treinamentos da equipe de campo e de sua supervisão, sendo habilitada para inquérito epidemiológico, auditoria de prontuários e realização de grupos focais.

279 Gestão das políticas públicas de emprego e renda no Estado de São Paulo

Márcio Pochmann
Instituto de Economia
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 1998/14065-5
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

O projeto visa desenvolver capacidade analítica e gerencial sobre as ações de emprego e renda no estado. A parceria que ora se estabelece visa colocar o conhecimento da universidade a serviço do órgão estadual, a Sert, encarregado de tratar do tema. As políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho no Brasil caracterizam-se pela desarticulação desde sua origem, e este é um dos principais motivos de sua baixa eficácia. No Estado de São Paulo, um processo intenso de reestruturação produtiva tem ocorrido, provocando a elevação das taxas de desemprego e a necessidade de reconversão profissional, dado que muitos setores estão se modernizando ou migrando para outras regiões. Além do que, demandam-se novos perfis profissionais, diferentes dos vigentes até bem pouco tempo. Isso tem exigido ações do poder público no que se refere às políticas públicas: emprego, renda e formação profissional. No entanto, não há tradição nem do próprio estado e nem da sociedade em focar estas ações. Assim, pretendem-se produzir diagnósticos que identifiquem quais são as demandas por emprego e renda e formação profissional, permitindo, com isso, focar os programas nas clientelas-alvo dos programas a cargo da Sert, no sentido de tornar mais eficazes as políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho no Estado de São Paulo.

280 **Musealização da arqueologia e a preservação dos lugares da memória como fator de revitalização urbana: o caso de São Caetano do Sul, SP**

Maria Cristina Oliveira Bruno
Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE)
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14057-2
Vigência: 1/11/1999 a 31/3/2003

A partir de uma iniciativa conjunta do MAE/USP e da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, este projeto tem o propósito de identificar, estudar e musealizar os lugares que são indicadores da história cultural do mencionado município, procurando colaborar com os processos de revitalização urbana e priorizando, também, a capacitação profissional de recursos humanos locais. Por um lado espera-se testar a hipótese de que os procedimentos de musealização da arqueologia viabilizam a preservação, e esta, por sua vez, é relevante para a revalorização dos lugares da memória e da autoestima da sociedade. Neste caso, a arqueologia e museologia atuarão em conjunto para a redefinição dos parâmetros cronológicos da ocupação desse território como também para a contextualização desses horizontes culturais, em um cenário contemporâneo de revitalização urbana. Estes processos terão estreita vinculação com outros projetos congêneres em desenvolvimento na cidade.

281 **Programa de apoio a agroindústria, abastecimento e alimentação de Piedade, São Paulo**

Marina Vieira da Silva
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14048-3
Vigência: 1/11/1999 a 30/9/2003

A importância da consolidação de programas públicos, implementados na medida do possível em parceria, que possibilitem formação/reciclagem de recursos humanos, especialmente por meio do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que ampliem as alternativas de inserção no mercado de trabalho, vem sendo reconhecida. Com a implementação progressiva da municipalização da merenda escolar, a partir da década de 1990, verifica-se a possibilidade de pequenos e médios produtores, assim como da agroindústria local e regional, se envolverem, de forma intensa, com esse programa. No caso específico do município de Piedade, Estado de São Paulo, a experiência pode se revelar promissora à medida que, a partir da reorganização do programa de merenda escolar (elaboração de cardápios nutricionalmente balanceados,

tendo por base frutas e hortaliças produzidas/processadas em nível local), seja possível implementar um processo de capacitação de recursos humanos (iniciação profissional e capacitação de empreendedores de baixa renda -individuais, familiares e associativos), com a disseminação de tecnologias básicas para o processamento de frutas e hortaliças, visando a agregação de valor aos produtos agrícolas. Concomitantemente, com o envolvimento da população adulta, será possível o estímulo à capacitação de pequenos empreendedores para o desenvolvimento de atividades econômicas autônomas, seja individualmente ou por meio de microempresas, associações ou cooperativas. Inicialmente, será feito um diagnóstico da produção agrícola local assim como de sua comercialização. Pretende-se realizar levantamentos sobre os programas de alimentação oferecidos pela prefeitura. Essas informações subsidiarão cursos de capacitação de pessoal responsável pelos programas de assistência e educação alimentar, além do pessoal envolvido com as atividades agrícolas. Subsidiarão também a elaboração do layout do módulo de processamento de hortaliças e frutas, para futura instalação de uma central de abastecimento municipal.

282 **Gestão local, empregabilidade e equidade de gêneros e raça: uma experiência de política na região do ABC paulista**

Márcia de Paula Leite
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)
Processo 1998/14044-8
Vigência: 1/11/1999 a 30/4/2003

Esta solicitação é um esforço de resposta ao desafio que o intenso processo de reestruturação produtiva, de reespecialização da indústria e de redefinição da vocação regional do ABC paulista vem colocando para as oportunidades ocupacionais e chances de empregabilidade, especialmente entre grupos sociais mais vulneráveis, tradicionalmente sujeitos à discriminação no mercado de trabalho. Iniciativas inovadoras vêm sendo tentadas pelos agentes decisivos na gestão local: prefeituras, sindicatos, empresas. A prefeitura municipal de Santo André (PMSA) tem desenvolvido políticas consorciando interesses desses diversos agentes (haja vista a sua integração à Câmara Regional do Grande ABC e ao Consórcio Intermunicipal do ABC). A PMSA decidiu, por meio da Assessoria dos Direitos da Mulher, dar um novo passo na sua política de ampliação das oportunidades de emprego, desenvolvendo uma experiência voltada para mulheres e negros. Tal decisão impôs a necessidade de parcerias, face à escassez tanto de diagnósticos empíricos como de expertise na área. Disso resultou a consulta, em janeiro de 1998, e posterior montagem de um grupo de trabalho interinstitucional, composto por instituições de pesquisa

(Cebrap e Nedic/USP), por organizações não governamentais atuantes junto a movimentos de mulheres (como o Elas) e de negros (Ceert), e por organismos internacionais voltados para o planejamento e gestão, local (como é o caso do Ilpes/Cepal). A convocatória FAPESP torna-se um espaço especialmente propício para viabilizar tal parceria. Como principais resultados desta cooperação pretendem-se: a) capacitar os agentes técnicos da gestão local, sensibilizando-os para a orientação dos programas de empregabilidade para mulheres e negros, por meio de cursos, seminários e pesquisa participativa; b) elaborar um diagnóstico das dificuldades ocupacionais destes grupos mais vulneráveis; c) subsidiar a implementação de um experimento em política de empregabilidade dirigida às mulheres e aos negros.

283 **Sistematização de experiências, diagnóstico local e formulação de modelo de gestão para viabilização das novas competências do sistema público de ensino municipal no Estado de São Paulo**

Newton Antônio Paciulli Bryan
Faculdade de Educação
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 1998/14041-9
Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2002

O projeto se propõe a levantar e a sistematizar o fluxo de problemas e decisões existentes no gabinete do secretário municipal de Educação e Cultura da prefeitura municipal de Vinhedo, no Estado de São Paulo. Diante dos novos desafios colocados pelas recentes mudanças dos sistemas políticos que afetam a descentralização das estruturas administrativas do ensino nos níveis estaduais e especificamente nos municipais, urge formular e apoiar a implementação de estrutura de planejamento e modelo de gestão pública para a educação. O projeto busca construir um quadro sobre as necessidades presentes para o planejamento e gestão do sistema público de ensino, decorrentes das profundas alterações nas competências dos municípios e das novidades do financiamento público em relação à educação. Este quadro de mudanças vem exigindo dos gestores municipais novas posturas, novas capacidades, que não estão dadas nos sistemas tradicionais de gestão. O projeto de pesquisa envolve a análise das condições e dos problemas do município, bem como do fluxo de decisões vigentes no gabinete do secretário de educação e cultura. Esta análise será fundamentada na visão do ator coletivo, o gestor e sua equipe, investigando o que foi e o que está sendo implantado, no tocante às mudanças e às novas exigências legais, tanto ao nível nacional (Constituição Federal, LDB, e outras) como ao nível estadual (Decreto 43.072 de 04/05/98, e outras).

Após o mapeamento da situação, o passo seguinte será a construção, com a equipe participante da instituição parceira, de critérios de qualidade para o sistema público de ensino de Vinhedo. Munidos dos dados situacionais, dos critérios estabelecidos, das decisões do gestor e equipe, e contando com os conhecimentos e experiências das duas equipes, será iniciado o desenho e construção de um modelo de planejamento e gestão. O projeto se propõe, ainda, a capacitar a equipe dirigente da instituição parceira em modelos de planejamento e gestão. O projeto de pesquisa se encerra na aplicação do modelo selecionado e definido para instrumentalizar a gestão municipal de ensino, que envolverá representantes dos diversos segmentos e instâncias do sistema público de ensino do município de Vinhedo.

284 **Avaliação do serviço de assistência domiciliar do HSPE-Iamspe e propostas para sua ampliação no âmbito do serviço público**

Olimpio José Nogueira Viana Bittar
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa São Paulo
Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho (FAVC)
Processo 1998/14035-9
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

Nas últimas décadas, têm sido colocadas, na agenda do setor de saúde, duas questões centrais: a crescente incorporação de tecnologias com repercussão nos custos assistenciais, e o acelerado envelhecimento da população com as consequentes alterações no perfil epidemiológico da demanda. Nesse sentido, vem se realizando uma série de discussões a respeito dos atuais modelos assistenciais de prestação de serviços centrados no hospital e na superespecialização médica. O recente encontro da Associação Latina de Análise de Sistemas de Saúde (1998) pautou, como tema central, a assistência domiciliar e a desospitalização, pois ainda são tímidas as iniciativas e experiências relacionadas a esses temas nos países periféricos. O Instituto de Assistência Médica do Servidor Público do Estado de São Paulo, criado na década de 1960, tem como objetivo prestar serviços a todo o universo de servidores vinculados ao Serviço Público Estadual e seus dependentes (cerca de 3 milhões de usuários potenciais), por meio de seu hospital. Há 30 anos desenvolve uma experiência de assistência domiciliar. De início, suas atividades voltaram-se prioritariamente a programas como assistência à prematuridade e a doenças transmissíveis. O envelhecimento populacional, tanto dos contribuintes, 30% dos quais são aposentados, como dos dependentes, com os pais dos funcionários representando mais de 50% destes, alterou a demanda dos serviços em geral e, mais especificamente, o de assistência domiciliar e a contratação de

leitos hospitalares de retaguarda. Dessa forma, ocorreram substanciais transformações nos serviços oferecidos pelo SAD, que hoje se caracterizam por assistir a idosos dependentes de cuidados por diferentes motivos, portadores de doenças crônicas debilitantes, dependentes de oxigenoterapia, nefropatas, neuropatas, além de uma crescente demanda na área social. O SAD tem hoje matriculado em seus programas 1050 pessoas, sendo um número significativo, porém pequeno diante da demanda real. Nosso interesse se dirige a desenvolver um diagnóstico atual dos serviços prestados pelo SAD, considerando seus programas, os custos de sua execução, os fluxos e interfaces com outras áreas de especialidades do HSPE, além de desenvolver propostas de ampliação para outros organismos ligados ao setor público da saúde.

285

Educação ecológica na rede de ensino municipal de Campinas por meio da prática de cultivo e uso de plantas medicinais em um herbario, resgatando nas crianças e adolescentes o respeito à natureza

Ricardo Ferraz de Oliveira

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 1998/14029-9

Vigência: 1/11/1999 a 28/2/2003

Um desafio para a política pública da Secretaria da Educação do Município de Campinas é desenvolver na rede de ensino a consciência ecológica de preservação do meio ambiente. Na implantação de jardins de ervas e estufas (herbários) e na produção de ervas desde sua germinação até a colheita, far-se-á a transferência desse saber para crianças e adolescentes da rede municipal de Campinas, resgatando valores ecológicos. Faz-se necessário mapear o saber existente na comunidade para desenvolvimento do projeto educacional, ambiental, procurando também aprofundar o conhecimento sobre como a construção desse saber tem-se dado, de geração para geração, no uso das plantas medicinais e no resgate da natureza.

286

Indicadores de qualidade para os programas de alimentação da Secretaria de Educação do município de Campinas, SP

Semiramis Martins Álvares Domene

Faculdade de Medicina

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP)

Processo 1998/14020-1

Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2003

A municipalização do Programa de Alimentação Escolar, PAE, em Campinas, data de 1984, com o governo es-

tadual, e de 1993, com o federal. No município, com cerca de 1 milhão de habitantes, sua gestão é complexa, devido à abrangência do programa, que atende a cerca de 160 mil educandos. O modelo tradicional de gerenciamento dificulta a implantação de intervenções com balizamento técnico, dado o dispêndio de recursos humanos e materiais com processos burocráticos ainda muito presentes na máquina pública. Em 1997, por decisão do poder executivo, a Prefeitura Municipal de Campinas optou por contratar empresas de refeições para assumir a logística do PAE, ficando a cargo do nível central o planejamento estratégico do mesmo. Desde 1983, o Curso de Nutrição da PUC-Campinas, por meio da disciplina Estágio Supervisionado em Saúde Pública – Alimentação Escolar, desenvolve atividades junto à Secretaria de Educação-SE, com o objetivo central de otimizar a assistência alimentar ao educando. Campinas apresenta a complexidade epidemiológica observada em outros centros urbanos, com 4% de prevalência de desnutrição energético-proteica, DEP, ao mesmo tempo em que aumentam os casos de doenças crônicas na fase adulta. A melhoria dos indicadores de desnutrição tem permitido dar atenção às carências nutricionais específicas, como a anemia e a hipovitaminose A, que ao lado da carência de iôdo, atingem mais de um terço da população mundial. A dificuldade para o aprendizado, para o trabalho, e o aumento das taxas de morbidade são consequências esperadas, que acarretam enorme custo social, e que vêm sendo combatidas com sucesso por projetos de intervenção alimentar em outros países. Para consolidar a parceria entre a universidade e a prefeitura, este projeto propõe-se a diagnosticar conhecimentos e práticas sobre alimentação e nutrição por parte dos técnicos envolvidos nos programas, e elaborar indicadores de qualidade dos mesmos, que se constituirão em instrumentos de avaliação e gestão.

287

Políticas públicas municipais em Campinas: geração de base de dados multimídia

Clarinda Rodrigues Lucas

Faculdade de Biblioteconomia

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Camp)

Processo 1998/14018-7

Vigência: 1/11/1999 a 31/3/2003

Parte das informações noticiadas na imprensa local acerca da vida do cidadão campineiro interessa na formulação de políticas públicas municipais. As bibliotecas municipais, no entanto, nem sempre percebem a potencialidade das informações armazenadas em suas hemerotecas, as quais são justificadas quase sempre nas tarefas escolares de 1º e 2º graus. Informações variadas do cotidiano do cidadão, como invasão de terra, surtos bacterianos, acordos na área de transporte, movimento de pais e mestres e mo-

vimentos culturais de toda sorte, enfim uma gama variada de informações noticiada na imprensa local, pode e deve subsidiar as políticas públicas das secretarias, autarquias e empresas de economia mista municipais. O projeto ora proposto prevê o desenvolvimento de metodologias para a organização de informações textuais e imagéticas publicadas na imprensa local e armazenadas na Biblioteca Pública Municipal de Campinas, além de prever, em desenvolvimentos posteriores, a organização de uma base de dados de tais informações no período de 1960-1998, com recursos multimídia, as quais serão selecionadas dentre um acervo de 50.000 itens (recortes de jornal) e organizadas segundo as temáticas das secretarias, autarquias e empresas de economia mista municipais, numa abordagem de conversão retrospectiva. O projeto terá impacto em quatro áreas relevantes para a cidadania: 1) nas políticas públicas da prefeitura de Campinas e região; 2) na pesquisa acadêmica das universidades locais; 3) na vida escolar dos estudantes de 1º e 2º graus; 4) na educação continuada do professor de 1º e 2º graus e do cidadão local e regional.

288

Centro de atendimento ao traumatizado raquimedular

Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho
Instituto de Ortopedia e Traumatologia
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 1998/14015-8
Vigência: 1/11/1999 a 30/11/2006

O Centro de Atendimento ao Traumatizado Raquimedular, Cenatra, constitui um centro de referência para estudo, pesquisa (operacional, científica e tecnológica), inovação, normatização, padronização, difusão, extensão e formação de recursos humanos de grande porte e alta complexidade para o atendimento especializado integral ao traumatizado raquimedular. Foi criado pelo governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto 41.681, de 02/4/97, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 03/4/97, e integra a Rede de Urgência/Emergência com nível de Divisão Técnica da Saúde. O Cenatra é coordenado pelo Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IOT-HC-FMUSP), no qual está instalado, e conta com a participação e apoio integral da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, do Ministério da Saúde (Portaria MS 2.923/98) e da Superintendência do Hospital das Clínicas. O Cenatra será responsável por estabelecer uma política e pela implantação imediata de sete novos centros estaduais especializados nos principais hospitais que desenvolvem assistência ao traumatizado raquimedular: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP; Hospital

São Paulo da Escola Paulista de Medicina, Unifesp; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, Unicamp; Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, Unesp; Hospital de Base da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto; Hospital Regional Sul e Complexo Hospitalar Mandaqui. Cada centro deverá ter equipe médica e paramédica especializada e prestar atendimento com protocolos padronizados pelo Cenatra.

289

Sistema de informação para a tomada de decisões municipais

Eliseu Saverio Sposito
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 1998/14010-6
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2003

O projeto pretende conceber e modelar um sistema de informação que dê suporte ao planejamento e à tomada de decisões, visando responder às demandas sociais locais, considerando as atuais condições financeiras do poder público municipal. As duas instituições registram experiências anteriores bem sucedidas de trabalho conjunto. É o caso dos estudos que resultaram na delimitação e mapeamento das áreas de exclusão social da cidade de Presidente Prudente, em 1997, assim como a continuidade e o aprofundamento dessa parceria, mediante um convênio de cooperação técnico-científica firmado no ano passado e de um aditamento a esse convênio, deste ano, propondo e detalhando atividades conjuntas entre a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do município de Presidente Prudente e o Laboratório de Geografia Humana (Laghu) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp. Assim, buscaram-se, por meio da FAPESP, os incentivos necessários à consecução de mais um projeto dessa parceria. Resumidamente, este projeto conta com as seguintes características: a) desenvolvimento de metodologia de tratamento da informação; b) construção de instrumento de coleta e análise de informações georeferenciadas; c) piloto em área-teste; e, d) respectiva avaliação do instrumento, visando o recenseamento geral das áreas de exclusão social da cidade de Presidente Prudente já detectadas e delimitadas em projeto anterior. Em um segundo momento (segunda fase), pretende-se ampliar a aplicação do instrumento à totalidade das áreas de exclusão social da cidade, que abrangem, hoje, mais de 30% dos seus domicílios. A continuidade de análises já iniciadas, assim como o aperfeiçoamento teórico-metodológico e técnico que resultarão deste projeto, desdobrar-se-ão certamente em aplicação direta, tanto no âmbito acadêmico (iniciações científicas, trabalhos e monografias de final de curso), quanto na orientação e avaliação de ações do executivo municipal, mediante sua agenda de políticas públicas.

290 **Gestão intersetorial das políticas sociais no município de São Lourenço da Serra, SP**

Luciano Antônio Prates Junqueira

Programa de Estudos Pós-Graduação em Administração
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Processo 1998/14004-6
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

A cidade de Carapicuíba, situada na região metropolitana de São Paulo, com cerca de 550 mil habitantes, veio se caracterizando, principalmente, como cidade-dormitório. Possui bairros habitados por famílias de nível de renda mais alta, mas também oriundas, em geral, do município de São Paulo e outros sem infraestrutura, onde dominam famílias de baixa renda. Trata-se, pois, de uma cidade marcada pela desigualdade, onde a maioria de sua população se encontra em precárias condições de vida. A prefeitura, por meio de seus órgãos, estruturados setorialmente para resolver os problemas da população e atender suas necessidades, tem suas ações organizadas de maneira fragmentada. Isso porque tais órgãos desconsideram que suas atividades são, em geral, dirigidas a uma mesma população. Uma das formas de projetar a superação dessa situação é resolver os problemas de forma integrada, otimizando os recursos existentes, por meio da gerência intersetorial das políticas sociais. Tal perspectiva aponta para o alinhamento dos diversos serviços oferecidos setorialmente pelos diferentes agentes municipais, que, estabelecendo uma relação de parceria, poderão tornar a vida dos seus munícipes de melhor qualidade. Para isso, propomos a realização de uma pesquisa aplicada que identifique as condições concretas de vida dessa população e caracterize as demandas sociais pertinentes. Em conjunto com a prefeitura, organizações de caráter público e privado e diferentes movimentos organizados da população, procurar-se-á elaborar um projeto de gestão intersetorial das políticas sociais do município.

291 **Programas de gestão integrada para o município de Franca**

Sarah Feldman

Escola de Engenharia de São Carlos
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/13999-4
Vigência: 1/11/1999 a 30/11/2002

A presente proposta é resultado de um processo de trabalho que vem sendo desenvolvido, há um ano e meio, por meio de um convênio de prestação de serviços à comunidade, estabelecido entre o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, liderada pelos pesquisadores principais deste projeto, e a prefeitura municipal

de Franca, com o objetivo de formular uma nova política habitacional e urbana para a cidade. Esta cooperação já gerou produtos de relevância para o município, como a lei de habitação de interesse social e o novo plano diretor, que se encontra em discussão na câmara municipal. No âmbito do projeto do plano diretor, está previsto o desenvolvimento de seis programas integrados de gestão urbana, que deverão ser implementados nos próximos anos. A formulação desta proposta exige diagnóstico detalhado da situação urbana de Franca, no que diz respeito a cada uma dos objetos específicos dos programas integrados, assim como um maior conhecimento de experiências inovadoras de gestão em cidades médias no Brasil e no exterior. Este projeto se volta para uma necessidade concreta da prefeitura da Franca, mas pode ser extremamente útil para outras municipalidades, que, por sua situação geográfica, não passaram por um processo de metropolização ou conturbação. Volta-se, portanto, para cidades que, embora venham tendo crescimento populacional sistemático, não apresentam conflitos territoriais na escala das cidades de maior porte, mas que, na última década, vêm passando por mudanças significativas, seja pelas mudanças econômicas em curso em níveis nacional e mundial, seja pela absorção de atividades que vêm se deslocando da capital e demais municípios da região metropolitana. Esta questão ganha relevância ao se considerar que grande parte da pesquisa e reflexão sobre o tema, assim como as práticas urbanísticas, no Brasil e particularmente no Estado de São Paulo, estão referenciadas na realidade das regiões metropolitanas, que é substancialmente diferente daquela encontrada nas cidades médias, categoria que se torna cada vez mais importante na rede urbana paulista. Cabe destacar, ainda, a posição estratégica do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP para desenvolver não só a pesquisa proposta como outras formas de colaboração no campo das políticas públicas urbanas com cidades médias no Estado de São Paulo. Situada no centro do estado, São Carlos tem grande potencial para exercer um papel de polo de referência para o estudo deste tema, contando com estudantes de graduação e pós-graduação originários de cidades do interior do estado e que tendem a desempenhar, no futuro, funções públicas nesses locais.

292 **Projeto de estabelecimento de uma política institucional de monitoramento da autogestão das cooperativas do Estado de São Paulo**

Sigismundo Bialoskorski Neto

Faculdade de Economia, Administração
e Contabilidade de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/13998-8
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2002

O empreendimento cooperativo difere da empresa de capital, por apresentar uma relação diferente entre os fatores de produção, capital e trabalho. O voto em uma cooperativa é proporcional ao trabalho – a cada homem um único voto –, a distribuição do resultado é proporcional à atividade ou trabalho de cada sócio. Quando falamos de cooperativas, nos referimos a “associados”, “trabalhadores”, e a “sobras do exercício”, com um nítido objetivo social na sua constituição. Este tipo de organização social que não apresenta o objetivo de lucro é um importante meio de criação de emprego, bem como um instrumento de distribuição de renda no meio urbano e rural, que cresce em importância em decorrência da crise econômica atual e dos níveis de desemprego. Em São Paulo, grande parte dos produtores rurais são associados a cooperativas, que comercializam parte significativa das safras de café, soja e do leite. O cooperativismo encontra-se em um importante momento de políticas públicas em decorrência do vácuo jurídico que se impôs após a constituição de 1988. Assim, após a obtenção da autogestão, o cooperativismo ainda não conta com um meio eficaz de proceder ao seu próprio autocontrole, como mostra a questão da ausência de um acompanhamento tanto da gestão como da constituição de empreendimentos cooperativistas. Atualmente o governo implanta o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – Recoop, que além de proporcionar o reequacionamento das dívidas obriga as cooperativas a um plano de reorganização de sua gestão. Por outro lado, a constituição de novas cooperativas, principalmente as de trabalho e habitação no meio urbano, bem como o crescimento das cooperativas de crédito, apoiadas pela constituição dos novos bancos cooperativistas, obriga a organização das cooperativas do Estado de São Paulo a estabelecer um abrangente programa de monitoramento dos empreendimentos cooperativistas no estado.

293

Organização das escolas estaduais de ensino fundamental da D.E. de Penápolis em ciclos: estudos e propostas

Celestino Alves da Silva Júnior
Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 1998/13993-6
Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2000

O regime de progressão continuada, envolvendo a organização do ensino em ciclos, foi instituído na rede estadual paulista a partir de 1998. A medida promove, na visão do grupo de pesquisa, uma revolução na gestão de tempos, espaços e ações escolares historicamente construídos e exige a elaboração coletiva de propostas pedagógicas autônomas e plurais centradas em uma ‘cultura

da aprendizagem’ e referenciadas na reflexão crítica dos atores sobre suas representações e práticas educativas. O projeto propõe-se, no âmbito da unidade de análise (vinte e cinco escolas), dimensionar essa problemática e, também, fundamentar e estimular a formulação de alternativas de intervenção. A equipe executora, constituída por pesquisadores com experiência nas áreas de gestão, política, avaliação, informática e educação à distância e especialistas da D.E., propõe-se a realizar as seguintes atividades: a) análise e discussão do domínio dos novos critérios adotados; b) estudos e reflexões sobre resultados de experiências concretas; c) capacitação dos atores envolvidos na formulação e execução das propostas. Serão adotadas estratégias de educação à distância para manter um processo contínuo de comunicação equipe/escolas. A testagem dos instrumentos e formas de intervenção será realizada em cinco escolas durante o período de elaboração circunstanciada do projeto.

294

Microcrédito: experiências e potencialidades

Flávio Azevedo Marques de Saes
Faculdade de Economia, Administração
e Contabilidade de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/13989-9
Vigência: 1/11/1999 a 30/4/2000

Quando se estuda a relação entre financiamento e desenvolvimento sempre se pensa em grandes volumes de poupança e investimentos de grande magnitude. Isto decorre tanto das teorias de desenvolvimento econômico como das teorias de finanças, em que a existência de informações assimétricas, colocando o problema da seleção e a exigência de garantias e os custos de transação existentes na intermediação de recursos, praticamente excluía a população de baixa renda das análises, pois, em primeiro, lugar operações financeiras não eram possíveis devido ao elevado risco de inadimplência e aos custos operacionais em relação ao volume da operação, e, em segundo lugar, por não ser considerado um instrumento adequado para colaborar com o desenvolvimento ou para a superação da pobreza. Algumas experiências iniciadas na Ásia e na África, com a criação de sistemas de financiamentos voltados exclusivamente para populações de baixa renda, não só se mostraram viáveis do ponto de vista do custo operacional e da baixa inadimplência, como contribuíram para melhorar as condições de vida das comunidades envolvidas. O agravamento dos problemas relacionados com a pobreza e a geração de emprego no Brasil no período recente fez com que se iniciassem as primeiras experiências em instituições de microcrédito. Destaca-se, em nível nacional, a Portosol

de Porto Alegre, e, em nível estadual, o Banco do Povo de Santo André. Vários municípios e regiões do estado estão pretendendo criar estas instituições Assim, estudar e avaliar a experiência já existente é de fundamental importância para facilitar esta difusão e contribuir para que a implementação e organização dessas instituições se faça da maneira mais adequada, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados.

295 **Desafios da gestão social pública: impacto social e estratégias de articulação municipal no âmbito do programa de renda mínima familiar cidadã da prefeitura de Santo André**

Mariângela Belfiore Wanderley
Instituto de Estudos Especiais
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Processo 1998/13983-0
Vigência: 1/11/1999 a 30/4/2003

O Instituto de Estudos Especiais (IEE) vem acumulando conhecimentos e atuando no monitoramento e na avaliação de políticas sociais, com destaque para os programas de complementação de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse âmbito, foram várias as parcerias realizadas, como, por exemplo, a avaliação da implementação do Programa de Renda Mínima (PRM) Família Cidadã, da prefeitura de Campinas, em 1996. Atualmente, o IEE está desenvolvendo convênio de cooperação técnica com a Secretaria de Cidadania e Ação Social de Santo André, com o objetivo de assessoria e supervisão técnica na implantação do Programa de Renda Mínima (PRM). A realização dessas ações vem demonstrando a necessidade de aprimorar: o monitoramento sistemático do PRM, não apenas para a sua contínua avaliação, mas para estudos da adequação do desenho utilizado por Santo André, comparativamente a outros programas, em vista das particularidades de sua aplicação à realidade brasileira; o reordenamento dos programas desenvolvidos pela secretaria, com o objetivo da gestão social integrada de suas ações; a análise das estratégias de articulação do PRM com as demais políticas sociais do governo municipal. Atividades de pesquisa: acompanhamento e sistematização do PRM; pesquisa comparativa do Programa de Renda Mínima de Santo André com outros programas similares; acompanhamento intrasetorial, para a análise das interfaces do PGRM com os demais programas e ações no âmbito da Secretaria; acompanhamento intersetorial, para a análise das articulações do PGRM com os programas de microcrédito e urbanização das favelas; estudo de casos a partir de uma amostra de famílias para acompanhamento das condições de vida e avaliação dos impactos gerados pela inserção no programa.

296 **Consolidação da política de atendimento as vítimas da violência urbana, baseada na demanda real e na ação articulada entre os diversos setores do governo do Estado de São Paulo**

Regina Maria Giffoni Marsiglia
Faculdade de Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Processo 1998/13982-4
Vigência: 1/11/1999 a 28/2/2003

A experiência de professores da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, relativa tanto à prestação de assessoria a organizações governamentais e não governamentais, como à realização de pesquisas acerca das diferentes expressões da violência, desenvolvidas desde o ano de 1993, ensejou a criação do Núcleo Temático da Violência, integrado ao currículo do curso de graduação, propiciando o preparo de profissionais com capacidade teórica e metodológica para o trabalho social na área. Desse trabalho decorreu o credenciamento da faculdade para participar da concepção e constituição do Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência, Cravi, mediante convênio estabelecido pela PUC-SP com o governo do estado, em cumprimento à proposta nº 106 do Programa Estadual de Direitos Humanos: criar programa estadual de proteção à vítima e testemunhas, bem como de seus familiares, ameaçados em razão de envolvimento em inquérito policial e/ou processo judicial, em parceria com a sociedade civil. O Cravi vem funcionando desde julho de 1998, atendendo em média 30 pessoas/mês, oferecendo assistência social, psicológica e jurídica; a maior demanda se refere à assistência material e proteção, em casos de ameaças contra a vida e patrimônio, além da solicitação de conhecimento do andamento de processos judiciais, aos quais a população não tem usualmente acesso. Pretende-se investigar as expectativas e necessidades das vítimas de violência urbana, tendo como piloto a cidade de São Paulo, para orientar a construção de uma metodologia de intervenção do estado, formando seus quadros técnicos e administrativos para maior eficácia no enfrentamento dos problemas sociais. A Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado de São Paulo auxiliará na seleção dos locais e critérios de amostragem, participando do planejamento, treinamento, supervisão e execução da pesquisa. Os resultados da pesquisa fornecerão parâmetros básicos para avaliação do trabalho que vem sendo realizado pelo Cravi, permitindo reformulações, se necessárias, e sua consolidação e possível multiplicação.

297 **Sistema de diagnóstico e avaliação de projetos executados por municípios, órgãos estaduais e associações da sociedade civil no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê**

Ricardo Toledo Neder

Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 1998/13979-3
Vigência: 1/11/1999 a 30/6/2004

Esta proposta tem duas partes. A primeira é técnico-operacional e visa constituir um sistema de diagnóstico e acompanhamento de 70 projetos apresentados entre 1996 e 1998 ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Tais projetos estão relacionados com a recuperação das condições sociais e da infraestrutura socioeconômica em saneamento ambiental e ações junto a sociedade civil. Foram aprovados e estão sendo executados por prefeituras, agências estaduais e associações civis. A segunda parte prevê a seleção de alguns desses projetos e, em parceria com esse segmento: a) identificar assimetrias entre as prefeituras integrantes de uma sub-bacia (Guarapiranga) quanto a sua capacidade de regulação do território rural e urbano; b) promover oficinas e redes de aproximação entre técnicos e agentes locais (redes associativas) acerca da implementação de políticas proativas locais/regionais para comunidades rurais e urbanas onde o assentamento humano é irreversível (áreas de mananciais) e c) avaliar a compatibilidade entre o disposto na nova legislação de proteção aos mananciais do Estado de São Paulo, acerca de um “plano de desenvolvimento e proteção ambiental” em áreas protegidas, com os aspectos (a) e (b).

298

Núcleo de ação educativa: a utilização de documentação histórica no ensino de história

Raquel Glezer

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/13978-7
Vigência: 1/11/1999 a 31/3/2001

Este projeto é uma parceria entre pesquisadores da Universidade de São Paulo e a Divisão de Arquivos do Estado de São Paulo (Daesp), instituição de guarda e preservação da documentação histórica do Estado de São Paulo, com a finalidade de criar um núcleo de ação educativa, para disseminação de conhecimento. A Daesp possui as mais significativas coleções documentais sobre São Paulo, que poderão fornecer uma base sólida para a produção de material didático sobre história local. Esta tem sido indicada, nos documentos oriundos de órgãos públicos educacionais, como um ponto básico para aprendizagem em história no ensino fundamental e médio. Estes times permitem que as coleções do arquivo sejam utilizadas para elaboração de material didático. Por outro lado, pesquisadores das áreas de educação e comunicação têm enfatizado a importância do uso de imagens no processo

de ensino-aprendizagem. Como entre as coleções da Daesp destacam-se as iconográficas, a instalação do núcleo de ação educativa deverá se realizar concomitantemente à elaboração de material didático sobre história de São Paulo, de 1860 a 1920. Tais coleções, para serem utilizadas com fins educativos, precisam, no primeiro momento, de tratamento de restauro e preservação. A etapa seguinte deverá ser a organização, classificação e seleção do material a ser transformado em material didático. A etapa de instalação do núcleo será finalizada com a elaboração e publicação de cadernos temáticos sobre história de São Paulo, com material básico extraído das coleções iconográficas e o material de suporte (textos) extraído das coleções de periódicos existentes naquela instituição. Esta proposta se coaduna com o perfil dos pesquisadores proponentes, com experiência em arquivística, história e seu ensino, e com a necessidade da instituição de formar quadros especializados no atendimento da comunidade, concretizando com isso uma interface da Daesp com a sociedade.

299

Metodologia de cursos de educação ambiental frente aos parâmetros curriculares nacionais nos vales do Paraíba e do Ribeira, SP

José Luiz Timoni

Instituto Florestal
Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMASP)
Processo 1998/13973-5
Vigência: 1/11/1999 a 30/4/2004

A proposta é estabelecer uma metodologia de cursos de educação ambiental (EA) inseridos na prática profissional do professor do ensino fundamental da rede oficial, conscientizando-o sobre a necessidade da inserção da temática ambiental de forma interdisciplinar, como proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), principalmente em regiões que possuem áreas degradadas e com vocação florestal ou regiões com grandes áreas protegidas. Os PCN são diretrizes que pretendem levar às escolas as questões ausentes no currículo, entre elas as do meio ambiente, como temas transversais, tratados em todas as disciplinas. O Instituto Florestal, a Fundação Florestal, a Delegacia de Ensino de Guaratinguetá e a Reserva Ecológica Fazenda Boa Vista possuem experiência de cursos com a temática da educação ambiental e da recuperação florestal, principalmente no Vale do Paraíba, que contribuíram para uma modificação na prática educacional do professor, sendo necessária, no entanto, a sistematização de uma política eficaz e inserida na prática educativa. Serão compatibilizadas políticas públicas educacionais, ambientais e específicas para EA e realizado diagnóstico participativo regional. As ações para a elaboração da presente proposta terão acompanhamento

pedagógico pelas delegacias de ensino de Guaratinguetá e registro nas orientações técnicas. O monitoramento das atividades desenvolvidas será definido pelas instituições parceiras. Justifica-se a área de estudo, Vale do Ribeira e Vale do Paraíba, pela carência de políticas, pelos trabalhos em EA e por serem áreas de vocação florestal, com a maior cobertura florestal do Estado de São Paulo, contando com extensas áreas protegidas por unidades de conservação, onde a proteção dos mananciais e a biodiversidade são objetivos principais; como também, por contarem com extensas áreas a serem recuperadas. Início do projeto: fevereiro de 1999. Término: agosto de 1999.

300

Implementação de avaliação da incapacidade no paciente hemipléxico e a intervenção hospitalar

Linamara Rizzo Battistella

Hospital das Clínicas de São Paulo

Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)

Processo 1998/13971-2

Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

As doenças cerebrovasculares apresentam-se como a terceira causa de morte, no nosso meio com uma prevalência de 5,8 casos por 1000 habitantes acima de 25 anos de idade. A falência da prevenção primária nos obriga a instituir medidas de reabilitação que permitam limitar a incapacidade e restituir a capacidade funcional do paciente. A incidência do acidente vâsculo-encefálico, AVE, e sua incapacidade mais frequente, a hemiplegia, é diretamente proporcional ao envelhecimento, o que o torna a causa mais importante de invalidez no paciente idoso. O paciente que sobrevive a um AVE deverá ser introduzido em um programa de reabilitação que objetivamente limite a lesão e quantifique os déficits funcionais para intervenção terapêutica. A proposta do projeto é fundamentar e colocar em prática um modelo qualificado de referencial do atendimento de reabilitação para pacientes hemipléxicos baseado em metodologia e ações padronizadas e sistematizadas. A medicina de reabilitação, como qualquer outra forma de conhecimento, se fundamenta na análise de resultados de intervenções terapêuticas ou de dados observacionais para o estabelecimento de novos paradigmas de abordagem sobre os problemas que enfrenta. O uso de um modelo aceito internacionalmente permite a confrontação de dados nacionais com estrangeiros, não só em termos demográficos, mas também científicos. Um sistema já desenvolvido e validado permite economia de tempo e recursos financeiros na elaboração de um novo programa desses pacientes. A aplicação do método FIM (Functional Independence Measure) aliada ao treinamento de multiplicadores em diversos centros de atendimento em nível nacional pretende se tornar uma proposta-mo-

delo a ser encaminhada aos canais competentes, referenciando possíveis diretrizes e programas de políticas públicas no campo da reabilitação.

301

Áreas especialmente protegidas no Estado de São Paulo: levantamento e definição de parâmetros para administração e manejo como subsídio a políticas públicas de gestão ambiental

Paulo Nogueira Neto

Instituto de Biociências

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 1998/13969-8

Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2003

Os biomas do Estado de São Paulo são insuficientemente protegidos. Mesmo considerando o empenho do estado, eles são em número e áreas insuficientes para assegurar sua efetiva conservação. Espera-se, a partir da caracterização das áreas protegidas e da análise dos modelos existentes, elaborar uma proposição de parâmetros de avaliação para áreas públicas e privadas, bem como propor diretrizes para a administração e manejo de áreas naturais, considerando a conservação da biodiversidade, custos de manutenção, necessidades de investimentos, análises de custo/benefício econômico, ambiental e social, modelos de gestão, de parcerias e de geração de receitas, entre outros temas, bem como indicadores de desempenho, procurando consolidar uma abordagem multidisciplinar dentro de uma visão global e com componentes de manejo sustentável das áreas naturais. Pretende-se atingir 90 a 100% das áreas especialmente protegidas do estado, tanto aquelas de domínio público (federal, estadual e municipal) como aquelas de domínio privado. Os procedimentos de análise envolverão a comparação com casos nacionais e internacionais, utilizando informações e estrutura de organizações internacionais como a Comissão Mundial de Áreas Protegidas, WWF – Fundo Mundial pela Natureza, Pnuma, Conservation International, The Nature Conservancy, Unesco, Euro-Park – Federação Europeia de Parques etc. A partir dos levantamentos e parâmetros obtidos, espera-se oferecer elementos sólidos às instituições e aos particulares responsáveis pela proteção de áreas naturais, bem como aos representantes do executivo e do legislativo para a formulação de políticas públicas relacionadas à conservação do patrimônio natural.

302

Implantação de rede de bibliotecas públicas: uma proposta de política educacional de promoção da leitura para moradores de bairros periféricos de Campinas

Else Benetti Marques Valio
 Faculdade de Biblioteconomia
 Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP)
 Processo 1998/13968-1
 Vigência: 1/11/1999 a 31/1/2004

Propõe-se uma investigação que pretende conhecer os bairros periféricos, cujos habitantes não frequentam a biblioteca pública. Para tanto, será feito levantamento em mapas de zoneamento da cidade, como também em catálogos de usuários, a fim de diagnosticar quais regiões são mais carentes de trabalho com a leitura. Após esse diagnóstico, serão pesquisados, por meio de uma amostra estratificada, os interesses de leitura dos possíveis leitores residentes nos bairros selecionados. Dois ônibus serão adaptados em bibliotecas itinerantes, com um acervo selecionado por uma equipe de especialistas em leitura. Os dados da pesquisa serão coletados por meio de roteiro de entrevista estruturada. Os resultados terão como meta a estabelecimento de uma política da Secretaria Municipal de Educação para implantar bibliotecas setoriais, com acervos adequados às necessidades e interesses dos leitores, reestruturando assim a Rede de Bibliotecas Públicas de Campinas. Acredita-se que, deste modo, será possível viabilizar uma proposta de programa de incentivo à leitura para aqueles moradores que não tiveram o direito de ter acesso aos bens culturais dos letrados e, portanto, de exercer sua cidadania.

303 Avaliação da qualidade na piscicultura paulista

Dilza Maria Bassi Mantovani
 Instituto de Tecnologia de Alimentos
 Secretaria Estadual da Agricultura
 e Abastecimento de São Paulo (SAASP)
 Processo 1998/13089-8
 Vigência: 1/11/1999 a 30/4/2003

A criação de peixes no Estado de São Paulo é hoje uma atividade promissora, que está motivando um grande número de produtores, estimulados principalmente pela demanda de peixes para os pesquepagues. Há, no entanto, uma grande preocupação por parte dos pesquisadores e técnicos da área de piscicultura, com as questões ligadas ao manejo e criação dos peixes, em função da utilização indiscriminada de produtos químicos para controle de enfermidades. Os produtos químicos utilizados (verde de malaquita, pesticidas organoclorados e organofosforados, formalina, antibióticos, hormônios, anestésicos e outros) podem acumular-se nos tecidos dos animais, vindo a atingir o consumidor, com risco de saúde pública. Por esses motivos, consideramos extremamente importantes e justificados os objetivos do projeto, que são: 1º fase – diagnóstico da situação atual das condições de quali-

dade e segurança do pescado disponibilizado atualmente nesses estabelecimentos, como subsídio para posteriores ações; 2ª fase – pesquisa para a definição de métodos seguros de manejo e controle das enfermidades dos peixes. Subsidiar a instituição parceira (Coordenadoria de Defesa Agropecuária) na formulação de política de controle e fiscalização; 3ª fase – implementação das ações de controle e fiscalização pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

304 Desenvolvimento de métodos para avaliar resultados e gerar indicadores de desempenho das políticas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Evaristo Eduardo de Miranda
 Embrapa Monitoramento por Satélite
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
 Processo 1998/12878-9
 Vigência: 1/11/1999 a 30/11/2002

A Secretaria da Agricultura de São Paulo aplica políticas para melhorar a produção, reduzir o custo dos alimentos, preservar o meio ambiente, beneficiar populações de baixa renda, melhorar a qualidade de vida da população e a oferta de alimentos. Visando o uso mais adequado e sustentável das terras, essa política se traduz em programas de conservação dos solos, recuperação de áreas degradadas, restauração da capacidade produtiva, redução do uso de agrotóxicos, eliminação de queimadas, plantio de matas, preservação de mananciais etc. A dimensão territorial é essencial na análise da eficiência dessa política pública. A multiplicidade de iniciativas e locais não permite visualizar claramente obstáculos enfrentados, público efetivamente beneficiado e experiências bem sucedidas. Isso pode levar a repetir erros e/ou impedir a generalização de resultados sociais e ambientais positivos e inovadores. Não existem procedimentos padronizados para avaliar as políticas em curso e seus resultados. A elaboração e aplicação desses métodos envolverão uma capacidade de análise espacial das ações e do impacto diferenciado das políticas públicas dadas à diversidade agroecológica do estado, por meio da implantação de sistemas de informação geográfica. A análise temporal, em uma agricultura dinâmica que reage imediatamente a políticas financeiras e econômicas, contará com o auxílio de técnicas de monitoramento orbital. A proposta associa as competências científicas da equipe de pesquisadores da Embrapa Monitoramento por Satélite e da Secretaria.

305 Uso atual e uso potencial do solo no município de São Carlos, SP, base do planejamento urbano e rural

José Galizia Tundisi

Associação Instituto Internacional de Ecologia

e Gerenciamento Ambiental

Processo 1998/10924-3

Vigência: 1/11/1999 a 30/11/2007

Os problemas de qualidade de vida já apresentados nas cidades de médio porte do Estado de São Paulo por deterioração ambiental são evidentes. Problemas de desmatamentos, migração industrial no sentido capital/interior, impermeabilização urbana, falta de parques, adensamento populacional em áreas inadequadas, disposição de resíduos sólidos e efluentes líquidos etc. levam a enchentes urbanas e rurais, erosão e deterioração da qualidade dos mananciais, e muitos outros. Aliados a estes problemas, por falta de informações que possibilitem trabalhos preventivos e não corretivos, está o crescimento dos gastos públicos com obras de infraestrutura inadequadas. Apesar de ser considerada a capital da tecnologia, a cidade de São Carlos não é uma exceção a isso. Além dos problemas existentes, poderão ser agregados outros que se originarão diante dos novos cenários de descentralização administrativa. Diversas responsabilidades antes geridas pelo estado são agora responsabilidade dos municípios. As secretarias municipais necessitam criar mecanismos que auxiliem na formação de pessoal que tenha habilidade e domínio sobre informações de acesso rápido para planejar, executar e gerenciar atividades de caráter público de âmbito urbano e rural. Tais informações deverão ser geridas por tecnologias de baixo custo e operação simples. Desta maneira, serão resolvidos problemas pendentes do passado como também será facilitado o equacionamento para o futuro. Este projeto tem por objetivo gerar informações básicas apresentadas na forma de uma carta de uso potencial do solo (1.143,9 km²), que deverá atender às necessidades que visam o plano diretor municipal, fortalecer o poder público e as associações que têm compromisso com a qualidade de vida da população, além de treinar técnicos pertencentes ao quadro efetivo municipal para dar continuidade após a implantação do sistema. Para alcançar tal carta, serão empregadas imagens de satélite, dados geológicos, geotécnicos e topográficos que deverão ser gerenciados por um sistema de informação geográfica. Como a utilização de novas tecnologias para gerenciamento municipal é uma realidade e deverá ser implantada sob pena de já estar causando altos custos sociais, com este projeto, que pode ser definido como piloto, além dos resultados objetivados, poderão ser listados e avaliados problemas e dificuldades encontradas para adequação em futuras implantações em outros municípios.

Políticas Públicas para o SUS



CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

BIOQUÍMICA

306 Detecção de genes de resistência produzidos por *Klebsiella pneumoniae* isolados de colonização e/ou infecção hospitalar

Doroti de Oliveira Garcia
Instituto Adolfo Lutz
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2009/53229-0
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A *K. pneumoniae*, produtora de B-lactamases de espectro estendido (ESBL), está frequentemente envolvida em infecções hospitalares em UTIs, principalmente UTI neonatal. A ESBL é capaz de hidrolisar todas as penicilinas, cefalosporinas de amplo espectro e aztreonam, e a mais prevalente no Brasil é a CTX-M-2. Uso de carbapenêmicos é o tratamento de escolha para sérias infecções por microrganismos produtores de ESBL. Porém a produção de carbapenemases, tais como metalo-B-lactamases (MBL) e KPC, por *K. pneumoniae* tem sido descrita no Brasil, sendo as mais comuns IMP-1 e KPC-2, respectivamente. Além disso, também já foram descritas no Brasil cepas de *K. pneumoniae* produtoras da 16S-rRNA-methylase, RmtD, uma enzima que confere alta resistência a todos os aminoglicosídeos. Dessa maneira, as opções terapêuticas tornam-se bastante limitadas. Os objetivos deste trabalho são avaliar a diversidade genética dos genes de resistência responsáveis pela produção de B-lactamases (ESBL e carbapenemases – MBLs e KPC) e 16S-rRNA-methylases em *K. pneumoniae* isoladas de amostras clínicas provenientes de diversos hospitais do Estado de São Paulo e encaminhadas à Seção de Bacteriologia do IAL em um período de dois anos. Cepas de *K. pneumoniae* confirmadas por uma extensa série bioquímica serão submetidas a testes de sensibilidade por métodos de discodifusão e diluição para avaliar os perfis de sensibilidade e fenótipos de resistência. Eletroforese de campo pulsado será utilizada como método de tipagem epidemiológica. PCR e sequenciamento de DNA serão utilizados na detecção de genes de resistência. Conjugação e transformação serão utilizadas para verificar a transferência de genes e investigar fenótipos de resistência expressos por esses genes.

307 Padronização da nested-PCR para detecção do *Pneumocystis jirovecii* em amostras de escarro, lavado broncoalveolar e sangue de pacientes com HIV/Aids

Francisco Hideo Aoki

Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2006/61392-0
Vigência: 1/5/2007 a 31/8/2007

O *P. jirovecii* é considerado um fungo oportunista que causa pneumonia grave, principalmente em pacientes com vírus da imunodeficiência humana (HIV), podendo levar a óbito. O propósito desta pesquisa será implantar e padronizar o método de reação em cadeia da polimerase (PCR), para detecção e quantificação do *P. jirovecii* em amostras de escarro e/ou lavado broncoalveolar (LBA) e sangue de pacientes com HIV.

GENÉTICA

308 Aplicação da citogenética molecular no diagnóstico de pacientes com anomalias congênitas para a redução da mortalidade infantil

Leslie Domenici Kulikowski
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53105-9
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A mortalidade infantil por anomalias congênitas constitui um dos principais desafios diagnósticos das admissões pediátricas hospitalares. No entanto, o exame citogenético de rotina não é suficiente para caracterizar todas as anomalias encontradas no nascimento, tornando imprescindível a adoção de técnicas mais sensíveis. O trabalho investigará pacientes com cariótipo aparentemente normal e fenótipo clínico síndrômico, utilizando as técnicas de hibridação *in situ* por fluorescência (Fish) e a Multiplex Ligation Dependent Probe Amplification (MLPA). A introdução desses métodos no atendimento ao Sistema Único de Saúde possibilitará um diagnóstico preciso, uma conduta de tratamento adequada e o aconselhamento genético familiar, o que pode reduzir de forma significativa a incidência da mortalidade infantil e os custos hospitalares.

CIÊNCIAS EXATAS

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

309 Uma arquitetura para sistemas de automatização hospitalar e integração à plataforma do Sistema Único de Saúde

José Celso Freire Júnior

Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 2006/61908-6
 Vigência: 1/5/2007 a 31/8/2007

Na atualidade, a maioria das Santas Casas de Misericórdia realiza o controle de todos seus procedimentos de forma manual, sem o auxílio da informática. Isso se deve a diversos fatores, sendo que o principal deles talvez seja a falta de recursos para a automatização. Outra forte razão é a ausência de conhecimento técnico que permita que se desenvolva, a custos razoáveis, o processo de automação das Santas Casas. Um terceiro ponto é a ausência de sistemas de informação que atendam às necessidades das Santas Casas. Não se pode ignorar, no entanto, a existência de um sistema de automação hospitalar desenvolvido pelo Datasus denominado Hospub. Mesmo sendo gratuito, esse sistema não vem sendo utilizado regularmente, devido à sua grande complexidade e à interface que não é atual e dificulta a manipulação de dados. Este projeto pretende propor uma solução que possa ser utilizada pelas Santas Casas de Misericórdia como um 'pacote fechado', a partir do qual elas possam implementar a automatização de seus procedimentos. Para tanto, se pretende aprimorar um sistema de gestão hospitalar existente e definir um módulo de *hardware* básico que possa ser utilizado para a implementação da gestão hospitalar.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CIÊNCIA POLÍTICA

310 A desigual capacidade de gasto das secretarias municipais de Saúde diante da priorização da atenção básica e da emenda constitucional nº 29

Rosa Maria Marques
 Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
 Processo 2006/61292-5
 Vigência: 1/6/2007 a 31/7/2007

A pesquisa visa definir parâmetros mais equitativos para a transferência de recursos federais aos municípios. Para isso, serão apurados: a) o comportamento da receita disponível municipal; b) o comportamento das transferências federais; c) a magnitude, as fontes de recursos e a direção do gasto municipal em saúde. Será utilizada uma tipologia dos municípios, a partir da utilização do Statistical Package for Administration. São objetivos secundários: levantamento da capacidade de gasto em saúde dos municípios e do impacto da EC 29.

311 Padrão de financiamento da atenção básica no Estado de São Paulo e avaliação de resultados nos municípios da Direção Regional de Saúde de Piracicaba, SP

Pedro Luiz Barros Silva
 Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2005/58644-4
 Vigência: 1/1/2006 a 31/7/2007

Este projeto de pesquisa pretende avaliar o impacto das mudanças no financiamento à atenção básica de saúde nos municípios do Estado de São Paulo, investigando de forma mais detalhada os resultados obtidos nos municípios que compõem a Direção Regional de Saúde de Piracicaba, entre 1996 e 2004.

COMUNICAÇÃO

312 Percepção pública da saúde

Carlos Alberto Vogt
 Núcleo de Desenvolvimento e Criatividade
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2009/53120-8
 Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

O presente trabalho de pesquisa tem o objetivo de reunir informações acerca da percepção pública da saúde no Estado de São Paulo, a fim de obter subsídios para a elaboração de políticas públicas voltadas para o Sistema Único de Saúde. Os dados serão obtidos por meio de um *survey* realizado em todo o Estado de São Paulo, com um questionário com perguntas fechadas e semifechadas aplicado em uma amostra estratificada, por sexo e classe econômica, de aproximadamente 1.500 pessoas. A base metodológica do *survey* segue os trabalhos já realizados, há cerca de uma década, pelo Labjor/Unicamp, juntamente com outras instituições da Ibero-América, em percepção pública da ciência e da tecnologia (na qual o tema saúde está inserido). Os resultados deste trabalho possibilitarão ainda a formulação de estratégias de comunicação e de divulgação científica da saúde que, além de promoverem uma maior difusão do conhecimento sobre o tema junto à população, fortaleçam o sistema de gestão na área

EDUCAÇÃO

313 Análise da metodologia construtivista no controle da hanseníase

Marcos da Cunha Lopes Virmond
 Instituto Lauro Souza Lima
 Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SSSP)
 Processo 2009/53287-0
 Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Considerando que a meta proposta pela OMS de eliminação da hanseníase em alguns estados brasileiros ainda não foi alcançada e considerando o declínio do enfoque da doença nos currículos escolares, propõe-se analisar a contribuição do modelo construtivista nas ações de controle da hanseníase, mediante um estudo-piloto, quali-quantitativo, com os profissionais da saúde do município de Adamantina, SP, no período de 24 meses. Os dados quantitativos serão avaliados no início e ao final do processo, analisados e comparados entre si. Os qualitativos serão analisados por meio da avaliação de processo, resultados e impacto, fundamentados na proposta do Discurso do Sujeito Coletivo, utilizando o QualiQuantiSoft para processamento dos dados.

314 Avaliação dos programas de pós-graduação multiprofissional *lato sensu* da Faculdade de Medicina de Marília

Maria José Sanches Marin
 Faculdade de Medicina de Marília
 Secretaria Estadual de Ensino Superior de São Paulo (Sessp)
 Processo 2006/61618-8
 Vigência: 1/5/2007 a 31/7/2008

O Sistema Único de Saúde, ao delinear uma nova política de saúde nacional, propõe às universidades o papel de rever a formação e a qualificação de profissionais da saúde, em conformidade com a mesma. A Famema, desde o início da década de 1990, vem buscando preparar profissionais reflexivos e transformar a prática do cuidado. Para tanto, tem adotado os referenciais de educação crítica, de currículo integrado e de competência político-pedagógicas nos cursos de graduação e pós-graduação. A parceria estabelecida com os serviços de atenção básica à saúde do município constitui um aspecto altamente relevante para a mudança na formação e de cuidado da saúde. Nessa perspectiva, vem implementando os cursos de especialização em saúde da família, especialização integrada em terapia intensiva, residência multiprofissional em saúde da família e de medicina, família e comunidade, financiados pelo Ministério da Saúde, os quais foram responsáveis pela formação de aproximadamente 300 profissionais até o ano de 2006. Este projeto, portanto, tem como objetivo avaliar os cursos, considerando: estrutura e gestão, processos e resultados alcançados. A proposta metodológica fundamenta-se na pesquisa avaliativa, com abordagem qualitativa e quantitativa, e serão ouvidos di-

ferentes atores envolvidos com o ensino, serviços de saúde e egressos desses cursos. A análise dos dados contará com triangulação de métodos, que busca combinar e cruzar múltiplos pontos de vista, garantindo a integração da análise de estrutura, processos e resultados. Ao implementar o processo avaliativo seguindo os princípios científicos que norteiam a produção de novos conhecimentos, será possível um olhar diferenciado para a realidade do ensino e do serviço, constituindo um potente instrumento para a adequação local e nacional de cursos nessa modalidade.

GEOGRAFIA

315 Saúde e território usado. Sistema Único de Saúde – fundamentos territoriais da razão prática

Maria Adélia Aparecida de Souza
 Territorial – Instituto de Pesquisa, Informações e Planejamento
 Processo 2006/61498-2
 Vigência: 1/6/2007 a 31/3/2009

Esta proposta de pesquisa tem como objetivo geral conhecer o uso do território da Região Metropolitana de Campinas, a partir da adoção do território usado como categoria de análise, valendo-se do uso das tecnologias da informação. Com esse instrumental técnico, o projeto deverá pesquisar e revelar com precisão a relação entre a disponibilidade de equipamentos e serviços nos lugares e as condições de saúde e doença da população, fundamentos da compreensão do Sistema Único de Saúde e seus princípios: planejamento, descentralização e participação com controle social.

ENGENHARIAS

ENGENHARIA BIOMÉDICA

316 O uso de biomateriais em medicina com auxílio da prototipagem rápida

Cecília Amélia de Carvalho Zavaglia
 Faculdade de Engenharia Mecânica
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2006/61482-9
 Vigência: 1/5/2007 a 31/10/2008

O presente projeto de pesquisa se propõe a realizar um estudo sobre o uso de biomateriais com o auxílio da ferramenta de prototipagem rápida, por meio das seguintes atividades: a) fazer um levantamento aprofundado sobre o estado da arte referente à tecnologia de prototi-

pagem rápida aplicada ao uso de biomateriais; b) fazer uma prospecção tecnológica para estudar o futuro dessa tecnologia e os caminhos possíveis para novidades e rupturas tecnológicas; c) capacitar a instituição com recursos e equipamentos para estar apta a confeccionar protótipos em biomateriais; e d) confeccionar protótipos personalizados em materiais e processos distintos para comprovar sua viabilidade técnica e financeira.

ENGENHARIA ELÉTRICA

317 Um sistema de oximetria sem fios

José Luiz Antunes de Almeida
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
Universidade de Sorocaba (Uniso)
Processo 2006/61920-6
Vigência: 1/5/2007 a 30/6/2007

O objetivo deste projeto de pesquisa é desenvolver um conceito de aquisição remota sem fios de dados de oximetria. O uso de novas tecnologias sem fio, especialmente Bluetooth, provou ser uma boa maneira de monitorar a atividade de pacientes, pressão arterial, saturação de oxigênio no sangue, pressões internas, carregamento de dispositivos ortopédicos e endoscopia gastrointestinal. A meta do esforço deste projeto é desenvolver um sistema portátil pessoal de monitoramento, que consiste de três componentes: o sensor e o sistema de aquisição correspondente, aqui chamado oxímetro e sistema de controle, um módulo Bluetooth e um *datalogger* (estação PC). A estação PC será o mestre do sistema e irá controlar as requisições para aquisição de dados. Isso será feito usando sensores de oximetria comercialmente disponíveis, gerenciados por um processador a ser definido. Após a aquisição dos dados de saturação de oxigênio no sangue, eles serão enviados à estação PC pelo módulo Bluetooth. Os dados adquiridos serão armazenados no *datalogger* e estarão disponíveis localmente para os médicos ou poderão ser enviados mais adiante pela internet, intranet ou mesmo por telefone celular. Uma vez desenvolvido o conceito, mais sensores poderão ser acrescentados ao sistema, uma vez que a tecnologia Bluetooth permite o estabelecimento de *piconets*, com cada novo sensor sendo um novo participante.

SAÚDE

EDUCAÇÃO FÍSICA

318 As práticas corporais e a atenção primária em saúde: avaliando os cuidados com o corpo nas unidades básicas do distrito do Butantã em São Paulo

Yara Maria de Carvalho
Escola de Educação Física e Esporte
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/61320-9
Vigência: 1/7/2007 a 31/3/2009

Instituições de diferentes ordens se direcionam ao estudo do fenômeno saúde/doença. As práticas corporais se constituem em tecnologias orientadas ao atendimento das necessidades sociais de saúde e têm na atenção básica e no Programa Saúde da Família um espaço interessante para compor o cuidado com a saúde. Sendo assim, o objetivo deste projeto é avaliar a implementação das práticas corporais em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) no distrito Butantã, São Paulo, a partir dos sentidos e significados das práticas corporais para usuários e não usuários dos programas de práticas corporais oferecidas nas UBS do distrito, visando contribuir para a institucionalização adequada dos programas de práticas corporais no serviço público.

ENFERMAGEM

319 Avaliação das dimensões organizacionais e de desempenho dos serviços de atenção básica no controle da tuberculose em municípios do Estado de São Paulo

Tereza Cristina Scatena Villa
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/61489-3
Vigência: 1/6/2007 a 30/11/2008

O propósito da pesquisa é avaliar as dimensões organizacionais e de desempenho dos serviços de atenção básica no controle da tuberculose (TB) em municípios que implantaram a estratégia Dots há mais de quatro anos no Estado de São Paulo. Utiliza como referencial teórico-metodológico as categorias básicas da avaliação da qualidade de serviços de saúde: estrutura-processo-resultado, cujos indicadores foram construídos com base nos instrumentos que compõem o Primary Care Assessment Tool (PCAT) da Organização Mundial de Saúde (OMS), formulados e validados para avaliação rápida das características organizacionais e de desempenho dos serviços de atenção básica e adequados para as ações do programa de controle (vide projeto).

FARMÁCIA

320

Padronização do processo de produção de fitoterápico para uso tópico de inflorescências de *Calendula officinalis* L. (Asteraceae) utilizado na rede do Sistema Único de Saúde de Ribeirão Preto, SP

Júlio Cezar Borella

Centro de Ciências da Saúde

Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp)

Processo 2006/61408-3

Vigência: 1/5/2007 a 31/8/2009

Este projeto de pesquisa tem como objetivo o estudo relativo à produção e ao controle de qualidade realizado no ciclo produtivo de um fitoterápico de uso tópico à base de inflorescências *Calendula officinalis* (Asteraceae). Este estudo se desenvolverá em três etapas, sendo que na primeira será realizado ensaio agrônômico, variando-se os tipos de adubação e cobertura morta objetivando avaliar o melhor modo de obter a droga vegetal; na segunda, serão desenvolvidos estudos quali-quantitativos sobre o melhor modo de obter extratos vegetais que possam ser utilizados terapêuticamente; e, na terceira etapa, serão desenvolvidos estudos para avaliar o melhor modo de produzir pomada a partir dos extratos obtidos.

FONOAUDIOLOGIA

321

Programa de saúde auditiva em neonatos que permaneceram na UTI e/ou cuidados intermediários do Caism/Unicamp

Maria Francisca Colella dos Santos

Faculdade de Ciências Médicas

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 2009/53145-0

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

O objetivo geral deste projeto será analisar os resultados obtidos pelo Programa de Saúde Auditiva em neonatos que permaneceram internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e/ou de Cuidados Intermediários do Caism. Os objetivos específicos serão viabilizar a triagem auditiva neonatal universal, ou seja, em mais de 95% dos recém-nascidos (RN) que permaneceram internados na UTI e/ou de Cuidados Intermediários; realizar o diagnóstico da perda auditiva nos neonatos que falharam na triagem auditiva, considerando os resultados obtidos na avaliação fonoaudiológica, otorrinolaringológica e genética; estudar a morbidade relacionada à perda auditiva. Em RNs com baixo peso ao nascer, prematuridade, ano-

xia, hipóxia e infecções congênitas, em comparação com os demais indicadores de risco presentes na história clínica dos RNs de UTI; e analisar os resultados obtidos com a amplificação sonora, por meio da seleção e fornecimento de próteses auditivas, nas crianças com perda auditiva neurossensorial. Para tal, pretendemos realizar a triagem auditiva neonatal, antes da alta hospitalar, em todos os RN que permaneceram na UTI do Caism no período de um ano, aproximadamente mil RNs, por meio do Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico (PEA TE) Automático. O diagnóstico audiológico, otorrinolaringológico e genético será realizado em aproximadamente 85 crianças. A avaliação audiológica será realizada no Laboratório de Diagnóstico Audiológico Infantil no Cepre/FCM/Unicamp, entre 1 e 4 meses de idade cronológica da criança, em ambiente silencioso. Será constituída pelos procedimentos: anamnese, avaliação das condições da orelha média, aplicação do PEA TE (pesquisa do limiar eletrofisiológico e da integridade da via auditiva), e das Emissões Otoacústicas Evocadas. Os casos em que os resultados da avaliação audiológica forem alterados serão encaminhados para avaliação otorrinolaringológica no Hospital de Clínicas da Unicamp/Disciplina de Otorrinolaringologia da FCM/Unicamp, com realização de exame físico e/ou de imagem. O rastreamento genético será realizado em todos os neonatos que falharem na triagem auditiva por meio de extração de DNA da mucosa bucal, utilizando o método de protocolo adaptado no Laboratório de Genética Humana (CBMEG), colhido pela examinadora após realização dos testes auditivos. As crianças com perda auditiva serão encaminhadas para seleção/adaptação e fornecimento de prótese auditiva. Nesse momento, serão pesquisados os níveis mínimos de audição por meio da audiometria com reforço visual realizados por meio de fones de inserção acoplados ao audiômetro clínico Interaoustics- 22ge idealmente ou por meio do audiômetro pediátrico PA2, além de se avaliar a audição da criança com a prótese auditiva. Todos os dados coletados no prontuário da criança, assim como os resultados obtidos na triagem auditiva e em outras avaliações realizadas, serão registrados em banco de dados informatizado. Esses dados serão tabulados e analisados estatisticamente.

IMUNOLOGIA

322

Desenvolvimento de teste sorológico Elisa com antígeno recombinante HSP83 de *L. infantum* para leishmaniose visceral canina

Hiro Goto

Instituto de Medicina Tropical de São Paulo

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2006/61329-6

Vigência: 1/5/2007 a 31/1/2009

Na leishmaniose visceral (LV), o cão é um elo importante na transmissão da infecção ao homem. Nos programas dessa endemia, um dos principais pilares é a eutanásia de cães com leishmaniose visceral, sintomáticos ou assintomáticos, detectados por inquéritos amostrais ou censitários nos locais de transmissão ou vulneráveis à transmissão do agente etiológico *Leishmania chagasi*. O diagnóstico da LV canina é baseado em testes de identificação do parasito em amostras obtidas do cão ou por detecção de anticorpos antileishmania no soro. Atualmente, os testes sorológicos são realizados na rotina utilizando lisado total de promastigota de leishmania em teste de Elisa com alta sensibilidade ou promastigotas inteiras em reação de imunofluorescência indireta (Rifi), menos sensível, mas de maior especificidade. Essa rotina traz problemas no inquérito sorológico por várias razões: a) o lisado total é um antígeno sujeito a variabilidade na qualidade pelo seu processo de produção; b) a confirmação diagnóstica passa por esses dois testes. Além de o Rifi ser demorado no processamento e subjetivo na leitura, nesse contexto há necessidade de desenvolvimento de testes sensíveis e específicos e com antígeno definido como um recombinante. Neste projeto, propomos o desenvolvimento de teste sorológico de Elisa com alta sensibilidade e especificidade, com a utilização de antígeno recombinante Hsp83 de *L. infantum*, com teste promissor com amostra de leishmanioses humanas, para uso em cães para diagnóstico de LV e inquérito epidemiológico.

MEDICINA

323

Estudo da fase 2 para avaliar o papel da associação de paclitáxel com metformin em pacientes com câncer de cabeça e pescoço recorrente ou estágio IV

José Barreto Campello Carvalheira
Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2009/53691-5
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Certamente mais de 14 mil casos novos de câncer de cabeça e pescoço (CCP) são diagnosticados anualmente no Brasil. Apesar de avanços nas opções terapêuticas para CCP, as taxas de sobrevida não melhoraram significativamente nos últimos 30 anos. Dados pré-clínicos de nosso laboratório mostraram efeito antitumoral sinérgico do paclitaxel combinado com metformin no crescimento da linhagem A549 em enxerto em camundongos imunodeficientes. Neste estudo planejamos avaliar a taxa de resposta, segurança e eficácia do metformin combinado com paclitaxel em pacientes com câncer de cabeça e pescoço recorrente ou estágio IV, cuja quimioterapia baseada em cisplatina e radioterapia concomitante tenha falhado.

324

Asma na criança e no adolescente: conhecer mais para tratar melhor

Dirceu Sole
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2009/53303-5
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A asma é a doença pulmonar crônica mais comum na criança. Apesar disso, sua história clínica, idade de início, fatores associados, bem como a resposta aos diferentes fármacos empregados no seu tratamento são variáveis. Tais fatos corroboram a necessidade de estudos locais que visem melhor caracterizá-la com o intuito de verificar que observações a elas referentes são reprodutíveis ou não. Apesar dos vários estudos realizados em nosso meio ainda persistem algumas dúvidas. A prevalência de asma está aumentando em todo o país? Os fatores de risco a ela associados identificados em algumas localidades podem ser generalizados? A exposição a diferentes fatores ambientais ou condições de risco podem interferir na sua expressão clínica e magnitude? Há marcadores genéticos que possam identificar formas mais graves e que necessitem maior aporte terapêutico? Os alimentos podem ser incriminados como etiologia da asma alérgica? A obesidade associada à asma determina maior processo inflamatório e conseqüente menor controle da asma? A função pulmonar avaliada no início da vida em lactentes com sibilância de repetição é preditiva de desenvolvimento de asma posteriormente? Os estudos serão realizados com casuísticas e métodos distintos. Para avaliar a evolução da prevalência de asma em população de adolescentes (13 e 14 anos), o protocolo do International Study of Asthma and Allergies in Childhood (Isaac) será utilizado em dez dos centros que participaram da fase 3 do Isaac, passados sete anos. Amostra selecionada desses adolescentes será submetida a um questionário complementar para identificar possíveis fatores de risco/proteção associados à asma e à realização de testes cutâneos de hipersensibilidade imediata com aeroalérgenos para identificar a participação alérgica na asma desses escolares. Em crianças expostas a diferentes condições socioeconômicas e a enteroparasitoses (Belém, Recife e Montes Claros), os mesmos instrumentos serão aplicados para identificar os possíveis asmáticos. Além disso, será aplicado questionário complementar e realização de exame protoparasitológico, dosagem de IgE específica a alérgenos inalantes e a *Ascaris lumbricoides* e IgG1 e IgG4 anti-*A. lumbricoides*. Entre pacientes asmáticos acompanhados em serviços especializados, será feito o estudo de polimorfismos genéticos de fator de necrose tumoral alta, fator de transformação de crescimento beta, receptores beta-adrenérgicos, interleucina (IL)-6, IL-10, interferon gama, receptores Toll-like 4, 7 e 8, C014 e HLA-G, assim como em seus pais biológicos. Para verificar o possível papel dos alérgenos alimentares como agen-

te etiológico da asma, pacientes com asma, com alergia alimentar e com asma e alergia alimentar serão avaliados quanto à presença de anticorpos específicos ou reatividade cruzada de alérgenos por ensaio imunofluorimétrico (ImmunoCap-ISAC - Immuno Solid-phase Allergen Chip). Entre adolescentes asmáticos obesos, será avaliado o estresse oxidativo, determinando-se o perfil lipídico, os níveis de triglicerídios, de HOL-c, de LOL-c, de malondialdeído, de proteína-G-reativa ultrasensível, de retinol, de betacaroteno e de licopeno e o teste de tolerância oral à glicose com dosagem de glicemia que serão comparados aos de adolescentes obesos. Entre lactentes com sibilância de repetição, será realizada a medida da função pulmonar e dos níveis de óxido nítrico exalado. Esses pacientes serão acompanhados por um período de um ano e o desenvolvimento de asma em alguns deles permitirá estabelecer relações entre essas variáveis avaliadas.

325

Estudo prospectivo de avaliação da resistência insulínica, metabolismo de lípedes e repercussão subclínica de doença cardiovascular em mulheres que iniciam o uso do contraceptivo injetável trimestral de acetato de medroxiprogesterona de depósito em segmento de 2 anos

Luis Guillermo Bahamondes
Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2009/53293-0
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Objetivos: determinar etiologia do ganho de gordura em mulheres usuárias do AMPD. Métodos: prospectivo, com usuárias, de 18 a 40 anos e IMC < 30 kg/m², pareadas com usuárias de método não hormonal, seguidas durante dois anos. Serão avaliados hábitos, pressão arterial, medidas antropométricas, distribuição de gordura corporal, perfil lipídico e parâmetros glicêmicos semestralmente. Trinta mulheres e seus controles farão clamp hiperglicêmico para avaliar resistência/secreção insulínica, adiponectinas, apolipoproteínas e avaliação arterial ecográfica- IMT. Análise Anova para amostras repetidas. As alterações metabólicas deverão elucidar a etiologia, o início subclínico da doença cardiovascular será mostrado/descartado por meio do IMT.

326

Avaliação econômica das residências terapêuticas da cidade de São Paulo

Denise Razzouk
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2009/53286-3

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Este projeto avaliará os custos diretos dos serviços de residências terapêuticas destinadas a abrigar pacientes com transtornos mentais egressos de hospitais psiquiátricos. Nos últimos dois anos, foram implantadas 19 residências terapêuticas na cidade de São Paulo, contendo oito pacientes moradores em cada uma delas. Este projeto tem como alvos principais: avaliar o funcionamento global, autonomia e qualidade de vida dos pacientes moradores dessas residências, identificar com os cuidadores que atuam nessas residências quais as dificuldades encontradas para o funcionamento dessas unidades e verificar quais os fatores estão relacionados aos custos diretos desses serviços, visando à alocação eficaz dos recursos.

327

Implante primário de lente intraocular para o tratamento da catarata congênita

Antônio Carlos Lottelli Rodrigues
Faculdade de Medicina de Botucatu
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2009/53284-0
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A catarata congênita é a principal causa de cegueira recuperável na primeira infância. Sua detecção precoce é feita pelo teste do reflexo vermelho, obrigatório por lei no Estado de São Paulo desde 2007. A realização do teste permite o diagnóstico precoce da catarata congênita, no entanto é preciso também dar seguimento, realizando adequadamente o tratamento cirúrgico e combate à ambliopia. O tratamento cirúrgico deve ser realizado em centros habituados ao tratamento da criança com catarata. Habitualmente nos dois primeiros anos de vida, a criança é deixada afáica. O combate a ambliopia da criança afáica, com óculos, apresenta uma série de desvantagens que podem levar à baixa aderência ao tratamento com desenvolvimento visual inadequado. Outra alternativa para o combate à ambliopia do afáico são as lentes de contato, mas as que dispomos não são viáveis para tratamento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Justifica-se assim a busca por tratamentos cirúrgicos mais eficazes e que facilitem o combate à ambliopia. O implante de lente intraocular (LIO) primário tem essa característica, no entanto, os altos índices de complicação tornaram o procedimento controverso. A atual evolução de técnicas e materiais, contudo, vem tornando o implante cada vez mais aceitável e com resultados encorajadores, mostrando inclusive que ele diminui a incidência de glaucoma no pós-operatório. Este projeto tem o objetivo geral de fortalecer nosso centro de tratamento da catarata infantil (CTCI/FMB/Unesp) e específico para avaliar segurança, eficácia e efetividade do tratamento da catarata congênita com implante primário de LIO nos pacientes SUS, utilizando técnicas e materiais adequados à criança.

328 Estudo multicêntrico de pacientes com hipertensão arterial para identificação de pacientes resistentes e padronização de esquemas terapêuticos

Eduardo Moacyr Krieger

Instituto do Coração do Hospital das Clínicas

Processo 2009/53282-8

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Estudo multicêntrico prospectivo, com 1ª fase aberta, com tratamento padronizado, e 2ª fase com randomização de tratamento. Primeira fase (duração de três meses): estabelecimento de uma coorte secundária de pacientes hipertensos para estabelecer uma padronização de associação de anti-hipertensivos para o tratamento e controle da hipertensão arterial e identificação de pacientes resistentes. Segunda fase (duração de três meses): tem o objetivo de avaliar qual a quarta melhor droga a ser introduzida no esquema anti-hipertensivo de pacientes com hipertensão arterial resistente e se o conhecimento prévio a respeito de fenótipos intermediários do sistema cardiovascular pode influenciar a taxa de resposta a medicações anti-hipertensivas.

329 Acessibilidade e resolubilidade em assistência oftalmológica para o SUS

Silvana Artioli Schellini

Faculdade de Medicina de Botucatu

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Processo 2009/53281-1

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A proposta que se apresenta segue os fundamentos do SUS: universalidade, integralidade e equidade na atenção à saúde. Busca aperfeiçoar e garantir o acesso para atendimento especializado em oftalmologia, trabalhando para fortalecer a regionalização e hierarquização do SUS, com resolubilidade. A demanda se mostrou necessária a partir dos dados obtidos em projeto prévio, no eixo de Políticas Públicas FAPESP, que nos mostrou que cerca de 10% das populações abordadas em municípios que não possuem o atendimento especializado necessitam de encaminhamento para o Hospital Universitário para realização de procedimentos que poderiam ser feitos no próprio município.

330 Estudo multicêntrico sobre a prematuridade no Brasil

José Guilherme Cecatti

Faculdade de Ciências Médicas

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 2009/53245-5

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A prematuridade é a principal causa de mortalidade neonatal no Brasil e está aumentando a cada ano. Há necessidade de estudos avaliando a epidemiologia da prematuridade de forma ampla, buscando aspectos obstétricos e neonatais que possam contribuir para o entendimento de suas causas e permitir a adoção de políticas públicas de controle do nascimento de pré-termos. Foi formada uma rede com 27 instituições de grande porte do país, das quais 12 do Estado de São Paulo, que pretende estudar o nascimento pré-termo, seus fatores causais e fatores associados. Por meio de um estudo de prevalência e de um estudo caso-controle, um total de 3.600 partos prematuros será avaliado em um período de 18 meses nas instituições participantes.

331 Impacto da implementação de protocolo assistencial gerenciado na mortalidade por sepse em hospitais públicos do Estado de São Paulo

Flávia Ribeiro Machado

Escola Paulista de Medicina

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Processo 2009/53227-7

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Levando-se em conta os atuais dados nacionais, percebe-se que a mortalidade por sepse no país, mormente em hospitais públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), é muito elevada e bastante acima da média mundial. Esse fato, por si só, justifica o planejamento de ações voltadas para a sua redução. A Campanha de Sobrevivência à Sepse é uma iniciativa internacional que visa implementar diretrizes para tratamento desses pacientes. O presente estudo tem como objetivo avaliar a prevalência de sepse grave e choque séptico e sua taxa de mortalidade em nove instituições públicas do Estado de São Paulo, determinar a aderência às medidas iniciais de tratamento desses pacientes e avaliar o impacto do processo de educação continuada e do protocolo gerenciado de assistência, baseados nas diretrizes da campanha, na adequação desse tratamento e na mortalidade. O estudo será dividido em três fases com duração total de 24 meses. Os dados de prevalência, taxas de aderência às medidas de tratamento e mortalidade serão comparados no período pré e pós-intervenção. Os resultados encontrados, ao mostrarem a eficácia do processo, podem resultar em modelo a ser aplicado em outras instituições públicas no país. Desta forma, o presente estudo pode trazer benefícios para pacientes atendidos no SUS, contribuindo para a redução de mortalidade brasileira.

332

Vínculo universidade e Sistema Único de Saúde: intervenção sistemática na assistência a pacientes com asma

Luisa Karla de Paula Arruda
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53225-4
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A asma é uma das doenças crônicas mais prevalentes no mundo. No Brasil, a prevalência de sintomas de asma entre escolares é de cerca de 20%. No entanto, a asma ainda é subdiagnosticada em nosso meio. O presente projeto visa estabelecer uma parceria entre a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e as unidades básicas de saúde da Prefeitura de Ribeirão Preto para agir de forma sinérgica com os profissionais da área de saúde, capacitando médicos, farmacêuticos, enfermeiros, atendentes de enfermagem e agentes comunitários de saúde no diagnóstico e manejo de pacientes com asma. Além disso, objetiva iniciar uma ação ampla de educação em asma junto à população do município, com foco no reconhecimento de sinais e sintomas, conhecimento da existência de tratamento em longo prazo e informações sobre riscos associados à asma. Será realizada capacitação geral para profissionais de saúde de todas as unidades básicas de saúde da prefeitura, com foco no médico não especialista em asma, que incluirá realização de palestras, produção e divulgação de vídeos, CDs, material didático e protocolos clínicos e de regulação. Em um dos cinco distritos de saúde, o distrito norte, será realizado em paralelo programa de capacitação personalizada, em que cada um dos pesquisadores adotará uma unidade básica e desenvolverá atividades que incluem: acompanhamento do atendimento a pacientes com asma com o médico não especialista, assistência por telefone ou e-mail para dúvidas de conduta, discussão de casos clínicos de asma, palestras curtas com os profissionais de saúde da unidade sobre asma. As medidas de desfecho serão: idas a pronto-socorro por crise de asma, e o consumo de medicamentos para asma. A intervenção proposta neste trabalho pode resultar em diminuição da morbidade e mortalidade por asma, e em melhora acentuada da qualidade de vida de pacientes com asma.

333

Contraceção hormonal em mulheres com o vírus da imunodeficiência humana: farmacocinética e segurança metabólica

Rui Alberto Ferriani
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53147-3
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A pandemia global do vírus da imunodeficiência humana (HIV) tem aumentado na população do sexo feminino em idade reprodutiva. O planejamento familiar em mulheres vivendo com HIV deve ser eficaz a fim de reduzir a morbi-mortalidade materna e neonatal associada a curtos intervalos intergestacionais, e de reduzir transmissão vertical, que é responsável por 85% dos casos de Aids em menores de 13 anos de idade. Em 2008, O Ministério da Saúde decidiu pela iniciação do uso de antirretrovirais (ARV) mais precocemente, levando a um aumento de pessoas que vivem com HIV e fazem uso de terapia ARV altamente eficaz. No entanto, o uso simultâneo de contraceção hormonal (CH) e de ARV pode interferir na biodisponibilidade dessas duas medicações, alterando a eficácia de ambas. Atualmente, não dispomos de estudos que avaliem os principais contraceptivos hormonais disponíveis em uso concomitante com a maioria dos esquemas de ARV utilizados no país, o que faz com que a prescrição de CH nessas mulheres necessite de mais evidências para garantir segurança metabólica e contraceptiva.

334

Importância da detecção de malária subclínica em doadores de sangue em zona não endêmica

Sérgio Paulo Bydlowski
Hospital das Clínicas de São Paulo
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2009/53141-5
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

O projeto visa determinar a infecção subclínica pela malária (sorologia e análise molecular) em 600 candidatos à doação de sangue, potencialmente assintomáticos para a malária, provenientes de (ou que de alguma maneira estiveram) regiões remanescentes da Mata Atlântica do Estado de São Paulo, e em 600 doadores de sangue da população em geral (provenientes de outras áreas da Grande São Paulo). Desse modo, objetiva-se: avaliar e validar as principais técnicas, sorológicas e moleculares, na eficiência da detecção dessa infecção subclínica nos doadores de sangue; conhecer a prevalência de doadores de sangue de diversas procedências, infectados pela malária, mas clinicamente assintomáticos; identificar esses indivíduos com malária subclínica, reservatórios assintomáticos do parasita, encaminhando-os para tratamento e impedindo, assim, a transmissão não intencional por doação de sangue; estabelecer e avaliar as áreas de procedência desses doadores (áreas com remanescentes de Mata Atlântica, áreas não endêmicas, características da região etc.) e motivos da possível exposição (residência, lazer, trabalho etc.); determinar a(s) melhor(es) técnica(s) para detecção desses portadores; elaborar e validar um questionário específico para áreas não endêmicas, que contemple a possibilida-

de de infecção pela malária. Estes resultados poderão ter aplicação imediata pelo Sistema Único de Saúde, por melhorar a qualidade do sangue fornecido, inibindo a contaminação, principalmente em pacientes imunodeprimidos, e diminuindo a recusa de doadores.

335

Avaliação da citologia em meio líquido versus convencional no Sistema Único de Saúde

Celso Di Loreto

Instituto Adolfo Lutz

Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)

Processo 2009/53133-2

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

O câncer do colo uterino permanece como um importante problema de saúde pública no Brasil, apesar do aumento dos investimentos no programa de prevenção nos últimos anos. O método de Papanicolaou convencional, amplamente utilizado na rede pública do país, apresenta, de acordo com dados da literatura mundial, alta especificidade (98%), porém baixa sensibilidade, ao redor de 51%. Um dos principais problemas ocorre na colheita da amostra e na execução do esfregaço na lâmina, levando a artefatos variados que interferem na avaliação citológica e a diagnósticos inconclusivos. O monitoramento externo de qualidade em colpocitologia de laboratórios de patologia conveniados ao Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo, realizado pelo Instituto Adolfo Lutz em parceria com a Fundação Oncocentro desde 2000, tem apontado índices alarmantes de exames insatisfatórios ou inconclusivos no decorrer desses anos. O problema das amostras insatisfatórias tem sido relatado em diversos estudos. Na tentativa de contornar esse problema, foi introduzida a citologia em meio líquido. Por esse método, as células removidas do colo uterino são imediatamente colocadas em líquido fixador e enviadas ao laboratório que irá realizar o procedimento técnico. De acordo com a maior parte dos autores, esse método diminui a porcentagem de amostras insatisfatórias e ainda permite a utilização da amostra residual em testes moleculares e na confecção de novas lâminas. Estudos sobre a sua maior sensibilidade em relação ao método convencional são controversos. Algumas dificuldades têm retardado sua implantação em laboratórios que atendem à rede pública no país, principalmente pelo maior custo e a necessidade de investimentos adicionais de infraestrutura laboratorial. No entanto, poucos estudos foram feitos no país avaliando vantagens e dificuldades do novo método na rede pública laboratorial, sempre com casuística pequena. Este estudo pretende comparar os métodos de colheita convencional e de meio líquido quanto à porcentagem de amostras insatisfatórias e de

diagnósticos inconclusivos em 10 mil amostras de mulheres da região do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo. Além disso, pretende avaliar a eventual redução de horas de trabalho de profissionais da saúde envolvidos na confecção e leitura dos exames e a possibilidade de utilização da amostra residual na confecção de lâminas adicionais para treinamento e educação continuada de profissionais da área de citopatologia.

336

Morbidade, crescimento e desenvolvimento de escolares de 6 a 10 anos de idade nascidos com baixo peso – integralidade e intersectorialidade na atenção à criança no sistema local de saúde (Embu, SP)

Rosana Fiorini Puccini

Escola Paulista de Medicina

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Processo 2009/53129-5

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

O avanço das ciências e as novas tecnologias determinaram mudanças na assistência à saúde, que, em nosso país, somadas à ampliação de acesso aos serviços, melhoria dos níveis de escolaridade e renda da população, resultaram em significativa redução das taxas de mortalidade infantil. Como parte desse processo, tem se verificado maior sobrevivência de crianças prematuras e com baixo peso ao nascer. Muitos estudos indicam maior probabilidade de alterações, de diferentes intensidades, do crescimento e desenvolvimento, precoces ou tardias, sobretudo para os prematuros e recém-nascidos com muito baixo peso ao nascer, propondo-se protocolos para acompanhamento e intervenções. Há, no entanto, pouca definição quanto às crianças com peso entre 1.500 g e 2.500 g, as quais apresentam determinantes mais heterogêneos, bem como quanto ao modelo de atendimento, responsabilidades e papel de diferentes níveis de atenção, visando à integralidade na assistência. O objetivo deste estudo é conhecer a frequência de alterações do crescimento, desenvolvimento e os vínculos com os serviços públicos de saúde e de educação de uma coorte de crianças com BPN do município do Embu, SP, nascidas no período de 2000 a 2005. Como resultado, esperam-se a identificação das crianças com doenças crônicas/deficiências e o estabelecimento dos limites e possibilidades do sistema municipal em responder de forma articulada às necessidades de saúde e de educação desse grupo de crianças, bem como a definição de protocolos e procedimentos necessários para o acompanhamento de crianças com peso entre 1.500 e 2.500 g, visando a intervenções oportunas que possam contribuir para que se atinja o maior potencial desse grupo de crianças.

337 Promoção da saúde mental na estratégia da saúde da família: intervenção precoce visando à prevenção dos transtornos mentais e seu impacto socioeconômico

Eurípedes Constantino Miguel Filho
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53111-9
Vigência: 1/11/2010 a 31/10/2012

Os problemas de saúde mental começam na infância e são fruto de alterações do desenvolvimento cerebral. Uma vez instalados, eles se cronificam, de maneira que os tratamentos atuais são insuficientes para a remissão total dos sintomas. Estima-se que em 2020 os transtornos mentais representarão a principal causa de incapacitação dentre os problemas de natureza médica, acarretando um impacto econômico considerável, o que enfatiza a necessidade da intervenção precoce para mudança desse panorama. No Brasil, os recursos humanos são escassos: cerca de 300 psiquiatras especializados na Infância e Adolescência para atender a aproximadamente 9 milhões de crianças e adolescentes com transtorno mental moderado. Trata-se de elaborar uma estratégia para aumentar as chances de intervenção precoce e a capacitação de médicos do Programa de Saúde da Família (PSF) para o diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde mental em fases iniciais do seu desenvolvimento. Se essa estratégia se mostrar eficaz, e for custo-efetiva, poderá ser utilizada nacionalmente. Em 2004, Wissow desenvolveu metodologia de treinamento de médicos da atenção primária para manejo básico dos problemas de saúde mental em crianças e avaliação dos impactos do treinamento recebido, em relação ao prejuízo funcional e bem-estar das famílias dos pacientes acompanhados. O presente projeto tem por objetivo desenvolver e adaptar essa metodologia para depois aplicá-la em um grupo de médicos da família e comunidade e verificar o impacto da capacitação na detecção e acompanhamento de crianças com problemas de saúde mental na Região Oeste do Município de São Paulo. Além disso, pretende-se verificar o impacto deste treinamento na redução dos sintomas psicopatológicos, no uso de serviços de saúde e no desempenho escolar das crianças acompanhadas, comparando-as com aquelas submetidas a rotina tradicional do PSF. Em seguida, será realizada análise de custo-efetividade para avaliação do impacto econômico da intervenção proposta.

338 Avaliação de custos e efeitos incrementais da angiotomografia coronariana não invasiva usando tomografia computadorizada de 320 detectores (MDCT 320)

Carlos Eduardo Rochitte
Instituto do Coração do Hospital das Clínicas
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
2009/53100-7
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Devido aos rápidos avanços de *software* e *hardware* dos computadores, o InCor-HC/FMUSP incorporou o primeiro tomógrafo computadorizado com 320 camadas de detectores (MDCT320) do Brasil. A avaliação precoce pode permitir modular sua incorporação no sistema de saúde. Estudo de custos e efeitos da MDCT320 comparativo com a angiografia coronariana convencional, para verificar se existe ou não estenose luminal coronariana 50% e/ou um defeito na perfusão do miocárdio em pacientes com dor torácica similar à angina, relativamente aos resultados do estudo anterior com o MDCT64.

339 Avaliação do impacto da implementação de diretrizes clínicas baseadas em evidências na qualidade da assistência aos pacientes internados com diagnósticos de diabetes mellitus, insuficiência cardíaca congestiva e pneumonia adquirida na comunidade

Lucieni de Oliveira Conterno
Faculdade de Medicina de Marília
Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SESSP)
Processo 2006/61909-2
Vigência: 1/5/2007 a 31/12/2008

Diretrizes clínicas baseadas em evidências (DCBE) podem ajudar a melhorar a qualidade da assistência. Para que isso ocorra, é necessário que se adotem estratégias apropriadas para sua implementação. Pacientes adultos com diagnóstico de DM, ICC e PAC são frequentemente internados, mas nem sempre recebem o cuidado baseado nas melhores práticas. Nosso objetivo é utilizar estratégias de consenso local, na definição, disseminação e avaliação de DCBE dirigidas a pacientes adultos com DM, ICC e PAC, numa enfermagem geral, e avaliar o impacto dessas DCBE na qualidade do processo assistencial. Será realizado um estudo de análise de série temporal, com os dados sendo coletados e comparados seis meses antes e após a intervenção.

340 Avaliação dosimétrica do tratamento ambulatorial do carcinoma da tireoide com atividades de 100 a 150 mCi de iodo-131

Carlos Alberto Buchpiguel
Faculdade de Medicina

Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2006/61556-2
 Vigência: 1/5/2007 a 31/7/2008

A administração de dose terapêutica de iodo-131 (iodoterapia) é utilizada para complementar a ressecção cirúrgica do carcinoma diferenciado de tireoide (CDT). Para doses abaixo de 150 mCi a internação é indicada basicamente por requisitos de radioproteção. Trabalhamos com a hipótese de que, após a administração ambulatorial de 100 a 150 mCi de iodo-131 para pacientes com CDT, a dose de radiação para voluntários (familiares ou não) e indivíduos do público se encontrará dentro de níveis aceitáveis. Pretende-se monitorar um grupo de pacientes e voluntários e, caso comprovada a hipótese, este estudo permitirá melhorar o atendimento aos pacientes com CDT e também uma redução de gastos do setor público de saúde.

341 Revisão e reestruturação do atendimento ao acidente vascular encefálico e às síndromes coronarianas agudas em Ribeirão Preto, SP, e região

João Pereira Leite
 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
 Universidade de São Paulo (USP)
 2006/61488-7
 Vigência: 1/5/2007 a 31/10/2008

O AVC e as síndromes coronarianas agudas (SCA) são as principais causas de mortalidade e incapacidade no mundo, a despeito de seu impacto social e de novos recursos terapêuticos para tratamento na fase aguda. O manejo das urgências e emergências cardiocerebrovasculares não têm recebido a prioridade necessária no Brasil. Objetivamos realizar avaliação dos indicadores assistenciais das doenças isquêmicas cerebrais e cardíacas diante de dispositivos recém-implementados na rede de atenção às urgências de Ribeirão Preto, SP, e região (Samu/192 – Regulação Médica), na perspectiva de identificar determinantes que possam ser trabalhados para aumentar a presteza da rede assistencial e incrementar o acesso à terapêutica de reperfunção.

342 Projeto reflexo vermelho

Antônio Carlos Lottelli Rodrigues
 Faculdade de Medicina de Botucatu
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 2006/61480-6
 Vigência: 1/5/2007 a 31/7/2008

O objetivo deste projeto é implantar o “teste de reflexo vermelho” na Direção Regional de Saúde de Botucatu (DIR XI), criar um serviço de oftalmologia para avaliar crianças com modificações no reflexo e tratar aquelas com catarata. Os pediatras da DIR XI receberão treinamento teórico e prático e uma lanterna especial (que pode substituir o oftalmoscópio direto) para checar o reflexo vermelho na maternidade e nos serviços pediátricos da DIR XI. As crianças com mudanças no reflexo vermelho serão examinadas no serviço de oftalmologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFM), na Unesp. E as crianças com catarata serão tratadas no Serviço de Catarata Infantil, a ser criado. Quando as mudanças no reflexo vermelho forem causadas por outras ocorrências patológicas, os pais serão orientados. Se possível, as crianças serão encaminhadas ao Serviço de Oftalmologia do HCFM-Unesp, de Botucatu, quando esses distúrbios necessitarem receber tratamento.

343 Intervenção não farmacológica na doença de Alzheimer: treino cognitivo-funcional, programa de orientação a cuidadores e capacitação de agentes multiplicadores

Letícia Lessa Mansur
 Faculdade de Medicina
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2006/61454-5
 Vigência: 1/9/2007 a 28/2/010

A combinação do tratamento farmacológico e não farmacológico na doença de Alzheimer tem mostrado resultados preliminares satisfatórios. A comprovação da eficácia e efetividade dessas intervenções carece de evidências, pois os estudos são realizados com número reduzido de sujeitos. O objetivo da pesquisa é analisar os efeitos do treino cognitivo-funcional e orientação a cuidadores associada ao tratamento medicamentoso em pacientes na fase inicial da demência de Alzheimer e da reabilitação cognitiva sobre a qualidade de vida e o estado de humor dos pacientes sem cuidadores.

344 Aplicação do CPAP nasal na sala de parto no recém-nascido de muito baixo peso e necessidade de assistência respiratória e principais morbidades neonatais

Francisco Eulogio Martinez
 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2006/61388-2
 Vigência: 1/7/2007 a 31/3/2009

A aplicação precoce da pressão positiva nas vias aéreas (CPAP nasal) é uma tecnologia de baixíssimo custo e que poderia minimizar os riscos decorrentes da assistência respiratória ao pré-termo. Os efeitos benéficos seriam decorrentes do fato de que o CPAP nasal evitaria o colapso pulmonar decorrente da carência de surfactante e assim seria evitado o ciclo de volutrauma e atelectrauma decorrente da necessidade de suporte ventilatório agressivo. Como consequência seria reduzido o custo pessoal e financeiro do tratamento. O presente estudo visa avaliar a viabilidade e as repercussões de se instituir a instalação precoce do CPAP, já nos primeiros minutos de vida na sala de parto. O estudo será clínico, controlado e randomizado.

345 Intervenções de estímulo ao estilo de vida saudável da mulher: estudo clínico aleatorizado e controlado

Milton de Arruda Martins
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/61309-5
Vigência: 1/7/2007 a 31/12/2007

Objetivo do estudo será verificar a adesão à atividade física e aos hábitos alimentares saudáveis em diferentes intervenções de promoção da saúde em mulheres de meia-idade. Serão estudadas 195 mulheres sedentárias, com idade entre de 40 e 50 anos, aleatorizadas para uma das quatro intervenções: 1) intervenção padrão (GI); 2) intervenção de incentivo à atividade física (GII); 3) intervenção de incentivo à alimentação saudável (GIII); e 4) intervenção de incentivo ao estilo de vida saudável (atividade física + alimentação saudável, GIV). Para realizar a análise estatística será utilizado o programa de estatística Sigmastat 3.11 e o SPSS 11.0.

346 Redução das internações evitáveis: a intervenção no cuidado de doenças crônicas com impacto na qualidade de atendimento

Paulo Andrade Lotufo
Hospital Universitário
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2005/58321-0
Vigência: 1/1/2006 a 31/5/2007

As doenças crônicas constituem-se atualmente no maior desafio para os sistemas de saúde no mundo, incluindo o Brasil. O aumento da prevalência dessas doenças é determinado pela maior longevidade da população, maiores taxas de população urbana, presença de fatores de risco modificáveis e os avanços técnicos da medicina.

Os custos associados ao tratamento das doenças crônicas também aumentam significativamente com a abordagem inadequada das mesmas. Vários modelos de cuidados têm sido desenvolvidos com resultados promissores. O presente estudo será composto de duas fases. A primeira será a análise descritiva das hospitalizações no Hospital Universitário da USP, com o objetivo de determinar as causas das internações com foco nas internações evitáveis – estas geralmente relacionadas a um manejo inadequado de doenças crônicas. Na segunda fase, será implementado um ambulatório padronizado para doenças que se acredita serem as principais causas de internações evitáveis: hipertensão arterial, diabetes e dislipidemias. Esse atendimento envolverá equipe multidisciplinar e contará com os recursos de manuais de instrução, desenvolvimento de protocolos, aulas expositivas para pacientes e familiares, uso de correio eletrônico, participação da comunidade e informatização de agendas e prontuários. Espera-se obter com a implantação de modelo de atendimento de doenças crônicas e com a posterior difusão do mesmo para as unidades básicas de saúde do distrito do Butantã um melhor controle das mesmas e uma redução significativa das internações evitáveis, complicações e custo associado ao tratamento das doenças crônicas.

MICROBIOLOGIA

347 *Mycobacterium tuberculosis*: genotipagem, perfil de resistência e análise de mutações de isolados clínicos

Clarice Queico Fujimura Leite
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2009/53292-3
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

O presente projeto tem como objetivo compreender um pouco mais a tuberculose que acomete populações diversificadas dos estados de São Paulo (São Paulo e Araraquara) e Mato Grosso do Sul (população indígena e não indígena), avaliando pacientes portadores de tuberculose pulmonar atendidos nos respectivos ambulatórios e serviços de saúde. Para tal, serão realizados: 1) baciloscopia de escarro; 2) isolamento das micobactérias por meio de cultivo (Bactec e L-J); 3) identificação das espécies pelas provas bioquímicas e técnicas moleculares (PCR e PRA); 4) determinação do perfil de resistência/sensibilidade das cepas de micobactérias identificadas como *M. tuberculosis* diante dos fármacos isoniazida e rifampicina; 5) determinação da CIM dessas drogas diante dos isolados clínicos de *M. tuberculosis*; 6) técnica de SSCP das cepas resistentes; 7) sequenciamento dos genes de resistência para avaliar mutações; 8) tipagens moleculares das cepas

de *M. tuberculosis* pelas técnicas de Miru e de Spoligotyping; e 9) correlacionamento dos resultados de epidemiologia molecular com dados da epidemiologia clássica com a montagem de um banco de dados.

348 **Padronização e implantação da técnica de PCR em tempo real para o diagnóstico de hepatite B**

Regina Célia Moreira
Instituto Adolfo Lutz
Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SSSP)
Processo 2009/53086-4
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A hepatite B é um problema em todo mundo, sendo que cerca de 2 bilhões de pessoas estão infectadas e, dessas, em torno de 350 milhões tornam-se portadoras crônicas. O diagnóstico laboratorial da infecção pelo HBV é feito com base na pesquisa dos marcadores virais, presentes no soro de pacientes infectados, tanto na fase aguda quanto crônica. Os testes de biologia molecular são imprescindíveis para o acompanhamento do tratamento, avaliação de presença de cepas mutantes pré-core e determinação de casos de hepatite B oculta. O objetivo deste trabalho é padronizar e implantar a técnica de PCR em tempo real (TaqMan PCR) para a hepatite B. Essa técnica será utilizada com fins específicos e terá como foco central o atendimento da rede pública de tratamento e referência do Estado de São Paulo. O Instituto Adolfo Lutz, como importante laboratório de referência estadual, deve incorporar técnicas de diagnóstico em sua rotina.

NUTRIÇÃO

349 **Avaliação da implementação das ações de vigilância alimentar e nutricional no âmbito da atenção básica do Sistema Único de Saúde na região das bacias Piracicaba-Capivari, SP**

Maria Rita Marques de Oliveira
Faculdade de Ciências da Saúde
Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)
Processo 2007/50694-8
Vigência: 1/5/2007 a 30/6/2007

Considerando a importância da alimentação e nutrição na prevenção dos agravos à saúde, o projeto tem por objetivo implementar e avaliar o impacto de um sistema integrado de informação sobre as ações de vigilância alimentar e nutricional desenvolvidas pelas equipes de atenção básica à saúde na região das bacias Piracicaba-Capivari, SP. Farão parte do estudo 50 unidades localizadas em

13 municípios. Fase 1: diagnóstico; fase 2-a: implementação de um sistema informatizado; fase 2-b: reavaliação após três meses. Como resultado se espera a melhora da qualidade e a ampliação da cobertura das informações sobre alimentação e nutrição na região.

ODONTOLOGIA

350 **Impacto do gerenciamento integrado de informações entre a clínica odontológica da Forp-USP e a Secretaria de Saúde de Ribeirão Preto nas estratégias de controle de qualidade, estudos de prevalência e gestão**

Mário Taba Júnior
Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/61620-2
Vigência: 1/5/2007 a 31/7/2007

Trabalhar eficientemente as informações traduz-se em agilidade e segurança na comunicação e tomadas de decisão. Os avanços dos recursos de informática são os propulsores desta nova fase em que vivemos. Recursos mais poderosos imediatamente permitem o desenvolvimento de estratégias mais funcionais e racionais. Aproveitando os novos recursos de informática, nossa proposta tem como objetivo o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de informação que possibilite a eliminação do uso de documentos em papel e otimize o trabalho das equipes, desburocratizando processos e aumentando a qualidade da assistência. Utilizaremos o nosso próprio ambiente de trabalho, área que dominamos por excelência, como modelo para implementarmos um sistema de gerenciamento de informações ágil e funcional que incorpore as tecnologias de rede sem fio e compartilhamento de dados. Adicionalmente, o sistema irá comunicar-se em tempo real com as diferentes seções da instituição e, principalmente, agilizar o compartilhamento de informações com a Secretaria Municipal de Saúde. Por meio dos relatórios, será possível a comprovação da produção, planejar a abertura de vagas para atendimento da comunidade baseada na demanda e no tempo gasto nos atendimentos e definição de políticas públicas. A base de dados funcionará para levantamento das necessidades populacionais locais e definição de políticas de atendimento, visando otimizar o impacto na qualidade de assistência, ensino e ações de saúde.

351 **Impacto das ações de atenção básica na prática do aleitamento materno e na saúde bucal do binômio mãe-filho**

Suzely Adas Saliba Moimaz

Faculdade de Odontologia de Araçatuba
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 2006/61615-9
 Vigência: 1/5/2007 a 30/6/2007

A garantia da saúde materno-infantil é uma das metas para o milênio. Em países em desenvolvimento como o Brasil, onde a desnutrição infantil é um problema de saúde pública e a falta de condições mínimas de sobrevivência ainda é um obstáculo a ser superado por milhões de habitantes, o incentivo para o aleitamento materno mostra-se como uma medida eficaz de promoção de saúde. A lactação é uma das maneiras mais eficientes de atender aos aspectos nutricionais, imunológicos, psicológicos e ao desenvolvimento de uma criança no seu primeiro ano de vida. A respiração, a deglutição, a mastigação e a fonoarticulação constituem funções desenvolvidas durante a amamentação e qualquer desequilíbrio nesse sistema, criado pelo tipo e período de aleitamento indesejável, pode gerar necessidades insatisfeitas de sucção, propiciando a aquisição de hábitos nocivos à saúde e de má oclusão dentária. Assim, a prevenção da má oclusão torna-se uma razão a mais para a ênfase na orientação da lactante. Gestantes e crianças fazem parte dos grupos prioritários nos serviços de saúde, atendendo às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Programa Saúde da Família (PSF). Como estratégia de avaliação e acompanhamento da atenção básica, o Ministério da Saúde está promovendo o desenvolvimento de metodologias de gestão interna ou autogestão para melhoria contínua da qualidade no PSF. O objetivo deste estudo é verificar o impacto das ações do PSF nas práticas do aleitamento materno e nas condições de saúde bucal de mães e filhos, especificamente na prevalência e tempo de aleitamento, por meio da comparação entre dois municípios da região de Araçatuba, SP, estando o PSF implantado em um deles. Serão selecionadas todas as gestantes atendidas em um período de dois meses nas Unidades Básicas de Saúde de cada município e acompanhadas até seus filhos completarem seis meses de idade. Serão realizadas entrevistas domiciliares com as gestantes abordando aspectos socioeconômicos e culturais e amamentação e também avaliadas as condições de saúde bucal de gestantes por meio da realização de exames bucais. As crianças serão acompanhadas do nascimento até completarem 6 meses de vida, avaliando a dieta infantil, frequência, duração do aleitamento materno e fatores determinantes envolvidos na prática do aleitamento materno. Os resultados obtidos sobre as práticas de aleitamento serão comparados entre os municípios. Com os resultados, espera-se obter um panorama da prevalência da amamentação, dos fatores relacionados à sua prática, da influência da atenção básica em saúde na assistência materno-infantil, além de se avaliarem as ações do Programa Saúde da Família no incentivo ao aleitamento materno. Posteriormente, será realizada a capacitação dos profissionais de saúde envolvidos na

promoção do aleitamento materno. Os resultados serão de ordem pública e apresentados na forma de artigo.

352 Avaliação das próteses totais elaboradas no centro de especialidades odontológicas da Forp-USP. Impacto e custo-benefício de sobredentaduras sobre implantes para o projeto Brasil Sorridente

Ricardo Faria Ribeiro
 Faculdade Odontologia Ribeirão Preto
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2006/61490-1
 Vigência: 1/5/2007 a 31/10/2008

Durante muito tempo, a assistência odontológica prestada em serviços públicos brasileiros esteve restrita a procedimentos básicos, e ainda assim com grande demanda reprimida. Segundo dados do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) de 2002, apenas 3,5% do total de procedimentos clínicos odontológicos era de serviços especializados. Conseqüentemente, a oferta de serviços de Atenção Secundária e Terciária é deficiente, totalmente desconexa da Atenção Básica, que teve grande avanço. É fato que as alternativas convencionais do tratamento reabilitador protético não podem e não devem ser desconsideradas, mas a realidade do uso das próteses totais convencionais, especialmente para o arco mandibular, traz à tona que muitos pacientes não conseguem se adaptar a essa modalidade de tratamento. Outros, devido às mudanças teciduais regressivas e/ou problemas sistêmicos advindos do envelhecimento, podem se tornar não adaptados a essa condição (ZARB, ECKERT, MERICSKE-STERN, 2006). Ainda segundo os autores, a qualidade de vida é profundamente alterada por essas condições e, apesar de todos os esforços do cirurgião-dentista, tanto técnico-clínicos quanto emocionais, os resultados são imprevisíveis, gerando situações de frustração em ambas as partes envolvidas (profissional e paciente). Assim, é objetivo deste projeto avaliar pacientes que receberam próteses totais inferiores quanto à sua utilização, adequação dos tratamentos recebidos (qualidade e manutenção das próteses), qualidade de vida e a necessidade de que possam receber sobredentaduras sobre implantes, corrigindo os possíveis problemas encontrados. Também avaliar o impacto e o custo-benefício da incorporação desses procedimentos junto ao centro de especialidades odontológicas do projeto Brasil Sorridente.

SAÚDE COLETIVA

353 Avaliação participativa do método de apoio Paideia na formação de trabalhadores em clínica ampliada e compartilhada

Gastão Wagner de Sousa Campos
 Faculdade de Ciências Médicas
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2009/53254-4
 Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Pesquisa avaliativa e participativa sobre o impacto de uma metodologia de formação de profissionais da saúde para o exercício de práticas ampliadas e compartilhadas em saúde. Organizou-se pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) um curso em modalidade de extensão, denominado de Curso de Cogestão da Clínica Ampliada e Compartilhada. Serão compostas oito turmas da região de Campinas: quatro com equipes de Saúde da Família, duas com equipes de Centros de Referência em Reabilitação, duas com profissionais que trabalham com apoio matricial. O método avaliativo será qualitativo, com grupos focais e análise de casos clínicos, institucionais e de saúde coletiva, conduzidos pelos alunos.

354 O estudo do binômio mãe-filho: uma necessidade imperiosa para alcançar os objetivos do desenvolvimento do milênio

Ruy Laurenti
 Faculdade de Saúde Pública
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2009/53253-8
 Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

O projeto objetiva conhecer dados, eventos e situações ocorridas no ciclo gravídico-puerperal imediato da mulher e dados, situação e características do produto da gestação, bem como avaliar a qualidade da informação sobre a mortalidade das mulheres, e sobre a classificação dos eventos “nascido vivo”, “óbito fetal” e “aborto” e preenchimento dos documentos DO, DN, DOF nos hospitais. A população de estudo diz respeito a gestantes internadas em maternidades, e as áreas escolhidas para a sua realização são o município de São Paulo, SP, e o município de João Pessoa, PB, cujos dados serão comparados a alguns já levantados no município de Bauru, SP, onde foi realizada investigação relativa a uma parte do que ora está sendo proposto.

355 Judicialização das políticas públicas de saúde: construção de um modelo de gestão das demandas judiciais envolvendo medicamentos

Sílvio Barberato Filho
 Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
 Universidade de Sorocaba (Uniso)
 Processo 2009/53241-0
 Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

O aumento de ações judiciais para garantir o acesso a recursos terapêuticos sem observância às normas do Sistema Único de Saúde (SUS) pode ter impacto significativo nas finanças públicas, muitas vezes sem garantir a mesma relação de benefício para o paciente. Exemplo pôde ser visto em nosso trabalho anterior desenvolvido no âmbito do edital PPSUS 2006-2007, intitulado “Medicamentos antineoplásicos e ações judiciais: contribuição para o modelo de assistência farmacêutica no SUS”. Naquele projeto, constatou-se que a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo gastou mais de R\$ 40 milhões em 2006 e 2007, para atender à determinação judicial do fornecimento de sete medicamentos antineoplásicos, sendo R\$ 7 milhões com solicitações para as quais não há evidência clínica de benefício aos pacientes. A repercussão dos resultados obtidos ampliou a interação entre os pesquisadores da Universidade de Sorocaba e os gestores do SUS no município de Sorocaba e resultou neste projeto, cujo objetivo é construir um modelo de gestão que permita ao município e ao estado (na área de abrangência do Departamento Regional de Saúde de Sorocaba da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo) enfrentarem o problema das ações judiciais envolvendo medicamentos. Para isso, serão consideradas as particularidades da demanda judicial no âmbito municipal e regional, os recursos existentes e os procedimentos vigentes. A construção do novo modelo deve acontecer de forma pactuada, envolvendo gestores, operadores do direito, academia e outros atores comprometidos com a racionalidade dos gastos públicos. Para avaliar o novo modelo de gestão proposto serão definidos indicadores de acompanhamento dos resultados alcançados. Outros municípios, assim como os demais departamentos regionais de saúde do Estado de São Paulo, também poderão se beneficiar com os resultados deste projeto.

356 Gestão da assistência farmacêutica: avaliação dos indicadores do uso de medicamentos em politerapia e ampliação de um sistema informatizado de gerenciamento da assistência farmacêutica no SUS do município de Campinas

Patrícia de Oliveira Carvalho
 Universidade São Francisco (USF)
 – Campus Bragança Paulista
 Processo 2009/53237-2
 Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A presente proposta é resultado de reuniões realizadas entre pesquisadores da Universidade São Francisco e representantes do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde do município de Campinas, com a finalidade de conhecer os programas e projetos de assistência farmacêutica desse município. Conhecendo parte do universo de trabalho e dos desafios nele impli-

citos, após ampla discussão, a equipe elaborou o presente projeto, o qual contempla ações estruturantes do Ciclo da Assistência Farmacêutica, buscando o desenvolvimento de ferramentas para a melhoria e o fortalecimento da gestão e gerenciamento da assistência farmacêutica, com enfoque especial na promoção do uso racional de medicamentos. O projeto está dividido em duas etapas. A primeira apresenta uma proposta de avaliação dos indicadores do uso de medicamentos em politerapia, utilizando os dados de dispensação de medicamentos padronizados no Sistema Único de Saúde obtidos nas Unidades Básicas de Saúde do município. Esses dados serão acessados por meio do programa informatizado DIM (Dispensação Individualizada de Medicamentos), recentemente implantado no município. Por conseguinte, na segunda etapa, a partir da análise dos dados e informações obtidos, trata-se de desenvolver um sistema informatizado (*software*) que traga informações certificadas cientificamente sobre os medicamentos dispensados em relação a possíveis interações, posologia e uso em relação à dieta alimentar. A proposta desta etapa é desenvolver e aplicar em tempo real essa tecnologia de informação que forneça dados de uso racional de medicamentos disponibilizando-os a gestores e profissionais da saúde. Bem utilizadas, podem tornar-se ferramentas importantes para o diagnóstico da situação, fornecendo subsídios técnico-científicos para o planejamento gerencial e a tomada de decisão.

357

Efetividade da Estratégia Saúde da Família no âmbito do Sistema Único de Saúde - SP

Sônia Isoyama Venâncio

Instituto de Saúde

Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)

Processo 2009/53143-8

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

As políticas de saúde nem sempre provocam as mudanças desejáveis ou atendem às expectativas e necessidades da população. Em um contexto de marcantes desigualdades sociais e escassez de recursos públicos para o financiamento do setor da saúde, a avaliação é essencial para estabelecer a capacidade de resposta de políticas, programas e serviços às necessidades de saúde da população. Tendo em vista os investimentos feitos para a expansão e consolidação da Estratégia Saúde da Família (ESF), é fundamental a realização de pesquisas que avaliem em que medida ela está associada a mudanças na situação de saúde da população. A realização de uma pesquisa sobre a efetividade da ESF sobre a saúde da população no Estado de São Paulo tem ainda como justificativa o fato de que, apesar dos esforços para a expansão dessa estratégia e o considerável aumento de sua cobertura populacional no estado, os dois modelos de atenção (saúde da família

e tradicional) operam em vários municípios. Uma avaliação desse tipo pode orientar os gestores sobre a efetividade de tais modelos de atenção e apontar caminhos para a qualificação da atenção básica no âmbito estadual. Este projeto tem por objetivo geral avaliar a efetividade da ESF sobre indicadores de saúde de diferentes linhas de cuidado no Estado de São Paulo e, como objetivos específicos, caracterizar a evolução da cobertura da ESF nos municípios do Estado de São Paulo; caracterizar a evolução de indicadores de saúde de diferentes linhas de cuidado nos municípios do Estado de São Paulo e avaliar o efeito de variáveis socioeconômicas, demográficas e características dos sistemas municipais de saúde sobre os indicadores de saúde de diferentes linhas de cuidado. A epidemiologia será a base conceitual do estudo, por sua utilização na avaliação de políticas e programas de saúde. A fundamentação epidemiológica do estudo será expressa por meio de modelos teóricos que buscam articular as dimensões que têm potencial impacto sobre a saúde da população. Propõe-se a realização de um estudo ecológico e longitudinal. Serão obtidas séries temporais com informações anuais para os 645 municípios do estado (variáveis dependentes, variável independente principal e covariáveis), a partir de dados secundários provenientes de diversas bases e sistemas de informação do SUS. Os desfechos consistem em 12 indicadores, agrupados pelas linhas de cuidado: Saúde da Mulher, Saúde da Criança, Saúde do Adulto, Saúde Bucal, Saúde Mental e Hanseníase. A variável independente principal é a cobertura do PSF em cada município e as covariáveis estarão classificadas em três dimensões: contexto demográfico, socioeconômico e da organização do sistema de saúde. A influência da cobertura municipal da ESF sobre os diversos desfechos/indicadores de saúde será analisada mediante análises de regressão linear múltipla para painel de dados. Os modelos empíricos serão construídos a partir de modelos conceituais definidos para cada desfecho e as análises serão realizadas no pacote estatístico Stata 10.0.

358

Projeto de educação permanente em saúde de fortalecimento da atenção básica do Departamento Regional de Saúde - DRS III Araraquara: análise e perspectivas

Silvana Martins Mishima

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2009/53139-0

Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa que tem por objetivo analisar os processos desencadeados na atenção básica pelo projeto de educação permanente em saúde intitulado “Fortalecimento da atenção básica: reor-

ganizando as práticas de atenção e gestão em desenvolvimento na região de abrangência do Departamento Regional de Saúde III (DRS 111) de Araraquara, São Paulo. Este projeto está em andamento, envolve 24 municípios e 144 trabalhadores de diferentes formações. O material empírico se constituirá de dados primários e secundários, mediante a utilização de diferentes técnicas de coleta de dados, oriundos de entrevistas semiestruturadas com os gestores, de grupos focais por regiões de saúde com os trabalhadores de Unidade Básica e Saúde da Família, de participantes do projeto e grupos focais com coordenadores, e de fonte documental relativa aos relatórios de atividades, relatos de experiência de participantes e coordenadores, e das memórias do grupo de trabalho. Será realizada análise temática com utilização do *software* Alceste para ordenamento dos dados. O referencial teórico metodológico compõe-se da educação permanente em saúde e processo de trabalho em saúde. Os resultados auxiliarão a comissão de integração, ensino e serviço, gestores municipais e trabalhadores, a primeira em sua tarefa de avaliar as ações de educação permanente em saúde; os gestores na implementação e sustentação das ações relativas à educação na saúde pactuadas no termo de compromisso de gestão municipal e na condução da atenção básica de seu município; e os trabalhadores da rede básica na apropriação e ressignificação do seu processo de trabalho e desenvolvimento de prática crítico-reflexivo.

359

Avaliação do processo de dispensação de medicamentos para hepatite viral e crônica no Sistema Único de Saúde-SP

Venâncio Avancini Ferreira Alves
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53131-0
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A hepatite C se constitui em um grave problema de saúde pública, devido às altas porcentagens de cronicidade da doença, seu potencial evolutivo para cirrose e hepatocarcinoma, aliados ao fato de ser a mais frequente etiologia diagnosticada em casos de transplante hepático. O Ministério da Saúde (MS), preocupado com essa questão, regulamentou os critérios para a indicação do tratamento medicamentoso da hepatite C, os quais foram referendados em portaria da SES-SP. Considerando-se a gravidade dos efeitos colaterais provocados pelos medicamentos utilizados no tratamento da hepatite viral C, o diagnóstico e classificação adequados do quadro são fundamentais para a tomada de decisão quanto à prescrição e dispensação dos mesmos. Nesse contexto, um Projeto do Centro de Referência e Reciclagem em Patologia Hepática, desenvolvido pelo LIM 14 da Faculdade de Medicina

da Universidade de São Paulo, no período de 2004 a 2006, analisou 131 laudos anátomo-patológicos de biópsias hepáticas realizadas para diagnóstico de hepatite C crônica e indicação de tratamento provenientes da DIR XXI - São José dos Campos. Verificou-se nessa avaliação tamanhos inadequados de amostras de biópsias em 15,5% dos laudos. Esse dado é preocupante, pois a inadequação dos laudos das biópsias pode influenciar a indicação do tratamento da hepatite C crônica, de forma que pacientes sem indicação de uso dos medicamentos podem estar sendo tratados, podendo acarretar graves efeitos colaterais, além de gastos desnecessários para o sistema de saúde. Este projeto tem por objetivo avaliar o processo de dispensação dos medicamentos de alto custo para o tratamento da hepatite C crônica no âmbito da SES-SP, com o intuito de verificar o cumprimento das recomendações do protocolo clínico e diretrizes terapêuticas da hepatite viral C do MS e da norma técnica relativa às diretrizes para o tratamento da hepatite viral C crônica da SES-SP. Trata-se de um estudo exploratório, no qual serão avaliadas as condições de acesso aos prontuários dos pacientes e a necessidade de um diagnóstico abrangente das principais farmácias de alto custo do estado.

360

Pesquisa avaliativa de saúde mental: indicadores para avaliação e monitoramento dos Caps III do Estado de São Paulo

Rosana Teresa Onocko Campos
Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2009/53130-3
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

A presente proposta caracteriza uma pesquisa avaliativa e participativa de quarta geração de Centros de Atenção Psicossocial com funcionamento 24 horas (Caps III) no Estado de São Paulo e, conjuntamente, um estudo exploratório da rede de assistência para deficiência mental, aspecto apontado como inexplorado por pesquisa anterior.

361

Avaliação de indicadores entomológicos de dengue em regiões do Estado de São Paulo, Brasil

Virgília Luna Castor de Lima
Superintendência Controle Endemia
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2009/53123-7
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Apesar de a única estratégia de controle da transmissão de dengue, atualmente disponível, ser a dimi-

nuição dos níveis de infestação vetorial, uma lacuna no conhecimento que vem sendo apontada pelos especialistas é relativa a indicadores entomológicos que estimem a densidade real de *A. aegypti* e que seja representativa de risco epidêmico de dengue. Isto dificulta a utilização desses indicadores no planejamento das ações de controle. Objetivo: avaliar e relacionar entre si e medir o custo dos indicadores entomológicos (índices tradicionais, índice de adulto, índice de ovos, índice de pupas, índice de produtividade e produtividade pupal demográfica), como também relacionar estes com a prevalência de infecção nos mosquitos coletados e com a incidência de dengue no período do estudo. Metodologia: serão medidos todos esses indicadores entomológicos mensalmente em áreas de dois municípios durante 18 meses. Será feito inquérito sorológico em amostra da população dessas áreas no início do estudo e repetido após períodos de seis meses utilizando Mac-Elisa, Elisa IgG e IHA. Será, também, acompanhada coorte dos participantes do inquérito para detectar episódio de dengue. A relação dos diversos indicadores entre si será analisada mediante modelo de regressão linear. Também serão utilizados testes de correlação para avaliar a relação entre os indicadores e os coeficientes de incidência e os dados abióticos. Resultados esperados: espera-se que, com os resultados deste estudo, os gerentes dos programas de controle tenham subsídios para optar, em termos de informações a serem obtidas e custo, entre os indicadores entomológicos estudados.

362 **Descentralização e regionalização no Sistema Único de Saúde: o caso dos colegiados de gestão regional da Região Metropolitana de São Paulo**

Marcia Faria Westphal
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53101-3
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Partindo do pressuposto de que a descentralização no campo das políticas públicas é um fator inexorável na ampliação e desenvolvimento de ações de promoção de saúde e qualidade de vida, dado um espaço territorial, o problema que se coloca para ser investigado neste trabalho é: o colegiado de gestão regional operacionaliza a descentralização tal como expresso no pacto de gestão no Sistema Único de Saúde (SUS) entre os entes federados no Brasil? Esta proposta se justifica pelo fortalecimento progressivo dos municípios como entidades federativas responsáveis por uma abrangente e diversificada agenda de políticas públicas e da consolidação do próprio SUS. Espera-se com esta pesquisa conhecer melhor o estágio de descentralização na tomada de decisões experimenta-

da pelo conjunto de gestores municipais e o gestor estadual que interagem nos dez colegiados de gestão regional existentes na RMS, considerados os três colegiados intramunicipais de Guarulhos, SP, por meio da análise da dinâmica desses CGR em sua dimensão de espaço institucional de gestão descentralizada.

363 **As múltiplas lógicas de construção de redes de cuidado: muito além da regulação do acesso e utilização de serviços do Sistema Único de Saúde**

Luiz Carlos de Oliveira Cecílio
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2009/53098-2
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Um dos problemas centrais da atual etapa de implantação do Sistema Único de Saúde é a aparentemente insuperável defasagem entre a demanda e a oferta de serviços de saúde em todos os níveis do sistema. Mesmo considerando que são múltiplas e complexas as suas explicações, o presente estudo tem como ponto de partida dois pressupostos principais: a) as insuficiências na regulação do acesso aos serviços de saúde contribuem para agravar a defasagem entre demanda e oferta; b) a regulação formal, exercida pelos gestores, convive com modos mais informais e bastante ativos de regulação (ou contrarregulação), exercidos por atores não governamentais, em particular os usuários – por meio de seus itinerários terapêuticos – e os médicos, construindo redes informais de cuidado via contatos profissionais pessoais. Com os objetivos de caracterizar as múltiplas lógicas de regulação do acesso e utilização (consumo) de serviços de saúde tanto em sua dimensão formal, de responsabilidade governamental, como em sua dimensão informal, buscando identificar as relações dinâmicas que estabelecem entre si, e de subsidiar a formulação de processos regulatórios pelo gestor local de saúde que incorporem de forma criativa e solidária o protagonismo dos vários atores locais no processo global de regulação, será desenvolvida pesquisa qualitativa nos municípios de São Bernardo do Campo e Diadema, SP. O estudo será realizado em duas etapas. Na primeira, a caracterização do campo, serão desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos: a) construção de biografias focalizadas de pacientes eleitos em vários pontos do sistema de saúde, vivendo situação de vulnerabilidade e alta utilização de serviços de saúde, sendo que a metade deverá possuir algum plano privado de saúde; b) entrevistas com médicos que atuam no sistema; c) entrevistas com os operadores da regulação e com os gerentes das unidades. Na segunda etapa, o compartilhamento, serão realizados encontros com técnicos dos municípios visando à

discussão e apropriação dos achados do estudo e à formulação de mecanismos regulatórios que tentem contemplar as várias lógicas de regulação. A pesquisa será realizada em parceria com os dois gestores municipais, com o órgão regional da Secretaria da Saúde e com o Centro de Investigações e Estudos de Sociologia, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Universitário de Lisboa (Cies-ISCTE/IUL), de Lisboa (Portugal), e a Universidade Estadual de Campinas, por meio do Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS).

364 Ocorrência e atendimento de violência de gênero entre mulheres usuárias dos serviços de saúde da rede pública de Ribeirão Preto

Elisabeth Meloni Vieira
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/61922-9
Vigência: 1/5/2007 a 31/3/2009

Este projeto pretende estudar a prevalência da violência de gênero (doméstica e sexual) entre mulheres usuárias de serviços da rede pública do Sistema Único de Saúde de Ribeirão Preto, SP, e identificar as necessidades de capacitação dos profissionais de saúde para que haja um atendimento adequado e com atuação dos outros setores da rede de apoio social das mulheres em situação de violência. O projeto objetiva fornecer informações e subsídios para a Secretaria Municipal de Saúde adotar uma política clara de melhoria de atendimento em conjunto com outros setores sociais. Pretende-se uma duração de 24 meses.

365 Os processos judiciais para acesso aos medicamentos: a saúde do paciente, a saúde do sistema único ou a saúde da indústria?

José Sebastião dos Santos
Secretaria Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Processo 2006/61915-2
Vigência: 1/5/2007 a 30/6/2007

Os medicamentos, ferramentas fundamentais para o homem, relacionam-se a altos índices de morbimortalidade, decorrentes da prática inadequada dos profissionais da saúde, com consequentes prejuízos financeiros. Pode-se evitá-los mediante promoção do acesso, uso correto e racional de medicamentos e práticas clínicas do farmacêutico. Para a efetiva utilização dos medicamentos, os indivíduos devem ter acesso ao produto farmacêutico. A saúde é direito garantido por lei a todos os cidadãos

(Constituição Brasileira de 1998) e obrigação do Estado, que se responsabiliza pelas ações que garantam a saúde da população. Se não conseguem acesso pelo Sistema Único de Saúde, os usuários de medicamentos ou os custeiam ou recorrem à Justiça para garantir seu direito constitucional. Esse processo de judicialização da saúde pode colocar interesses individuais à frente de interesses públicos, espoliando importante recurso financeiro e prejudicando a tomada de decisões pelo sistema político, com impacto coletivo. A aquisição de medicamentos para cumprimento de mandados judiciais cresceu agressivamente nos últimos anos. Neste estudo, pretende-se caracterizar o perfil e demanda dos mandados judiciais no Estado de São Paulo, percepção e expectativas de seus atores (pacientes, juízes, promotores, médicos, gestores de saúde, farmacêuticos), a identificação de possíveis causas e tendências, para se compreenderem as necessidades da assistência em saúde do município. Realizar-se-á um levantamento dos processos nos municípios do estado por meio do relato dos responsáveis pela assistência farmacêutica e estudar-se-ão quali e quantitativamente os processos judiciais de Ribeirão Preto, SP, desde 1999. Subsídios para planejamento e elaboração de estratégias que minimizem o processo de judicialização farmacêutica e impactos na gestão em saúde serão levantados e discutidos.

366 Avaliação da tecnologia empregada no hemoglobímetro HB-010 e a possibilidade de aplicação pelo Sistema Único de Saúde convênio FAPESP-CNPq-SUS

Mário Maia Bracco
Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional
Processo 2006/61907-0
Vigência: 1/6/2007 a 31/8/2009

Avaliação da utilização de um equipamento de mensuração de hemoglobina em sangue capilar (HB 010), de baixo custo, por meio de validação em unidade de atendimento à saúde, em relação a um analisador de bancada (padrão ouro), e da utilização do equipamento por agentes comunitários de saúde do Programa de Saúde da Família, em relação à sua aplicabilidade e operacionalidade como instrumento de acompanhamento indicativo de efetividade de programas de suplementação e diagnóstico de anemia por deficiência de ferro.

367 Avaliação sistematizada da demanda e capacidade instalada para atendimento em cardiologia e da regulação de fluxo de pacientes na região de Ribeirão Preto, SP

Benedito Carlos Maciel
 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2006/61619-4
 Vigência: 1/5/2007 a 30/6/2007

A criação dos centros de referência para assistência cardiovascular no Sistema Único de Saúde representou um avanço no sentido de proporcionar melhor organização e sistematização do atendimento desses pacientes. Na região de Ribeirão Preto, SP, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto postula sua habilitação como Centro de Referência em Cardiologia. É previsível que a efetiva implantação dos centros de referência resulte em aumento expressivo no número de pacientes encaminhados para atendimento no hospital. Parece oportuno avaliar objetivamente as condições atuais de funcionamento do sistema de atenção às doenças cardiovasculares na região, para que se possam definir eventuais necessidades e dificuldades desse sistema.

368 **Estudo da relação entre doenças respiratórias e cardiovasculares e poluição veicular nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo com a finalidade de subsidiar a estruturação das atividades do programa de vigilância em saúde e qualidade do ar**

Maria Regina Alves Cardoso
 Faculdade de Saúde Pública
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2006/61616-5
 Vigência: 1/9/2007 a 31/8/2009

A poluição do ar emitida pelas fontes veiculares é atualmente um dos principais problemas ambientais nas regiões metropolitanas (RM), representando importante risco à saúde humana. Muitos estudos mostram uma associação entre doenças respiratórias e cardiovasculares e exposição a contaminantes atmosféricos. Este projeto tem por objetivo analisar os dados de morbidade hospitalar e de volume de tráfego nas vias urbanas dos municípios das três RM do Estado de São Paulo, buscando identificar a potencial associação entre emissão veicular e incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares. Serão conduzidos estudos de caso-controle e um sistema de informação será desenvolvido para subsidiar as ações de vigilância em saúde e ambiente.

369 **Análise de morbidade e mortalidade associada à variação climática no município de São Paulo**

Miguel Cendoroglo Neto
 Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein
 Processo 2006/61520-8
 Vigência: 1/5/2007 a 31/3/2009

O presente estudo se destina a analisar a associação dos fatores climáticos, como umidade relativa, temperatura mínima, pressão atmosférica, e incidência de eventos morbidos e mortalidade das patologias em infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral, pneumonia e asma, no período de 2001 a 2005, no município de São Paulo. A análise dessas associações e a elaboração de modelo estatístico incorporando o relacionamento de bases de dados climatológicas aliadas a bases institucionais de morbimortalidade, segundo distribuição espacial no município de São Paulo por meio de georeferenciamento, permitirão aos serviços de saúde planejar e otimizar recursos necessários para as variações de demanda.

370 **Procedimento de alta complexidade e ações judiciais relacionadas a medicamentos em Cacon no Estado de São Paulo e União**

Luciane Cruz Lopes
 Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
 Universidade de Sorocaba (Uniso)
 Processo 2006/61512-5
 Vigência: 1/5/2007 a 31/7/2008

Estima-se que possa haver duplicidade de solicitação de medicamentos para o mesmo paciente e para o mesmo procedimento de alta complexidade, por ambas as vias, no âmbito dos Cacon. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo desenvolver uma ferramenta para a gestão de registros de solicitações de medicamentos de alta complexidade no Sistema Único de Saúde, obtidos pela via das autorizações para procedimento de alta complexidade e dos mandados judiciais, de sorte a investigar as possíveis relações entre essas formas de solicitação e, uma vez determinadas, propor mecanismos de racionalização de gastos com garantia de acesso.

371 **Inovação e saúde: capacidade regulatória pública/privada em dois processos tecnológicos**

Ana Luiza D'Ávila Viana
 Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)
 Processo 2006/61443-3
 Vigência: 1/5/2007 a 30/9/2009

Trata-se de analisar os fatores que influenciam a tomada de decisão na incorporação de novas tecnologias

no sistema de saúde brasileiro, por meio de estudos de caso de duas tecnologias selecionadas: as organizações sociais de saúde e o equipamento de tomografia computadorizada de 64 cortes. O filtro para a análise da inserção dessas tecnologias será a capacidade desenvolvida pelos setores públicos e privado para regular as diferentes etapas do processo de incorporação tecnológica em saúde. Será utilizada a estratégia metodológica do estudo de caso, que possibilita esclarecer o motivo pelo qual as decisões foram tomadas, as condições em que foram tomadas, como foram implementadas e quais os resultados obtidos.

372 Homeopatia na FMUSP: uma proposta para implantação e avaliação da assistência homeopática na atenção básica

José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/61435-0
Vigência: 1/8/2007 a 30/9/2007

O projeto tem como objetivo construir um modelo de implantação da assistência homeopática na atenção básica da FMUSP, no CSEB especificamente, que favoreça a inserção plena dessa medicina, de forma tal que as qualidades já reconhecidas como peculiares à homeopatia possam contribuir efetivamente com o conjunto das ações de promoção da saúde já realizadas nessa unidade de pesquisa, ensino e assistência. Pretende-se ouvir os profissionais da saúde das diversas categorias que atuam no CSEB por meio de grupos focais, e a partir dessa escuta, articulada às reflexões sobre as experiências anteriores de inserção da homeopatia no Sistema Único de Saúde, construir um modelo inovador que atenda às dificuldades já apontadas pelos gestores.

373 Estudo avaliativo de arranjos e estratégias inovadoras na organização da atenção básica à saúde

Rosana Teresa Onocko Campos
Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2006/61411-4
Vigência: 1/5/2007 a 28/2/2009

O presente projeto pretende avaliar o impacto de alguns novos arranjos e estratégias na Rede Básica de Saúde, nos aspectos relativos a programas vinculativos de clínica ampliada e do Apoio Paideia, à articulação de redes em saúde mental e atenção básica e à promoção de saúde.

Para tanto, será realizada uma pesquisa avaliativa de caráter predominantemente qualitativo e participativo, utilizando entrevistas e grupos focais para os levantamentos de campo e a hermenêutica à crítica para a interpretação dos dados. A consolidação do Sistema Único de Saúde, enquanto política pública, trouxe a necessidade de investigações acerca de seu processo de implantação, da eficácia de seus métodos de trabalho e do respeito às suas diretrizes. Em vários estudos e fóruns tem se salientado que haveria uma crise de eficácia e a necessidade de melhoria do sistema, sobretudo quanto aos desafios colocados para a Rede de Atenção Básica.

374 Estudo do impacto da implantação da clínica ampliada no Centro de Referência e Treinamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida de São Paulo (CRT-DST)

Gastão Wagner de Sousa Campos
Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 2006/61410-8
Vigência: 1/5/2007 a 31/7/2009

Será realizada avaliação da implantação da clínica ampliada e dos impactos de sua implantação na qualidade da assistência prestada aos usuários do Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids (na percepção dos usuários, dos profissionais de assistência e gestores e em indicadores quantitativos relevantes), na qualidade do ambiente e dos meios de trabalho (na percepção dos profissionais e gestores e em indicadores quantitativos pertinentes). A pesquisa inclui metodologia quantitativa e qualitativa de avaliação e será feito estudo da correlação da adesão dos profissionais ao projeto de implantação da clínica ampliada e os indicadores relativos aos usuários adstritos a cada profissional de referência.

375 Hepatite B – novas medidas preventivas e terapêuticas

Isaías Raw
Instituto Butantan
Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SSSP)
Processo 2006/61332-7
Vigência: 1/7/2007 a 31/3/2009

A hepatite é uma doença grave e um importante problema de saúde pública. A Organização Mundial de Saúde calcula que cerca de 400 milhões de pessoas no mundo estão cronicamente infectadas pelo vírus da he-

patite B. No Brasil, estima-se que existam 3 milhões de portadores crônicos de hepatite B. Esse grupo pode apresentar complicações graves como a cirrose e o câncer de fígado, que acabam gerando a necessidade de um transplante. A prevenção da hepatite B mediante aplicação da vacina ocorre nos grupos de recém-nascidos, pessoas na faixa etária de 1 a 19 anos e a quem pertence a grupos de risco acrescido (como os imunodeprimidos, os profissionais da área de saúde e os profissionais do sexo), em qualquer faixa etária. Diversos trabalhos mostram que a resposta à vacina depois dos 40 anos diminui com a idade, e como a população do Brasil está envelhecendo, o número de pessoas expostas à infecção é importante. Objetivo: avaliar os níveis dos marcadores sorológicos, soroconversão, perfil da imunogenicidade e a tolerabilidade da vacina Butang®; avaliar os efeitos adversos secundários à vacinação nos 30 dias subsequentes, provocados pela vacina Butang® em diferentes formulações de adjuvantes e diferentes vias de administração. Métodos: será utilizada transformação do LPS da Bordetella em MPLA para produção de um antígeno pré-S-S-HbsA. Esta nova vacina será testada nas vias IM e ID com e sem o adjuvante novo e comparada com a vacina tradicional. A amostra consta de dois grupos distintos: pacientes acima de 40 anos com amostra representativa estratificada por faixa etária e pacientes cirróticos na fila para transplante hepático. Ambos os grupos serão virgens para a vacina de hepatite B. Dentro de cada grupo, a diferença mínima na taxa de resposta considerada clinicamente relevante será de 20% para cada tipo de vacina ou via. A análise dos dados se dará por meio de análise de sobrevivência, Anova, e teste de proporções.

376 População idosa e cuidados paliativos

Angélica Massako Yamaguchi
Hospital das Clínicas de São Paulo
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2006/61328-0
Vigência: 1/7/2007 a 31/3/2009

As áreas de assistência à saúde em geriatria e cuidados paliativos têm se aproximado em países do Primeiro Mundo, buscando-se a melhoria da qualidade de vida no final da vida. Pouco se conhece como ocorrem esses cuidados finais nos países em desenvolvimento. Objetivo: estudo descritivo dos cuidados prestados no final da vida a idosos com doenças crônico-degenerativas avançadas. Metodologia: entrevista semiestruturada realizada com cuidadores de idosos falecidos com critérios para cuidados paliativos, na área da cidade de São Paulo, abordando-se assistência médica recebida, controle de sintomas, apoio e dificuldades na tarefa de cuidar, e rede de suporte social.

377 Implantação de novas tecnologias em atenção primária em saúde para grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social em áreas centrais de metrópoles

Cássio Silveira
Faculdade de Ciências Médicas
da Santa Casa de São Paulo
Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho (FAVC)
Processo 2006/61324-4
Vigência: 1/5/2007 a 31/8/2007

Projeto de intervenção junto a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade no contexto da atenção primária em saúde nas áreas centrais de grandes metrópoles. Formulação e implantação de tecnologias em atenção primária em saúde. Objetivos: 1) avaliar a implantação de novas tecnologias em atenção primária em saúde – ações de prevenção, proteção e promoção da saúde da população em situação de vulnerabilidade na área central da cidade de São Paulo; 2) avaliar as estratégias desenvolvidas para as ações intersetoriais com os recursos sociais, na área central da cidade de São Paulo. Metodologia de avaliação ex-ante: verificação da coerência, pertinência e viabilidade do projeto.

378 Arquiteturas de sistemas abertos e distribuídos para o compartilhamento de informação e serviços de saúde

Líria Matsumoto Sato
Escola Politécnica
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/61321-5
Vigência: 1/8/2007 a 30/9/2007

O gerenciamento e disponibilização de informações na área da saúde representam um desafio crescente em diversos aspectos. Verifica-se que o compartilhamento de dados entre unidades de um sistema distribuído – por exemplo, o atendimento na área da saúde pública – poderia dar uma contribuição importante e necessária para a melhoria na qualidade do atendimento ao paciente, bem como na gestão dos serviços de saúde. Pretende-se neste projeto propor uma arquitetura de referência que auxilie na gestão de informação em saúde. Um protótipo baseado principalmente no compartilhamento de informações entre unidades será desenvolvido e disponibilizado em licença aberta/livre.

379 Avaliação da gestão do trabalho como tecnologia em saúde na atenção básica do SUS no Estado de São Paulo

Francisco Antônio de Castro Lacaz
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2006/61315-5
Vigência: 1/5/2007 a 31/7/2008

O projeto de pesquisa ora proposto vincula-se à área temática “Avaliação tecnológica em saúde”, no tema “Gestão do trabalho”. Considerando a articulação entre avaliação tecnológica em saúde e gestão do trabalho em saúde, busca avaliar instrumentos utilizados na gestão do trabalho como tecnologia em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado de São Paulo, apreendendo alguns de seus componentes tais como as formas de contratação: tipo de vínculo; jornada; monitoramento e acompanhamento do trabalho; negociação e avaliação de pessoal na atenção básica. A investigação será realizada no Estado de São Paulo, dentro do qual serão escolhidos municípios para comparação da aplicação de tais componentes, mediante tipologia elaborada segundo critérios relativos a aspectos demográficos; econômicos; nível de gestão do SUS; densidade de equipamentos de saúde, dentre outros. Trata-se de estudo de caráter eminentemente qualitativo que envolvera análise documental, como leis e projetos de leis relativos a planos de cargos e salários, formas de monitoramento/acompanhamento e avaliação de desempenho de pessoal, além de entrevistas individuais com gestores municipais, lideranças de trabalhadores da saúde e lideranças populares e realização de grupos focais preparatórios com a equipe de pesquisa, prévios ao trabalho de campo, bem como ao final do estudo, visando à divulgação de seus resultados aos interessados e atores nele envolvidos.

380

Avaliação do teste de genotipagem do HIV e terapias de resgate no Estado de São Paulo

Rosângela Rodrigues
Instituto Adolfo Lutz
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2006/61311-0
Vigência: 1/5/2007 a 31/7/2009

A crescente complexidade das terapias antirretrovirais para HIV representa um grande avanço no controle da doença e um desafio à sustentabilidade dos Programas de DST/Aids. A emergência de resistência genética aos antirretrovirais tem sido um dos fatores responsáveis por falha terapêutica. Recomendações para a terapia inicial e de resgate para situações de falha terapêutica têm sido realizadas com o auxílio de teste de genotipagem do HIV, orientadas por médicos de referência em genotipagem (MRG). Alguns estudos apontam para um benefício do teste em certas situações, mas seu real impacto na

prática médica ainda não está estabelecido. Estudos que permitam avaliar o impacto do teste, fatores associados à falha terapêutica e propostas de algoritmos de resgate são limitados ou inexistentes. A utilização desse teste, considerado de alta complexidade operativa e interpretativa, na rede pública de saúde é muito recente. A Rede Nacional de Genotipagem do HIV, implantada há cinco anos no país, conta com uma extensa rede de serviços no Estado de São Paulo. No entanto, estudos ou estratégias que permitam uma análise do custo-efetividade do teste na população é inexistente. Por meio de um estudo de coorte, prospectivo e observacional, serão avaliados indivíduos com acesso ao teste de genotipagem para monitorar as principais variáveis e desfechos associados ao impacto do teste na conduta clínica e os algoritmos de resgate utilizados com objetivo de subsidiar a decisão terapêutica. Uma amostragem de casos em início de terapia com risco acrescido também será analisada, com o objetivo de avaliar a prevalência, resistência primária nessa população. Em um subgrupo dos indivíduos que apresentem falha virológica após supressão viral, serão avaliados os fatores adicionais relacionados à falha terapêutica, como níveis séricos de medicamentos, evolução do padrão de resistência, recombinação genética e superinfecção. O objetivo geral do projeto é estabelecer uma iniciativa de pesquisa de forma estruturada e colaborativa nas unidades do Sistema Único de Saúde que compõem a Rede Nacional de Genotipagem do HIV que permita um melhor entendimento da aplicabilidade dessa inovação em saúde, subsidiando o monitoramento da resistência genética e delineamento das terapias de resgate no Sistema Público de Saúde.

381

Avaliação da qualidade da informação sobre mortalidade perinatal no município de São Paulo

Marcia Furquim de Almeida
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/61304-3
Vigência: 1/5/2007 a 31/5/2009

A mortalidade perinatal é importante indicador para avaliação da atenção materno-infantil. Os sistemas de informação SIM e Sinasc são as principais fontes de dados. Estudos recentes mostram que o Sinasc apresenta boa completude, mas o SIM apresenta completude precária para grande parte das variáveis, impossibilitando a obtenção de indicadores específicos para o monitoramento da mortalidade perinatal. Será avaliada a completude de dados para nascidos vivos, óbitos fetais e neonatais e será verificado se há associação com o tipo de hospital. A validade será estudada comparando-se com as informa-

ções registradas em prontuários hospitalares em amostra representativa de eventos e estratificada segundo o tipo de hospital.

382 Implantação de centro multidisciplinar de dispensação de medicação de alto custo

Eloisa Silva Dutra de Oliveira Bonfa
Hospital das Clínicas de São Paulo
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)
Processo 2006/61303-7
Vigência: 1/5/2007 a 31/3/2009

Este projeto tem por objetivo implantar um centro multidisciplinar de dispensação de medicação de alto custo à população com doenças crônicas autoimunes. Será executado pelo Hospital das Clínicas da FMUSP em parceria com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo. Secundariamente, será implementado um banco de dados, de soros e DNA, que servirão para análise da evolução e desfechos clínicos, além dos custos empregados no atendimento. Posteriormente, serão propostos algoritmos preliminares de indicação de agentes biológicos baseados neste estudo observacional piloto. Finalmente, os resultados deste estudo poderão servir de modelo para implantação em outros centros do Estado de São Paulo.

383 Ambiente para extração de informação epidemiológica a partir da mineração de dez anos de dados do sistema público de saúde

Marco Antônio Gutierrez
Instituto do Coração
Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SSSP)
Processo 2006/61279-9
Vigência: 1/9/2007 a 31/8/2009

A ciência da computação apresenta um conjunto de técnicas e ferramentas destinadas à produção de informação gerencial e à descoberta de conhecimentos em grandes bases de dados (mineração de dados). Essas técnicas, aplicadas aos dados dos sistemas de informação do Datasus, podem representar um avanço substancial na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e ainda contribuir, decisivamente, nos estudos epidemiológicos e de vigilância sanitária através da identificação e correlação de padrões existentes nos dados. O estágio atual dos sistemas de informação do SUS ainda não faz uso de técnicas e ferramentas mais avançadas para a produção de informação gerencial, como as ferramentas On-Line Analytical Processing (Olap), muito menos da utilização das técnicas de mineração de dados. A situação é extremamente agravada pelo fato de os dados da saúde públi-

ca, produzidos por vários sistemas isolados, não estarem integrados. Conseqüentemente, a produção de uma informação gerencial torna-se uma tarefa extremamente árdua. A integração das bases de dados dos sistemas de informações do SUS é pré-requisito indispensável para a manipulação inteligente do enorme volume disponível de dados e para a produção de informação relevante que contribua com as ferramentas da saúde pública. O objetivo principal desta proposta é avaliar as técnicas de mineração de dados no contexto da saúde pública brasileira, a partir da análise dos últimos dez anos das bases de dados existentes no Datasus. A motivação para o projeto reside na possibilidade de superar as dificuldades atuais e fornecer aos gestores dos programas de saúde pública e aos estudiosos da área um grande volume de informação, rica em conteúdo, para serem prontamente utilizadas em prol da sociedade.

384 Avaliação de tecnologias para melhoria da adesão do paciente à terapia antirretroviral para HIV/Aids

Maria Inês Baptistella Nemes
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2006/61277-6
Vigência: 1/5/2007 a 28/2/2009

A adesão do paciente à terapia antirretroviral para a Aids (Tarv) é crucial para a efetividade e o impacto do tratamento. Várias tecnologias para melhoria da adesão à Tarv vêm sendo aplicadas no Sistema Único de Saúde, não se dispondo, porém, de avaliação de sua efetividade ou de seus custos. Objetiva-se caracterizar as tecnologias em curso no Estado de São Paulo, e avaliar a efetividade e os custos de duas tecnologias potencialmente efetivas e viáveis no contexto do SUS. A primeira fase caracterizará as tecnologias existentes e subsidiará a eleição das que serão objeto de avaliação de efetividade e custos na segunda fase. O projeto é uma parceria entre a FMUSP (Departamento de Medicina Preventiva) e a Secretaria de Saúde de São Paulo (Programa Estadual de DST e Aids).

385 Avaliação externa de desempenho dos testes sorológicos para imunodiagnóstico de infecção por HIV, vírus das hepatites B e C, HTLVI/II, sífilis e doença de Chagas realizados pelos laboratórios componentes da rede estadual de laboratórios – SUS – do Estado de São Paulo

Márcia Mitiko Otani
Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SSSP)

Processo 2006/61165-3
Vigência: 1/5/2007 a 30/6/2007

Os painéis de amostras clínicas ou biológicas de avaliação externa de desempenho são ferramentas utilizadas para monitorar a qualidade e desempenho dos testes diagnósticos laboratoriais. A Organização Mundial da Saúde recomenda que os laboratórios, de todas as categorias de complexidade, participem de programas de avaliação externa de desempenho. O objetivo do presente projeto é avaliar a qualidade dos resultados de testes sorológicos para anti-HIV-1/2, AgHBs, anti-HCV, anti-HTLV-1/II, sífilis e doença de Chagas realizados nos laboratórios componentes da rede estadual de laboratórios do Estado de São Paulo – laboratórios credenciados pelo Sistema Único de Saúde. Os painéis de amostras de soros, constituídos de 12 amostras de todos os painéis, serão encaminhados aos laboratórios participantes em duas etapas, a cada seis meses, durante o ano de 2007. A parceria interinstitucional entre a FPS-HSP, a CCD e o IAL será fundamental na divulgação dos propósitos do programa, na sensibilização dos diretores e responsáveis pelos laboratórios quanto à adesão e ao cumprimento das diretrizes e protocolos estabelecidos, bem como na análise dos benefícios efetivos que o programa oferece no processo de melhoria contínua da gestão de qualidade do laboratório/instituição (hospital), e, conseqüentemente, para a saúde pública.

386

Avaliação da qualidade da gestão da atenção básica nos municípios de quatro regionais da saúde do Estado de São Paulo

Elen Rose Lodeiro Castanheira
Faculdade de Medicina de Botucatu
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2005/58652-7
Vigência: 1/1/2006 a 30/11/2007

O objetivo da presente pesquisa é avaliar a qualidade da gestão da atenção básica nos serviços de saúde dos municípios de quatro direções regionais de saúde do Estado de São Paulo – Bauru, Botucatu, Registro e Sorocaba –, totalizando 129 municípios, com uma população estimada de 3.836.165 habitantes (IBGE, 2002). O universo de serviços envolvidos, nas quatro regionais, será de aproximadamente 403 unidades básicas de saúde (ou unidades mistas) e 217 equipes de saúde da família. O núcleo central de análise encontra-se na articulação entre a ação política e as práticas operadas nos serviços, enquanto locais onde concretamente se definem os parâmetros da qualidade da atenção à saúde realizada pela rede básica. Valorizam-se como determinantes da qualidade as características e mecanismos da gestão municí-

pal de saúde, a gerência das unidades – tanto a “tradicional” Unidade Básica de Saúde (UBS) como a Unidade de Saúde da Família (USF) – e a organização tecnológica da assistência nas UBS/USF. O estudo será realizado em duas fases. A primeira compreenderá uma avaliação em profundidade da gestão e da qualidade da assistência prestada pela rede básica no município de Bauru, ficando para a segunda fase a avaliação dos demais municípios. A fase 1 será conduzida mediante a triangulação de métodos qualitativos (revisão de documentos, grupos focais e de discussão, observação e entrevistas). Os instrumentos serão dirigidos para os três principais atores envolvidos – gestores, profissionais e usuários. Os resultados desta fase servirão como guia para montagem dos instrumentos estruturados e semiestruturados que serão utilizados na avaliação do universo dos municípios pesquisados. Espera-se, como resultado da segunda fase, estratificar os municípios segundo critérios de qualidade da gestão e da assistência que permitam a definição de políticas e auxiliem no gerenciamento e suporte técnico realizado por gestores regionais e municipais em relação à atenção básica. O aporte metodológico adotado para ambas as fases envolverá necessariamente vários momentos de diálogo entre os atores locais e os pesquisadores.

387

Projeto de estudo para estruturação de sistema de referência regional para atenção hospitalar de média e alta complexidades no HCFMRP-USP

Marcos Felipe Silva de Sá
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2005/58649-6
Vigência: 1/1/2006 a 31/5/2007

Diante da necessidade de racionalizar recursos, a regionalização se apresenta como meio para implementar uma descentralização que considere a atuação em nível ampliado, além do município, e propicie melhor acesso aos diferentes níveis de complexidade da assistência com melhor aproveitamento de recursos e economia de escala. Organizar um sistema de saúde em nível regional significa a consideração de diferentes variáveis, como o fluxo espontâneo de usuários influenciados pelo papel socioeconômico exercido pelos diferentes municípios, o conflito de interesses devido ao direcionamento de recursos, a identificação das necessidades regionais e sua contraposição às propostas dos prestadores e a dificuldade para mensurar a demanda por serviços. Este projeto propõe estudo da sistemática de agendamento descentralizado implantada no HCFMRP-USP, com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura existente, permitindo identificar e compreender a demanda existente por serviços especializados no ambulatório do HCFMRP-USP. A origem dos

dados será o banco de dados do setor de agendamento do HCFMRP-USP e guias de referência existentes na central de vagas e que posteriormente são encaminhados ao ambulatório do HCFMRP-USP.

388 Perspectivas e estratégias do programa de educação permanente em saúde na loco-região de Franca, SP

Iris Fenner Bertani
Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2005/58603-6
Vigência: 1/1/2006 a 31/3/2006

A descentralização das decisões de saúde visa dinamizar a participação dos municípios, evitando o isolamento das instâncias de decisão, e a implementação das estratégias previstas a partir de necessidades identificadas nas loco-regiões. Embora considerando as dificuldades de implementação de um novo processo educacional e de mudança comportamental, é nossa proposta identificar os compromissos assumidos e a capacidade de mobilização dos gestores municipais quanto à educação permanente em saúde na loco-região de Franca, SP. Ao analisar as estratégias políticas pactuadas, nos propomos a descrever os mecanismos adotados para encaminhamento das questões e apresentar propostas de implementação do Sistema Único de Saúde e de suas políticas. Utilizaremos a cooperação técnica e científica de organizações da sociedade, com objetivo de produzir conhecimento e propiciar o mais amplo acesso a informações e análises sobre a área de recursos humanos da saúde no país.

389 O gestor estadual e os gestores municipais na construção do sistema loco-regional de saúde: desafios da gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde (SUS)

Luiz Carlos de Oliveira Cecílio
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2005/58545-6
Vigência: 1/1/2006 a 30/6/2007

Na atual etapa de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), um desafio é compatibilizar o movimento de municipalização com a constituição de redes regionais de serviços de saúde para garantir a constituição de linhas de cuidado integral. Os objetivos do estudo são: a) identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais na constituição de sistemas locais de saúde, de acordo com os preceitos legais do SUS de universalização do acesso e garantia de integralidade e equidade no

cuidado; b) identificar as principais dificuldades da gestão regional na articulação de redes intermunicipais de cuidado. Para tanto, serão estudados oito municípios, estratificados por porte e condição de gestão, numa região do Estado de São Paulo.

390 Compatibilizando universalidade e integralidade no Sistema Único de Saúde – São Paulo

Sônia Ioyama Venâncio
Instituto de Saúde
Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SSSP)
Processo 2005/58542-7
Vigência: 1/1/2006 a 31/7/2007

Após ter realizado importantes avanços na descentralização dos serviços de saúde, rumo à municipalização das ações, cumpre aos implementadores do Sistema Único de Saúde efetivar o princípio organizacional da integralidade, por meio da adoção de mecanismos eficazes de regionalização e da hierarquização da atenção à saúde. Objetiva-se avaliar as práticas gestoras no Estado de São Paulo de referenciamento regional, identificando as principais dificuldades encontradas nos processos recentes de pactuação e regionalização das ações de saúde. Serão realizados estudos de caso em cinco regiões de saúde do estado, utilizando-se fontes de dados primários e secundários, submetidos a processo de triangulação.

391 Sistema HiperDia como indicador de progresso de modelo de gestão aplicado a unidades básicas de saúde

Luiz Roberto Ramos
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2005/58533-8
Vigência: 1/1/2006 a 31/7/2007

O sistema HiperDia é especialmente projetado para o cadastro de pacientes hipertensos e/ou diabéticos nas unidades básicas de saúde (UBSs). O percentual de pacientes cadastrados no sistema em relação à população estimada para o município de São Paulo é baixo (3,8%). O objetivo deste projeto é incentivar as UBSs a implantar, cadastrar e obter dados pelo Sistema HiperDia, por meio de aplicação de práticas de gestão semelhantes às estabelecidas pelo programa do Prêmio Nacional de Gestão em Saúde. Ao final de um ano de incentivo ao Sistema HiperDia com práticas de gestão, será feita a análise comparativa de um subgrupo de pacientes usuários do sistema e de um subgrupo de trabalhadores da saúde com relação ao nível de satisfação.

392 **Avaliação das necessidades e ações em saúde nos sistemas locais**

Reinaldo Jose Gianini

Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Processo 2005/58521-0
Vigência: 1/1/2006 a 31/3/2006

A Constituição Federal defende os princípios de universalidade, acesso igualitário e integralidade na atenção à saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) é o instrumento pelo qual se realiza a ação do Estado na saúde. Neste, o papel do gestor municipal vai se definindo e adquirindo importância cada vez maior, assim como a participação comunitária, que se desenvolveu com a criação de conselhos de saúde de modo a efetivar o controle social. O sistema local de saúde será bem sucedido se for capaz de identificar adequadamente as necessidades em saúde de sua população e se for competente na implementação de ações de saúde que as satisfaçam. Ocorre que as necessidades em saúde são muito amplas e diversificadas, e são subjetivas. Objetivos: a proposta do presente projeto de pesquisa é realizar uma investigação da efetividade dos sistemas locais de saúde. Pretende-se levar em consideração a subjetividade dos diferentes compartimentos e atores presentes nesses territórios, representados fundamentalmente pelos usuários, trabalhadores de saúde, e prestadores. Métodos: inquérito de saúde em oito municípios da região de Sorocaba, que incluirá amostras de usuários, trabalhadores de saúde, gestores e prestadores de serviços de saúde e universidades. Os dados serão coletados com a aplicação de questionários semiestruturados por entrevistadores. A análise incluirá técnicas estatísticas para as variáveis quantitativas e categóricas (análise de variância, qui-quadrado) e técnicas qualitativas para as perguntas abertas. Antes de sua execução será submetido à aprovação do comitê de ética em pesquisa.

393 **Avaliação do teor de sensibilização por treinamento de profissionais da saúde para gestão participativa e humanizante de equipes e comunidades: Assist-SUS, atenção humana para a qualidade da vida**

Renato Salviato Fajardo

Faculdade de Odontologia de Araçatuba
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2005/58514-3
Vigência: 1/1/2006 a 31/3/2006

O projeto de pesquisa visa desenvolver metodologia para sensibilizar profissionais pertencentes ao SUS em aspectos afeitos à humanização da atenção e descentra-

lização de gestão. Para tanto, serão desenvolvidas estratégias nas quais um treinamento (Assist-SUS), feito em três blocos de três horas cada, será aplicado para evolução de cada tema: a) humanizações da atenção – por meio de conteúdo programático reflexivo e dinâmico, propõe revisões cognitivas e comportamentais da prática e sua sistemática; b) descentralização de gestão – por meio de metodologia participativa, que produzirá um instrumento de diagnóstico institucional, o qual elencará prioridades regionais, municipais e locais em busca de moções para inserção ativa dos servidores e da própria comunidade para promoção de saúde e qualidade de vida. Tal modelo, enaltecendo o engajamento, participação e corresponsabilidade dos indivíduos no sistema, acompanha a criação de comitês para monitoramento e intercomunicação dos atores nos diversos níveis de decisão e abrangência do SUS. Pretende-se assim, a reciclagem de cerca de 1000 colaboradores, organizados em grupos de no máximo 40 componentes, advindos dos diversos municípios pertencentes à Diretoria Regional de Saúde - DIR VI. Espera-se, com o trabalho, alinhar modelo de participação ativa dos diversos segmentos envolvidos nas atividades da saúde, inserindo-se a universidade na equação do processo.

394 **Saúde, desenvolvimento, inovação tecnológica e cooperação regional**

Ana Luiza D'Ávila Viana

Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53252-1
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

No intuito de contribuir para uma concepção renovada sobre saúde e desenvolvimento, o objetivo principal desta pesquisa é a formulação de uma análise teórica e empírica das políticas de ciência, tecnologia e inovação em saúde no Brasil e no Estado de São Paulo. Essa análise enfocará três aspectos centrais, que constituirão três tipos de estudos: I) estabelecer nexos teóricos entre as políticas de saúde e os padrões de desenvolvimento no Brasil, desde o período desenvolvimentista até os dias atuais; II) estabelecer experiências emblemáticas relacionadas com a inovação/incorporação de tecnologias de diferentes campos e trajetórias no Estado de São Paulo, com a finalidade de estabelecer novas possibilidades de articulação entre pesquisa e produção e os fatores que condicionam o desempenho de instituições voltadas para a produção e pesquisa de tecnologias essenciais, componentes do complexo econômico-industrial da saúde; e III) o estabelecimento de uma agenda de cooperação regional, no âmbito do Mercosul, na área de insumos estratégicos para a saúde.

395

Envelhecimento ativo e cidade amiga do idoso: estudo para a implantação do Bairro Amigo do Idoso da Vila Clementino do município de São Paulo, SP

Tereza Etsuko da Costa Rosa
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2009/53103-6
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Para alcançar os propósitos da Política Nacional de Saúde do Idoso, foram definidas como diretrizes essenciais à promoção do envelhecimento saudável: a manutenção da capacidade funcional; a assistência às necessidades de saúde do idoso; a reabilitação da capacidade funcional comprometida; a capacitação de recursos humanos especializados; o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais; e o apoio a estudos e pesquisas. Além disso, as políticas voltadas para a saúde da pessoa idosa determinam que a atenção a essa população deva ter como preocupação básica a sua permanência na comunidade, no seu domicílio, o máximo de tempo, de forma autônoma, na medida do possível. Assim, a família, a assistência primária e a assistência social são os pilares desse cuidado. Considerando-se que a Norma Operacional Básica de 1996, do Sistema Único de Saúde (NOB/96 - SUS) também contemplava o entendimento de que a atuação do setor saúde deve ser em três campos, o da assistência, o das intervenções ambientais e o das políticas externas ao setor saúde, este projeto visa consolidar uma estratégia de integração de esforços públicos, de organizações civis e das comunidades para contribuir para uma atenção à pessoa idosa que vá além dos limites dos cuidados estritos de saúde, utilizando a abordagem do envelhecimento ativo e curso de vida para a otimização das oportunidades para a saúde, participação e a segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Para tanto, o projeto se propõe a realizar um estudo-piloto para a implantação do Bairro Amigo do Idoso da Vila Clementino, com vistas a transferir esse conhecimento para outros bairros e cidades do Estado de São Paulo e mesmo de outros estados.

396

Análise e monitoramento das demandas judiciais para o tratamento da artrite reumatóide e psoríase - PSAR

Luciane Cruz Lopes
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Universidade de Sorocaba (Uniso)
Processo 2009/53084-1
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

Os medicamentos biológicos vêm representando, nos últimos anos, exemplo de componente de alta especificidade de ação terapêutica e elemento de incremento de custo para os procedimentos de atenção à saúde do Estado de São Paulo. Este projeto tem como objetivos avaliar a utilização dos medicamentos biológicos, indicados para o tratamento de artrite reumatoide e psoríase, obtidos por via judicial, no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2008, quanto à pertinência da indicação e dos fatores necessários à adequada condução da terapêutica. Serão analisados os processos judiciais impetrados contra o governo do Estado de São Paulo para recebimento desses medicamentos, utilizando como base para pesquisa o sistema de informações das ações judiciais da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, considerando-se as entradas nas Varas da Fazenda Pública da capital, e o banco de dados da Secretaria da Saúde. As fontes de dados constituídas pelos sítios eletrônicos do Sistema Único de Saúde, e bases de dados Lilacs, PubMed, MedLine, Centro Cochrane serão consultadas. Complementarmente, entrevistas com parcela de pacientes que demandaram medicamentos serão realizadas para auferir relato sobre a evolução de sua doença e efeitos adversos relacionados aos medicamentos demandados. Após processamento e análise dos dados, pretende-se extrair indicadores que permitam diagnóstico das ações judiciais atendidas frente às indicações consolidadas na literatura e ao reconhecimento e adesão a protocolos de utilização para esses medicamentos.

397

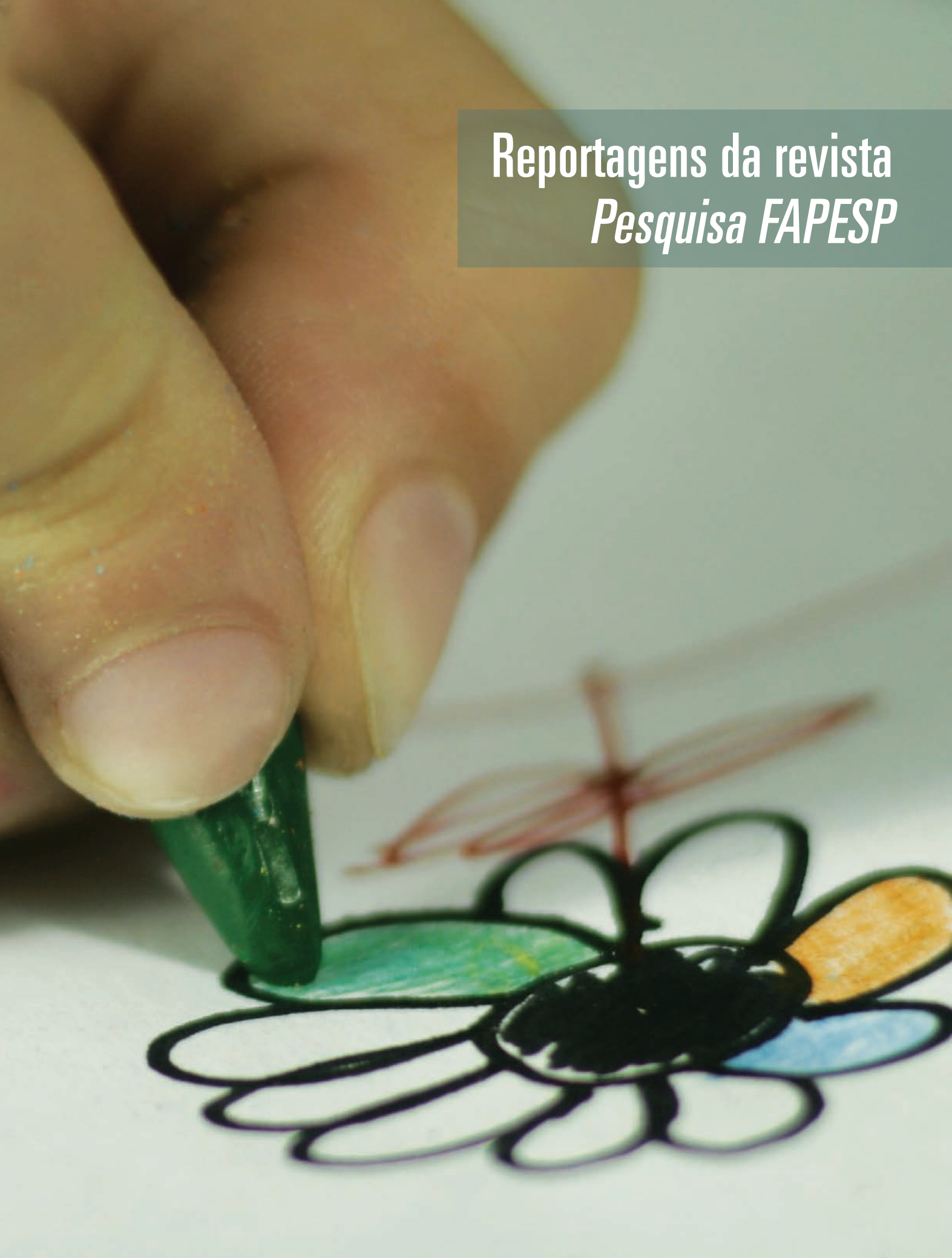
Comportamentos e práticas sexuais, acesso à prevenção, prevalência de HIV e outras infecções de transmissão sexual entre gays, travestis e homens que fazem sexo com homens (HSH) na região central de São Paulo

Maria Amélia de Souza Mascenaveras
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho (FAVC)
Processo 2009/53082-9
Vigência: 1/7/2010 a 30/6/2012

No Brasil, a prevalência de HIV entre HSH é superior à da população geral. Esta pesquisa é proposta em resposta ao Plano Estadual de Enfrentamento da Epidemia de Aids e OST entre gays, HSH e travestis de São Paulo, no âmbito do pacto pela saúde. Os objetivos são conhecer a prevalência da infecção pelo HIV, comportamentos e práticas sexuais e o acesso à prevenção entre HSH que frequentam espaços de sociabilidade na região central do município de São Paulo. Trata-se de um inquérito que vai utilizar a metodologia de amostragem por tempo-local

(*Time-Location Sampling*, TLS), que visa descrever uma amostra representativa dos frequentadores dos espaços selecionados. Locais serão mapeados por meio da observação etnográfica. Este estudo pretende fornecer subsídios para qualificar as ações de prevenção, vigilância e controle do HIV entre HSH no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Reportagens da revista
Pesquisa FAPESP



SAÚDE PÚBLICA

Espectro mais amplo

Programa se diversifica para aproximar pesquisadores dos problemas do SUS

FABRÍCIO MARQUES

O Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde em São Paulo (PPSUS-SP) lança uma nova chamada de projetos no dia 9 de março com uma novidade em relação aos editais anteriores, de 2005 e 2007. Dessa vez os projetos de pesquisa não ficarão restritos a tópicos relacionados à operação ou ao aperfeiçoamento do sistema, como a gestão ou avaliação de tecnologias da saúde. “O espectro do programa será bem mais amplo. Vai ser possível analisar projetos envolvendo doenças de grande incidência na população, como câncer, diabetes, doenças cardíacas e infecciosas, que têm impacto peculiar no SUS”, diz Mário Saad, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e representante da FAPESP no comitê gestor do programa. A ampliação do foco deveu-se à quantidade restrita de projetos apresentados em versões anteriores. “Principalmente no edital de 2007, a resposta da comunidade científica ficou aquém do que esperávamos. Precisamos atrair mais pesquisadores e sensibilizar a comunidade científica paulista para interagir com os gestores da saúde e investigar as questões de saúde da população”, diz Luiza Heimann, diretora do Instituto de Saúde de São Paulo, órgão da Secretaria de Estado da Saúde, que participa do programa, ao lado da FAPESP, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Saúde.

O edital oferece R\$ 6 milhões para projetos de pesquisa em seis grandes temas: doenças transmissíveis, doenças não transmissíveis, mortalidade materno-infantil e neonatal, causas externas, saúde e meio ambiente e gestão e gerenciamento do SUS. Os temas foram definidos com base em prioridades da saúde pública definidas no Plano Estadual de Saúde e também pelo Pacto pela Vida, um conjunto de compromissos sanitários assumido pelos governos federal, estaduais e municipais. No caso das doenças, o critério é a incidência elevada. No caso do câncer, para citar um exemplo, a prioridade de pesquisa é para estudos sobre tumores gastrointestinais, de mama, de próstata, de pulmão e colo do útero. As inscrições para o PPSUS paulista, que faz parte do Programa de Políticas Públicas da FAPESP, ficarão abertas por 60 dias e devem ser encerradas no início de maio. O PPSUS tem caráter nacional e envolve uma articulação entre o Ministério da Saúde, as secretarias estaduais de saúde e as fundações estaduais de amparo à pesquisa, responsáveis pelo lançamento dos editais.

Apesar do foco mais restrito, os dois primeiros editais do PPSUS contemplaram um conjunto consistente de projetos. O Instituto Butantan, por exemplo, obteve apoio para duas iniciativas. Uma delas, iniciada em 2006, foi o desenvolvimento de um surfactante pulmonar de origem suína e a criação de uma planta para a produção do medicamento, essencial para salvar a vida de

recém-nascidos que padecem de SRD, a chamada síndrome do desconforto respiratório (*ver Pesquisa FAPESP nº 147*). O segundo projeto, iniciado em 2008, envolve ensaios clínicos no país com uma vacina contra as quatro cepas do vírus da dengue (*ver Pesquisa FAPESP nº 147*). Em ambos os projetos o Butantan também obteve apoio do Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (Pipe), da FAPESP.

Em outro projeto apoiado pelo programa, a pesquisadora Hiro Goto, do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, vinculado à USP, lidera uma equipe que busca desenvolver um teste sorológico mais ágil para detectar a infecção por *Leishmania* em cães, alvo principal do controle de transmissão do agente da leishmaniose visceral. “Atualmente o teste realizado utiliza parasito cultivado e o resultado depende da leitura no microscópio de fluorescência, que implica subjetividade na avaliação, além do tempo despendido”, diz a professora. Os estudos buscam como alternativa um teste tipo Elisa de leitura automatizada.

Um projeto levado a cabo pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP) conseguiu propor alternativas para um tradicional gargalo da operação do SUS. Um estudo patrocinado pelo PPSUS comparou os dados sobre o atendimento em dois momentos: em 2001, quando o próprio hospital fazia a triagem de seus pacientes (e se ressentia de atender casos simples que,



pela filosofia do SUS, deveriam caber a postos de saúde e hospitais descentralizados), e em 2005, depois que a triagem foi extinta, quando o hospital estabeleceu uma cota de atendimentos para cada cidade da região e delegou às Direções Regionais de Saúde (DRS) a tarefa de selecionar os casos mais complexos para encaminhá-los ao HC. Um dos problemas de organização do SUS ficou evidente no resultado da pesquisa: apesar de delegar a triagem às DRS, não houve redução do número de pacientes que, por não sofrerem de enfermidades graves, deveriam ter sido tratados em postos de saúde ou hospitais municipais, não no HC. E ainda foi constatada ociosidade no atendimento, por dois motivos: as DRS não encaminhavam casos em número suficiente para preencher a agenda e muitos pacientes agendados faltavam à consulta.

Formulário - A solução apontada não foi voltar à situação anterior, mas aperfeiçoar o sistema, informatizando-o. O encaminhamento inadequado de pacientes vem se reduzindo paulatinamente graças a uma medida simples: médicos e funcionários das DRS precisam preencher todos os campos de um formulário *on-line* para encaminhar um paciente ao HC – sem isso, o pedido não é processado. Isso também propiciou maior velocidade no atendimento. “É comum que o paciente chegue ao hospital, precise fazer uma série de exames essenciais, e demore para ter seu caso resolvido”, diz Marcos Felipe Silva

de Sá, diretor da Faculdade de Medicina e coordenador do projeto. “Agora as DRS são instadas a mandar os pacientes já com os exames feitos e em mãos para agilizar o atendimento”, afirma.

Outro estudo de impacto foi coordenado por Luciane Cruz Lopes, professora da Universidade de Sorocaba (Uniso). Seu grupo fez uma análise das sentenças judiciais que obrigam o SUS a fornecer sete tipos de medicamentos de alto custo contra o câncer. Constatou distorções, como a falta de evidências científicas para o uso indicado pelos médicos. “Houve sentenças que obrigaram o SUS a fornecer um determinado medicamento para tratar o câncer de pâncreas, sem que o remédio fosse indicado para esse tipo de neoplasia”, diz Luciane. “O juiz parte do princípio de que o SUS tem a obrigação de fornecer o remédio e não questiona o pedido do médico”, afirma. De acordo com o estudo, o prejuízo ao SUS no fornecimento de remédios sem que houvesse base científica para receitá-los chegou a R\$ 6,8 milhões. Mais de 50% das ações judiciais eram provenientes do setor privado e estão concentradas nas mãos de poucos médicos e advogados. “Essa constatação é suficiente para justificar uma auditoria, de modo a investigar as relações entre os prescritores e os advogados com a indústria farmacêutica”, diz. ■



Resposta rápida

Aparelho portátil mede hemoglobina e permite diagnóstico da anemia em tempo real

Um método simples e prático para avaliação de anemia, composto de um aparelho portátil que mede a concentração de hemoglobina no sangue e instantaneamente dá o resultado, está em fase final de validação.

A hemoglobina, proteína existente nas hemácias e no plasma, responsável pelo transporte de oxigênio, é o principal parâmetro utilizado para indicação da falta de ferro no organismo, chamada de anemia ferropriva. O aparelho foi desenvolvido para atender aos programas de saúde pública, mas também poderá ser usado em clínicas. Uma picada no dedo é suficiente para retirar o sangue com uma pipeta, que em seguida é transferido para uma ampola com reagente. Depois de o conteúdo líquido estar homogêneo, a ampola é encaixada em um espaço apropriado no equipamento. A leitura é feita por um fotômetro, composto por um diodo emissor de luz, ou LED (da sigla em inglês *light emitting diode*), na cor verde – comprimento de onda que a molécula de hemoglobina absorve – e de um detector de luz do outro lado.

“O feixe de luz mede a fração de energia luminosa absorvida pela amostra”, explica Paulo Alberto Paes Gomes, físico de formação e coordenador do projeto apoiado pela FAPESP por meio do Programa Pesquisa Inovativa na Pequena e Micro Empresa (Pipe). Pela quantidade de luz que é absorvida é possível dosar a quantidade de hemoglobina na amostra. Basta apertar um botão que o resultado aparece em um

mostrador. A leitura dos padrões de hemoglobina, que correspondem a valores normais ou baixos, é feita por um *chip* previamente programado. “A estimativa é que cerca de 17% das crianças brasileiras de 4 a 6 anos tenham anemia ferropriva, o que configura um grave problema de saúde pública, porque é a idade em que o sistema nervoso está se desenvolvendo e, com isso, o aprendizado fica prejudicado”, diz o professor Jair Ribeiro Chagas, do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que participa da pesquisa.

Um equipamento sueco portátil é atualmente a principal referência para medição de hemoglobina. Só que, em vez da ampola, uma pequena lâmina transporta a gota de sangue para dentro do aparelho que faz a leitura. O novo método de leitura e medição da proteína possibilitou um pedido de patente, depositado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com apoio da FAPESP. O preço do aparelho e o custo dos exames são citados pelos pesquisadores como pontos a favor do aparelho nacional. “O equipamento importado custa cerca de R\$ 4 mil, enquanto o que desenvolvemos deverá ficar no máximo em R\$ 2 mil, com impostos inclusos”, diz Chagas. “O exame com a ampola e o reagente fica em cerca de R\$ 1,50, mesmo em pequena escala, enquanto outros métodos custam entre R\$ 5,00 e R\$ 7,00”, ressalta Gomes.

A primeira idéia dos pesquisadores era trabalhar no desenvolvimento de

um equipamento para medir a enzima conversora de angiotensina, uma proteína importante no tratamento da hipertensão. “Queríamos um equipamento que facilitasse a medida dessa enzima no laboratório”, conta Chagas, que trabalha com enzimas proteolíticas. Nessa mesma época, em 2004, o pesquisador exercia o cargo de pró-reitor de pesquisa e graduação da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), após se licenciar na Unifesp. Foi na universidade que conheceu Gomes, que, após cursar física e concluir o doutorado em engenharia biomédica na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), formou um grupo de pesquisa em engenharia biomédica na área de eletrofisiologia do coração com apoio do Programa Jovens Pesquisadores da FAPESP. Quando efetivamente decidiram dar início ao desenvolvimento, Gomes, que já estava afastado da universidade, ficou responsável pelo projeto na empresa Sépia, abrigada na Intec, incubadora de base tecnológica de Mogi. O terceiro sócio na empresa, Maurício Marques de Oliveira, formado em veterinária pela Universidade de São Paulo e com mestrado em engenharia biomédica pela UMC, juntou-se ao grupo no início de 2006.

Avaliação tecnológica - A ideia inicial foi ampliada para medição de outros parâmetros, como hemoglobina, sódio, potássio, glicose e colesterol, todos em um único equipamento. No final de 2006, durante o desenvolvimento do projeto, surgiu uma chamada de propostas para incorporação de novas tecnologias ao Sistema Único de Saúde (SUS), uma parceria entre o Ministério da Saúde, a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e a FAPESP. Como as pesquisas estavam adiantadas e um primeiro protótipo para medição de hemoglobina já estava pronto, os pesquisadores apresentaram o equipamento para Mário Maia Bracco, médico responsável pelo Centro Assistencial Cruz de Malta, organização não-governamental que atua na região do Jabaquara, zona Sul de São Paulo, para que avaliasse a tecnologia empregada e a possibilidade de aplicação no SUS. A Cruz de Malta, conveniada com a Unifesp nas áreas de enfermagem, oftalmologia e pediatria, conta com um ambulatório clínico que

EDUARDO CESAR



Medidor portátil de hemoglobina

atende mães e crianças do bairro. O projeto foi aprovado pela FAPESP e pelo comitê de ética da universidade.

“Na validação foram avaliadas mais de cem crianças entre 4 e 6 anos, com o nosso aparelho, o importado, comprado para a avaliação, e o equipamento normal de laboratório que eles já usavam no ambulatório”, relata Chagas. Participaram dessa etapa agentes do Programa de Saúde da Família da Unifesp. Além do

OS PROJETOS

1. *Fluorímetro simplificado para medição da atividade da enzima conversora de angiotensina (ECA) em fluidos biológicos*
2. *Solicitação de auxílio para registro de patente para o hemoglobinômetro portátil HB-010 e método associado*
3. *Avaliação da tecnologia empregada no hemoglobinômetro HB-010 e possibilidade de aplicação pelo Sistema Único de Saúde convênio FAPESP-CNPq-SUS*

MODALIDADES

1. Programa Pesquisa Inovativa na Pequena e Micro Empresa (Pipe)
2. Programa de Apoio à Propriedade Industrial
3. Programa Pesquisa para o SUS - Políticas Públicas

COORDENADORES

- 1 e 2. PAULO PAES GOMES - Sépia
3. MÁRIO BRACCO - Cruz de Malta

INVESTIMENTOS

1. R\$ 326.778,35 (FAPESP)
2. R\$ R\$ 6.000,00 (FAPESP)
3. R\$ 178.185,00 (FAPESP)

exame de sangue, foram feitas medidas de peso e altura das crianças. “Elas apresentaram uma prevalência muito alta de anemia, entre 20% e 21%”, ressalta. Após a comprovação de que o equipamento efetivamente funcionava, foi feito um acordo com a prefeitura de Ilhabela, no litoral norte paulista, para avaliação de crianças também em idade pré-escolar. Nessa etapa foram avaliadas 670 crianças. “Dessas, 18% apresentaram anemia”, relata Chagas. Todas

as famílias de crianças que apresentaram anemia receberam uma carta com recomendações alimentares e após 45 e 90 dias foram feitos novos exames para avaliação do nível de hemoglobina no sangue. Encerrada essa etapa, os pesquisadores propuseram ampliar o estudo para outras localidades, como Santa Luzia do Itanhi, cidade no litoral de Sergipe, foz do rio Amazonas e para outras periferias de São Paulo. “Nosso objetivo era avaliar a utilização do equipamento em cenários e condições ambientais e sociais diversos”, diz Oliveira.

Em julho deste ano uma equipe composta pela médica pediatra Juliana Teixeira e por pesquisadores do grupo passou dez dias no município sergipano, avaliando todas as crianças em idade pré-escolar. “Foram 230 exames, com diagnóstico de anemia em 22% das crianças”, relata Gomes. Na segunda semana de agosto Bracco visitou de barco comunidades ribeirinhas na foz do rio Amazonas, no Amapá, para testar a eficácia do equipamento. Nesse caso foram avaliadas 370 pessoas, entre adultos e crianças, amostragem que apresentou mais de 40% de incidência de anemia.

Pelos resultados apresentados, o equipamento respondeu bem a todas as demandas em diferentes ambientes. “Embora seja um efeito colateral do projeto principal, este aparelho é muito interessante do ponto de vista da saúde pública”, diz Chagas. Quanto ao equipamento multifunção para medir potássio, sódio e outros parâmetros, está pronto um primeiro protótipo, mas ainda falta a validação, que engloba dez diferentes exames. ■

DINORAH ERENO



Tempo de replantar

São Paulo prepara novas regras para o reflorestamento de áreas degradadas

A recuperação florestal de áreas degradadas no estado de São Paulo deverá ganhar parâmetros mais detalhados e eficazes. Um *workshop* com mais de cem especialistas, realizado no final de novembro no Instituto de Botânica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), colheu subsídios para a reformulação de uma resolução lançada pela SMA em 2003. Entre as novidades apresentadas destacam-se a inclusão de informações sobre espécies arbóreas ameaçadas de extinção ou que atraem a fauna, além da sugestão de um elenco de medidas específicas, que estarão disponíveis e sempre atualizadas no *site* do Instituto de Botânica da SMA e podem ser adotadas em diferentes situações, em áreas degradadas ou em recuperação. Os critérios servirão de base para uma nova resolução da SMA, a ser editada ainda no final de 2006 ou início de 2007.

“Conseguimos aperfeiçoar os parâmetros, de modo que agora eles só precisarão ser revistos novamente dentro de três anos”, diz Luiz Mauro Barbosa, diretor do Instituto de Botânica e organizador do *workshop*. “Os pesquisadores paulistas estão servindo aos interesses nacionais. Nossa intenção é que os estudos em São Paulo possam servir de base para a criação de uma política nacional de preservação do meio ambiente”, disse o então secretário do Meio Ambiente José Goldemberg, que participou de um simpósio sobre recuperação de áreas degradadas, realizado paralelamente ao *workshop*.

As resoluções paulistas sobre o resgate de florestas vêm despertando interesse de outros estados e também de autoridades ambientais federais. Sua evolução é emblemática do avanço do conhe-

cimento neste campo. Em meados dos anos 1980 e início dos anos 90, apesar de já existir a recomendação para plantio com alta diversidade de espécies, isso raramente era atendido. Dificuldades operacionais para produção de mudas e a falta de uma orientação e cobrança efetiva podem ser apontadas como as principais causas do problema. Um levantamento feito pelo Instituto de Botânica, entre 1999 e 2000, em projetos de políticas públicas financiados pela FAPESP, revelou mazelas decorrentes da não observância desta recomendação. Das 98 áreas reflorestadas no estado nos dez anos anteriores, num total de 2,5 mil hectares, apenas duas estavam em condição satisfatória. Em mais de 80% dos casos as árvores tinham simplesmente morrido. Isso porque as áreas haviam sido povoadas por algumas poucas espécies de árvores de crescimento rápido, as chamadas “pioneiras”, que têm ciclo de vida curto.

Nos primeiros anos tudo parecia bem, com um rápido adensamento florestal. Mas cerca de dez anos depois de plantadas a maioria delas desapareceu, abrindo espaço para a invasão do popular matagal. Também foram detectados problemas em áreas nas quais houve a preocupação de combinar espécies pioneiras com as chamadas “climáceas” ou “tardias”, de ciclo de vida mais longo. São elas que conquistam espaço depois que as primeiras morrem. Acontece que a escassa variedade de espécies plantadas deixava as áreas suscetíveis a pragas. Em boa parte das áreas de reflorestamento estudadas o número de espécies arbóreas mal chegava a 30. Em regiões de mata natural de floresta atlântica bem conservada a variedade encontrada é de 100 a 350 espécies em apenas 1 hectare.

Ato contínuo, os pesquisadores do Instituto de Botânica saíram a campo para traçar os primeiros parâmetros para o reflorestamento, num projeto também financiado pela FAPESP previsto para terminar em março de 2007. O primeiro fruto desse esforço foi o advento da Resolução SMA-21, publicada em 2001, que passou a exigir uma diversidade maior de árvores nativas, misturando-se espécies pioneiras e tardias. “Na época houve muita reclamação dos viveiristas, que não tinham variedade de mudas para vender”, diz Barbosa. “Mas a resolução foi fundamental para modificar o mercado e forçá-los a produzir um marco diferenciado de árvores”, afirma o pesquisador. Segundo a norma, o número de espécies plantadas dependeria do tamanho da área (quanto maior, mais espécies diferentes de árvores deveriam ser utilizadas) e da presença de remanescentes florestais nas áreas vizinhas, o que, por si só, já ajuda a espalhar espécies de forma diversificada. O texto da resolução também previa uma revisão dos parâmetros a cada dois anos.

Ameaçadas - A nova versão da legislação surgiu dois anos mais tarde. A Resolução SMA-47, de 2003, aumentou a lista de espécies para cerca de 500, número que deverá ser ampliado ainda mais na nova versão da resolução a ser proposta. Passou-se a orientar que áreas maiores que 1 hectare utilizassem pelo menos 80 espécies nativas diferentes. Também se determinou um porcentual de pelo menos 40% tanto de espécies de ciclo curto quanto de ciclo longo. “Estabelecemos assim parâmetros para os dois casos, com margens de manobra de até 20% para as duas categorias”, diz Barbosa.



Parâmetros para a recuperação de florestas serão atualizados em nova resolução

Ao longo de 2006, oito grupos de pesquisadores discutiram novas contribuições para a legislação. A futura resolução deve corrigir um certo engessamento criado pela norma anterior – em vez de publicar um elenco de árvores nativas, apenas remeterá a uma lista no *site* do Instituto de Botânica (www.ibot.sp.gov.br), com inicialmente 700 espécies que serão periodicamente atualizadas. Um outro problema detectado é que, em algumas regiões do estado, há poucas pesquisas sobre a ocorrência das espécies nativas. A solução encontrada foi determinar que, onde há carência de informações, os projetos de reflorestamento devem promover levantamentos regionais de espécies, que terão prioridade para plantio.

Espera-se que a nova norma vigore por pelo menos três anos, mas quem determinará esse limite será o avanço no conhecimento. Uma série de novos estudos promete trazer contribuições. Um desses estudos testa o comportamento de espécies quando plantadas em covas adubadas, no meio dos projetos de reflorestamento. “Também é preciso avançar em questões como a diversidade genética das mudas, o credenciamento de viveiros e a certificação de sementes e mudas”, diz Barbosa. Os desafios são enormes. Estudos indicam a necessidade de recuperar 1,3 milhão de hectares de matas ciliares – a vegetação que ocorre nas margens de rios. O Programa Matas Ciliares, uma prioridade para a SMA, tem apoio do Banco Mundial. “Essa tarefa levaria mais de cem anos. Precisaremos plantar, no mínimo, 26 milhões de mudas por ano e garantir a sustentabilidade das espécies nativas de cada região”, afirma Barbosa. •



Enchente em Guarulhos:
projeto estuda a viabilidade
de captar a chuva
e injetá-la no subsolo, perto
dos aquíferos que
abastecem boa parte da cidade



CAPA

POLÍTICAS PÚBLICAS

Insumos para o desenvolvimento

Universidades, setor público e ONGs desenvolvem projetos para a solução de problemas sociais

CLAUDIA IZIQUE E FABRÍCIO MARQUES



Entre 1997 e 2002 a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviços (ISS), em São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, cresceu 110%. Em 2003 as contas registraram superávit

de R\$ 1,2 milhão e a prefeitura pôde quitar as dívidas com fornecedores. “Com o aumento da receita foi possível ampliar os investimentos nas áreas de saúde e educação”, conta Vanderlei Borges de Carvalho, diretor do Departamento de Finanças do município. “Neste ano também vamos fechar equilibrado”, ele prevê. A melhora do desempenho fiscal não implicou aumento no valor dos impostos para os cidadãos. Foi resultado da modernização e informatização da gestão tributária implementada por meio de uma bem-sucedida parceria entre a prefeitura de São João da Boa Vista, o Instituto Uniemp, a Fundação de Desenvolvimento Gerencial e a Agência Dinheiro Vivo, com o apoio da FAPESP, no âmbito do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas.

O projeto *Gestão Tributária e Acompanhamento da Execução Orçamentária Municipal*, iniciado em 1998, está totalmente implantado e as contas da prefeitura já estão disponíveis na internet, acessíveis a qualquer cidadão, de acordo com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. “No site da prefeitura estão discriminados todos os gastos, desde o consumo de café até a quantidade de pneus consumidos por qualquer área da administração”, exemplifica Borges de Carvalho.

Parcerias estratégicas - O Programa de Pesquisa em Políticas Públicas é parte da estratégia adotada pela FAPESP, a partir de 1995, que teve como meta estabelecer parcerias entre universidades e institutos de pesquisa, de um lado, e órgãos do setor público e do terceiro setor, de outro, na busca de soluções para problemas concretos que comprometem o dia-a-dia dos cidadãos ou que emperram a boa gestão administrativa. Os 221 projetos aprovados estão sendo desenvolvidos por pesquisadores junto com 106 prefeituras, 133

Sistema criado pelo IPT em parceria com os bombeiros agilizou o registro de ocorrências e permitiu tratamento qualitativo das estatísticas

secretarias do estado ou de municípios e envolvem 26 organizações não-governamentais (ONGs).

Os projetos do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas são realizados e implementados em três etapas. Na primeira fase, com seis meses de duração, os parceiros realizam estudos de viabilidade e iniciam as pesquisas contando com recursos de até R\$ 50 mil. As propostas são então submetidas a uma nova avaliação antes de chegar à fase 2, de execução do projeto, financiada com até R\$ 300 mil da FAPESP. A terceira fase, de implementação das propostas do projeto, é de exclusiva responsabilidade dos órgãos e entidades parceiros.

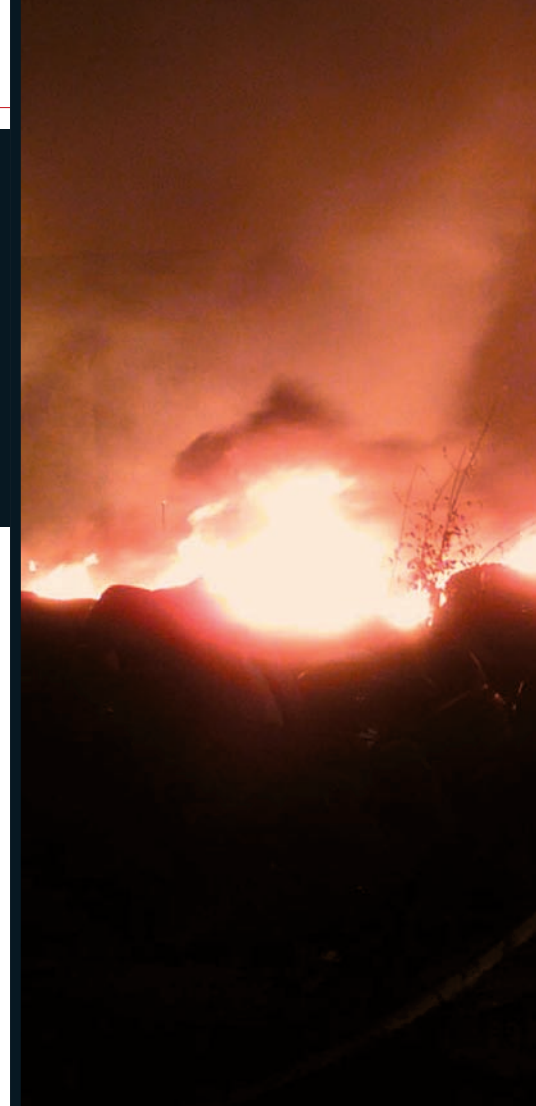
O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, por exemplo, está construindo um software para implantar o Sistema de Dados Operacionais (SDO) desenvolvido em parceria com o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) com recursos do programa.

O projeto, iniciado em 2001, teve como objetivo melhorar o sistema de coleta de informações do Centro de Comunicações de Bombeiros e do Posto de Bombeiros. O primeiro recebe as chamadas de emergência e o segundo responde às emergências em sua área de jurisdição. O novo sistema permitirá dar um tratamento qualitativo às estatísticas e criará políticas de atuação dos bombeiros em todo o estado.

Os bombeiros passaram a utilizar um sistema eletrônico de tabulação de dados, a partir de 1992, para a produção de informações quantitativas operacionais sobre o atendimento a mais

de 500 mil ocorrências. Esse sistema, no entanto, apresentava várias limitações, como estrutura inadequada dos dados em tabelas e campos e até sobre a vítima. “Os chamados dirigidos à central de emergência pelo número 193 eram digitados, mas ficavam na central sem nenhuma ligação com a rede”, lembra Rosário Ono, na época no IPT, coordenadora do projeto. “Além disso, boa parte do sistema não estava informatizada.”

O projeto avaliou a forma de coleta de dados, estruturou relatórios que permitem análises mais detalhadas e arquitetou um piloto do novo sistema de tabulação de dados que foi instalado no 8º Grupamento de Bombeiros, em Santo André. O programa, no entanto, por utilizar rede de comunicação de dados via ondas de rádio, não permitia a expansão do modelo para as demais regiões do Estado de São Paulo. O novo aplicativo que está sendo desenvolvido





pelos bombeiros vai utilizar infra-estrutura de intranet do governo paulista e deverá estar implantado, e em funcionamento, em janeiro de 2005.

Saúde da família - Oitenta e quatro projetos do programa de Políticas Públicas já estão concluídos e em fase de implementação. As propostas incorporadas pelos parceiros têm subsidiado o desenvolvimento de ações em diversas áreas de gestão, especialmente a de saúde, objeto de diagnóstico de 52 projetos.

Em Campinas, por exemplo, um projeto piloto desenvolvido pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) junto com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Campinas arquiteta uma metodologia para ampliar a atuação dos agentes de saúde da família, que, desde a década de 1990, têm sido um poderoso instrumento de combate a doenças em regiões pobres.

Um grupo de 300 agentes da família que atuam na periferia da cidade, foi treinado para fazer mais do que monitorar a carteira de vacinação e a medicação dos doentes crônicos ou acompanhar a evolução dos indicadores de saúde da população. Eles estão preparados para interferir na dura realidade social da região, como a violência, o uso de drogas e a gravidez na adolescência. “Nosso trabalho é interdisciplinar”, explica o coordenador do projeto, Carlos Roberto Silveira Correa. “Não basta diagnosticar e tratar as pessoas. É preciso inventar e propor ações que melhorem a saúde e a qualidade de vida.”

No bairro de Santa Mônica um grupo de diabéticos coordenado por uma agente de saúde se reúne para trocar informações sobre receitas de alimentos sem açúcar, mas saborosas e baratas, para melhor conviver com a doença. O grupo tem uma regra: ali médico não entra. “Se tivesse um médico lá den-

tro, iria dar bronca e aplicar restrições alimentares”, diz Correa. “No nosso paradigma, há espaço para soluções dos próprios envolvidos.”

As ferramentas tradicionais nem sempre funcionam também no enfrentamento da gravidez na adolescência. “Fiquei desconcertado na primeira vez que atendi uma adolescente e ela disse que seu problema era não conseguir engravidar. Para algumas, ter um filho garante um *status* diferente, que elas perseguem”, afirma Correa.

O programa teve início em 1999. A prefeitura de Campinas, na época, não tinha interesse em criar um programa de saúde da família e a Faculdade de Ciências Médicas pediu autorização para realizar, ela própria, um programa piloto. Foram treinados, com o apoio da FAPESP, os primeiros 25 agentes sociais selecionados entre os moradores do bairro. Em 2000, com a mudança de prefeito, o município en-

campou o programa e o grupo original criou uma ONG, batizada de Ipês, que passou a coordenar o projeto em convênio com a prefeitura. “Nossa missão é interferir na política pública, e não se tornar concorrente do governo”, sublinha Correa.

Problemas relacionados à educação também têm destaque e são objeto de estudo de 21 projetos. Em São Carlos, um grupo de professores do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – USP vem desenvolvendo pesquisas e projetos na área de educação infantil em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O projeto *Diagnóstico das Creches Municipais de São Carlos*, encerrado em meados de 2004, preencheu as expectativas tanto dos pesquisadores como do poder público: São Carlos dispõe hoje de um banco de dados inédito no país, que revela o perfil de 1.106 crianças atendidas pelas creches e é capaz de separar os dados de acordo com gênero, renda, raça e região, entre outros. “A falta de informações sobre educação infantil é um problema em quase todas as cidades brasileiras”, diz a coordenadora do projeto, Anete Abramowicz, professora do Departamento de Metodologia de Ensino da UFSCar.

O banco também reúne outros dados, como o perfil dos professores e funcionários das creches, as condições físicas dos prédios e o público não atendido por elas (através do cruzamento com dados do IBGE).

Um programa de computador foi desenvolvido para o projeto, utilizando uma plataforma de software livre, que já está sendo usado por outras cidades. Por meio do software, as diretoras das creches fizeram as matrículas das crianças *on-line* e as informações prestadas abasteceram o banco de dados. “O diagnóstico é um instrumento indispensável para traçar políticas públicas, para saber onde é preciso oferecer mais

creches e de que forma elas estão atendendo seu público”, diz a especialista em metodologia de ensino.

Ação contra a enchente - O Programa de Pesquisa em Políticas Públicas tem garantido que o conhecimento gerado no setor de pesquisa aponte soluções estruturais para problemas que comprometem a qualidade de vida dos cidadãos, como é o caso, por exemplo, das enchentes, foco do projeto *Subsídios Técnicos ao Plano Diretor de Drenagem do Município de Guarulhos*. A cidade retira boa parte da água que consome dos aquíferos subterrâneos, que já dão sinais de exaustão. O Aeroporto de Cumbica, por exemplo, é totalmente abastecido por meio de poços artesianos. Essa estratégia, no entanto, não será sustentável para suprir o novo terminal de passageiros que será construído nos próximos anos. O único jeito será criar um sistema de reaprovei-

tamento de água, já que os lençóis freáticos não se reabastecem adequadamente porque a cidade está impermeabilizada. O resultado é que, quando chove, a água corre sobre o asfalto, produzindo enchentes. Para agravar o problema, o solo argiloso da região também contribui para dificultar a absorção da água.

A solução idealizada por Hélio Nóbile Diniz, pesquisador do Instituto Geológico, órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e coordenador do projeto, que será testada na segunda fase do projeto, é captar a água das chuvas e injetá-la no subsolo a 100 metros de profundidade, perto dos aquíferos, abreviando o processo de filtragem pela terra. Trata-se de uma idéia polêmica. Em tese, envolve risco de contaminação da água do subsolo. “Prendemos fazer uma experiência controlada, com a construção de dois poços, um para a injeção de água no aquífero





Mapeamento de áreas de interesse ecológico identificou unidades de conservação de uso sustentável

e outro para retirar a água e controlar sua qualidade”, diz Nóbile Diniz.

Na primeira etapa do projeto foram feitos ensaios de infiltração e métodos para diagnosticar a permeabilidade do solo. Caso a estratégia se revele viável, a prefeitura de Guarulhos, parceira no projeto, cogita propor mudanças no Plano Diretor da cidade. Uma possibilidade é exigir que novos empreendimentos imobiliários e também grandes galpões industriais construam poços de infiltração para injetar a água captada da chuva. “Alguns desses galpões têm telhados enormes, que escoam a água para a superfície e ajudam a causar enchentes”, explica o geólogo Edilson Pisato, da Secretaria de Meio Ambiente de Guarulhos.

O problema de abastecimento de água também foi o tema do projeto *Sistema de Diagnóstico e Avaliação de Projetos Executados por Municípios, Órgãos Estaduais e Associações da Sociedade Civil*

no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Foi implementado pelo Comitê da Bacia do Alto Tietê – órgão colegiado composto por especialistas, representantes do governo e da sociedade civil – em parceria com a Unicamp, no âmbito do Programa de Políticas Públicas.

O projeto teve duas vertentes. De um lado, construiu-se um instrumento para avaliação dos projetos submetidos ao Comitê da Bacia do Alto Tietê. Os comitês de bacias dispõem de um fundo de financiamento e têm a tarefa de definir os projetos a serem apoiados. Estão credenciados para pleitear essas verbas os projetos que tratam de problemas como a construção de estações de tratamento de esgoto ou o remanejamento de adensamentos urbanos em

regiões de mananciais, entre outros. O desafio do grupo de pesquisadores era encontrar uma metodologia capaz de avaliar adequadamente os melhores projetos a serem financiados.

Para construir esse instrumento, que acaba de ficar pronto, foi fundamental implantar a segunda vertente do projeto: os cursos de capacitação para os representantes do Comitê do Alto Tietê e de seus colegiados regionais da Billings, Cabeceiras do Tietê, Pinheiros/Pirapora, Cantareira e Cotia e Guarapiranga, além de universitários de iniciação científica e de mestrado.

Os comitês de bacias hidrográficas são responsáveis, desde os anos 1990, pelas decisões acerca de projetos e políticas envolvendo o abastecimento e o tratamento de água. A Região Metropolitana de São Paulo está na jurisdição do Comitê do Alto Tietê. A ausência de coordenação entre os membros e a complexidade dos problemas da bacia ameaçavam a grande finalidade do comitê, que é levar a uma transformação da gestão da água, evitando a deterioração dos mananciais e atacando os ralos do desperdício, em vez de continuar investindo bilhões em captação de água.

Ao reunir os representantes nos cursos de capacitação, os responsáveis pelo projeto puderam conhecer a dinâmica dos comitês e subcomitês, condição fundamental para construir a metodologia de avaliação dos projetos. Ao mesmo tempo, tiveram a chance de sensibilizar os alunos para a complexidade de sua tarefa. Divididos em três módulos, os cursos foram ministrados entre os anos de 2001 e 2004, envolvendo 400 pessoas.

“A meta do primeiro módulo foi dar um choque de realidade nos representantes”, diz Ricardo Toledo Neder, atualmente professor do Centro de Estudos Ambientais da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Rio Claro, que coordenou o projeto. Por choque de realidade entenda-se a exposição dos motivos na raiz do problema da água no estado: até recentemente, a falta de água era resolvida com o aumento da captação, como se não houvesse limite de água ou de dinheiro. A Lei Estadual de Recursos Hídricos, de 1991, propôs a inversão dessa lógica: em vez de ampliar cada vez mais a demanda, a solução seria combater o desperdício e articular a proteção dos mananciais.

O segundo módulo do projeto buscou articular a gestão da água com a gestão do solo urbano, uma vez que um dos fatores mais dramáticos da deterioração de mananciais é a construção de moradias irregulares em áreas de proteção ambiental. O terceiro módulo discutiu a importância da capacidade associativa para pensar soluções, independentemente das iniciativas e idéias do poder público. “Avançamos muito no conhecimento sobre como as formas de representação social em órgãos colegiados, como os comitês de bacias, encontram obstáculos para atuar de forma coordenada”, afirma Neder.

Radiografia do crime - O tratamento de dados estatísticos também permitiu traçar o perfil dos criminosos no Estado de São Paulo. O projeto *Construindo um Modelo de Análise Integrada das Informações*, desenvolvido em parceria pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e a Secretaria de Segurança Pública, iniciou-se em 1999 e foi concluído no ano passado. Resultou na construção do Sistema Integrado de Informações Criminais, disponível no *site* do Seade, que integra quase 20 milhões de dados criminais, registrados entre 1981 e 2002, e faz uma radiografia da Justiça criminal paulista, com informações sobre o tempo médio dos processos, desde a ocorrência do inquérito até a execução da

pena. Os dados de 2003 estão sendo preparados e devem estar disponíveis a partir de 2005.

Os números coletados foram organizados em quatro categorias: gênero, escolaridade, estado civil e cor da pele. Sua análise traz informações reveladoras. Um exemplo: apesar de a maioria dos inquéritos policiais envolver suspeitos de cor branca, os negros são, proporcionalmente, mais presos. Essa diferença pode ser atribuída ao melhor nível de escolaridade e renda dos brancos, o que lhes garantiria acesso mais fácil aos mecanismos de defesa, e ao caráter discriminatório do sistema judiciário, já que boa parte dos processos de crimes violentos é submetida a júri popular, como afirmou Luiz Henrique Proença Soares, que foi coordenador-geral do estudo. (veja Pesquisa FAPESP nº 69).

Além de criar uma metodologia para a análise de dados da Secretaria de Segurança Pública, o sistema permite o monitoramento de informações antes restritas ao pessoal técnico, sublinha Renato Sérgio de Lima, coordenador-técnico do projeto. “A Secretaria de Segurança Pública é a principal usuária dessas informações”, diz ele.

Preservação da memória - Os recursos do Políticas Públicas também permitiram a organização de arquivos públicos e a recuperação do patrimônio histórico e arqueológico em municípios paulistas. Apesar da obrigação legal (lei 8.159/91), apenas 17 cidades do Estado de São Paulo organizaram arquivos permanentes para a preservação de documentos. Duas delas – São José dos Campos e Itatiba – o fizeram com recursos da FAPESP.

O projeto *Gestão de Documentos, Institucionalização e Implantação de Arquivos Municipais no Estado de São Paulo*, resultado de parceria entre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e o Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais (Forumdam), começou em 2000 e se encerrou este ano.

São José dos Campos já tinha um arquivo, mas em Itatiba o projeto começou do zero. Nos dois casos foi fundamental a participação das secretarias de Cultura, Administração e Assuntos Jurídicos, lembra Pedro Puntoni, coor-

denador do projeto. Os pesquisadores trabalharam com metodologia que permite integrar o acervo de documentos já existentes com a produção de documentos correntes e que inclui tabelas de temporalidade. “Estabelecemos, por exemplo, o período em que um documento de solicitação para poda de árvore deve ficar guardado antes de ser destruído”, ele exemplifica. Pelo menos uma amostra de cada documento tem que ser guardada para a posteridade, acrescenta.

Os pesquisadores elaboraram, ainda, um manual com todos os passos necessários para a instalação de um arquivo público municipal, conforme as exigências da lei, e que podem ser facilmente seguidos por outras administrações municipais. “Já estamos trabalhando com o município de Paracatu, em Minas Gerais, e negociando a implantação de projeto semelhante na cidade de Campinas.

Em São José dos Campos os arquivos, devidamente reorganizados, estão guardados na Fundação Cassiano Ricardo. “Em Itatiba conseguimos convencer o prefeito a alugar uma casa histórica, do início do século 20, que a FAPESP ajudou a equipar”, afirma Puntoni. O projeto incluiu o desenvolvimento de softwares e até *sites* dos dois municípios com parte dos arquivos já digitalizados. “Os *sites* estão prontos para serem disponibilizados na internet.”

Em São Caetano do Sul, um projeto desenvolvido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a Fundação Pró-Memória, da prefeitura municipal, colaborou na preservação do patrimônio histórico da cidade. “Era preciso organizar o material para que o museu tivesse noção de seu acervo e para permitir a organização de outros projetos”, explica Maria Cristina Oliveira Bruno, pesquisadora do MAE e coordenadora do projeto.

O resultado foi a organização do acervo arqueológico do Museu Municipal, que reúne peças dos séculos 18, 19 e 20, a preparação de um livro com a ca-



Sistema de Informações
Criminais, organizado pela
Fundação Seade, faz
radiografia dos delitos no estado

talogação do material e a elaboração de um projeto de expansão e divulgação desse acervo.

Áreas protegidas - O mapeamento das áreas de relevante interesse ecológico no Estado de São Paulo também foi patrocinado pelo Programa de Políticas Públicas. No projeto, desenvolvido pelo Instituto de Biociências da USP em parceria com a Fundação Florestal, foi realizado um amplo levantamento de áreas públicas e privadas especialmente protegidas com o objetivo de definir parâmetros para a gestão ambiental. A idéia é que parte dessas áreas poderia ser aberta ao público para a exploração comercial sustentável, como o ecoturismo, por exemplo. “Atualmente é impossível fazer isso sem se enredar na burocracia. É mais fácil dizer não”, diz Paulo Nogueira Neto, coordenador do projeto.

Depois de levantar os instrumentos legais relacionados ao manejo ambiental e relacionar as áreas vinculadas a cada uma das categorias de proteção, houve seleção dos fragmentos de ecossistemas que foram avaliados sob o ponto de vista da conservação ambiental e classificados segundo o grau de vulnerabilidade. Alguns foram considerados unidades de conservação de uso sustentável, cuja proteção não exige a desapropriação.

Nesse momento a Secretaria do Meio Ambiente estuda a publicação de um decreto que autorizará a construção de pousadas ecológicas e a utilização comercial dessas áreas. “O proprietário poderá utilizar essa área com finalidade lucrativa”, adianta Nogueira Neto. •

Em defesa da floresta

Nogueira Neto, aos 82 anos, estuda manejo e gestão ambiental

MARILI RIBEIRO

O sabor de descobertas ambientais como a inexplorada e possivelmente única “floresta de buritis” no mundo, localizada em sobrevôo na região amazônica ocidental, segue causando emoção. O empenho na elaboração até o final deste ano de um “dicionário das abelhas indígenas”, tema que tem sido uma paixão desde os 18 anos quando teve o primeiro contato com o inseto, merece revisões e aprimoramento a cada nova releitura. O acompanhamento da formulação de políticas públicas relacionadas à conservação do patrimônio natural – caso do projeto apresentado à FAPESP, em parceria com a Fundação Florestal para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, denominado *Áreas especialmente protegidas no Estado de São Paulo: levantamento e definição de parâmetros para administração e manejo como subsídio a políticas públicas de gestão ambiental* – permanece dominando sua biografia. Inquieto, ativo e participante. São facetas da rica personalidade de Paulo Nogueira Neto que, aos 82 anos, se orgulha de ter a própria vida embaralhada com a história do ambientalismo no Brasil.

Professor titular aposentado pela Universidade de São Paulo (USP), do departamento de Ecologia do Instituto de Biociências, Nogueira





Neto dedicou-se com afinco às abelhas sem ferrão, produtoras de mel, e, paralelamente, sempre cultivou as questões ambientais, então ainda sem foco definido na produção científica e social no Brasil. Os dois temas vão ocupar lugar de destaque em sua carreira e em sua vida pessoal e familiar. O professor Nogueira Neto tornou-se responsável pela demarcação de áreas ambientais no país. Organizou e dirigiu por 12 anos consecutivos, até 1986, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), instalada no âmbito do Ministério do Interior. À frente da Sema, criou e estabeleceu 3,2 milhões de hectares em 26 estações e reservas ecológicas. Assumiu postos e mantém vínculos como membro de importantes entidades e associações relacionadas com o meio ambiente, entre as quais o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema); o Conselho de Administração da Cetesb. Continua na vice-presidência da S.O.S – Mata Atlântica, da WWF-Brasil, e do International Bee Research Association. Preside a Associação de Defesa do Meio Ambiente (Adema-SP) e a Fundação Florestal do Estado de São Paulo.

Quando assumiu a coordenação do projeto de Políticas Públicas encaminhado à Fapesp, Nogueira Neto apostou que a pesquisa poderia oferecer elementos sólidos não só para tomadas de decisões das instituições responsáveis pela proteção de áreas naturais, mas também para pautar as ações de representantes do Executivo e do Legislativo. “Não se trata somente de como administrar melhor as unidades de conservação, mas também de como salvar os últimos fragmentos florestais relevantes do Estado de São Paulo, ainda sem proteção ambiental”, explica ele. “De Jundiá a Serra do Japi, até o rio Paraná, temos cerca de 800 quilômetros de quase um vazio, uma imensa área devastada”, salienta. O Estado de São Paulo possui apenas cerca de 7% de sua cobertura vegetal preservada.

O trabalho pioneiro da equipe coordenada pelo professor já mapeou e propõe a criação de novas áreas protegidas a partir da indicação de 109 fragmentos prioritários, remanescentes de

ecossistemas. “O primeiro deles está em vias de virar realidade, na área de confluência do rio Tietê e Piracicaba, em Barreiro Rico”, festeja. O tombamento dessas áreas, decretadas como Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), determina o que pode e o que não pode se fazer nesses espaços. O maior problema está em estabelecer cooperação para o enriquecimento dessas áreas, oferecendo informações aos proprietários sobre o potencial de compensação ambiental.

Os fragmentos prioritários escolhidos, como esclarece a bióloga Lélia Marino, da Fundação Florestal, envolvidos no projeto, levam em consideração as condições de conectividade dos fragmentos, ou seja, como eles se comunicam com os outros e também com a sua vizinhança. Trata-se de hierarquizar qual a importância de um fragmento em relação a outro selecionado, em questões como a preservação da fauna e flora. Uma área urbana é menos permeável para fauna do que um pasto, porque tem trânsito de mamíferos. O mesmo ocorre em um canal, exemplifica Lélia. A conectividade permite aumentar a área ambiental preservada com melhor e maior qualidade. “Uma floresta isolada restringe geneticamente as espécies, o que não quer dizer que pequenas populações não possam resistir, apenas que fica bem mais difícil”, acrescenta o professor.

Abelhas, no terraço do casarão - Nasceu quase acidentalmente – um vez que a opção inicial de carreira de Nogueira Neto foi o curso de Direito concluído em 1945 na USP –, a vocação para as questões ambientais teve início durante as visitas à fazenda da família da esposa. “Meu sogro tinha uma caixa de abelhas indígenas no terraço do casarão. Fui ler a respeito e vi que era um inseto pouco estudado”, relembra ele. “Nos últimos anos da faculdade de Direito já publicava artigos sobre abelhas em revistas científicas”, acrescenta. Foi nesse período que o grande amigo Paulo Vanzolini (doutor em Zoologia, professor na USP) aconselhou-o a tornar a paixão objeto regular de estudos. Oito anos depois de formado, prestou novo vestibular, dessa vez para História Natural na Faculdade de Filosofia da USP, curso que concluiu em 1959. Nesse período, Nogueira Neto já havia fundado

talvez a primeira entidade conservacionista no país, a Defesa da Flora e da Fauna, hoje Associação de Defesa do Meio Ambiente.

A conceituação de meio ambiente, percebido com a relevância que tem hoje para a qualidade de vida em geral, inexistia no Brasil. Havia uma compreensão da importância da preservação dos parques nacionais, desde a criação do código florestal, em 1934. A concepção mais ampla viria com a divulgação dos grandes eventos internacionais, como a reunião sobre meio ambiente em Estocolmo, em 1972, da qual Nogueira Neto participou. Ainda no final do governo militar, ele foi convidado a comandar um órgão federal que cuidasse do tema, que viria a ser a Sema. “Me deram três salas e cinco funcionários apesar das dimensões continentais do país”, conta ele. “Engajei-me porque vi um grande futuro a ser construído nessa área tão carente. Permaneci no cargo por quatro governos. Foram mais de 12 anos como secretário federal”, acrescenta. Longe das disputas político-partidárias, Nogueira Neto conseguiu difundir a importância do ambientalismo no Brasil.

Durante diversos anos Nogueira Neto deu cursos sobre o comportamento dos animais sociais e sobre as mudanças climáticas e os ecossistemas terrestres. Foi um dos fundadores do Departamento de Ecologia Geral, no Instituto de Biociências da USP. Construiu uma carreira reconhecida interna e externamente. Pertenceu, entre 1983 e 1986, à Comissão Brundtland das Nações Unidas, sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Era um dos dois únicos representantes da América Latina. Chefiou e participou de várias delegações oficiais ao exterior, recebendo a Ordem de Rio Branco, primeiro como oficial e depois como comendador. Foi duas vezes eleito vice-presidente do programa O homem e a biosfera, da Unesco, órgão das Nações Unidas responsável pela educação e cultura, com sede em Paris. Recebeu, em 1981, juntamente com Maria Thereza Jorge Pádua, o prêmio Paul Getty, a principal láurea mundial no campo da conservação da natureza, e também o Prêmio Duke of Edinburgh, em 1997, da WWF Internacional. Foi distinguido com a



Nogueira Neto, na sua chácara no bairro do Morumbi, brinca com seu labrador

comenda da Arca Dourada (1983), dos Países Baixos, também pela sua atuação conservacionista. Nogueira Neto conta com gosto descobertas como a da floresta de buritis, feita ainda na década de 1980 e até hoje impenetrável. “Nunca ninguém pôs os pés lá. Mandamos uma expedição, mas não foi possível chegar perto. Calculamos, em vôos rasantes, que a área, no máximo a 40 quilômetros do rio Amazonas, tenha uns 30 mil hectares de palmeiras, o que somaria cerca de 10 milhões de buritis. Não há nada similar no mundo”, empolga-se. O conhecimento sobre a biodiversidade nacional é bastante razoável nas regiões Sul e Sudeste do país.

Elaborou projetos para compatibilizar o desenvolvimento e a manutenção da floresta amazônica com a exploração do cupuaçu e para compatibilizar o trabalho dos seringueiros com outras técnicas. Acabou por patrocinar a criação da reserva extrativista Nova Esperança, na região de Xapuri, no Acre. Criou vínculos pessoais com moradores da região, tornando-se o que ele mesmo define como uma “espécie de

conselheiro” de um grupo de 50 famílias que estão fora da reserva Xico Mendes. Adquiriu uma pequena propriedade em que também mantém um apiário experimental. Outros similares, que visita regularmente com enorme satisfação, estão instalados no interior de São Paulo, em Campinas e em Ribeirão Preto, assim como em Luziânia, em Goiás. São abelhas diferentes. As do Acre são típicas da região e diferentes das outras criações de Nogueira Neto. A observação dessas colônias está trazendo novas informações ao já vasto conhecimento do professor sobre o tema, afinal são três livros publicados e até o final do ano um dicionário.

Portinari e os mateiros - Na época em que era morador na região dos Jardins há quase 50 anos, em São Paulo, adquiriu uma área de cerca de 2 mil metros quadrados do outro lado do rio Pinheiros, hoje o bairro do Morumbi, onde cultivava seu prazer de observar a natureza. “Aqui era considerado ‘fora da cidade’, tanto que fiz uma chacrinha, adubei as mudas, melhorei a qua-

lidade da terra. Animais, como vacas, passeavam soltos pelas ruas”, ri da lembrança de uma cidade que desapareceu em poucas décadas. Atualmente, reside ali, na ampla casa que construiu e onde gosta de receber seis netos e, por enquanto, o único bisneto. “Acho que quando se faz o que se gosta o trabalho rende frutos e se multiplica em boas lembranças”, pondera. A casa confortável e ampla reflete a paixão primordial de seu proprietário. Logo no saguão de entrada, uma abelha estilizada pelo artista plástico Aldemir Martins em cerca de 5 metros de comprimento domina o chão, montada em pastilhas de cerâmica. Numa das paredes principais na passagem para as salas, um quadro de Portinari feito por encomenda retrata os mateiros retirando mel de abelhas indígenas. “Num rasgo de ousadia dei a ele umas fotos, já que desconhecia o tema, para que pintasse o quadro”, lembra divertido. “Ainda bem que Portinari era acessível. Hoje é um exemplar raro, porque é o único quadro dele sobre o assunto”. O óleo de Portinari é de 1958. •

No início deste século, estimava-se que as áreas de matas ciliares degradadas em São Paulo somavam 1,3 milhão de hectares, expondo ao risco o sistema hídrico estadual. Grande parte desse desmatamento ocorreu de maneira irregular e ilegal e, por exigência de lei, estas áreas deveriam ser recuperadas. Na época, no entanto, as ações de reflorestamento enfrentavam dois obstáculos. O primeiro era a baixa capacidade de produção de mudas, de cerca de 13 milhões por ano, ante às necessidades do replantio, que demandava uma oferta de 2,6 bilhões de mudas. Mantido esse ritmo de produção, qualquer projeção

para a reparação dessas áreas ultrapassava um período de 200 anos. O segundo problema era a baixa qualidade dos projetos de reflorestamento, que utilizavam poucas espécies – geralmente as de mudas mais baratas e mais facilmente disponíveis no mercado –, limitando-se assim à reconstituição da paisagem. “Em áreas de mata natural, existem entre 100 e 400 espécies arbóreas”, ressalta Luiz Mauro Barbosa, diretor-geral do Instituto de Botânica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA). Agravando a situação, dentre as espécies utilizadas, dois terços eram de ciclo de vida curto, ou seja, cresciam rapidamente. “O resultado é que, em 10 anos, começavam a declinar e precisavam ser replantadas”, diz ele.

O cenário de degradação e a falta de orientação técnica no reflorestamento exigiam rápida intervenção. E foi este o objetivo do projeto Modelos de Repovoamento Vegetal para a Proteção de Sistemas Hídricos em Áreas Degradadas dos Diversos Biomas do Estado de São Paulo, desenvolvido pelo Instituto de Botânica (IBt) em parceria com a Prefeitura Municipal de Ilha Comprida e de Mogi-Guaçu, com apoio da International Paper e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), no âmbito do Programa de Políticas Públicas da FAPESP.

O projeto, sob coordenação do diretor-geral do Instituto de Botânica, foi iniciado em 2001. “Constatamos, já na primeira fase, que a situação era pior do que imaginávamos”, conta Barbosa. Neste diagnóstico foram avaliadas 98 áreas de reflorestamento em todo o Estado de São Paulo, num total de 2.500 hectares. “As áreas monitoradas ti-

nam tamanhos diversos e estavam vinculadas a empresas e universidades, sendo que a maioria dos projetos não utilizava mais que 30 espécies”, afirma Barbosa. A diversidade só é maior em áreas próximas a grandes remanescentes de mata natural conservadas, como, por exemplo, na Mata Atlântica, por conta da propagação natural de determinadas espécies. Já nas áreas de restinga, a situação é ainda mais grave: ali é possível encontrar espécies arbóreas típicas de matas do interior, que haviam sido plantadas de forma errada. A baixa diversidade tem origem principalmente na pequena oferta de mudas diversificadas e até no custo de produção diferenciado, já que as espécies mais usadas eram sempre as mesmas. Os pesquisadores constataram que, em 41 viveiros florestais consultados, são produzidas cerca de 590 espécies arbóreas nativas. Mas a grande maioria concentra sua produção naquelas 30 espécies identificadas nas áreas de reflorestamento amostradas.

Replântio orientado - A primeira medida da equipe de pesquisadores envolvida no projeto foi propor à SMA a edição da Resolução nº 21, publicada em novembro de 2001, normatizando procedimentos para o replântio em áreas degradadas. As novas normas passaram, desde então, a pautar a análise e a aprovação de projetos de revegetação, além de orientar sobre o reflorestamento heterogêneo no Estado de São Paulo. “Alguns dos objetivos do projeto foram identificar as formas mais adequadas para transferir conhecimentos para a sociedade, subsidiar o licenciamento ambiental no Estado e apoiar ações do Ministério Público e SMA, entre outros”, justifica Barbosa. “A resolução é um parâmetro técnico a ser seguido.”

A resolução estabeleceu proporções sobre o número mínimo de espécies por hectare. Projetos de reflorestamento de até um hectare, por exemplo, devem contar com 30 espécies. Já aqueles implementados em áreas maiores que 50 hectares, a exigência mínima é de 80 espécies distintas. Outra recomendação visa proteger as espécies em extinção, respeitando-se as regiões ou formações de ocorrência. Assim, áreas de replântio de até 1 hectare devem contar com 5% de mudas de pelo menos cinco espécies distintas ameaçadas de extinção. Nos grandes projetos, com mais de 50 hectares, as plantas em extinção devem representar 10% das mudas, com pelo menos 15 espécies distintas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Cílios produzidos

Projeto de recuperação de matas ciliares resgata a biodiversidade e preserva sistema hídrico de São Paulo



Parâmetros
técnicos orientam
o reflorestamento
de áreas degradadas

As mudas deverão, preferencialmente, ser produzidas com sementes procedentes da mesma região e nativas do bioma ou formação florestal correspondente, sempre com pelo menos 20 centímetros de altura e sistema radicular que garanta a sua sobrevivência pós-plantio.

A medida é detalhada: sugere que nas áreas reflorestadas sejam adotadas medidas de controle de formigas e realizadas, no mínimo, três capinas e/ou coroamentos anuais, mantendo as entrelinhas vegetadas e baixas. “Se possível”, consta na resolução, “devem ser efetuadas pelo menos duas adubações anuais com formulação normalmente utilizada na região, ou de acordo com os resultados da análise do solo.”

No caso de áreas degradadas localizadas em restingas, manguezais e florestas paludosas, também conhecidas como matas de brejo, 50% das mudas devem ser de espécies existentes nas vizinhanças.

A resolução traz ainda uma lista de 247 espécies arbóreas exemplificativas, com indicação do ecossistema de ocorrência natural e classe sucessional – isto é, levando-se em conta espécies pioneiras e não pioneiras – para facilitar a implementação de projetos. Esta lista acaba de ser ampliada. O Instituto de Botânica lançou o manual *Diversificando o Reflorestamento no Estado de São Paulo: espécies disponíveis por região e ecossistema*, com a sugestão de 589 espécies que podem ser utilizadas no replantio. “O livro também é resultado da pesquisa patrocinada pela FAPESP”, ressalta Barbosa.

Ainda é cedo para avaliar os efeitos da resolução sobre a biodiversidade, já que foi adotada há pouco mais de um ano e meio. Mas há sinais de que seus efeitos são positivos. “Já é possível constatar uma maior conservação da biodi-



A diversificação da oferta de mudas nos viveiros é estratégica para o sucesso do projeto

versidade e a melhor qualidade dos reflorestamentos”, observa Barbosa.

A International Paper do Brasil Ltda., por exemplo, adotou, em 2002, as novas diretrizes para o plantio do Parque Florestal São Marcelo, mantido pela empresa. Plantaram 732 mil mudas em 439 hectares, com uma média de 1.667 plantas por hectare. Desta área, 240 hectares foram replantados utilizando 101 espécies nativas arbóreas das regiões de Mogi-Guaçu, Aguaí e Espírito Santo do Pinhal. De acordo com Miguel Magela Diniz e Doraci Milani, respectivamente supervisor técnico e gerente técnico do

parque, esta foi a primeira área do Estado a ser recomposta atendendo integralmente aos parâmetros técnicos estipulados pela resolução, garantindo maior diversidade florística e suporte alimentar para a fauna local. Comparando os procedimentos de repovoamento antes e depois da resolução, eles concluem que, utilizando uma menor diversidade de espécies, o custo de implantação da floresta nativa é menor na fase inicial, devido à rápida cobertura do solo, mas é necessário, no futuro, enriquecer o povoamento com outras espécies, o que acaba por acarretar custos adicionais.

Em Ilha Comprida, município instalado em área de proteção ambiental, ao sul do Estado – cuja prefeitura é parceira no projeto patrocinado pela FAPESP –, a resolução também apresenta bons resultados. Para ampliar a oferta de mudas e treinar produtores locais, foi instalado um viveiro municipal de espécies florestais de restinga e manguezal na área de um antigo depósito de lixo. As mudas de mangue estão sendo utilizadas no plantio de uma área de 6.700 m² na zona urbana, que vem sofrendo processos erosivos. “Busca-se com esta alternativa evitar a execução

O PROJETO

Modelos de Repovoamento Vegetal para a Proteção de Sistemas Hídricos em Áreas Degradadas dos Diversos Biomas do Estado de São Paulo

MODALIDADE
Programa Políticas Públicas

COORDENADOR
LUIZ MAURO BARBOSA - Instituto de Botânica - SMA

INVESTIMENTO
R\$ 178.062,59



Replante
exige
diversificação
das várias
espécies

de obras civis, que aumentariam muito o gasto de recursos para a contenção da erosão”, conta o prefeito Décio José Ventura. “O projeto”, ele avalia, “criou uma nova consciência entre os viveiristas. Eles próprios estão sugerindo, por exemplo, a produção de muda conhecida na região como cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*), espécie utilizada na produção de cachaça típica da região.” Também está em estudo um projeto de arborização do setor urbano com mudas nativas produzidas nos viveiros locais. “A resolução pode se consolidar como instrumento legal de restauração da biodiversidade paulista”, avalia Ricardo Ribeiro Rodrigues, da Esalq.

Além da resolução e do manual sobre espécies, o projeto patrocinado pela FAPESP promoveu, ao longo de dois anos, uma série de ações de transferência de conhecimento à sociedade, como o treinamento de viveiristas e produtores de sementes, cursos sobre a conser-

vação, sobre tecnologia de sementes e produção de mudas, bem como de educação ambiental em escolas, além de um série de seminários. O último seminário e o workshop sobre a recuperação de áreas degradadas, realizados nos dias 12 e 13 de setembro, no Instituto de Botânica, reuniram cerca de 550 pesquisadores, técnicos, policiais ambientais e especialistas em meio ambiente e reflorestamentos, além de prefeitos, para avaliar os avanços e perspectivas da Resolução SMA nº 21/01.

As contribuições fizeram avançar os critérios estabelecidos na resolução e deverão resultar na edição de um novo conjunto de regras, uma nova resolução. Dentre as modificações previstas está o número de espécies necessárias para garantir uma diversidade. Assim, para áreas de recuperação maiores que 1 hectare, a nova proposta sugere o plantio de, no mínimo, 80 espécies arbóreas diferentes, com um limite máximo de 20% do

total de mudas para qualquer espécie. As espécies escolhidas deverão estar incluídas em dois grupos ecológicos: pioneiras e não pioneiras, considerando o limite mínimo de 40% para qualquer dos grupos.

Outros aspectos também considerados pelos especialistas referem-se aos critérios necessários para a recuperação por meio da semeadura direta, indução e/ou condução da regeneração natural, entre outras. Tais projetos devem levar em conta a avaliação da paisagem; avaliação do histórico de degradação da área; avaliação e retirada dos fatores de degradação; avaliação dos processos de regeneração natural e aproveitamento do potencial de auto-recuperação.

O secretário do Meio Ambiente, José Goldemberg, que participou do evento, garantiu que a secretaria está disposta a editar novas resoluções para enfrentar o desafio de recuperar as áreas degradadas do Estado. “Esse projeto de política pública é paradigmático”, ele afirmou, lembrando que a qualidade do programa de recuperação de matas ciliares garantiu à SMA um financiamento de US\$ 7,7 milhões do Banco Mundial. O diretor científico da FAPESP, José Fernando Perez, também esteve presente. •

O mapa

JOÃO WAINER/FOLHA. IMAGEM



da exclusão



Mais de 8,9 milhões de pessoas em São Paulo vivem abaixo de um padrão desejável

Projeto indica
piora da qualidade de vida
em 76 dos 96 distritos
da cidade de São Paulo
nos últimos dez anos

CLAUDIA IZIQUE

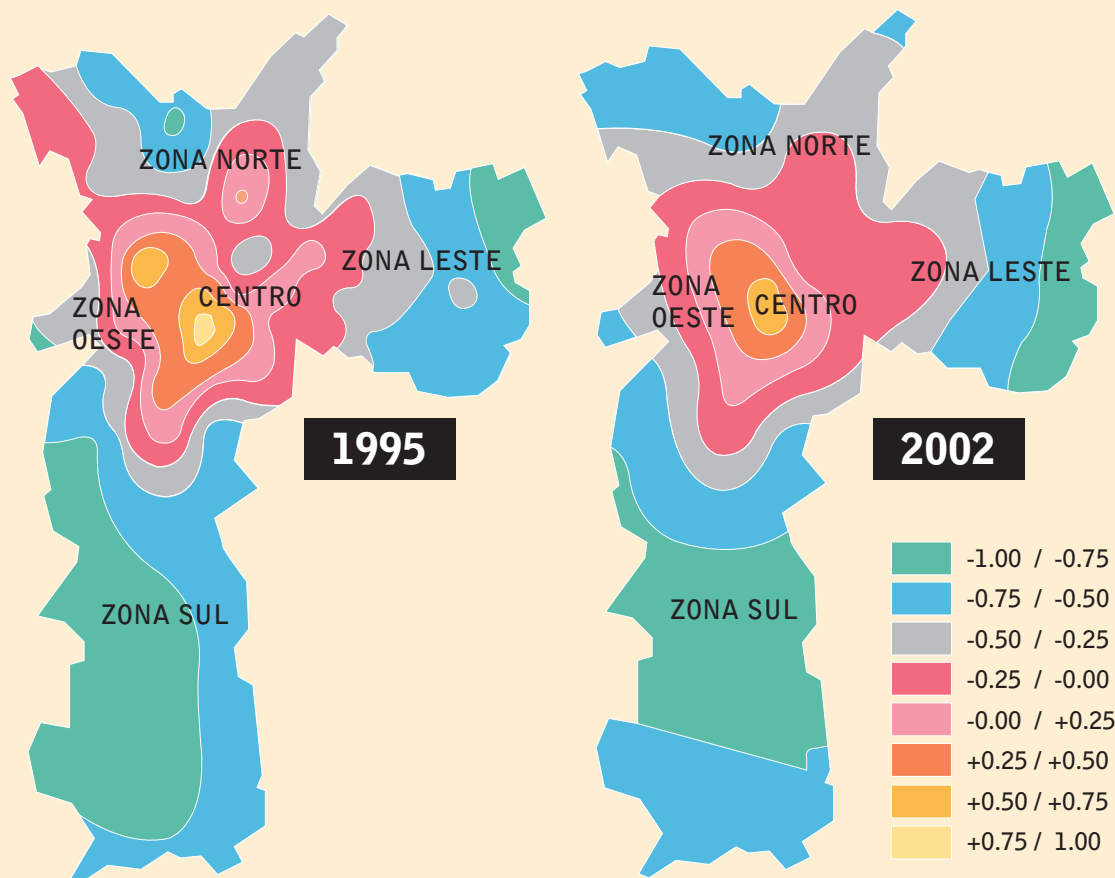
A cidade de São Paulo ganhou 1 milhão de excluídos nos dez últimos anos. Atualmente, dos mais de 10 milhões de habitantes da capital, em torno de 8,9 milhões vivem abaixo de um padrão desejável de vida: além de baixa renda, têm dificuldade de acesso à educação, saneamento, habitação, entre outros serviços. Essa deterioração na qualidade de vida da população em 74 dos 96 distritos em que se divide a capital é resultado da ausência ou inadequação de políticas públicas e da carência na oferta de equipamentos sociais. E o quadro é ainda mais grave: a falta de planejamento aprofundou as desigualdades intra-urbanas. Na Vila Jacuí, por exemplo, há um déficit de mais de 27 mil vagas nas creches, um problema desconhecido para a população do Jaguaré, Brás ou Bom Retiro; para cada novo emprego em Aricanduva são criados 1.114 postos de trabalho na Sé; para cada morador de rua no Morumbi, existem 1.061 na Mooca, e, no Jardim Ângela, a taxa média de homicídios é 28 vezes maior que a de Moema.

Essa topografia social perversa está estampada no Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, destaque do projeto de pesquisa *Dinâmica Social, Qualidade Ambiental e Espaços Intra-Urbanos em São Paulo: Uma Análise Socioespacial*, desenvolvido no âmbito do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP.

Resultado de parceria entre Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Instituto Pólis, o mapa, já em sua terceira versão, foi elaborado a partir da comparação dos dados dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991, 1996 e 2000, de estatísticas municipais e dados da pesquisa Origem/Destino da Companhia do Metropolitano de São Paulo, que subdivide a cidade em 270 regiões. A pesquisa utiliza uma metodologia de análise geo-

Topografia perversa

O Mapa da Exclusão foi construído a partir de 47 "utopias" agregadas em quatro grandes áreas: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade. Para cada indicador, foram atribuídas notas negativas e positivas, variando de -1 a +1



espacial e tratamento matemático-computacional das informações em ambiente de Sistema de Informação Georeferenciado (SIG), que permite identificar “o lugar” dos dados nas distintas áreas da cidade e na criação de um Índice de Exclusão (IEX) que possibilita classificar os níveis de qualidade de vida nos diversos distritos de São Paulo. “As informações geradas pelo mapa são estratégicas para a definição de políticas públicas adequadas às necessidades de cada região”, diz Aldaíza Sposati, coordenadora do projeto e secretária de Assistência Social do município de São Paulo.

Indicadores - O Índice de Exclusão/Inclusão Social (IEX), construído pela equipe de pesquisadores que integra o projeto, é uma espécie de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para classificar a qualidade de vida dos países, só que ampliado. Enquanto o IDH utiliza quatro indicadores para avaliar a situação socioeco-

nômica das várias nações, o Índice de Exclusão usa 47 variáveis – que a equipe de pesquisadores chama de “utopias” – agregadas em quatro grandes áreas: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

Os pesquisadores responsáveis pelo projeto desenvolveram uma metodologia de análise semelhante em Santo André, no ABC paulista, e começam a mapear as desigualdades intra-urbanas nos municípios de Campinas, Guarulhos, Piracicaba e Goiânia. “Os dados principais são do IBGE, mas é fundamental compatibilizá-los com informações das prefeituras”, explica Dirce Koga, pesquisadora da PUC-SP, que integra o grupo.

Qualidade de vida - O indicador de Autonomia avalia a renda dos chefes de família e a oferta de emprego nos diversos distritos; o de Qualidade de Vida mede o acesso a serviços, como sanea-

mento, saúde, educação, além de densidade habitacional e conforto domiciliar; o indicador Desenvolvimento Humano considera o nível de escolaridade dos chefes de família, longevidade, mortalidade infantil e juvenil e a violência; e o índice de Equidade registra o grau de concentração de mulheres na condição de chefes de família. A cada um desses indicadores foram atribuídas notas decimais negativas e positivas, variando de -1 a 1, sendo o zero definido como o padrão básico de inclusão social. Os distritos foram classificados nesses intervalos em função da distância positiva ou negativa do padrão.

De acordo com esse critério, o pior lugar para se viver em São Paulo é o Jardim Ângela, com índice -1; e o melhor, Moema, com índice +1. Dentro de um padrão desejável está a Vila Jaguara, com índice 0. Segundo essa avaliação, 76 dos 96 distritos da capital foram considerados excluídos. A Zona Leste perdeu para a Sul a condição de região mais carente da capital. “Cons-

Ranking da exclusão

1 Jardim Ângela	-1,00	49 São Lucas	-0,29
2 Grajaú	-0,95	50 Jaguaré	-0,27
3 Cidade Tiradentes	-0,93	51 Vila Maria	-0,24
4 Itaim Paulista	-0,92	52 Limão	-0,24
5 Lajeado	-0,92	53 Socorro	-0,21
6 Guaianases	-0,90	54 São Domingos	-0,21
7 Iguatemi	-0,87	55 Vila Matilde	-0,20
8 Parelheiros	-0,85	56 República	-0,18
9 Jardim Helena	-0,84	57 Penha	-0,18
10 Brasilândia	-0,82	58 Vila Sônia	-0,18
11 Vila Curuçá	-0,79	59 Mandaqui	-0,17
12 Capão Redondo	-0,77	60 Vila Prudente	-0,16
13 Pedreira	-0,75	61 Bom Retiro	-0,16
14 José Bonifácio	-0,73	62 Liberdade	-0,15
15 Perus	-0,72	63 Tucuruvi	-0,15
16 São Rafael	-0,71	64 Vila Formosa	-0,14
17 Cidade Ademar	-0,70	65 Pari	-0,13
18 Cachoeirinha	-0,70	66 Cursino	-0,12
19 Jardim São Luís	-0,68	67 Carrão	-0,11
20 Cidade Dutra	-0,67	68 Casa Verde	-0,10
21 Sapopemba	-0,67	69 Cambuci	-0,09
22 Itaquera	-0,67	70 Ipiranga	-0,06
23 Marsilac	-0,64	71 Vila Guilherme	-0,06
24 São Miguel	-0,64	72 Água Rasa	-0,06
25 Vila Jacuí	-0,63	73 Campo Grande	-0,04
26 Jaraguá	-0,63	74 Bela Vista	-0,01
27 Campo Limpo	-0,61	75 Morumbi	-0,01
28 Parque do Carmo	-0,60	76 Mooca	-0,01
29 Cidade Líder	-0,58	77 Jaguará	0,00
30 São Mateus	-0,53	78 Barra Funda	0,03
31 Vila Medeiros	-0,50	79 Santa Cecília	0,05
32 Cangaíba	-0,50	80 Tatuapé	0,13
33 Anhangüera	-0,49	81 Vila Leopoldina	0,16
34 Ermelino Matarazzo	-0,49	82 Saúde	0,21
35 Artur Alvim	-0,49	83 Santana	0,25
36 Sé	-0,47	84 Belém	0,25
37 Raposo Tavares	-0,46	85 Campo Belo	0,33
38 Ponte Rasa	-0,46	86 Butantã	0,35
39 Tremembé	-0,44	87 Itaim Bibi	0,46
40 Jaçanã	-0,42	88 Alto de Pinheiros	0,46
41 Rio Pequeno	-0,42	89 Perdizes	0,49
42 Pirituba	-0,41	90 Santo Amaro	0,51
43 Aricanduva	-0,40	91 Vila Mariana	0,57
44 Vila Andrade	-0,37	92 Consolação	0,76
45 Brás	-0,36	93 Jardim Paulista	0,90
46 Jabaquara	-0,33	94 Lapa	0,91
47 Freguesia do Ó	-0,3	95 Pinheiros	0,91
48 Sacomã	-0,31	96 Moema	1,00

MAPAS SÍRIO J. B. CANÇADO

tatamos que, na última década, os níveis de exclusão na Zona Leste não se alteraram. A região conseguiu melhorias coletivas. Na Sul, a exclusão se intensificou. Precisamos agora entender como isso ocorreu”, afirma Aldaíza.

Além da Zona Sul, a situação também é grave na região que faz limite com a Serra da Cantareira, a noroeste da capital, onde se concentra um grande número de distritos excluídos. O mais perverso é que essas são áreas de mananciais e de preservação ambiental que foram “congeladas”, conforme diz Aldaíza, tanto do ponto de vista dos investimentos como de melhorias. Desvalorizadas, elas são objeto de ocupação e estão sendo degradadas. “Os índices de exclusão estão comprometendo o futuro da cidade”, alerta Aldaíza. “Não há combinação de política ambiental e de defesa humana.”

Planejamento urbano - O Mapa da Exclusão/Inclusão faz uma radiografia detalhada da topografia social de São Paulo e é uma importante ferramenta de planejamento urbano. O primeiro mapa, que compara os dados dos censos de 1991 e a recontagem realizada em 1996, foi utilizado pela Secretaria Municipal da Educação, durante a gestão do prefeito Celso Pitta, para avaliar a demanda educacional nas diversas regiões. O segundo, publicado em 2000 – já no âmbito do programa de Políticas Públicas da FAPESP –, tem sido ferramenta estratégica para a definição de áreas de implantação de programas sociais na gestão da prefeita Marta Suplicy. “O foco são as áreas de maior índice de exclusão”, diz Aldaíza.

A terceira versão, que incorpora à série histórica os dados do censo de 2000, ainda está em fase de conclusão, mas os resultados preliminares já são referência para debates sobre o Orçamento Participativo da prefeitura e para o planejamento de programas de saúde.

“As políticas públicas se beneficiam da especialização dos dados. Essa metodologia de análise permite a compreensão das diferenças entre os vários territórios de um mesmo município”, diz Gilberto Câmara, coordenador-geral de Observação da Terra do INPE e coordenador-assistente do projeto. “Os pobres do Itaim

Paulista não são os mesmos do Jardim Ângela”, resume. O uso da estatística espacial, ele ressalta, é bastante sensível à análise e subsidia as avaliações qualitativas. Aumenta a possibilidade de se identificar e focar “um alvo”, no caso das políticas públicas, ampliando as chances de sucesso de projetos e programas sociais e evitando o desperdício de recursos públicos. “O mapa da exclusão é uma forma de aumentar a capacidade de decisão do prefeito”, diz Câmara.

A metodologia de análise utilizada no projeto revela, por exemplo, que entre 1996 e 2001, período em que a população da capital registrou crescimento de 2%, o número de habitantes do distrito de Anhangüera aumentou 129,96%, enquanto o do Pari decresceu 27,54%. Os números sugerem que, nesse período, houve uma intensa migração intra-urbana dos distritos mais centrais, como o Pari, em direção a áreas periféricas, como Anhangüera, Grajaú, Cidade Tiradentes, entre outras, carentes de equipamentos e serviços públicos para atender às demandas da população ampliada.

O movimento populacional comprometeu a qualidade de vida nos diversos distritos paulistanos. O Índice Autonomia, por exemplo, mostrou uma



Populações carentes ocupam áreas de mananciais e de preservação ambiental, comprometendo o futuro da cidade

“A gente faz o que Deus quer”

Incrustada no alto do Jardim Ângela, Copacabana parece uma cidade fantasma. Às 13h30 de uma segunda-feira, as ruas estão vazias e as casas trancadas. Todas têm as portas e janelas protegidas por grades pontiagudas de alumínio. Os bares estão igualmente fechados. O silêncio parece absoluto. Na esquina, um grupo de crianças joga bola num terreno baldio atulhado de lixo. Duzentos metros à frente, cinco garotos empinam pipa sobre uma laje que se debruça sobre a Vila Tupi. Dizem que lá, sim, é que os chefes do tráfico impõem aos moradores toque de recolher a qualquer hora do dia e da noite.

Com uma população de 250 mil habitantes, o distrito de Jardim Ângela é

uma espécie de corredor isolado, na Zona Sul da cidade, um tipo de “buraco urbano” que acaba na Serra do Mar. De povoamento recente, abriga uma população de sem qualificação profissional e atrai grande parte do contingente de migrantes intra-urbanos. Registra a maior taxa de homicídios e o pior índice (-1) de exclusão da cidade de São Paulo. “Acho que há um certo exagero quando se fala que esta região é muito violenta”, diz Helena dos Santos, de 54 anos, 36 dos quais vividos no Jardim Ângela. “A violência está em todo lugar.” Foi ali que ela conheceu e se casou com João, que já foi até dono de caminhão, mas que hoje “dirige o caminhão dos outros”. Foi com o dinheiro que ele trazia da estrada e

com o seu salário de costureira numa confecção da rua José Paulino, na região central, que ambos criaram os dois filhos. “Resolvi largar a confecção e hoje faço bolos para festas e uma ou outra costura”, conta Helena. É assim que ela está ajudando na educação de seus cinco netos, filhos do seu primogênito assassinado há dois anos. “Ele era Policial Militar, mas, naquele dia, não estava em serviço. Era domingo e ele tinha jantado com a mulher, aqui em casa. Foi morto a poucos metros daqui e até hoje não sabemos exatamente o que aconteceu”, diz, deixando claro que não gosta de tratar do assunto. Não atribui a sua tragédia pessoal à violência que campeia no Jardim Ângela. Mas confessa: “Na época,



Moema: o melhor lugar para se viver em São Paulo

impressionante desigualdade na oferta de emprego entre os vários distritos paulistanos. O da Sé, de baixa densidade de moradores, concentra a maior taxa distrital, com 6,80 empregos por habitante. O seu contraponto é Anhangüera, região que, apesar da explosão demográfica registrada na década, manteve estável a taxa de crescimento da oferta de trabalho de 0,18 vaga por habitante. A falta de emprego obriga o deslocamento diário dos trabalhadores/moradores para outras áreas com maior oferta de trabalho. “Essa situação deveria exigir do poder público local maior atenção no que diz respeito aos transportes coletivos”, diz Dirce Koga.

O quadro ocupacional se agrava quando se contabiliza a oferta distrital de emprego em relação à população economicamente ativa (PEA), entre 14 e 69 anos: existem empregos para 64% da PEA na cidade. Os demais 36%, pelo menos estatisticamente, estão fora do mercado de trabalho. Nessa perspectiva de análise, a pior situação é a de Cidade Tiradentes: de cada dez moradores, menos de dois (1,8) tem emprego no próprio distrito.

A menor renda familiar, correspondente a 4,64 salários mínimos, está no distrito de José Bonifácio, e a maior, quase 41 mínimos, em Moema. O padrão básico de renda, base para a construção

tive vontade de voltar para o interior. Mas depois pensei: a gente faz o que Deus quer. Resolvi ficar e estou bem aqui”.

Regina Eugênia, de 34 anos, três filhas, também defende o lugar onde mora há 11 anos. “Não faltam escolas para as crianças.” Ela desconhece o déficit de vagas nas creches do bairro. “Nunca precisei. Eu não trabalhava e ficava em casa com as crianças.” Regina reconhece que a região tem problemas com atendimento de saúde. “Quando alguém precisa de médico, procuramos um hospital em Campo Limpo, afinal, é para isso que servem os convênios”, afirma. Campo Limpo é distrito vizi-



Jardim Ângela: campeão no ranking da exclusão

nho ao Jardim Ângela, com índice de exclusão de -0,61, e que ocupa a 27ª posição no ranking da exclusão. A grande dificuldade, confessa, está em continuar pagando o convênio médico. Seu marido era inspetor de qualidade numa grande empresa, mas está

desempregado há três meses e ela “faz bicos”, como diz, para sustentar a família: passa roupas, faz faxina, cozinha. “Tivemos que cortar alguns gastos, inclusive com o convênio”, justifica.

Do outro lado da estrada do M’Boi Mirim, Maria do Socorro Pereira, 47 anos, frita mais uma rodada de pastéis sob a barraca de lona. “Tenho esta barraca há oito anos e nunca fui assaltada”, orgulha-se. A proximidade de uma Base Comunitária da Polícia Militar ajuda a intimidar. Mas ela diz que tem um pacto com quem tem “cara de bandido”. “Ofereço-lhe pastel gratuitamente e conquisto a sua simpatia.” Aguarda ansiosa que a prefeitura cumpra a promessa de transformar a M’Boi Mirim num corredor de ônibus. “Isso com certeza vai aumentar o movimento e eu vou aumentar a venda de pastéis”, prevê.



Em 85 distritos, faltam vagas nas escolas de educação infantil. Noutros, como o Pari, há superávit de até 83,49%

do Índice de Exclusão, foi de 14 mínimos, encontrada no Bom Retiro. Por esse critério, 20 distritos tiveram nota positiva, e 54, notas negativas.

Serviço deficitário - O déficit de vagas nas creches públicas e privadas na cidade de São Paulo cresceu 34%, desde 1995. É certo que, nesse período, a população entre 0 e 4 anos caiu 12%, mas, ainda assim, as vagas são insuficientes. O problema é particularmente grave em Vila Jacuí, onde o déficit saltou de 540 para 10.014 vagas, colocando a área numa situação mais de 2 mil vezes pior que a do Jaguaré. Também faltam vagas nas escolas de educação infantil, que atendem crianças entre 5 e 6 anos de idade, em 85 dos 96 distritos paulistas. Em algumas áreas, como o Pari – que teve decréscimo de população –, foi registrado superávit de 83,49%. As vagas nas escolas de ensino fundamental também não atendem à demanda em pelo menos 13 regiões da cidade. Na República, só existem matrículas em escola pública para 868 das 3.646 crianças, um déficit de 76,19%.

Não existem unidades de saúde em dez distritos. Nas áreas centrais, o déficit chega a 100%. Noutras 76, a cobertura está abaixo do padrão básico de um posto de atendimento para cada grupo de 20 mil habitantes. A pior situação é a do Campo Limpo. Já em Jaguaré ou na Ponte Rasa, há superávit.

A pesquisa mostra pelo menos um ponto positivo: o percentual de chefes de família sem instrução baixou de 9,47% para 6,45%, em 1996, uma redução de quase 32%. Ainda assim, em 47 distritos, o percentual de chefes de família analfabetos superava a média dos municípios, em alguns casos em até 20,08%. A maior concentração estava no Grajaú, e a menor, na Barra Funda. O percentual de chefes de família com oito a 14 anos de estudo cresceu 32,20%, com destaque para Lajeado. Outra boa notícia é que o número dos que têm nível universitário cresceu 13,85% no conjunto da cidade, no mes-

mo período. Apenas dez distritos não registraram esse incremento. A maior incidência de diplomas de 3º grau foi registrada no distrito do Iguatemi.

Os índices de longevidade também são positivos. E caiu o número de anos potenciais de vida perdidos, calculado pela diferença entre o ano da morte e a expectativa de vida da população, em 23 dos 96 distritos. A taxa de homicídios, no entanto, cresceu 11,33%, entre 1996 e 1999. No Jardim Ângela, a taxa – que é calculada pelo número de homicídios multiplicada por 100 mil habitantes e dividida pela população do distrito – foi de 94,42. Na Sé, essa taxa saltou de 37,52 para 93,47.

O PROJETO

Dinâmica Social, Qualidade Ambiental e Espaços Intra-urbanos em São Paulo: Uma Análise Sócio-espacial

MODALIDADE

Programa de Pesquisas em Políticas Públicas

COORDENADORA

ALDAÍZA DE OLIVEIRA SPOZATI – Faculdade de Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

INVESTIMENTO

R\$ 88.600,00

Novas utopias - O projeto entra na fase II do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas. As metas são produzir novos mapas, aperfeiçoar os indicadores, rever o conteúdo do indicador de equidade e agregar ao Índice de Exclusão/Inclusão novas “utopias”: democracia, cidadania e felicidade. “Trabalhamos com a idéia de que há um sofrimento na exclusão e que a felicidade é um direito público”, explica Dirce. Os planos incluem ainda a conclusão do processo de implantação do Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais (Cedest), já iniciado em janeiro de 2002, que funcionará no Instituto Pólis.

Políticas Públicas: o compromisso da pesquisa com o social

CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ
Presidente, FAPESP

JOSÉ FERNANDO PEREZ
Diretor Científico, FAPESP

Nos últimos cinco anos, a FAPESP criou dois programas de financiamento a projetos de pesquisa que buscam obter resultados de relevância para ação do governo em seus vários níveis. O primeiro desses programas, o *FAPESP – Ensino Público*, foi criado em 1996 e tem como finalidade estimular a realização de pesquisas elaboradas em parceria com escolas da rede pública de ensino, cuja execução envolva o desenvolvimento de experiências pedagógicas inovadoras e traga benefícios imediatos à ação educacional da escola parceira. Os termos da parceria requerem da escola parceira participação ativa em todos os estágios do projeto de pesquisa, desde sua concepção e elaboração até a sua execução. Além dos recursos materiais necessários para a execução do projeto, a FAPESP concede aos docentes da escola, participantes do projeto, uma bolsa que motive e torne viável essa participação. São financiáveis, também, pequenas obras de infra-estrutura da escola, essenciais para a realização do projeto, que pode ter duração de até quatro anos. Entre os mais de 60 projetos financiados pelo programa, há uma grande variedade de temas e estratégias, com cobertura de praticamente todas as disciplinas do ensino fundamental ao ensino médio. Além dos resultados e benefícios imediatos decorrentes de cada projeto financiado, o programa visa, também, criar uma cultura, dentro do ambiente de pesquisa do Estado, que torne pesquisadores e instituições co-responsáveis pela qualidade e pela constante inovação do ensino público em todos os seus níveis.

O sucesso da experiência do programa de Ensino Público levou a FAPESP a ampliar conceitualmente seu escopo por meio do programa de *Pesquisa em Políticas Públicas*. Com esse segundo programa, a FAPESP passou a financiar projetos de pesquisa, realizados em parceria com organismos públicos, governamentais ou não, cujos resultados possam ser utilizados para a inovação no desenho e implementação de políticas públicas de rele-

vância social. Conforme o modelo adotado no programa de Ensino Público, os termos da parceria exigem, do órgão parceiro, participação intensa em todas as etapas do projeto, além de compromisso com a utilização de seus resultados em caso de sucesso. Dessa forma, o programa cobre todas as esferas de ação de governo que necessitem de apoio de pesquisas. Como mostram as estatísticas, o programa de *Pesquisa em Políticas Públicas* envolve nove secretarias de Estado, 27 prefeituras e oito organizações não-governamentais (ONGs) e instituições públicas. Do número total dos projetos financiados, 45 envolvem secretarias de Estado, 44 envolvem prefeituras e 14 são propostos por outras instituições ou ONGs.

Foi adotado no programa de Políticas Públicas o formato já experimentado no programa de *Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas*, com o financiamento do projeto em fases. Na Fase I, com duração de seis meses e financiamento limitado a R\$ 30 mil, os pesquisadores da equipe devem demonstrar a viabilidade técnica do projeto, consolidando as parcerias e iniciando as atividades de pesquisa. Se, na avaliação da assessoria *ad hoc*, o projeto for bem sucedida, a FAPESP financiará a Fase II de sua execução por período de até dois anos, com orçamento limitado a R\$ 200 mil. A Fase III do projeto, de implantação efetiva da política pública decorrente da pesquisa, não é financiada pela FAPESP, sendo de responsabilidade exclusiva do órgão parceiro. A sistemática de fases para o financiamento dos projetos permite uma avaliação mais realista de sua viabilidade e um monitoramento mais próximo, especialmente na fase crítica de seu início.

A resposta do sistema de pesquisa à proposta do programa tem sido notável, tanto pelo número como pela qualidade dos projetos apresentados. Já no primeiro edital, foram apresentados 226 projetos, tendo sido aprovados 61, após criterioso processo seletivo. Deve ser registrado que nessa fase de implantação do programa, a FAPESP decidiu ser especialmente rigorosa, por entender que os projetos aprovados deveriam ser paradigmáticos segundo as normas do programa. Cerca de dois terços dos projetos aprovados foram considerados bem sucedidos na Fase I de sua execução e obtiveram financiamento para a Fase II. No segundo edital do programa, foram aprovados 42 dos 87 projetos apresentados, todos ainda em sua Fase I de execução.

A característica comum aos programas de Ensino Público e Políticas Públicas, ou seja, a existência de uma parceria, cria para os projetos um canal efetivo para a transferência de conhecimento. Adota-se nesses programas o mesmo modelo seguido nos programas de inovação tecnológica da FAPESP, nos quais um parâmetro essencial da relevância da pesquisa é o envolvimento real de empresas efetivamente interessadas nos resultados do projeto. Busca-se com esse mecanismo, *no caso de pesquisas apli-*

*cad*as, “casar” a oferta com a demanda, de forma a garantir que cada projeto responda a necessidades reais – e não apenas conjecturadas – de conhecimento do parceiro público ou privado.

O sistema de pesquisa do Estado de São Paulo tem, de longa data, um compromisso com a geração e a transferência de conhecimento para a sociedade. Um levantamento recente sobre o perfil dos investimentos realizados pela FAPESP nos últimos cinco anos mostra que mais de 50% dos recursos da Fundação destinam-se a financiar projetos de pesquisa com grande potencial de aplicação tecnológica ou em políticas públicas. A extraordinária resposta do sistema com a apresentação, em grande número, de projetos inovadores dentro desses programas, apenas demonstra a qualificação e a disposição dos pesquisadores deste estado em contribuir, com o auxílio da FAPESP, para o desenvolvimento social e econômico do país. Os programas especiais, nas áreas de políticas públicas e inovação tecnológica, apenas criaram canais alternativos e mais eficientes para a efetiva transferência de conhecimento, reconhecidamente um dos desafios de política científica e tecnológica do Brasil. Por outro lado, tanto o setor público como o setor privado têm sido muito tímidos em sua demanda por conhecimento como instrumento de qualidade de sua ação, não existindo, ainda, uma cultura que busque se aproveitar da riquíssima capacidade de gerá-lo instalada no sistema de pesquisa do Estado. Esses programas visam fomentar essa cultura.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Subdiagnóstico compromete políticas públicas

Projeto vai dimensionar real incidência de acidentes de trabalho em Piracicaba

As estatísticas oficiais têm registrado queda no número de acidentes de trabalho no Brasil. Em 1998, por exemplo, foram notificados 414 mil casos, caindo para 387 mil em 1999 e 343 mil em 2000. Mas esse quadro, aparentemente otimista, é contestado por técnicos e especialistas que atuam na área de Saúde do Trabalhador. Eles avaliam que esse declínio das ocorrências é resultado do aumento da subnotificação porque o sistema oficial de coleta de dados é inadequado. Os técnicos garantem que a ocorrência de acidentes tem registrado forte crescimento, sobretudo no mercado informal de trabalho, e calculam que, para cada dez acidentes, apenas um é notificado.

As estatísticas oficiais se apoiam em informações coletadas no documento denominado Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), do Instituto Nacional de Seguridade Social, utilizado para fins de pagamento de benefício. O resultado, argumentam esses especialistas, é que os funcionários públicos, autônomos, empregados domésticos, proprietários e trabalhadores do setor informal da economia – que representam pelo menos metade do contingente de trabalhadores – ficam fora desse sistema de coleta de dados por não estarem incluídos no plano de benefícios da Previdência Social.

A subnotificação, no entanto, ressalvam, ocorre mesmo no caso de trabalhadores com direito a benefício, já que a comunicação é feita pelas empresas, que, em grande parte das vezes, omitem a informação e não são fiscalizadas. Estimam que apenas um quinto dos acidentes com trabalhadores regulamentados seja notificado.

“Dados incongruentes induzem a um subdiagnóstico e podem comprometer a eficácia de políticas públicas implementadas nos diversos níveis de governo com o objetivo de prevenir acidentes e garantir condições adequadas para o trabalho”, adverte Ricardo Cordeiro, do Departamento de Saúde Pública da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Botucatu. Ele coordena o projeto *Diagnóstico e Controle de Acidentes de Trabalho em Piracicaba*, um amplo levantamento que pretende dimensionar e registrar a real incidência de acidentes de trabalho no município para propor uma política de monitoramento das ocorrências e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios para a implementação de um sistema nacional de notificação mais adequado. A pesquisa, que também conta com a participação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), é financiada pelo Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP e tem suporte do Ministério do Trabalho e Emprego.



Vigilância Sanitária - A iniciativa da pesquisa foi da prefeitura de Piracicaba, um município com 318 mil habitantes, no interior de São Paulo. Com 56.487 trabalhadores com emprego formal, a grande maioria ocupada na indústria (44,5%) e no setor de serviços (56,7%), a média de acidentes oficialmente notificados era de 51 para cada grupo de mil trabalhadores segurados, em 1997, bem acima da média nacional registrada no mesmo período, de 16 acidentes para cada grupo de mil trabalhadores segurados. Por conta da alta incidência de acidentes, a prefeitura implantou o Programa Municipal de Saúde do Trabalhador para monitorar as ocorrências e desenvolver programas de vigilância sanitária. “Havia casos de empresas com uma média de 40 acidentes para cada cem funcionários”, conta Rodolfo Vilela, coordenador do programa. Mas a subnotificação, a falta de informações sistematizadas so-



A estimativa é que apenas um quinto dos acidentes com trabalhadores formais seja notificado pelas empresas

não foram, portanto, notificadas. Em Piracicaba, estima-se que apenas a metade da População Economicamente Ativa (PEA) do município tem carteira assinada e faz parte da população segurada pelo INSS, via Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). “Não temos qualquer informação sobre o mercado informal de trabalho”, afirma Vilela.

Pesquisa domiciliar - Em Piracicaba, a pesquisa de campo começou no dia 15 de maio. Serão consultados todos os moradores acima de 10 anos de um total de 3.521 domicílios distribuídos em 450 pontos na zona urbana do município. Em todos os casos, serão identificados local de trabalho, ocupação, tipo de regulamentação de trabalho, entre outras informações cruciais para identificar os tipos de acidentes mais prevalentes na economia formal e informal. Nas entrevistas, também serão levantadas informações pormenorizadas sobre acidentes de trabalho de qualquer natureza – acidente do trabalho típico ou do trajeto, acidente doméstico, acidente em atividade de esporte ou lazer, etc. – ocorridos nos últimos 90 dias. Todos os acidentes de trabalho de notificação compulsória identificados serão cotejados com os registros do INSS, de forma a permitir a observação da incidência de sub-registros entre os trabalhadores com direito a benefícios.

Ao final dos três primeiros meses de pesquisa, o projeto será avaliado pelo comitê de Políticas Públicas da FAPESP. Se aprovado, o grupo de pesquisadores terá prazo de dois anos para concluir o trabalho. Além de identificar os acidentes de trabalho com maior incidência entre os trabalhadores do mercado formal e informal de trabalho, a pesquisa pretende apontar os ambientes de trabalho onde prioritariamente deverão se centrar as ações de vigilância sanitária, assim como as intervenções necessárias à prevenção. E a identificação da magnitude do sub-registro, outra meta do projeto, fornecerá subsídios para a correção dos indicadores oficiais. •

EDUARDO CESAR

bre a distribuição e as características dos acidentes de trabalho e, sobretudo, a ausência de dados sobre os acidentes na economia informal comprometiam o bom andamento do projeto. “Procuramos a Unimep e a Unesp de Botucatu, município onde Cordeiro já tinha desenvolvido pesquisa semelhante”, diz Vilela.

A pesquisa *Acidentes de Trabalho em Botucatu*, coordenada por Cordeiro e também financiada pela FAPESP, em 1997, constatou que os registros previdenciários captaram apenas 22,4% dos acidentes de trabalho. “O próprio sistema, no entanto, subnotifica 80% dos acidentes. Só são comunicados os de maior gravidade”, afirma Cordeiro. Essa situação, ele avalia, que deve se reproduzir em Piracicaba, é fortemente influenciada por modificações na legislação previdenciária, como o aumento da carência do seguro de dois para 15 dias, o que acarretou o incremento do

sub-registro de acidentes leves, ou da exclusão de autônomos e empregados domésticos do seguro-acidente.

O levantamento realizado em Botucatu revelou que 51,3% dos acidentados eram funcionários públicos, autônomos, assalariados e empregados sem registro em carteira, e as ocorrências

O PROJETO

Trabalho Informal e Acidentes de Trabalho em Piracicaba

MODALIDADE

Programa de Pesquisa em Políticas Públicas

COORDENADOR

RICARDO CARLOS CORDEIRO –
Faculdade de Medicina de Botucatu/Unesp

INVESTIMENTO

R\$ 29.330,00

Suporte às políticas públicas

Projetos aprovados consolidam parceria e iniciam pesquisas

Assegurada a viabilidade dos projetos e consolidadas as parcerias com as organizações que vão implementá-los, 18 das 61 propostas aprovadas na primeira etapa do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas (PP) passaram para a segunda fase: a da pesquisa propriamente dita. O programa foi lançado em 1998, para estimular o desenvolvimento de pesquisas focadas nas demandas da comunidade.

Todas as pesquisas que agora se iniciam têm, pelos próximos dois anos, que enfrentar o desafio de produzir e sistematizar conhecimentos, que contribuam para a definição e implementação de políticas públicas relevantes e replicáveis, e de articular o trabalho acadêmico com as demandas das comunidades. “Na primeira fase, o objetivo era consolidar o formato do programa e a relação com parceiros, de tal forma que eles participassem efetivamente do desenho da pesquisa”, diz Paula Montero, coordenadora do Programa de Políticas Públicas. Segundo ela, um importante critério para a aprovação dos projetos para a segunda fase foi a definição de um plano de transferência e divulgação científica que, encerrada essa etapa, garantisse a capacitação dos técnicos das organizações parceiras e assegurasse a continuidade do projeto, traduzido em política pública. “Os prognósticos são positivos”, avalia Paula Montero.

A parceria com instituições, governamentais ou não, é um pressuposto

básico do Programa. Esse modelo de colaboração já se revelou bem-sucedido nos programas de Parceria para a Inovação Tecnológica, de melhoria do Ensino Público e de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas.

Durante a primeira etapa do Programa de Políticas Públicas, os proponentes de cada um dos projetos pré-qualificados tiveram o apoio

federal, transfere aos governos locais a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), tarefa nem sempre realizada com sucesso pelas prefeituras municipais, já que exige capacitação para o acompanhamento de recursos repassados pela União, cálculos de gastos *per capita* e um planejamento rigoroso de investimentos. O modelo de monitoramento que o projeto preten-



STEFAN KOLUBANPULSAR



MIGUEL BOYAVAN

Guardani: projeto vai medir nível de poluição por ozônio em áreas como o Ibirapuera

financeiro da FAPESP para consolidar suas propostas. “Foram seis meses de trabalho intenso”, lembra Antonio Carlos Coelho Campino, da Faculdade de Administração da Universidade de São Paulo (USP). Ele é responsável pelo projeto que tem por objetivo avaliar e criar um modelo de monitoramento do processo de municipalização dos serviços de saúde em São Paulo e que será desenvolvido em parceria com o Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde.

A municipalização da saúde, em fase de implementação pelo governo

de formular será elaborado a partir de estudos da municipalização em 16 municípios selecionados na primeira fase, classificados por tamanho de população e condição de gestão do SUS, explica Campino. “Agora, vamos



MIGUEL BOYAVAN

Paula Montero: “Prognósticos positivos”

orientar o levantamento dos dados que serão coletados pelas prefeituras envolvidas no projetos e criar um modelo para apoiá-las no monitoramento deste processo”, ele explica.

Inquérito da saúde - Outro projeto aprovado na área da Saúde, coordenado por Chester Luiz Galvão Cesar, da Faculdade de Saúde Pública da USP, realizará um inquérito de saúde em cinco municípios da região da Grande São Paulo, Botucatu e Campinas, selecionados na primeira fase, em parceria com a Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria

to semelhante realizado há dez anos pela Secretaria de Saúde.

O projeto coordenado por Lilia Blima Schraiber, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, também desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde, tem como foco a saúde da mulher. Por meio da avaliação de ocorrência de casos de violência doméstica e sexual entre usuários de 20 Unidades Básicas de Saúde nas cidades de Santo André, Diadema e Mogi das Cruzes, na região da Grande São Paulo, pretende desenvolver uma tecnologia de atendimento

de do atendimento e da assistência, talvez seja possível enfrentar esse fenômeno.” No primeiro dos dois anos previstos para a pesquisa, os profissionais que integram o projeto serão treinados para a aplicação dos instrumentos e pré-teste da pesquisa. “No segundo ano, analisaremos o material coletado para propor tecnologias em nível de atendimento”, afirma a coordenadora.

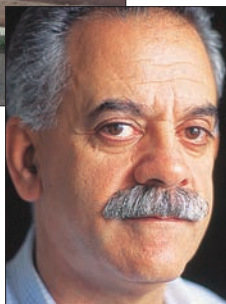
Educação especial - Na área de Educação, já passaram para a segunda fase do Programa quatro projetos, entre eles o coordenado por Lisete Regina Gomes Arelaro, da USP, que vai avaliar o sistema público de educação especial em Campinas, em parceria com a Secretaria de Educação do município. “Campinas tem, proporcionalmente, o maior número de professores especialistas em educação especial, mas, contraditoriamente, a rede pública do município tem apenas 200 alunos especiais contra 2.500 alunos matriculados na rede privada”, ela diz. A maioria dos professores, apesar de contratada pela prefeitura, está “emprestada”

às escolas particulares de caráter filantrópico, procedimento autorizado por portaria do Ministério da Educação. “O nosso objetivo é desenvolver estratégias para ampliar o atendimento na rede pública, trazendo de volta alunos e professores”, explica. A estratégia a ser adotada prevê o desenvolvi-

mento de um conjunto de ações que resgatem a confiança das famílias na qualidade dos serviços prestados pela escola pública e, ao mesmo tempo, estimulem as escolas a ampliar o número de matrículas especiais. A proposta inclui até uma espécie de campanha de *marketing*, com a produção de *outdoors* e vídeos sobre os direitos dos portadores de deficiências, que serão exibidos em locais de fluxo intenso de população, como, por exemplo, terminais de ônibus urbanos.



ERTACIO PESSOA/AE



MIGUEL BOYVAN

Galvão Cesar: inquérito de saúde avaliará acesso da população aos serviços

de Estado da Saúde. Os questionários serão aplicados também na região do Butantã, na capital, área de influência do Hospital Universitário e do Centro Saúde-Escola. Além da USP, também participam do projeto a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A pesquisa, que será realizada em domicílios com uma amostra de 6.400 entrevistados, vai levantar os problemas de saúde ocorridos nos 15 dias que antecederam a aplicação do questionário e as soluções encontradas pela população. “Trabalharemos com morbidade referida e não com diagnósticos clínicos”, ressalva o coordenador. Esses resultados serão comparados com os de um inquéri-

para programas de saúde da mulher. “Já existem serviços de apoio às vítimas de violência na área da Justiça, como, por exemplo, as Delegacias da Mulher. Este será o primeiro serviço na área da Saúde em todo o Brasil”, revela Lilia Schraiber.

A violência doméstica, ela diz, tem forte impacto sobre a saúde da mulher, sendo responsável por casos de insônia, depressão, infecções urinárias e até por doenças sexualmente transmissíveis. Estudos realizados na Nicarágua em 1999 indicam que este problema se reflete também na saúde das crianças. “Se melhorar a qualida-

Políticas agrícolas - Dois dos projetos aprovados têm como foco o desenvolvimento de políticas públicas nas áreas de Agricultura e Pecuária. O primeiro, coordenado por Nelson Batista Martin, do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultu-

ra e Abastecimento do Estado de São Paulo, e que será implementado em parceria com a Prefeitura de Piraju, prevê a elaboração de um plano diretor para o município. A idéia é desenvolver um sistema informatizado de análise e organização de dados para a

realização de um censo de imóveis rurais, cuja validade será testada em Piraju, mas que poderá ser utilizado em qualquer município.

Na primeira fase do projeto, constatou-se, por exemplo, a existência de um grande número de pro-

Os já aprovados para a segunda fase			
COORDENADOR	INST.PROP.	INSTITUIÇÃO PARCEIRA	TÍTULO
ANTONIO CARLOS COELHO CAMPINO	USP	Instituto da Saúde da Secretaria de Estado da Saúde	Avaliação do processo de municipalização dos serviços de saúde no Estado de São Paulo
CELIA REGINA DE GOUVEIA SOUZA	SEMASP/I.GEOL.	Secretaria do Meio-Ambiente do Estado de São Paulo	Sistema integrador de informações geoambientais para o litoral do estado de São Paulo com aplicação ao gerenciamento costeiro (SIIGAL)
CHESTER LUIZ GALVÃO CESAR	USP	Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo	Inquérito de saúde no estado de São Paulo - inquérito domiciliar de base populacional em municípios do estado de São Paulo, 1999-2000.
DILZA MARIA BASSI MANTOVANI	SAGRSP/ITAL	Coordenadoria da Defesa Agropecuária	Avaliação da qualidade na piscicultura paulista I - avaliação química e microbiológica
JENER FERNANDO LEITE DE MORAES	USP	Prefeitura do município de Jundiaí	Diagnóstico agroambiental para gestão e monitoramento da bacia hidrográfica do rio Jundiaí-Mirim
JOYCE MARY ADAM DE PAULA E SILVA	UNESP	Prefeitura Municipal de Rio Claro - Secretaria de Educação	Subsídios para a implementação de um centro de aperfeiçoamento e inovações pedagógicas
LILIA BLIMA SCHRAIBER	PUCSP	Secretaria de Estado da Saúde	Ocorrência de casos de violência doméstica e sexual nos serviços de saúde em São Paulo e desenvolvimento de tecnologia de atendimento para programas de saúde da mulher
LISETE REGINA GOMES ARELARO	USP	Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Campinas	Diversidade e exclusão: conhecendo melhor quem as vivencia e construindo alternativas de inclusão
MARCOS SORRENTINO	USP	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo	Avaliação de processos participativos em programas de educação ambiental: subsídios para o delineamento de políticas públicas
MARIA ESTHER FERNANDES	PART/UNAERP	Secretaria Municipal do Bem-Estar Social de Ribeirão Preto	Bairros periféricos: integração ou marginalidade? tentativa de diagnóstico do Universo de vida das camadas populares
MARTA SILVA CAMPOS	PUCSP	Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	Consolidação da política de atendimento às vítimas da violência urbana, baseada na demanda real e na ação articulada entre os diversos setores do Governo do Estado de São Paulo (Segurança, Justiça e Cidadania, Saúde e Assistência Social)
NELSON BATISTA MARTIN	SAGRSP/IEA	Prefeitura Municipal de Piraju - SP	Desenvolvimento de um sistema de suporte à elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal (PDAM).
NEWTON ANTONIO PACIULLI BRYAN	UNICAMP	Prefeitura Municipal de Vinhedo/ Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Sistematização de experiências, diagnóstico local e formulação de modelo de gestão para viabilização das novas competências do Sistema Público de Ensino Municipal no Estado de São Paulo
RAQUEL ROLNIK	PUCSP	Instituto Pólis - Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	Programa de capacitação de agentes públicos e sociais para a formulação de políticas locais de regulação urbanística
ROBERTO GUARDANI	USP	CETESB - Cia. de Tecnologia e Saneamento Ambiental	Desenvolvimento de tecnologia para previsão de ozônio na baixa atmosfera
SARAH FELDMAN	USP	Secretaria do Planejamento do Território e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Franca	Programas de gestão integrada para o município de Franca
SERGIO LUIZ MONTEIRO SALLES-FILHO	UNICAMP	Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Conselho Superior da Pesquisa Agropecuária	Políticas Públicas para a inovação tecnológica na agricultura do Estado de São Paulo: métodos para avaliação de impactos e priorização da pesquisa
SIGISMUNDO BIALOSKORSKI NETO	USP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - OCESP	Projeto de estabelecimento de uma política institucional de monitoramento da autogestão das cooperativas do Estado de São Paulo.

priedades com até 5 hectares, localizadas ao longo da represa que circunda o município, um uso intenso de tecnologia de hortaliças exploradas em estufas e áreas onde prevalece o plantio do café. Informações como essas, consolidadas num banco de dados municipal, permitirá aos pesquisadores elaborar pelo menos três cenários de políticas de desenvolvimento agrícola que serão apresentados às lideranças e ao Conselho Agrícola Municipal. “Trata-se de um sistema genérico, que poderá se adotado por qualquer município”, ele garante.

O segundo projeto aprovado na área de Agricultura e Pecuária tem como meta estabelecer política institucional para o monitoramento da autogestão das cooperativas do Estado de São Paulo. Coordenado por Sigismundo Bialoskorski Neto, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, câmpus de Ribeirão Preto, o projeto tem como parceira a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp). A proposta de trabalho é realizar um diagnóstico das 144 cooperativas agropecuárias paulistas, avaliando o grau de sucesso e a capacidade de arrecadação de cada uma delas, para quantificar o seu impacto na economia, conforme explica Bialoskorski Neto. “Os dados fornecidos pela Ocesp serão analisados por meio de Rede Neurais Artificiais (RNA), procedimento semelhante ao utilizado para medir risco de bancos e de países em desenvolvimento”, explica o coordenador do projeto.

Monitoramento ambiental - Na área de Ambiente, dois projetos iniciam, agora, a fase de pesquisa. O projeto coordenado por Jener Fernando Leite de Moraes, do Centro de Solos e Recursos Ambientais do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), realizará um diagnóstico agroambiental para a gestão e monitora-

mento da bacia hidrográfica do rio Jundiá-Mirim, que fornece 97% da água consumida na cidade de Jundiá. O parceiro, no caso, é a prefeitura do município.

“Já realizamos uma avaliação das condições de solo, dos mananciais e da preservação das matas ciliares”, afirma Leite de Moraes. Constatou-se a prevalência de matas secundárias, poluição das águas por coliformes e uma forte pressão urbana que fragiliza o sistema hidrográfico, propiciando processos de erosão. Na segunda fase do projeto, a proposta é mapear culturas e associar, por exemplo, a



SAMIR BAPTISTA/AE



MIGUEL BOYAVAN

Lilia: Unidades de Saúde vão avaliar casos de violência doméstica contra mulheres

variação dos índices de poluição às atividades agrícolas ou industriais desenvolvidas em áreas próximas aos mananciais, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas de proteção ambiental.

Outro projeto na área de meio ambiente vai desenvolver um modelo que permitirá prever a formação de ozônio na baixa atmosfera em cidades densamente povoadas, como São Paulo. Coordenada por Roberto Guardani, do Departamento de Engenharia Química da Escola Politécnica da USP, a pesquisa será desenvolvida em parceria com a

Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb). A poluição por ozônio é de difícil controle, já que não é emitida por veículos, mas é formada por substâncias como o óxido de nitrogênio e em determinadas condições meteorológicas. Em São Paulo, por exemplo, uma das áreas com maior índice desse tipo de poluição é o Parque do Ibirapuera. “A poluição é levada pelo vento”, justifica Guardani.

Além de conhecer melhor o fenômeno da formação do ozônio na atmosfera, o projeto vai criar uma espécie de serviço meteorológico,

com informações coletadas nas 30 estações de medição da Cetesb, que permitirá prever a ocorrência da poluição por ozônio com, pelo menos, um dia de antecedência. “A população poderá se precaver e os riscos decorrentes da exposição, como problemas respiratórios e de pele, serão minimizados”, afirma. A segunda fase do projeto prevê, ainda, a aquisição de uma estação móvel para a medição da poluição em áreas não cobertas pela Cetesb, com recursos financiados pela FAPESP.

Ao final de dois anos, prazo previsto para a execução das pesquisas, aquelas bem sucedidas irão para a terceira fase do Programa, de implementação, de responsabilidade da instituição parceira. •

Pesquisas voltadas a políticas públicas têm agora apoio da FAPESP

O Conselho Superior da FAPESP aprovou um novo programa especial: o *Programa de Pesquisas em Políticas Públicas*, que irá financiar projetos de pesquisa voltados para as políticas públicas, em qualquer das áreas de atuação do poder público estadual ou municipal: emprego, relações de trabalho, saúde, educação, justiça, meio ambiente, saneamento, habitação, energia, etc. Os pesquisadores responsáveis pelos projetos devem ter como parceiro um órgão ou organização de São Paulo, incluindo as organizações não governamentais (ONGs), responsável pela implementação dos resultados da pesquisa.

“Os últimos programas especiais lançados pela FAPESP têm uma filosofia que os une: a de aumentar a competência do sistema estadual de pesquisa mas, também, a de estreitar as relações entre esse sistema e a sociedade em geral, que compreende o setor público e o privado”, diz o professor José Fernando Perez, diretor científico da FAPESP.

Ele cita, como exemplo dessa filosofia, o *Programa de Inovação Tecnológica em Parceria*, que financia pesquisas realizadas por pesquisadores em parceria com empresas, o *Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas*, que financia a pesquisa tecnológica realizada na própria empresa, e o *Programa de Ensino Público*, que apoia projetos de pesquisa desenvolvidos por pesquisadores junto com professores da rede pública, para melhoria do ensino. “O novo programa complementa esse leque, fortalecendo a interface entre a pesquisa e o setor público”, assinala Perez.

O professor Francisco Romeu Landi, diretor presidente da FAPESP, lembra que o programa nasceu de uma proposta feita há um ano pelo então secretário estadual de Relações do Trabalho, Walter Barelli, em reunião na Fundação, preocupado com a questão do desemprego no Estado e da empregabilidade, isto é, como preparar mão-de-obra de acordo com a necessidade de um mercado enormemente modificado pela introdução de novas tecnologias e pela competitividade.

“Inicialmente, o que o secretário propunha era a criação, pela FAPESP, de um programa ou o estímulo a projetos de pesquisa nessa área, que aju-

dassem o poder público a adotar políticas e medidas voltadas para a criação de empregos ou adequação da mão-de-obra ao mercado”, comenta Landi, acrescentando: “Vimos, entretanto, que o apoio do Sistema de Ciência e Tecnologia para a formulação de políticas públicas poderia ser estendido a todas as outras áreas da administração, estadual ou municipal. Ela se resente de pesquisas que fundamentem programas ou ações políticas. Em contrapartida, o sistema de ciência pode e deve fazer isso, reafirmando o seu compromisso com a sociedade”.

Como participar

Por este programa, a FAPESP se propõe a apoiar projetos de pesquisa aplicada que tenham como objetivo a produção e sistematização de conhecimentos relevantes para a definição e implementação de políticas públicas de significativa importância social. E a exemplo do que já ocorre com outros programas da Fundação, este obrigatoriamente se desenvolverá em parceria, com um órgão ou instituição governamental ou com uma organização que atue no traçado ou execução de políticas públicas. Desta forma, fica assegurado que os resultados da pesquisa serão efetivamente postos em prática.

A FAPESP financiará as atividades de pesquisa, nas formas usuais, e também concederá bolsas a técnicos da instituição parceira, quando necessário. Em contrapartida, a instituição parceira deverá, desde o princípio, demons-

trar concretamente seu interesse no projeto, participando de sua concepção e assumindo formalmente o compromisso de participar de sua execução e de viabilizar a implementação de seus resultados. Esse compromisso institucional terá grande peso na avaliação da proposta.

O programa se desenvolverá em três fases. Os pré-projetos aprovados irão para a Fase I, com duração de seis meses, para estudos de demonstração de viabilidade. O apoio da FAPESP nesta fase será de até R\$ 30 mil por projeto. Os projetos que se mostrarem viáveis passarão para a Fase II, com duração de até 24 meses, que é a de execução propriamente dita da pesquisa. O orçamento para esta fase será de até R\$ 200 mil por projeto. A Fase III será de implantação dos resultados da pesquisa e não será financiada pela FAPESP.

O programa terá uma dotação orçamentária pré-estabelecida e, portanto, a seleção dos projetos será competitiva.

É importante salientar que a criação do programa não exclui o apoio da FAPESP a projetos de pesquisa básica, ou com perfil predominantemente acadêmico, relacionados com a temática das políticas públicas, que deverão continuar a ser encaminhados nas linhas usuais de auxílios e bolsas.

Os pré-projetos deverão ser encaminhados em formulário próprio, preferencialmente pela Internet, no endereço: <http://watson.fapesp.br>, onde também poderão ser obtidas maiores informações.



FOTO: ENRIQUE CESAR

PRODUÇÃO EDITORIAL

<i>Coordenação</i>	Gerência de Comunicação da FAPESP
<i>Editora executiva</i>	Maria da Graça Soares Mascarenhas
<i>Editor assistente</i>	José Tadeu Arantes
<i>Direção de arte</i>	Hélio de Almeida
<i>Produção gráfica, capa e arte final</i>	Tatiane Britto Costa
<i>Editoração</i>	Giovana Angerami
<i>Revisão</i>	Margô Negro
<i>Fotos</i>	Capa – Alexandre Tokitaka/Pulsar Imagens Páginas 21 e 53 – Delfim Martins/Pulsar Imagens Página 35 – Rubens Chaves/Pulsar Imagens Página 41 – Eduardo Cesar Página 91 – Salomon Cytrynowicz/Pulsar Imagens Página 105 – Rogério Reis/Pulsar Imagens Página 131 – João Prudente/Pulsar Imagens Página 157 – Sergio Ranalli/Pulsar Imagens Página 189 – Miguel Boyayan
<i>Impressão</i>	Gráfica Burti
<i>Tiragem</i>	3.000 exemplares

